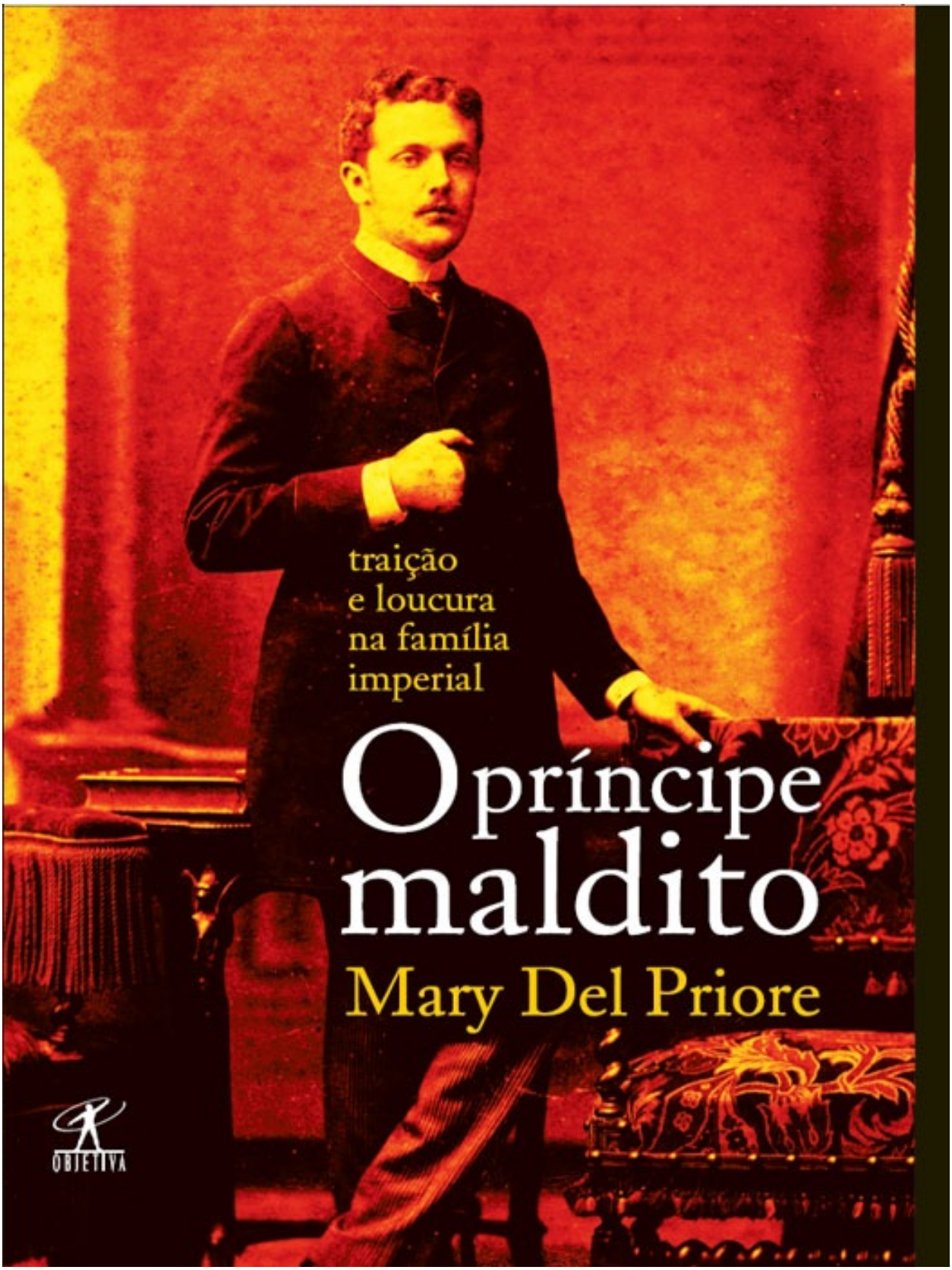

traição
e loucura
na família
imperial
O príncipe
maldito
Mary Del Priore
OBJETIVA

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.site*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



BIBLIOTECA
DO EXILADO

Era noite. O mar parecia um caldo em ebulição. Fazia calor. Mais calor ainda dentro da pequena cabine do velho navio. Na parte inferior do beliche, o jovem tentava dormir. Mas não dormia. Delirava. Cuspia palavras incoerentes. Sob as pálpebras, os globos oculares rolavam como bolas de gude. Como bolas de gude, os olhos eram azuis. Um fio de saliva grossa se misturava às lágrimas dando ao fino travesseiro um cheiro azedo. Ele soluçava, o belo rosto de boneca enfiado na fronha. Co-berto pelo pesado costume escuro, o corpo se encolhia sobre o colchão.

Na cabine estreita, tudo era suor. A pequena janela apenas deixava passar o ar aquecido por lampiões de querosene. O beliche em madeira acoplava uma escarradeira em louça para enjôos. Ela fedia. No cubículo não havia lavatório em pedra mármore, cama de vinhático à Luís XV, paredes forradas, retrete ou espelho, como nas viagens anteriores no *Gironde*. Nada. O *Parnaíba*, um cruzador, fabricado em 1874, com 73,2 metros de comprimento, não oferecia acomodações de luxo. Não tivera passageiros de primeira classe em trajes de viagem com bolsas a tiracolo, binóculos e bonés de seda debruçados pelas amuradas dando adeus aos que ficavam no cais do Arsenal. Abrigava, sim, seis canhões e duas metralhadoras: “Ser forte! Voltar! Atacar! Canhonear a capital! Vencer!”, era o que comandava entre lamentos o jovem enfurnado na cama.

Em meio às lágrimas e marcado por contrações doentias, o rosto do rapaz era o espelho de uma alma atormentada. Já antes de subir a bordo, ele ficara agitado, o corpo sacudido por tremores. O diagnóstico do médico do imperador pesava como uma pedra: *hiperexcitação nervosa e escapamento do juízo.* Mal se lembrava de que tentara estrangular o capitão Pestana, diante do olhar horrorizado da avó, a imperatriz do Brasil. Foi impedido pelo barão de Muritiba. O jovem não recebeu injeções de arsênico ou cafeína então usados normalmente como tranqüilizantes. O vidro de valeriana fizera efeito. Trancado no camarote, pouco a pouco, acalmou. Lágrimas e soluços pareciam aliviá-lo.

E uma imagem de mulher nasceu do seu choro. Pela porta estreita ele ouvia o farfalhar das rendas contra a seda pesada do vestido. Ela vinha beijá-lo, desejando-lhe boa-noite. Sua figura enternecida se debruçava sobre o leito trazendo certo conforto ao desespero do jovem. Ele dormia ou acordara? O rosto redondo e risonho, emoldurado por cabelos louros repartidos e presos na nuca, parecia fazer uma concessão a tanta agitação e tristeza. “Me beije”, pedia baixinho. O queixo um tanto comprido e quadrado, as bochechas coradas, as

sobrancelhas acompanhando os olhos claros e fundos, um perfume intraduzível definiam a figura que se aconchegava diante dele. Os braços roliços da bela mulher pareciam se estender para aninhá-lo. Um beijo de paz podia ser o remédio para acalmá-lo. Mas o sossego não vinha. A escuridão da cabine não lhe permitia adivinhar as horas.

A presença da mulher, contudo, convidava sua alma a fluir para fora do corpo. Deslocando-se para outras paragens, ele agora sobrevoava uma planície também escura. Não porque fazia noite, mas porque a floresta de abetos vermelhos e pinheiros fechava sua carranca em torno de um grande castelo. Um vento despojara as árvores de sua cobertura de neve e elas se dobravam, negras e sinistras, na luz que definhava. Castelo? Não. Era mais uma fortaleza. Três torres coroadas por telhados de ardósia se elevavam na monumental muralha. Um arremedo de jardim manchava de verde o centro do pátio. Passava-se à porta de entrada, primeiro por uma ponte; depois, por um pórtico renascentista. Dentro da construção principal, ele procurava a mulher, atordoado, entre as inúmeras imagens que se sucediam nos estuques da Sala de Caça. Os tetos profusamente pintados, a marqueteria das paredes, os inúmeros quadros e vitrines com toda sorte de objetos preciosos confundiam com suas formas e cores seu senso de orientação. Ele a via atravessar, silenciosa e rápida, a Grande Sala de Banquetes: o rostinho infantil tinha a sua mesma idade. A luz do inverno filtrava através de grandes janelas com vitrais opacos, confundindo seus movimentos. Agora, ela corria. Em seu delírio, ele ia atrás. Do lado de fora do castelo as árvores se contraíam no frio.

Ele também se contraía no beliche fétido: de medo. De raiva. *“Maman! Maman!”*, gemia, enquanto Leopoldina Teresa Francisca Carolina Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga se dissolvia nos corredores de uma das maiores fortalezas da Áustria. Prostração nesta madrugada do dia 17 de novembro de 1889. O jovem no beliche era Pedro de Alcântara Augusto Luis Maria Miguel Rafael Gonzaga de Bragança Saxe e Coburgo, seu filho primogênito. E ele nunca estivera tão perto, e ao mesmo tempo tão longe, de se tornar o monarca do III Reinado no Brasil.

traição
e loucura
na família
imperial

O príncipe maldito

Mary Del Priore





Pedro Augusto de Saxe e Coburgo: o rosto que alguns diziam ser igual ao do avô, D. Pedro II.

Capítulo I

O menino que queria ser rei

O Pão de Açúcar velava sobre a entrada da baía, quando o *Boyne* cruzou a chegada. Eram sete horas da manhã do dia 1º de abril de 1872. O Rio de Janeiro era, ainda, uma cidade onde africanos fugidos eram caçados nas ruas. Onde a febre amarela e a varíola eram a maior causa de mortes na população, enquanto poderosos tomavam o vapor e atravessavam o Atlântico para tratar de seus "incômodos hemorroidários". Onde se tomava leite ao pé da vaca e os perus andavam em bandos pelas ruas, tangidos pelo vendedor.

A família imperial que chegava da Europa foi recebida com entusiasmo. No convés, ao lado do avô, o príncipe Pedro Augusto ouvia o distante clamor vindo das praias. Dos vapores, escaleres e canoas que aguardavam no canal partiam saudações. Em torno do Arsenal da Marinha, milhares de cabeças, lenços, sombrinhas, chapéus pareciam lhe acenar. Eram "vivas de amor e regozijo", diriam os jornais. Da costa, chegava o som de metais e tambores das bandas navais. Das janelas, choviam flores. O menino bebia a cena. Era assim, ser imperador? O povo aguardava a família imperial comprimindo-se ao longo da rua Primeiro de Março. Acenos, gritos de boas-vindas, e os membros do ministério e os altos funcionários em fila para o beija-mão informal. Tudo era alegria no rosto de D. Pedro II e D. Teresa Cristina. Ele mesmo também se sentia feliz. Feliz, talvez, pela primeira vez desde que a mãe morrera.

O avô abraçava o neto com ternura. Afinal, era o seu menino. A sua cara. Durante o primeiro ano em que o pequeno estivera na Europa, como se queixara, com saudades. Pedro era "o neto tão bonitinho", o neto que alegrava, o "chibante" netinho, "o galante que promete ser muito inteligente". Agora em suas mãos, a criança de 6 anos, fluente em alemão, estava prestes a ser modelada. Caso o organismo de Isabel não operasse um milagre, Pedrinho substituiria Pedro. Seria Pedro III. Melhor prepará-lo.

De Paris, seu pai, Luis Augusto Maria Eudes de Saxe e Coburgo, conhecido como Gusty, escrevia para a "querida mamãe", ou seja, a avó Teresa Cristina: "Tive medo que os pequenos sofressem em função do calor do Rio, mas também é verdade que eles devem se acostumar ao calor. Os outros dois

pequenos vão muito bem, se desenvolvendo de maneira satisfatória. Os estudos de José um pouco mais adiantados do que pensei.” Assinava “Seu obediente filho”. As cartas eram curtas, quase bilhetes. Contudo, ele se preocupava com a sorte dos dois filhos imigrados. Mas o que era ser pai na segunda metade do século XIX? Duas características se somavam. Na literatura, eram figuras autoritárias. A severidade era a imagem mais comum associada ao genitor.

Mesmo na simplicidade doméstica, os privilégios do pai todo-poderoso não eram jamais abolidos. Só que o século XIX era, também, o século da supervalorização da afetividade. Ocorria uma espécie de proclamação da paternidade como forma de cidadania ao mesmo tempo em que se via a heroização dos papéis paternos: “Meu pai, meu herói.” São José entrava no rol do protetor da família. D. Pedro II não deu o exemplo, escolhendo os professores e gerenciando a formação moral de suas meninas? Não disse várias vezes que considerava a leitura, junto com a educação das filhas, o maior prazer de sua vida? A última etapa desta caminhada era a sucessão paterna nos negócios. Ou numa Coroa.

Era vitoriana, época, portanto, de valorização da paternidade. Mas, muito mais forte, de valorização da masculinidade. Masculinidade que era o oposto da feminilidade da mãe. Sem o culto à mulher, que era central para a cultura vitoriana, a virilidade ficava incompleta. A masculinidade era celebrada com exibicionismo. Alguns críticos, entre eles Goethe, se queixavam da presença de efeminados nos meios cultivados. Desde cedo, os meninos eram treinados para brigar, boxear, lutar, duelar e caçar. A luta pela sobrevivência — este era o século de Darwin — justificava que o mundo animal servisse de exemplo para práticas que se repetiam no exercício burguês da acumulação. Ou no aristocrático, de acumulação de troféus. Gusty passava o tempo atrás de ursos, raposas e lebres. A frouxidão de gestos e de atos era impensável. Daí a ginástica. A mãe, princesa Leopoldina, combateu desde cedo as pernas de manteiga, o andar de papagaio e a barriga de Pedro Augusto. Exercícios, muitos. Até os mais violentos. Nas escolas alemãs e austríacas, o duelo com facas e espadas era emblema de civilização. As noções de honra — “antes morto do que desonrado” — enchiam as cabeças e ditavam a moda.

As irmandades nas universidades anglo-saxônicas eram a regra. Bem organizada, a camaradagem masculina estabelecia laços com conseqüências no mundo político e social. Um rosto marcado por cicatrizes de lutas era reconhecido como um rosto viril. Nesta época, Sigmund Freud inaugurou a descoberta do inconsciente, debruçado sobre a dupla sexo e agressão, enquanto

a literatura romântica contava a saga de heróis másculos e bravos. Foi este misto de virilidade e afetividade que Pedro Augusto deixou para trás ao deixar seu pai. Foi deste ninho de autoridade e calor que ele alçou vôo, abandonando o palácio de colunatas brancas e os invernos que cobriam os parques vienenses de neve. Por seu lado, Gusty aceitou que os avós viessem buscar os meninos mais velhos. Afinal, com a esterilidade de Isabel, era preciso preparar o futuro Pedro III para assumir o trono brasileiro. Um Saxe e Coburgo nas Américas, no imenso império de café e açúcar, consolidava um sonho familiar: o de Leopoldo I da Bélgica, de Maximiliano do México, de seu pai e o seu próprio.

Depois do desembarque, a boca escura da capela imperial engoliu os mais velhos. Mas Augustinho tinha dor de barriga e por isso os dois irmãos foram levados, em carro aberto, para São Cristóvão. Pedro Augusto ainda teve tempo de se impressionar com os dragões que sustentavam o primeiro arco, com as figuras que representavam o comércio, a indústria, a agricultura e as artes, com os coloridos emblemas marítimos. Só não conseguiu ler as inscrições “Gratidão e Trabalho”, na decoração oferecida pelo banco Mauá. Os meninos também não viram os coretos enfeitados pelas luminárias a gás que, à noite, se acenderam. E acenderam a cidade.

A convite do imperador, o reitor do Externato D. Pedro II deixara as suas funções para tornar-se preceptor de Suas Altezas. Ele era o Joaquim Pacheco da Silva, futuro barão de Pacheco: médico sisudo e educado. “Ficaria muito grato se o Sr. Pacheco tomasse a seu cargo a educação de meus netos, Pedro Augusto e Augusto, ainda na infância e órfãos de mãe. […] Bem sei os meninos, muito travessos, estão atrasados e falam pessimamente o português, apenas conhecem a língua alemã”, lhe dizia o avô.

Os primeiros anos passaram rápido. Aos 9 anos incompletos, Pedro Augusto foi matriculado na escola. Nas fotos com uniforme, exibia um lindo rosto de anjo. Anjo de olhar triste. Na imagem não se viam as cicatrizes internas. O colégio era o Pedro II. Mantido pelo imperador e inspirado nos liceus franceses, era o padrão de ensino secundário e a única instituição que possibilitava o ingresso nos cursos superiores. Seus exames de admissão, tão disputados, eram publicados nos jornais. O aluno que completasse o curso recebia o título de Bacharel em Ciências e Letras — baga do carvalho e ramo de loureiro, a *Bacca et laurea* — e tinha acesso direto às Academias. D. Pedro, que costumava se referir a ele como “seu colégio”, escolhia os professores, sabatinava os alunos, assistia às provas e conferia as médias.

No início orfanato, depois seminário, o colégio era a glória do ensino na Corte. Cópia de Eton, na Inglaterra, do Louis-Le-Grand, em Paris, as listas de chamadas atestavam a elite que por ali passava. A fachada do externato dava sobre a rua Larga e um pouco da paralela, a Camerino. Por trás, salas e corredores se espichavam em velhas construções do século XVIII. No interior do prédio, se ouvia o repique dos sinos da igreja de São Joaquim, anunciando a visita do imperador à escola. Durante o recreio, os alunos acompanhavam as acrobacias do velho sineiro, um africano de nome Pirro, que caçava corujas na torre.

Já o internato, onde meteram o pequeno príncipe, ficava no Engenho Velho, na Chácara da Mata: um sobradão com sete palmeiras na frente, próximo ao Largo da Segunda-feira. Pintado em azul-anil com alegorias na platibanda e estuques imitando bronze, exibia um letreiro colossal: INTERNATO DO COLÉGIO PEDRO II. A entrada central era lavrada em cantaria em meio às nove portas, encimadas por nove janelas. O vestíbulo branco e cirúrgico recebia pais e filhos. As aulas começavam em meados de fevereiro. A entrada era solenizada. Neste dia, se enfeitava a palmatória, posta em lugar de destaque. Além das salas de aula, a biblioteca impressionava: mapas, estampas de história santa, coleções botânicas e zoológicas pendiam das paredes. Na sala comum de estudos, grandes armários de portas numeradas permitiam ao aluno guardar cadernos, livros e pertences pessoais. Mas, também, folhas rendadas, caveiras de passarinho, ovos vazados, cobras em cachaça. O pequeno príncipe gostava de pedras. Logo viu onde ia esconder as suas.

A bagagem era pouca. Toda a roupa e as botinas eram marcadas com o mesmo número. Guardadas na rouparia, eram arrumadas num escaninho com o dito número. As camas de ferro, também numeradas, traziam plaquinhas identificando os ocupantes. Nos quartos, baldes de mijo ficavam dentro de móveis especiais, perto das portas e janelas. O cheiro de creolina mal disfarçava o de urina. O refeitório se compunha de quatro imensas mesas de mármore à volta das quais se sentavam cinqüenta alunos.

Durante as refeições, um deles lia as cartas que escrevera para a família, maneira de entreter os demais. Guardar o pão da merenda vespertina era maneira de ter ração extra, frente ao magro café-da-manhã. Uma sineta estridente marcava a passagem do tempo. Uniformes diários eram fardas verdes, trazendo o P II do monarca. As provas exigiam casaca, gravata branca, punhos rendados e luvas de pelica. Atrás das mesas cobertas de veludo bordado a ouro, nos exames de fim de ano, se enfileiravam as túnicas pretas do reitor e

dos examinadores. Para o menino Pedro Augusto, a entrada no colégio foi a passagem para a vida comunitária. Dormir junto, comer junto, brincar junto, estudar junto. Chorar… só!

Ele teria que estudar. E muito. A reprovação nos exames do Pedro II era sinônimo de luto familiar. De aluno pestiferado! Sem férias, encerrava-se o menino em casa, portas e janelas fechadas. Um chefe da disciplina era o senhor absoluto dos destinos: controlava os castigos e as saídas: “Comunico-vos que o aluno tal perturbou o estudo da noite com cacholetas e besouradas.” Sábado, o moleque não iria para casa. A cafua — prisão escolar — fora, contudo, suspensa pelo Dr. Pacheco. No recreio, cuidados. Nos primeiros dias não faltava o “bolo humano! Bolo humano!”. O novato era enterrado sobre uma montanha de nádegas. Os veteranos vinham correndo e se jogavam sobre ele. A chulipa era o cascudo que se tinha que passar adiante. Os trotes eram obrigatórios nas semanas iniciais, e, esquecido de que era príncipe, o menino não escapou do ritual.

Entre as aulas, havia um recreio de dez minutos. Servia para correr às privadas, para o cigarrinho escondido, para matar a sede nos bebedouros. Em sala de aula, os ritos eram de praxe: o arrasta-pé demonstrava reação coletiva de insatisfação com o mestre ou de riso de um colega. O ensino era fraco. Os alunos bocejavam, bestavam, sonolentos. Os professores, com honrosas exceções, eram funcionários mal pagos, geralmente pertencendo a um nível social e de instrução inferior aos próprios alunos. Tinham, portanto, que se bater contra eles. Revidavam com castigos terríveis as piadas, as caricaturas nas latrinas e a gozação que fermentavam entre os jovens. E não faltavam críticas de alunos a Benjamim Constant — que lecionou na casa — por sabê-lo protegido de D. Pedro, mas capaz de maldizer a monarquia na frente da garotada.

Havia amores platônicos. Alguns alunos veteranos sabiam ser paternais, fraternais, mesmo maternais. As obsessões eróticas, típicas da idade, eram saciadas em folhetos que circulavam das mãos de funcionários para as dos alunos, mediante alguma propina. Saciavam-se melhor ainda nas coleções de livros de arte. Pinturas e esculturas prolongavam a esfera do que era possível ver ou imaginar: sobretudo, os quadris e seios marmóreos. As cabines óticas, nos feriados e férias, alimentavam a visão do corpo feminino nu. As feiras populares exibiam reproduções anatômicas em cera. As peças eróticas encontradas em Pompéia circulavam em fotografias, instruindo sobre a matéria arqueológica e, principalmente, sobre sexo. Completava-se a formação sexual

pela contemplação de todas as Vênus possíveis, em mármore ou papel. Para se excitar, havia os cabelos femininos, tão longos que eram capazes de vestir peitos e quadris, verdadeiro fetiche vendido a metro na rua do Ouvidor: cabelos de meninas mortas, de meninas virgens com os quais os garotos sonhavam. E a lingerie? Seu perfume ou a simples exibição de uma peça tinha uma incrível carga erótica.

Esta foi a época dos ladrões de lenços femininos, cujo perfume embalava o sono dos rapazes adolescentes e adultos. Já o lenço masculino era o companheiro dos punheteiros. Quase nada se dizia, mas os professores estavam alerta para o que consideravam uma praga. A masturbação e as perdas seminais influíam no rendimento escolar. Os meninos emagreciam. Cobriam-se de espinhas. O vício solitário degenerava em diarréias brabas. Inspecionava-se o dormitório. Investia-se na prática da ginástica. Era o erotismo romântico ensinado desde a puberdade. Pois a meninice dos netos do imperador transcorreu sem maiores problemas entre o colégio e a casa do avô.

Instalados no velho Paço, os dois irmãos descobriam a casa onde as princesas Isabel e Leopoldina passaram a infância. Nas noites mergulhadas no silêncio do grande palácio, Pedro Augusto se revirava na cama. Ao lado, Augustinho ressonava, exausto, mas ele tinha dificuldade para dormir. Era um suplício esperar a mãe que não vinha mais para lhe dar o beijo noturno. Para distraí-lo da dor, os avós tinham comprado uma lanterna mágica. O aparelho era colocado sobre a luminária a gás, e, como por encanto, as paredes cansadas se revestiam de pequenas aparições sobrenaturais, de luzes e cores em forma de arco-íris ou estrelas. Lutando contra o cansaço, o menino retroagia no tempo.

Alguém lhe contara sobre o bigode espesso, o queixo másculo, o cabelo curto, a gravata fina e as mãos hábeis. Parecia um homem. Mas era Josefina Durocher, parteira e mulher-macho, a puxá-lo entre as coxas da mãe. Era francesa, atendia em casa e tinha toda a confiança da família imperial. Foi a primeira a demonstrar que não se provava virgindade em mulher enfiando um ovo vagina adentro. Era a tarde do 19 de março do ano de 1866. Os canhões das fortalezas e navios no porto da Mui Heróica e Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro anunciaram seu nascimento. Era o primeiro neto de um avô de 40 anos que, na juventude, enterrara dois herdeiros.

A luz na palmatória de níquel presa na parede avivou outra imagem: a de um círio esculpido e ornado de ouro com quatro peças de dez mil-réis cravadas em forma de cruz. Ele iluminava um aparador coberto de veludo verde, sobre o

qual esticaram a veste alva que o cobriria. Já tinha quase um mês quando atravessou o cais do Carmo que ligava o paço à capela imperial. A penugem dourada da cabeça sobressaía entre os membros do cortejo solene, gente morena e vestida de escuro. Com os pais, igualmente louros, mais pareciam uma trinca de cisnes a atravessar um charco de rãs pardacentas.

A fila compenetrada de membros da família imperial caminhava sob o badalo dos sinos e os vivas do povo. A gente se apinhava nas janelas do hotel Pharoux ou nas sacadas que se enfileiravam do largo da Assembléia à rua do Cotovelo, da São José ao beco da Fidalga. Belo como um cromo, ia viver o cerimonial minucioso prescrito pelas normas das cortes. Seus padrinhos: o avô, Pedro II, e a rainha dos franceses, Maria Amélia de Bourbon-Nápoles, representada pela imperatriz Teresa Cristina. A lentidão nas comunicações — os cabos telegráficos submarinos seriam instalados somente em 1874 — impedia, todavia, de saber que a dinda morrera 16 dias antes da festa.

Emocionados, todos cruzaram a portada em lioz, vinda de Mafra, encimada por um medalhão, com a Virgem do Carmelo. Emocionados, sim. Afinal, a falta de herdeiros varões era um perigo para a Coroa brasileira. A jovem mãe, Leopoldina, perdera dois irmãos: Afonso, falecido aos 2 anos, e Pedro, antes de completar um. Sua irmã, Isabel, fora doente na infância e, por duas vezes, esteve em perigo de morte.

Sob a abóbada dourada da Sé, acariciando a nuca leitosa da mulher, com a criança no colo, Gusty não podia deixar de pensar que era este o quinto império no qual pisavam os Saxe e Coburgo. De um pequeno ducado, ou melhor, de dois pequenos ducados geminados que compreendiam, em 1867, não mais do que 168.851 almas, contando somente duas cidades, Gotha e Coburgo, saíram, no correr do século, várias casas reais ou príncipes para dinastias em crise de varonia. De fato, seu pai, Ernest II Augusto Carlos, João Leopoldo Alexandre Eduardo duque de Saxe e Coburgo, de Juliers, de Cléves e Berg, de Eugern e de Westfália, Landgrave da Turíngia, Margrave de Meissen, conde principesco de Hennemberg, conde de la Marche e de Ravensberg, senhor de Ravenstein e Tona, reinante em seu pequeno estado desde 1844 era aparentado com diversas cabeças coroadas; primo-irmão do príncipe consorte da Inglaterra, o famoso Alberto, casado com Vitória; primo-irmão do rei honorário de Portugal, D. Fernando; primo do rei Ferdinando, dos búlgaros; e, finalmente, sobrinho do rei Leopoldo, dos belgas, um dos maiores articuladores políticos do século. Seu sangue já pulsava em cinco casas reinantes. Por pouco não fora coroado, aos 19 anos, rei da Grécia. Se não fosse tão jovem e católico, as ilhas do mar Jônico

não teriam ido parar nas mãos de um dinamarquês: o duque Cristiano de Sonderburg-Glücksburg. Por que não encontraria um trono, para si e para os seus, na longínqua América tropical, o Brasil do fumo e do café?

Contida ao lado da princesa-mãe, a mana Isabel sofria. Ah! A *envidia.* A felicidade da irmã lhe fazia mal como um espinho enterrado no coração. Trazia irritação, vergonha, pois a alegria de Leopoldina era, para ela, um copo de veneno. O prazer de uma tornava-se ferida na outra. Inveja no olhar carregado de amargura. Olho gordo, olho grande sobre a pequena criatura causadora deste conflito íntimo. Frustração quanto a este objeto não possuído: um filho! Casara primeiro. Seria estéril? Maldição. Quantas vezes não fora a Caxambu e Lambari tomar banhos de águas milagrosas. O bidê de louça inglesa transbordando, e as abluções repetidas, na tentativa de tornar o solo fecundo.

Frialdade ou frigidez era o nome que davam a esta doença. Com quantos remédios não tentara solucionar o problema, até os mais populares: chá de erva de carrapato ou de figueira-do-inferno. Novenas à santa Ana e santa Comba, padroeiras da fertilidade conjugal. Defumadouro das partes íntimas com a erva chamada pombinha. Não ousara pedir ao marido, Gaston, que urinasse num cemitério pela argola de uma campa. Que untasse a região púbica com sebo de bode, ou que bebesse garrafadas de catuaba. Ele a tomaria por uma primitiva. Riria-se dela. Ainda assim, escrevera ao marido: “Eu quero tanto ser a mãe do teu filho, ter um filho de quem eu amo tanto, de quem eu amo acima de tudo, meu amor!!!”. O menino no seio direito da irmã, e uma serpente, no seu seio esquerdo. Uma sorria, a outra sangrava. Que prazer maior do que a destruição do objeto invejado?

“Minha maninha do coração, mana e amiga, queridinha, nariz de telha, senhora laranjeira.” Amigas? Desde pequenas, as desavenças entre as princesas eram feitas de silêncio e discrição. Leopoldina, “a bela”. Isabel, a feia, destituída de sobrancelhas, o que aumentava o seu já comprido nariz. Feia, mas “boa e angelical”, segundo a condessa de Barral, aia das princesas. Isabel merecia toda a atenção da dita condessa e, também, da governanta francesa, Madame Templier. Afinal, era a sucessora do trono e descrita como muito inteligente. Leopoldina, a segunda na linha de sucessão, tinha que viver com as desvantagens de ser a mais moça. Dava o troco: era rebelde, irascível, difícil. Quando não se bicavam era de causar espanto, segundo conta a Barral à imperatriz Teresa Cristina por ocasião da viagem do casal imperial ao Nordeste.

“A mana foi à Glória”, queixava-se ao pai Leopoldina, “é divertimento, e

bom divertimento; eu já ouvi missa, não acha que eu devo me divertir a tempo que ela se diverte?" E a resposta paterna: "Não tem obrigação de estudar senão durante o tempo que marquei; porém quem estuda mais sabe mais… Adeus, seja boa menina!" Pois, sim, "boa menina". Difícil dobrar esta personalidade forte. "*Minha travessa Leopoldina*", a chamava a Barral.

Pois da mais moça viera o primeiro herdeiro. Da bela, nascera a fera. De sangue turingês e não francês, era o primeiro herdeiro, promessa de futuro imperador do Brasil. Criança gerada sob o signo de *La Guerra Grande*, a Guerra do Paraguai. Daí, talvez, ter nascido frágil. Um primeiro batismo, sob comoção dos avós e pais, foi *in extremis.* Depois ganhou cores e força. Gusty ainda guardava as impressões da partida, nove meses antes, com o sogro para Porto Alegre. Viajaram na segunda quinzena de julho, logo depois que a notícia da invasão inimiga chegara à Corte: Uruguaiana fora ocupada a mando de Solano Lopez. A saída no vapor *Santa Maria*, comboiado por dois transportes cheios de tropas e o povo a acenar das praias: inesquecível. Mas, se perguntava, quando teriam concebido este filho? Os anjos na talha do altar-mor da Sé fizeram-no pensar nos outros. Naqueles outros que os vigiavam entalhados na cama de casal, quando ele a procurara, tão formosa e doce, de quatro, sob metros de pano do camisolão.

E a cruz, a toda-poderosa cruz do altar-mor, lembrava as missas a céu aberto, celebradas nos hospitais de campanha para os combatentes, ou as pequenas igrejas caiadas de branco, tão pobrezinhas em comparação com a Sé da capital, igrejas que serviam de hospitais aos feridos nos campos de batalha. Lembrou-se de si mesmo, um europeu em contraste com os morenos voluntários da pátria, os zuavos da Bahia, negros vestidos com o fardamento do Exército francês na Argélia, os gaúchos peludos que compunham os Guardas Nacionais da cavalaria ligeira. Já os fogos que estouravam do lado de fora da catedral para saudar seu menino lembravam o espocar das espingardas a *minié*, das clavinas e das pistolas usadas pela cavalaria no cerco de Uruguaiana.

O casamento no qual nascera esta criança se realizara um ano antes. Duas irmãs unidas a dois primos, direto do interior da família real para o noivado e o casamento. Uniões dinásticas eram planejadas com anos de antecedência. Quando Isabel e Leopoldina tinham apenas 9 e 8 anos, D. Pedro especulava sobre seus maridos. Um português? Nem pensar. Teria a oposição dos brasileiros. Seria como voltar aos tempos da colonização. Não havendo nobres brasileiros, os maridos tinham que vir de casas reais européias de religião católica. O importante é que, dentro dos limites de um casamento arranjado,

houvesse pelo menos simpatia entre os companheiros escolhidos.

Escrevendo ao cunhado, o príncipe de Joinville, casado com Francisca, sua irmã mais moça, a quem encarregara de arranjar maridos para as meninas, D. Pedro afirmava que não as obrigaria a casar contra a vontade. Ele jamais esquecera sua decepção ao ser apresentado a Teresa Cristina: feia, sem graça e coxa. Diante da decepcionante visão, ele passou mal. Quase desmaiou. E ela, por seu lado, chorou desesperadamente. Envergonhava-se, pois sabia que não correspondia, nem de longe, à imagem na miniatura que da corte napolitana tinham enviado ao noivo no Brasil.

Em maio de 1864, a fala do trono anunciou o casamento das princesas. Já estavam ambas, como se dizia, então, “colocadas”. Nenhuma palavra sobre os possíveis pretendentes. Uma lei foi baixada, assegurando às duas irmãs dotes e rendas. Na mira, os sobrinhos do cunhado Joinville. Um filho de sua irmã, Clementina, e outro do irmão, príncipe de Nemours. Para sorte das duas jovens, as descrições e fotografias mais aproximavam os rapazes da imagem de príncipes de contos de fadas do que de sapos. Gusty, “belo, bem batido, um pouco frívolo”. Gaston, o futuro conde d’Eu, como sua futura noiva, aliás, “bom, amigável, inteligente”. E, como ninguém é perfeito, um pouco surdo. Não se sabia quem ficaria com quem.

Pois “a 2 de setembro de 1864 chegavam ao Rio o conde d’Eu e o duque de Saxe. Meu pai desejava essa viagem tendo em vista nossos casamentos. Pensava-se no conde d’Eu para minha irmã e no duque de Saxe para mim. Deus e nossos corações decidiram diferentemente”, escreveu Isabel em seu diário. Enquanto isto, Gaston se correspondia com a irmã, preparando-a para conhecer a noiva: “nada tem de bonito no rosto, mas o conjunto”, afirmava, “é gracioso”. Isabel estaria mais apta do que Leopoldina para assegurar-lhe “a felicidade doméstica”. Em resumo: os bonitos, entre eles. E os feios, entre eles. A 15 de outubro deste mesmo ano, Isabel se casava com o conde d’Eu, elevado a marechal do Exército brasileiro. Em 15 de dezembro, na mesma capela real, os sinos tocavam para Leopoldina e Gusty, nomeado almirante da Esquadra Imperial. Eram duas crianças: ela, com 17 anos, e ele, com 20. Ele, nem maioridade possuía. Foi mesmo preciso enviar um diplomata a Viena, a fim de obter “do chefe da família do jovem príncipe os plenos poderes necessários”.

“Incumbindo-me Sua Majestade o imperador de convidar para assistir de grande gala, em uma das tribunas da imperial capela, ao ato solene do feliz consórcio… Deus guarde V. Exa.”, dizia o convite.

Para as irmãs, o casamento significava o adeus à Quinta da Boa Vista, com sua alameda de bambus e mangueiras onde brincavam de esconde-esconde e de bonecas. Mas, também, adeus às aulas de história do Brasil, inglês, alemão, música, filosofia, botânica, bordado, caligrafia, desenho, fotografia e dança. Era o fim das "festas de meninas" que rompiam o clima carrancudo do palácio, festas que excluíam políticos e nas quais encenavam com amigos peças de teatro escolhidas de um livro francês — o *Théàtre des Petits Chatêaux*, alternando-se em vários papéis: flores falantes, fadas, bruxas. Era o adeus à canja de galinha quase diária, à carruagem de gala fora de moda, à voz bem timbrada da imperatriz, que, cada vez menos, solfejava *Una Voce Poco Fá* de Rossini.

Deixavam para trás o velho palácio, quase um convento, onde tinham crescido, com suas plantas, pássaros, animais favoritos. Era preciso deixar o ninho onde se sacrificavam aos ritos familiares. Deixar-se uma à outra. Deixar os pais. Deixar os quartos e as camas onde sonharam com estes companheiros prometidos. Percorriam as peças da casa onde passaram a infância, que abandonariam para sempre. Diziam adeus a cada objeto, ao piano, aos livros, às caixas de costura, aos velhos brinquedos. Em pouco tempo, o assunto tornou-se o cuidado com a futura casa, os filhos que viriam, o amor aos maridos. Agora, depois de casadas, poderiam, também, ir a bailes e teatros que nunca freqüentaram. Escutavam de olhos baixos, dóceis, submissas, tudo o que dizia respeito a tais questões. Sabiam, contudo, que estavam sendo empurradas para uma vida nova. E para o único exercício que dava então sentido à vida das mulheres: a maternidade. O que era, então, uma mulher casada? Alguém que desejasse ser mãe, amar seu marido e praticar a arte de agradar.

Tudo o que se ensinava a respeito da maternidade era contraditório. Sim, a criança era uma graça de Deus. Mas era, igualmente, o comprovante de atos grosseiros. Atos quase que repreensíveis, mesmo entre esposos, se a procriação não os justificasse. A moral ditava as regras para as mulheres. Em vez de lhes ensinar apenas o pudor, se lhes impunha a inocência. Ou seja, a absoluta ignorância do sexo físico. Eram privadas de qualquer olhar sobre o próprio corpo. Fechar os olhos para trocar de roupa era obrigatório. E a toalete íntima? Esta era tida por algo próximo à libertinagem. Para estimular o instinto materno, ganhavam bonecas, pequenos cachorros e gatos. Encarnavam todo o frescor do mundo, toda a pureza, comparadas a lírios, pombas, anjos. Branco era o vestido da primeira comunhão, da primeira festa e do casamento. Branco era o enxoval. A rosa branca era símbolo de virtude, castidade e abnegação, flor

da mocidade.

O ardor do noivado era feito de negativas. O requinte consistia em resistir cedendo a um afago, um suspiro, um olhar, até à ousadia de um gesto impaciente de ternura. E as surpresas da primeira menstruação ou da noite de núpcias? Alguns médicos sugeriam usar a ave-maria e a passagem “o fruto do vosso ventre” para explicações superficiais e mínimas. As mães? Recuavam. Não queriam macular a timidez de suas virgens filhas com muita informação. Os maridos? Eram os únicos qualificados para iniciar a jovem esposa. Eles buscavam as ignorantes dos jogos eróticos, a quem iriam despertar com prudência.

As funções que decorriam do casamento se realizavam por instinto, como que sob o império do sono. A química fisiológica, tão complicada, percorria seu caminho sem pedir conselhos. A perpetuação da espécie, a continuação da linhagem, operada pelo amor e o matrimônio, a constituição da família eram, enfim, o único objetivo. O casamento era o sonho legítimo. Mas não só. Para dar ao amor conjugal o infinito prazer era preciso sofrer na própria carne. Quantos filhos arrancados do fundo das entranhas? E depois dos gritos e da agonia do parto, do permanente cansaço e da inquietação, das ansiedades e tristezas em torno de um berço, para que servia a mulher senão para engravidar de novo? A medicina, por meio das leis da “ovologia”, até recomendava que uma jovem só se casasse dez dias depois do trabalho de ovulação. Era preciso pegá-la num momento de esterilidade, do contrário ela ficaria grávida no primeiro mês de casamento. Não sobraria tempo nem para conhecer o marido.

Para Leopoldina e Gusty, a ciência do amor tinha então um recado simples: era preciso amar, sem nada precipitar. Deixar fluir as coisas, os passos se sucedendo na ordem natural, evitando toda irritação duradoura. Mão na mão. Olhos nos olhos. Enquanto o dia D não chegava, os jovens se achegavam. Trocavam bilhetes amorosos, pequenas lembranças, “ainda tenho que escrever muito a Gusty”, explicava ao pai, desculpando-se pela falta de tempo… “cordiais saudações e saudades a Augusto, a quem não tive ainda o prazer de ver. Dê-lhe este amor-perfeito da parte de Mme. Pica-pau”. O que não exprimiam por palavras, diziam, um ao outro, com a gramática do corpo: rubores, piscadelas, olhos brilhantes, tremores. Ou era revelado em carta para Isabel:

Não creia que a carta que Augusto escreveu foi ditada por mim; ele

> escreveu sozinho. O português dele tem feito progressos. As *soirées* têm se tornado escola. Cada vez eu gosto mais dele como ele a mim. Você deve, sem dúvida, sentir o mesmo por Gaston. Eu não posso mais dizer uma coisa a Augusto sem que o papai ou a mamãe queiram saber. E agora vejo-me perpetuamente em calças curtas. […] Em Petrópolis, hei de ter o prazer de almoçar com meu benzinho todos os dias que ele não for à caça.

Fragmentos desse processo amoroso revelavam mais além da felicidade dos encontros. Expunham a matriarca por trás das filhas: zelosa, dominadora e, provavelmente, ciumenta. Matriarca como as muitas que Freud irá denunciar, algumas décadas mais tarde, como mães castradoras. Mães sufocantes. *Maman*, as sílabas úmidas invocadas na mais extrema dependência, ídolo reclamando preces. Mães capazes de expor a ambivalência dos sentimentos maternos. Como elas, a imperatriz colava-se às jovens mulheres. Bebia-lhes a felicidade, num copo de fel. Lembrava-se com amargura dos primeiros meses do seu próprio casamento, tempos marcados por estranho acanhamento do marido. Na Corte, até correram rumores registrados em correspondência diplomática — uma vergonha! Se ouvira dizer que "o Daiser escrevera oficialmente a Metternich comunicando que o imperador tem impedimento físico para as funções matrimoniais", com o adendo: "a comunicação fora documentada com uma atestação do Dr. Sigaud." Um mês depois das bodas, os criados que lhes mudavam os lençóis murmuravam que não havia sinal de intimidade entre eles. O matrimônio das filhas lhe enchiam destas terríveis lembranças. Mas havia um alívio nisto tudo.

Exultava por ver-se, finalmente, livre — como confessou a uma dama do paço que a cumprimentou —, livre — insistia — da Senhora Barral. A aia de Isabel e Leopoldina, sobre quem corriam rumores de uma ligação amorosa com D. Pedro II, foi sempre uma sombra sobre ela. Teria Teresa Cristina jamais entendido que era preciso renunciar aos seus desejos de dominação, adaptar-se, reduzir-se à figura humana, encontrando um meio-termo entre a intrusão destrutiva e o devotamento sem limites? Doente, envelhecida, nunca bela, mãe de dois filhos mortos, observadora sofrida dos amores concretos ou imaginários do marido, com quais sentimentos via a felicidade de Leopoldina?

Durante o noivado, esta desabafava com a irmã: "Eu estou com inveja sua por causa do bom tempo que você há de estar passando só com seu Gaston e não sendo vigiada pelos olhos incomodativos de mamãe, que ontem não deixou

de despregá-los de nós ambos. Eu não posso dizer uma palavra a Augusto sem que mamãe queira saber o que eu disse…” Queixava-se também à sua confidente, a condessa de Barral: “Mamãe é muito boa pessoa, mas é muito dominadora, gosta que tudo vá como ela quer. Mesmo papai deve fazer o que ela quer, apesar de que Deus no Evangelho diz que a mulher tem que se submeter ao homem… mas você conhece mamãe e sabe que nós nunca lhe dizíamos alguma coisa sem que a Josefina e toda a viscondessada soubessem. O que lhe posso dizer é que as duas pessoas com que meu gênio vai melhor são você e Gusty.”

Ou ainda:

> Muito querida Isabel
>
> Você sabe que quando uma pessoa tem vontade de chorar e lhe dizem que ela chore isto ainda dá mais vontade. Depois mamãe está perpetuamente dizendo que eu tenho ciúmes da amizade que ela tem com ele. Diz também que eu não quero fazer prazer a ele. Como! Eu! Que gosto tanto dele. A minha vontade é só de agradar a ele. Ele gosta também muito de mim. Mas ainda não pudemos falar de nossos negócios. Esta cartinha é uma lengalenga, mas você sabe que depois de Augusto é a você e à condessa que quero contar minhas misérias… Tomara já ir para Petrópolis para que Augusto possa se divertir um pouco caçando e passeando. Coitado, até agora ele tem estado condenado a ficar sozinho naquele imenso palácio da cidade. Já sei que tem um cão emprestado e que este chora a separação de sua mulher. Eu compreendo isto pela largura do tempo quando não estou com o Augusto. As saudades são muitas.
>
> Todos lhe beijam a mão.

Leopoldina e Gusty se casaram. A lua-de-mel foi em Petrópolis. Os pombinhos começaram a reformar um palácio próximo ao dos imperadores. O chamado paço Leopoldina ficava entre a rua São Cristóvão e a rua São Francisco Xavier, comunicando com a Mariz e Barros — toda calma neste recanto sossegado do chamado Engenho Velho, antiga propriedade rural dos padres jesuítas. O lugar deve ter agradado ao duque de Saxe. Acostumado a cavalgadas e caçadas na região de Ebenthal, onde residia na Europa, soube reconhecer no caminho que passava à frente da igreja de São Francisco Xavier a trilha para a mata da Tijuca. O governo coibira o desmatamento, proibindo a

derrubada de árvores nos mananciais dos rios Paineiras e Carioca. Quando o casal se mudou, o major Archer já começara o reflorestamento com espécies nativas e exóticas.

A presença da água, bem como a mata remanescente nas encostas, atraía, sobretudo, macacos, papagaios e preguiças. Na vizinhança, só chácaras e vivendas. Plantações de café, aqui e ali, ainda manchavam o pequeno vale. A cidade na qual se estabeleceram os recém-casados ainda tinha muito de uma paisagem rural. À frente do palácio passava, puxado a burros, o bonde da Companhia Vila Isabel, trazendo o dístico *Parque Imperial*. A campainha da parelha de animais quebrava, de quando em quando, a algazarra da passarada.

Incrustado num lindo parque, de frente para quatro palmeiras, o imóvel nada tinha de espetaculoso. De estilo neoclássico, parecia uma das construções que os discípulos do arquiteto Grandjean de Montigny espalharam pelo Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. O frontispício, que ocupava dois andares, era dividido em sete janelas sisudas, mas elegantes. Uma escadaria, cortando o prédio ao meio, levava ao vestíbulo de entrada. Em lugar de telhado, uma fieira de colunatas fazia as vezes da cimalha. O interior era decorado ao gosto da época, com pinturas cenográficas ou de naturezas-mortas. Nos tetos, o estuque trabalhado por artesãos recém-imigrados da Itália. Bairros como o Catumbi, Rio Comprido e Tijuca começavam a ser ocupados por mansões.

Na correspondência das manas constatava-se o açucarado do dia-adia. Um mundo a construir. Se Gusty saía para cavalgar ou caçar, Leopoldina se recolhia, quase que religiosamente. Acalentava seu maravilhoso sonho. Reproduzia cada detalhe de um marido terno, generoso e gentil. Ela repassava com doçura sua alegria e a energia explosiva. Recordava seu rosto, seus gestos. Enrubescia. Queria pertencer e depender dele exclusivamente. Saboreava solitariamente as marcas humildes da paixão. Se ele atrasava, derramava uma lágrima de impaciência, a imaginação transbordava em imagens torrenciais — as flores sobre a mesa arrumada e rearranjada não o faziam chegar mais depressa. Mas, de repente, os passos na escadaria, e, de dois em dois degraus, o jovem irrompia no salão. Eram felizes.

Minha querida Isabel

Como vai passando com seu maridinho? Eu estou em perfeita saúde assim como o meu. Eu vivo muito feliz com o meu Caro; Gusty é excelente para mim. Eu faço tudo o que quero, ele quer, bem entendido, porque a

vontade dele é a minha… Mon bien assorti époux — meu marido cheio de qualidades — tem feito lindas caças de pássaros… O tempo que passei sem Gusty pareceu-me compridíssimo.

Adeus… saudades a D. Gaston e meus cumprimentos mais afetuosos aos outros.

Sua mana muito do coração e madrinha.

Como passava uma boa esposa o tempo? Cuidando da casa, dando ordens aos domésticos, fazendo a lista da despensa, conhecendo todos os pontos de tapeçaria e bordado, evitando frouxos de riso ou bocejos. E, além de boa, uma honesta? Devotando-se à castidade e à repressão sexual. É provável que as duas jovens princesas seguissem as regras da época vitoriana. A felicidade doméstica era o lema que pendia sobre o leito conjugal. Maridos também tendiam a ser prestimosos e devotados.

O casal passava temporadas em Petrópolis. Lá não se tinha vida de castelo e, ao contrário, vivia-se numa exagerada simplicidade. A severidade do cerimonial era substituída por um burguesismo sem etiqueta e, segundo alguns, sem gosto. Essa falta de afetação era malvista por observadores estrangeiros ou mesmo nacionais, que julgavam ter o casal imperial que dar o exemplo. As más línguas murmuravam que tanta naturalidade amesquinhava a instituição monárquica. Um deles dizia entre dentes: *"Oh! Ce n'est pas la cour, c'est la basse cour"* (não é a corte, é o galinheiro). O programa diário variava entre aguardar na estação os viajantes vindos do Rio, passeios por entre chácaras, reunir-se para as celebrações do mês de Maria na igreja Matriz, exposições hortículas no Palácio de Cristal, visitas ao hotel Orléans e encontros nas duchas. O jornalista e escritor teuto-rio-grandense Karl von Koseritz descreveu, menos ácido, o cenário: "Uma população elegante se acotovela na estação; ligeiros *cabs*, puxados por cavalos de raça, são guiados por senhoras; esbeltos cavaleiros caracolam sobre lindos meios-sangues, com um criado de libré, a retro. A carruagem imperial circula, seguida de um carro a quatro, com veadores de serviço e uma dama da imperatriz."

Em grupos se comentavam produções literárias nacionais e francesas, a estação do Theatro Lírico, a impressão dos últimos espetáculos, a voz das cantoras, a plástica das atrizes, o valor musical das peças. Crítica fácil e alusões maliciosas envolviam o nome de divas como Adelina Patti, Maria Durand, Salvini, Coquelin, Sara Bernhardt. Discorria-se sobre os artigos publicados no

Diário de Notícias ou no *Jornal do Commercio*. Ria-se discretamente de mais uma caricatura do imperador na *Semana Ilustrada*. A evolução das anquinhas e mangas bufantes ocupava as mulheres.

A sociedade se encontrava e convivia menos nas moradias quietas do que nas ruas, na estação, na igreja, nos hotéis e nos bailes. A chamada *petite étiquette*, uma etiqueta com menos cerimônias, inspirada na corte de Napoleão III, se harmonizava com o cenário bucólico de montanhas, córregos e hortênsias, reduzindo a família imperial à sua expressão mais singela. Em sua correspondência, Leopoldina se queixava da chuva insuportável e comentava os passeios a cavalo que levavam o casal do Palatinato à Renânia, os concertos de sapos ao cair da tarde. Em casa, lia-se muito e até exageradamente. Não poucas vezes, os moços escondiam os livros do imperador, evitando que ele fizesse leituras em voz alta, quando todos seriam obrigados a escutá-lo, fingindo atenção. Passava-se tempo, também, adivinhando provérbios, fazendo mímica, olhando álbuns de fotografia, jogando prendas, o *whist* ou o voltarete. Às 21 horas, noite calada.

Se na serra tudo era calma, nos confins do país rugia a guerra. Era, apenas, o seu início. A rendição de Uruguaiana não fora o fim, mas o começo de uma prolongada luta. “Forças e mais forças a Caxias”, escrevia o imperador. “Acabe-se com honra a guerra… cumpre mandar soldados e mais soldados aos nossos generais.” Escrevendo à condessa de Barral, o imperador anunciava o fim do conflito. Ledo engano. A guerra iria durar ainda cinco longos anos.

Mas foi em fevereiro que veio o sinal. Leopoldina trazia as marcas do amor de Gusty. Muito sono e muitos vômitos. Doravante, o brinquedo seria com bonecas de verdade. Este era o século da “boa mãe”, século em que o amor materno tornava-se um código de boa conduta para as mulheres. Considerado um valor vitoriano, ele idealizava as relações entre mães e filhos. Leopoldina, aos 18 anos, estava pronta a enfrentar a agenda. Enquanto isto, nas academias de medicina, médicos discutiam se as mulheres frias não concebiam mais facilmente do que as amorosas. A tranqüilidade as ajudaria a guardar o esperma. De repente, o prazer feminino não era necessário à procriação, se mostrando não apenas inútil, como suspeito. O importante era valorizar o pudor: o coração distante dos desejos lúbricos. Manter-se casta apesar da aproximação do companheiro. O pudor consistindo em não ter sexo ou a ignorar que se tinha um. Desviar a mulher de sua própria sexualidade era consagrá-la exclusivamente à maternidade.

Minha querida Isabel

Digo-lhe também que quando há dias passados estava muito enjoada e toda mole e tonta, veio o Bonifácio de Abreu me ver e disse que isto era um sinal de gravidez… Petrópolis insuportável com a chuva… Os enjôos continuam… Hoje estou horrivelmente enjoada. Penso que será lá pelo mês de setembro que o duquinho ou a duquesinha de Saxe fará sua aparição no Brasil, mas por ora não sei… o que é certo é que eu o encomendei para que chegue de Paris… Se lembra da asneira que nos diziam quando alguma pessoa tinha tido um filho? Por exemplo: veio por este paquete uma criança de Paris… Só a você, por ora, é que Gusty deu licença para anunciá-lo, mas por ora não sei se eu vou ter um ou uma como já lhe disse… Há de ser muito engraçado Gusty papai e eu mamãe, pobre criança, quantas palmadas não levará talvez de papai. Eu antes dizia que havia de dar muita palmada, mas agora sei que as palmadas se converterão em beijos. Hoje dia de visitas e eu com uma vontade horrível de lançar… Muito enjoada… Meus vestidos estão ficando largos em cima e na cintura não posso mais abotoar. Trago por cima cintos largos com fivelonas. Cada vez estou mais contente com o meu bom e bonito Gusty. Ele gosta muito de mim, tomara que nosso filhinho ou filhinha seja parecido com ele. Peço-lhe não dizer nada a ninguém do que lhe anunciei.

Tempo de silêncio e segredo. Era preciso conservar o fruto. Fazê-lo amadurecer até o fim. O ideal seria uma gravidez vivida na ponta dos pés, como entre parênteses, ao abrigo de olhares. Melhor impedir toda agitação, retirando-se da cidade para viver a tranqüilidade do campo. Nada de cruzar as pernas, evitando estrangular a criança. Nada de chaves na cintura, para evitar lábio fendido. Nada de tristezas ou de agonias, para não fazê-lo sofrer ou nascer feio. Infinitas crenças deviam proteger a criatura em seu ninho. Ninho, útero, matriz: objeto de um respeito quase religioso, lugar sagrado onde se reproduzia a vida, onde se elaborava um novo ser. Junto com a barriga, crescia o medo e a ansiedade em torno do parto. Ou em torno do sexo da criança a chegar. Superstições feitas à luz da lua deveriam responder a esta questão: menino ou menina? Na Corte, a mulata do Castelo, vidente respeitada, previa o futuro da criança a chegar. Homens garantiam a linhagem, coisa fundamental numa família em que os varões pouco duravam. Consultavam-se, então, as urinas ou a cor dos mamilos da grávida.

Não durou. A 21 de maio de 1865, Leopoldina relatava a perda do Bebê:

> Eu esperava fazer-lhe titia no fim deste ano, mas infelizmente o seu sobrinho ou sobrinha nasceu muito cedo. No dia 2 de maio às cinco e meia da manhã, sem que eu sentisse nenhuma dor, comecei a sentir-me molhada e a pôr sangue. Eu logo disse a Gusty que pensava que eu estava desarranjada. Gusty imaginou que devia ser o que tenho todos os meses. Quem dera que o fosse. Mas eu fui remexer-me na cama e senti sair uma posta de sangue. Eu pus-me a chorar dizendo a Gusty que julgava que aquilo era nossa pobre criança. Ele disse que não chorasse porque pensava que isto era impossível. Ele mandou chamar Touvel para ver-me e ele disse que era um sinal de aborto. Infelizmente o foi. Eu pus-me a chorar quando recebi a sua carta escrita "Minha querida Mamãezinha"… Apesar de ter tido a infelicidade que tive, ainda sou a mesma pessoa alegre que você conhece.

De fato, muito alegre e, também, uma deliciosa mistura de ignorância e desinibição. Apesar da repressão sexual, podiam-se enfrentar as conseqüências do funcionamento do corpo sadio ou doente. Uma diarréia na cama ou um jorro de mênstruo? Nada de vergonhas. Eram como duas crianças grandes brincando. Crianças grandes que até faziam uso da linguagem escatológica como crianças pequenas. A coprolalia servia para identificar as pessoas que circulavam à volta do casal. Machado — José Machado Coelho de Castro, fidalgo da Casa Imperial — era jocosamente apelidado de *ma chiade* (minha caganeira). De Lamare — o vice-almirante Joaquim Raimundo, veador do imperador — era o *l'amiral de la merde* (almirante de merda). E à mana, Leopoldina perguntava em bilhetinho, "você se borrou com as pastilhas de chocolate?" — borrou substituindo *burrer*, que em francês significa entupir-se. Assinava-se Leopoldina de Cagaburro!

Apesar do mau tempo de guerra e sombras, estes eram, para o jovem casal, tempos venturosos. "Eu vivo muito feliz com meu caro e bom e tudo que há de melhor Gusty. Estou ficando um pouco menos elefante." Viviam — como se dizia, então — "em inteligência" entre si. Viviam na multiplicação de alegrias. E, por isto mesmo, Pedro Augusto nasceu dez meses depois.

No quarto, os terrores da jovem mãe eram vagos. Sendo a ignorância uma parte indispensável da pureza feminina, ela pouco sabia sobre a concepção ou sobre dar à luz. Regime alimentar e ternas exortações serviam para induzi-la a crer que era preciso amar aquela criaturinha que sairia de sua via mais secreta. Criaturinha igual aos Meninos Jesus de cera que dormiam, envoltos em rendas,

nos presépios. A oração era um recurso forte. Os conventos da cidade faziam novenas em intenção do bom parto da princesa. Milagre que a mãe não tenha morrido de febre de parto, maldição que vitimava milhões, empurrando viúvos para um segundo e rápido casamento. Esposas eram um recurso renovável, nesta época.

Era conversa feminina falar de receitas para partos complicados, de crianças mortas antes de receber o batismo, de jovens mães levadas pela febre do leite. Milagre que a criança não tenha morrido de crupe! Na cozinha e na lavanderia do palácio, numa pausa de trabalho, as criadas, molhando a rapadura no café, comentavam sobre a saúde da parturiente e do pequeno. De início houve forte hemorragia, assustando a todos. Depois, tudo correu bem.

As ordens do imperador tinham sido claras:

> Havendo Sua Majestade o imperador por bem que, quando S. A. a Sra. D. Leopoldina se achar próximo a dar à luz, seja de dia ou de noite, o Senhor príncipe ou princesa, cujo feliz nascimento se espera, os ministros de Estado, os conselheiros de Estado e os grandes do Império concorram ao palácio da residência de Sua Alteza, para o que lhes servirá de sinal uma girândola de foguetes soltada da Imperial Quinta da Boa Vista e correspondida por outra no morro do Castelo.

O *Jornal do Commercio* noticiou a reunião dos “grandes” no palácio: além dos membros da família, ministros de Estado, presidentes das duas Câmaras legislativas, conselheiros e oficiais da Casa Imperial. Não houve sessão no Senado e uma deputação de 14 membros foi felicitar Suas Majestades Imperiais pela chegada do neto varão. A moça, gabava-se o avô, “portara-se com sangue-frio, boa para com todos”. Às 4 horas e 10 minutos nascera “um belo rapaz”. D. Pedro se derretia: era o Pedrinho.



Entre as manas e a avó: Augustinho nos braços da princesa Leopoldina (em pé) e Pedro, nos da tia "nariz de telha". No centro, a imperatriz Teresa Cristina

Capítulo II

A dourada esfera da intimidade

Logo depois do batizado, o casal embarcou com Pedro Augusto no paquete inglês *Rhone*. Via Southampton, porto ao sul da Inglaterra, percorreriam países europeus, apresentando o herdeiro. Leopoldina descobria a Europa e descobria também aqueles que chamaria de “minha gente”: os outros membros da família Saxe e Coburgo. A primavera chegava junto com o pequeno grupo vindo dos trópicos. A princesa brasileira conheceria o velho continente que mergulhara em guerras e delas saía em sua melhor forma. A França vivia uma das épocas de desenvolvimento e prosperidade mais importantes da sua história: o II Império. Graças à política voluntarista de Napoleão III, e de sua escolha em favor do livre-comércio, o país se dotava de infra-estrutura moderna, de um sistema financeiro, bancário e comercial inovador. Em alguns anos, seu atraso frente à Grã-Bretanha seria largamente compensado.

Sob a batuta do barão de Haussmann, prefeito de Paris, a cidade que era conhecida pela sujeira se transformou numa das mais belas capitais do mundo, pontilhada por praças e cortada por largas avenidas. A Ópera Garnier, verdadeira usina de sonhos iniciada em 1861, ilustrava a importância dada ao mundo do teatro e das artes cênicas, elemento dos espetáculos em que o imperador afirmava seu poder. Apaixonado por história — é de sua autoria uma monumental *História de Júlio César* —, Napoleão III desencadeou a febre da arqueologia, criando o Museu de Antiguidades Nacionais e inaugurando uma série de escavações. Nas livrarias, exibiam-se os volumes recém-editados de Flaubert, George Sand, Edmond e Jules de Goncourt.

Os progressos sociais eram inegáveis e chamavam a atenção da ilustre moradora do último país escravista nas Américas: direito à greve e à organização dos assalariados, sopas populares para conter a fome, primeiros sistemas de aposentadoria, desenvolvimento da educação em massa, sobretudo, para mulheres. Esta inovação, então, fazia-se sob a proteção direta da imperatriz Eugenia, uma bela de olhos claros que se deixava fotografar, em posições lânguidas, por Pierre le Grey, inventor do negativo sobre vidro.

Sobrava estímulo para as pesquisas de Louis Pasteur, amigo de Pedro II,

inventor da vacina contra a raiva. E apoio aos trabalhos de Ferdinand de Lesseps, amigo dos Saxe e Coburgo, construtor do canal de Suez e que faria Leopoldina se entusiasmar pelo projeto de abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira. A jovem princesa também se assombrava com as novidades do consumo: as jóias que Chaumet criava para o casal imperial, com as pedras que pertenciam ao tesouro francês. Encantava-se com as catedrais de comércio que eram os *grands magazins*, como o Samaritaine e o Bon Marché, este último com sua cúpula de vidro desenhada pelo engenheiro Gustave Eiffel e uma enorme escadaria capaz de criar um efeito teatral nesses espaços que serviam ao mesmo tempo para compras, exibição e passeio. Na frente das lojas, burricos e carrocinhas entretinham as crianças enquanto as mães gastavam. A baixa dos preços dos tecidos e o aumento do poder de compra das novas classes sociais incentivavam a multiplicação dos primeiros templos de consumo feminino. Eles também ofereciam objetos de perfumaria, toalete, meias, chapéus, armarinho por correspondência, e entregavam em domicílio, graças aos trens que aproximavam a província da capital.

A caminho da Turíngia, o jovem casal de príncipes encontrou, na Viena do final dos anos 1860, outro cenário de progresso. Uma nova monarquia constitucional nascia, tendo à frente Francisco I. Os ventos do liberalismo sopravam sobre todos os aspectos da vida política e econômica, passando pelas artes, a música e a arquitetura. Como um sol poente, declinava suavemente o poder da aristocracia e emergia, cheia de saúde, uma burguesia culturalmente dominante. Audácia financeira, valores liberais, desenvolvimento industrial e dinheiro fresco se davam as mãos numa ciranda alegre cuja música era o som do pregão da Bolsa. Ou as populares valsas. A vida noturna florescia: bailes de máscaras, moda frívola, tudo regado a champanhe, símbolo do sucesso.

As velhas fortificações que abraçavam a cidade foram destruídas num evento que o compositor Richard Strauss comemorou na *Polka da Demolição!* Um gigantesco sistema de ruas, o *Ringstrasse*, novo coração da urbe, era o palco para as construções que simbolizam o império austríaco: o palácio Hofburg, a catedral de Santo Estevão, museus, teatros, prédios administrativos se encadeavam como um colar de pedras raras e caras. No palácio de Coburgo — conhecido na cidade como Forte Aspargos, graças à colunata de mármore branco que, ainda nos dias de hoje, orna a fachada —, o casal teria suas dependências. Por meio de uma escada suntuosa atravessavam os salões Azul e Chinês, cujo piso de mármore rosa e amarelo foi polido pelas valsas que aí regeu, pessoalmente, Strauss.

Daí, Leopoldina e Gusty seguiram com Pedro Augusto para Ebenthal, vilarejo da Caríntia, a dois passos da fronteira eslovena. Cerejeiras selvagens pontilhavam os caminhos. Velhas fortalezas medievais apontavam suas torres em meio aos pinheirais e cortinas de carvalhos. Lagos transparentes se alimentavam do degelo das montanhas, que cortavam os morros em cascatas. Umas poucas fazendolas, com os telhados cobertos de colmo, se abrigavam nas clareiras das florestas, e delas se erguia perfumada fumaça de lenha queimada. A construção neoclássica, recortada por enormes janelas com seu salão de festas decorado com afrescos mitológicos pintados por J. F. Fomiller, se assentava à beira do lago de Millstättersee. Nas fronteiras desta paisagem bucólica, contudo, se afiavam as baionetas.

A pequena corte dos Saxe e Coburgo vira a Europa se transformar a partir da Revolução Francesa. Muitos refugiados vieram se abrigar nas terras tranqüilas de Coburgo e Saafeld, se beneficiando do socorro oferecido pelo duque Francisco. Mais tarde, durante a guerra franco-prussiana, o pequeno ducado pagou um alto preço por sua atitude independente frente às vontades de Napoleão. Indenizações e impostos empobreceram a família ducal, que, pressionada pelo imperador dos franceses, se aliou à Confederação do Reno. Desde 1862, Francisco José realizava negociações secretas com os húngaros tendo em vista assumir uma dupla monarquia. A esperança de manter sua influência na Alemanha era grande.

Os estados germânicos — eram 25, e Saxe um deles — preferiam uma Áustria enfraquecida a uma Prússia dominadora e, desde 1862, governada por Bismarck. Tarde demais. A ascensão do gigante começava com a anexação de alguns estados, como o Holstein, e o reforço austríaco no controle da Confederação da Alemanha do Norte. Os estados do Sul, como a Baviera, malgrado uma existência independente, orbitavam comercialmente em torno da Prússia. Apesar do mau tratamento dispensado pelo invasor — houve Saxe e Coburgo, como o futuro rei da Bélgica, Leopoldo, confinados em partes minúsculas e geladas de seus próprios castelos —, os membros da família conservaram suas coleções de gravuras, de livros raros de botânica, de geologia e astronomia.

Dentre eles, alguns se destacariam entre os mais importantes soberanos europeus na primeira metade do século XIX. Eles eram a gente de Leopoldina. Viajados, conhecedores do *grand monde*, bem-educados, elegantes, chamavam a atenção nas cortes de Viena, Bonn, Londres, Berlim ou Paris. Eram homens belíssimos, altos, louros ou morenos de olhos azuis ou verdes, considerados

pela correspondência diplomática da primeira metade do século XIX pretendentes ideais para princesas casadoiras. E foram, de maneira geral, maridos dedicados, capazes de gerenciar casamentos felizes. Um exemplo: Charlotte, princesa de Gales, foi loucamente apaixonada por Leopoldo de Saxe e Coburgo, a quem escrevia, em 1816, “não teremos que um só coração e uma só alma”. Viveram uma bela história de amor. E mais de uma vez a casa reinante de Portugal e Brasil fora alvo do interesse do clã.

Ferdinando de Saxe e Coburgo, mais tarde conhecido como Fernando, tio de Gusty, foi o consorte da filha primogênita de D. Pedro I e tia de Leopoldina. Às vésperas do casamento, quando do seu primeiro encontro, a jovem portuguesa o encantou com sua meiguice e gentileza. Além do mais, vestira azul, cor preferida do futuro marido, só para agradá-lo. Quanto a ele, era apresentado como alguém de bom coração, “engraçado, verdadeiro e natural”. Foi, em parte, graças aos exércitos belgas enviados por “tio Leopoldo” que a batalha do Porto foi vencida pelos adeptos de Maria da Glória. Também foram felizes.

O interesse do clã persistia. O rei da Bélgica tentou unir, sem sucesso, sua filha com D. Pedro V, de Portugal. Mas a bela morena fora mal aconselhada por sua governanta. Esta passava o tempo a lhe dizer que Portugal era habitado por orangotangos. Carlota preferiu o arquiduque Maximiliano. Irmão de Francisco José, imperador da Áustria, era homem do mundo, jovem almirante sem coroa, cuja ambição política terminou numa terrível experiência no México.

Uma segunda tentativa de aproximação com o Novo Mundo colocou na mira outra união. A do pai de Gusty, Augusto Carlos, herdeiro presuntivo do maiorato dos Kohary, com Januária, tia de Leopoldina. Nos arquivos belgas descansa uma carta que não deixa mentir sobre as intenções precoces dos Saxe e Coburgo, desde 1840 e escrita pelo conselheiro do rei:

> Madame a duquesa de Kent [irmã de Leopoldo], vendo o quanto seria vantajoso para a família transatlântica de Bragança aliar-se duplamente à família de Portugal, assim quanto às famílias da Inglaterra, da França e da Bélgica, não hesitou em me recomendar que escutasse a proposição que oferece uma conexão brilhante para a Casa dos Saxe e Coburgo. […] Sua Alteza Imperial tem 16 anos, sua pessoa é das mais agradáveis e seu caráter dos mais amáveis. Ela tem direito de sucessão ao trono. O imperador é um menor de 12 anos e é possível que ela seja um dia chamada ao trono do

> Brasil, agora, consolidado e baseado sobre princípios aristocráticos. Quanto ao casamento proposto, Sua Alteza Imperial, como esposa do príncipe Augusto de Saxe e Coburgo, partilharia sua posição na Áustria, aportando-lhe por apanágio o dote a que tem direito, e uma próxima parentela com a família imperial austríaca.

Mas Augusto encontrou em Clementina, a filha do rei de França, Luís Felipe de Orléans, uma companheira que não se importou em casar com um simples major, dando-lhe acesso a um dote que montava a milhões de francos. Ela Alteza Real e ele simples Alteza. Mas como escreveu Leopoldo I à rainha Vitória: “Clem está contente com o casamento!” Viveram entre Paris, Viena e Coburgo. A mensagem, contudo, era clara: o Brasil interessava ao clã Saxe e Coburgo e haveria sempre a possibilidade de alguém com seu sangue ocupar o trono.

Mas se a estratégia falhara com a tia, o que dizer das sobrinhas? Quando de sua passagem pelo Brasil, o olhar crítico de Maximiliano aprovara Isabel e Leopoldina. Quatro anos antes do nascimento de Pedro Augusto, as duas manas também foram cobiçadas pelo rei da Bélgica. E por que o poderoso chefe do clã voltou seu olhar para o Novo Continente? O Brasil foi dos primeiros estados a reconhecer a independência da Bélgica, com quem assinou, desde 1834, um tratado de comércio. Dez anos depois, uma colônia flamenga se instalou no estado de Santa Catarina, dirigida pela Sociedade Belgo-Brasileira. O costume de dotar as princesas brasileiras de territórios importantes para promover a colonização com populações vindas da Europa era um poderoso atrativo. A união de Felipe, segundo herdeiro do recém-criado Reino da Bélgica, filho de Leopoldo I, com uma das princesas brasileiras teria múltiplas vantagens. Entre elas, oferecer à Bélgica oportunidades de investimentos além-mar. Afinal, como dizia Leopoldo I, “que soberbo império!”.

Em 1861, ele tentou convencer o filho de ir ver a terra de promissão e as princesas com os próprios olhos. Ambicioso, seu irmão primogênito, o duque de Brabante, incentivava: “estou a par dos planos para levantar nossa estrela e estendê-la ao Novo Mundo…” Qualquer uma, Isabel ou Leopoldina, consideradas ricas, charmosas e bem-educadas, conviria. A correspondência familiar revelou, contudo, que se temia, e muito, que a vida de Felipe ficasse restrita a dar tiros em macacos e periquitos. Ele deixou o caminho aberto para que os dois rapazes, Gusty e Gaston, viessem depois. O filho de Gusty e

Leopoldina cresceria nesse ambiente. Ambiente no qual a aspiração era a de ver um Saxe e Coburgo no trono americano. Ele jamais esqueceria as primeiras lições. Quem sabe elas não corressem no sangue.

Da Áustria, Leopoldina escrevia num ir-e-vir do tempo de maneira quase instantânea: "Nós vamos muito bem e o Pedro já foi vacinado; a vacina pegou. Eu estou tendo lições de aquarela. A minha gente de cá é excelente para mim e me divirto muito. Saudades da mana nariz de telha." E num fluxo, em várias pequenas cartas: "Com a guerra estamos todos *dessous dessus"* (de pernas para o ar). "Tomara que acabe a guerra lá no nosso Brasil. Espero a partida dos prussianos para voltar ao palácio de Ebenthal e 'desinfetá-lo'." Grassava o cólera. "O Pedro está muito bonitinho… X está em estado interessante assim como *la mére Gigone femme Gusty*" (mãe cegonha mulher do Gusty), brincava, com Isabel, para dizer que estava, novamente, grávida!

> Fomos passear no Prather e em Schombrünn […] D. Gaston, o que traz o D. Gaston, um *gran* narigão […] o Pedro está ficando muito engraçadinho, gosta muito de brincar com um coelhinho branco com olhos escarlates, mas a *bonne* [a criada] não o deixa brincar, pois ele joga o pobre coelhinho com tanta força que ele poderia morrer. Gusty caça ursos […] Pedro já fica sentado sozinho, hoje ele pôs um vestido curto pela primeira vez.
>
> Graças a Deus eu não estou num estado interessante como pensara […] mamãe Clementina diz que isto acontece muito quando se muda de temperatura […] Gusty mandou fazer um vestuário de eslavo para ele e um de paisana húngara para mim […] Enquanto escrevo para você, Gusty está deleitando os meus ouvidos com uma escala cromática na sua trombeta […] Em Pohorella: um lugar lindo, tem uma quantidade de flores nos campos e a casa é rodeada de altas montanhas cobertas de pinheiros, entre outros o Königsberg […] Ele já come sopa e gosta […] O cólera ainda anda em Viena e nos arrabaldes de Ebenthal […] Está ficando muitíssimo manhoso. Chora e grita como um leitão quando se não lhe fazem o que quer […] Temo que a guerra vá começar outra vez graças ao senhor Bismarck que é uma grande cabeça, mas juntamente um grande traste … Gusty faz grande matança de lebres, enquanto Papai faz bem em não aceitar as condições de Lopez, que é um traste. Dizem que minha casa está bastante adiantada. Nós temos comprado aqui lindas coisas para ela.
>
> Aprendendo *Barbe Bleu* de Offenbach […] o meu Pedro está florescente, já se põe de pé nos meus joelhos quando eu o seguro e quebra todos os

> bonecos que lhe damos […] a criada Teresa é muitíssimo indiscreta, pois remexe em todos os papéis de Gusty e meus e repete o que lê neles. E há ainda outros defeitos. Gusty diz que ela só serve para as crianças muito pequeninas, pois ela tem muito cuidado quanto ao físico, mas quando as crianças são maiores ela não pode ficar com elas pois é muitíssimo malcriada nas suas expressões e *façons* [maneiras]. Deus queira que o Caxias faça andar aquilo — a Guerra do Paraguai. O Pedro já tem dois dentes e já se põe de pé quando lhe dou as mãos. Minha cara D. Isabel de D. Gaston, o grande conde d'ovos de comichões […] Pedro Malasartes obrigado a beber leite de cabra com água de arroz. A ama enjoada uma senhora veio lhe dar de mamar.

Várias informações sobre o cotidiano de uma família aristocrática se sucediam na correspondência com "a mana nariz de telha". Era comum na casa de Saxe e Coburgo que os filhos ficassem sob cuidados diretos da mãe. A duquesa Sofia, uma das matriarcas importantes do grupo, fazia seus filhos dormirem em seu próprio quarto, orientava pessoalmente as amas-de-leite, a governanta e os escudeiros que serviam aos pequenos. A presença das amas-de-leite, hábito da aristocracia, era obrigatória. Não era incomum que uma jovem pobre se deixasse engravidar para ganhar a vida usando a touca com fitas que as distinguia, aleitando os filhos dos ricos. Eram vistas como animais domésticos, mas com uma diferença: detinham um saber antigo sobre o preparo de mingaus e sopas, sobre o tratamento do umbigo ou o enfeixamento das costinhas do Bebê. No Brasil, o trabalho ainda era feito por escravas, amas-de-leite. A vida familiar, entre as classes altas, era facilitada por comodidades até então desconhecidas, como a água encanada, a eletricidade, o aquecimento a gás ou o *water closet.*

Neste clima burguês, de consumo e prosperidade, havia espaço de sobra para férias, festas familiares como aniversários, batizados e o Natal. Esta, uma ocasião única para mimar os pequenos e surpreendê-los com árvores iluminadas por velas. A privacidade, esta descoberta maravilhosa, era vivida pelos ricos com todos os artefatos do conforto: casas agradavelmente decoradas com madeiras polidas, tapetes, pinturas e afrescos. Aos adornos se somava a ampla oferta de roupas e móveis. Quadros, estatuetas e presentes que despertassem lembranças sentimentais eram bem-vindos. Acessórios em porcelana, cristal e prata criavam um clima sensual durante as refeições. A limpeza e o perfume, além do banho semanal, satisfaziam os sentidos. Tudo era deleite: a música — mesmo a trombeta de Gusty ou as operetas de Offenbach —, o paladar, o olfato

— as flores de Pohorella. A riqueza estimulava o companheirismo entre marido e mulher, bem como entre pais e filhos.

A tranqüilidade, a disponibilidade, a doçura de viver, a paz eram valores cultivados. A jovem mãe desmamava o filho somente ao aparecer os primeiros dentes, dando-lhe caldo de miolo de pão e creme de arroz. Para aliviar as dores da gengiva, em vez do mordedor sujo, cascas de pão, frutas secas e bastonetes de alcaçuz. O banho era diário, diminuindo o uso da água quente, até que a criança fosse lavada, inverno e verão, com água fria. Havia abundante literatura sobre exercícios físicos e se recomendava engatinhar sem amarras, nem andadeiras. Segundo Balzac, a rotina de uma mãe consistia em saber se a criança estava bem ou não. O mais importante: um despertar cheio de beijos, brincadeiras. Uma mulher sem filhos era uma monstruosidade!

E a voz de Leopoldina a contar à “mana laranjeira”:

> O Pedro cada vez mais espertinho. Ele já tem quatro dentes de cima. Pedro bom do catarral. Ele gosta muito de vir comigo. Quando ele quer sair do quarto pega no capote e mostra a porta. Ele por ora não fala senão a língua cá dele. […] Já engatinha e tem seis dentes. Hoje chegou Mimi de Fernando para tomar conta do Pedro. E apesar de ser necessário para o bem de Pedro mandar a *throlifus* (a ama) embora, me fez muitíssima pena despedir-me dela. Pedro já se põe de pé segurando-se na grade de seu parque e anda segurando-se à parede. Ele está muito engraçadinho mas emagreceu um pouco, creio que porque ele foi desmamado. Agora ele come muito. E eu brincalhona como sempre. Minha casa, quando estiver pronta, há de ser muito bonita, é pena que o Brasil não seja ali, já estaria bem contente se fosse assim. Estou fazendo um móvel de *tapisserie*. Cada cadeira tem flores diferentes. Gusty comprou lindos quadros para a nossa casa. Não pense que não penso na volta. Apesar de estar me divertindo muito aqui, tenho bastante saudade de lá. Espero que antes do fim do ano entre no convento de São Cristóvão. Tomara que esta maldita guerra com o Paraguai acabe-se bem[…] Pedro muito engraçadinho já diz Papai, ele grita muito para brincar e corre segurando na beira de seu parque quando alguém o quer apanhar[…] viu o retrato de Gusty, disse Papai e deu um beijo, ele está delicioso e se você o visse havia de se divertir muitíssimo. Ele se parece muito com Gusty, tem os mesmíssimos cabelos encarapinhados.

Dezenove de março, um ano de Pedro Malasartes:

Urubus coroados vêm visitar mamãe. Pedro chama passarinhos pipi. Eu não sei que língua ele falará primeiro, pois ele houve falar como se estivesse na torre de babel. Mimi é inglesa, tomamos uma *sous bonne* [uma criada] que é irmã da retreta da Amelie a qual fala só alemão. Mamãe fala em francês, Aldina em português e eu na mistura de modo que eu creio que ele começará por um pot-pourri de línguas. Tomara que esta Guerra do Paraguai acabe bem depressa. Quanto à minha volta ao Rio, Gusty conta partir em julho passando por França, Espanha e Portugal, e embarcar em Lisboa. Gusty tem comprado lindos quadros para pôr na sala de baile, comprou gravuras de veados de Lanzier para pôr no corredor, lindíssimas. Tudo há de ficar lindíssimo.

Encomendei móveis, canapés, *fauteils en tapisserie* [poltronas de tapeçaria] em seda e ouro. Partimos pelo paquete inglês de agosto. Pedro muito incomodado com febre terrível e tremores de que eu tive muito medo pensando ser convulsões, mas felizmente não era nada, uma perturbação da digestão. Está andando só. Ficando com apetite de ogro. Fez hoje marcha acelerada dando a mão à mamãe para buscar um pedaço de pão. Quando se lhe diz em inglês, beije a mão de mamãe, ele logo beija a minha. E quando Mimi lhe pergunta em inglês o que é que o papai disse que fazia se Pedro fosse mau, ele logo sacode a mão como se fosse palmada. Pedro abaixou-se perto do canapé e pegou alguma coisa, eu pensava que era um pedaço de papel pintado, mas não. Que vontade se me deu de rir quando eu o vi sair do canto triunfalmente segurando o penico dele com as duas mãos, não sei como este carrapato teve força. Nós iremos três dias para Paris incógnitos sob o nome de barão e baronesa de Esereb, Hotel Mirabeau. Adeus, mana laranjeira.

Voltaram ao Brasil, em setembro de 1867. Ela já vinha com nova barriga. Augusto Leopoldo, o Augustinho, nascia meses depois. O ritual milenar se repetia: criadas enchiam a bacia d'água, a parteira molhava as mãos para ver que não estivesse muito quente, nem muito fria, o sorriso exausto da mãe quando lhe apresentavam o filho. Instalaram-no num berço azul em honra de Nossa Senhora. Mais um herdeiro. Sua agonia em relação à esterilidade da mana não podia ser maior: "Tomara já que o Grão-Pará esteja *en train*", ou seja, chegando. O título de príncipe do Grão-Pará caberia ao primogênito da princesa

Isabel que daria continuidade à monarquia. Mas, nada! No ano seguinte, em 17 de julho de 1868: “Eu estou com dúvida que você vai ter um outro sobrinho, que eu trocaria bem por um filho para você.” Outra vez, quase culpada, a 12 de dezembro de 1868: “Espero que as águas virtuosas lhe dêem as suas virtudes. Sem mentir, a coisa que desejo mais nesta vida é que você tenha um bonito menininho.”

Mas o “bonito menininho” não chegava, enquanto chegava o verão, em Petrópolis. A tia mandava coelhos de presente para o pequeno Pedro, tratado como futuro imperador. Leopoldina se queixava das maçantes reuniões sociais, da chuva, da neblina verde, da falta do marido que fora visitar Morro Velho, em Minas, onde, ouvira dizer, havia quantidades imensas de ouro. A jovem mãe lia… Lia a *Ilustration Horticole de Binot*, aderindo à moda das mulheres se interessarem por hortas, pomares e cultivo de flores. De volta ao Rio, escrevia à mana:

“Lhe mando um cachinho do Pedro. As crianças vão bem. Pedro sempre gordo, mas cheio de brotoejas o que o faz muito feio. O Augustinho já está desmamado e muito gordinho, ele já quer andar, mas por ora não vai bem senão quando se agarra às cadeiras.” Passou o ano: “Nós fazemos este ano uma árvore de Natal para os pequenos. Eles se hão de divertir muito, pois que ambos têm a paixão dos brinquedos. Eles já brigam por acharem a galinha do vizinho mais gorda do que a minha.” E em maio de 1868, de novo, “a coisa que mais desejo nesta vida é que você tenha um bonito menininho bem parecido com quem sei só”. E a criança não chegava… Gaston se admirava de sua mulher não “ter inveja” da irmã.

Aos 3 anos, Pedro começou a ser ensinado “a falar português, pois isso fará gosto a papai. Todos dizem que você vai viajar para a Europa; eu respondo que não sei de nada […] Augustinho diz maman e papá, gosta muito de cavalos e cachorros”. Novas férias na serra em janeiro de 1869: “Espero ter o prazer de vê-la breve em Petrópolis. Nós estamos muito sós apesar dos pequenos dos quais eu gosto muito, mas que por ora não falam bastante para podermos conversar juntos. […] fim da guerra, nada de novo em Petrópolis, mais gente do que o ordinário e muito calor. […] os pequenos são uns amorzinhos.”

Leopoldina costurava e bordava. “Minha cara maninha, diga se isto não lhe incomoda. Amanhã Gusty irá à caça e eu desejava lhe fazer uma visitinha.” As irmãs trocavam pontos de bordado, receitas de doces de ovos e botões. “Pedro está dando no costume de fugir quando passeia pelo jardim e vem na minha

salinha remexer tudo o que acha… Mil e mil parabéns pelo triunfo do nosso caro Gaston.” Neste ano, nascia o terceiro filho de Leopoldina: José.

O “triunfo” de Gaston nos campos de batalha do Paraguai camuflava, contudo, um fracasso: o da paternidade. A princesa herdeira do trono não dava frutos. Numa época em que o casamento não tinha outra função senão a procriação, a virilidade de Gusty e a fecundidade de Leopoldina pairavam como uma sombra sobre o outro casal. Ambos se saíam melhor nos papéis exigidos pela sociedade do que “o francês” e Isabel. E, pior. Era obrigação deles dar herdeiros varões ao império. Uma cobrança silenciosa se instalara. O sogro aguardava. A Corte aguardava. O povo também aguardava a notícia de um sucessor. O clima patriarcal não atingia apenas Isabel. Atingia, diretamente, o marido, o reprodutor. O fantasma da impotência podia jogar na lama, apequenar, diminuir qualquer nome. Até o do consorte.

O falso “triunfo” de Gaston escondia, também, outra face do casamento. A do ressentimento. Durante o primeiro ano do matrimônio, ele fizera de tudo para demonstrar ao sogro que podia, e devia, ser tratado de igual para igual. Queria ser visto não como um simples consorte, mas como alguém com habilidades bastantes para governar o país. Na França, diferentemente da Inglaterra, o marido de uma imperatriz era um imperador. E não um adorno. Não tinha estômago para andar dois ou três passos atrás da esposa. Além disso, durante os anos iniciais da Guerra do Paraguai, o jovem francês tentara participar dos combates. Ele fora educado na crença de que não havia outro destino para um homem superior senão as armas. Achava-se habilitado a confrontar o inimigo. Qualquer inimigo.

Numa tentativa de se afirmar frente à pouca simpatia de que gozava, ou frente à esterilidade do casal, Gaston multiplicava seus pedidos para participar da frente de batalha. Mesmo aquela localizada nos sertões mal conhecidos, nos pantanais que, a todo momento, ameaçavam tragar homens e animais, na luta entre índios que mutilavam corpos humanos. Ameaçava: se não o deixassem partir sob as ordens do marquês de Caxias, abandonaria o cargo de comandante-geral da artilharia. Murmurava, protestava, se rebelava. Não queria dividir poderes, nem receber ordens, mas comandar. Sua insistência chegou a irritar o imperador:

> Todos sabem que meu filho tem querido e quer ir para a guerra, e se não o faz é porque reconhece dever sujeitar sua opinião à de pessoas mais bem

> instruídas dos negócios públicos do que meu filho, o que não fica mal a ninguém, sobretudo a um moço que, pela sua posição presente ainda mais futura, deve-se empenhar em mostrar que não está disposto a colocar seu alvitre acima dos conselhos de quem tem direito de dá-los… meu filho [deve] evitar causar embaraços na presente quadra.

O nascimento em cadeia dos filhos de Leopoldina ia alimentando esse entusiasmo guerreiro. É como se Gaston quisesse dizer, ao povo e à Corte, que o príncipe consorte estaria pronto para defender o império. Não com a arma do sexo, mas com aquelas do exército. Não com a sua lança, mas com as dos outros. Fragilizado na cama, é provável que quisesse compensar sua frustração nos campos de batalha. Se não era capaz de insuflar vida, podia semear a morte. A felicidade dos Saxe e Coburgo era a medida da infelicidade dos d'Eu. Tal como um bando de águias surgindo no horizonte, os filhos de Leopoldina os imobilizavam. Constituíam uma ameaça. Eram os prováveis usurpadores. Era como se o sonho de Leopoldo da Bélgica se encarnasse naqueles anjos Bragança Saxe e Coburgo.

No mesmo ano em que nasce José, o terceiro filho de Gusty e Leopoldina, se arma o cenário que mandaria Gaston para o que a cunhada chamava — gentilmente — de "triunfo". Caxias abandonara as tropas contra a vontade do imperador, dando a guerra por terminada. O fim de Francisco Solano Lopez — presidente da República do Paraguai, chamado pelos seus de *El Supremo* — não fora, contudo, determinado. Era procurado vivo ou morto. Ele conseguira escapar ao cerco em Lomas Valentinas, refugiando-se na cordilheira, ao leste da capital. Depois de uma campanha brilhante, Caxias se negava a caçá-lo.

Alegando mal estado de saúde, após desmaiar na catedral de Assunção vítima de uma síncope, o comandante-em-chefe das Forças Aliadas partiu para o Rio, aonde chegou anonimamente. Sem nenhuma recepção de boas-vindas. Estava exausto da guerra e da relação com o imperador. Queixoso, como se ouviu de sua lamentação ao general Osório: "Vim para este sítio para ficar mais longe dos foguetes e músicas da cidade, acompanhados de longos discursos que é coisa que os casacas [os civis] pagam aos militares que têm a fortuna de não morrer na guerra." Alheio, talvez, a tanto ressentimento, D. Pedro II escrevia ao conde d'Eu:

> Caxias pediu demissão do comando do Exército e Guilherme Xavier de

Souza, segundo o que há poucos dias se reconheceu, não poderá substituí-lo convenientemente. Em tais condições, propus você para este cargo, porque confio em seu patriotismo e iniciativa. O Governo, que pensa como eu a respeito de você, que é preciso livrar quanto antes o Paraguai da presença de Lopez, julgou que se deve conceder a demissão a Caxias e nomear você.

Ah! O velho sonho iria se realizar. As palavras podiam, finalmente, passar aos atos. E os atos iriam, infelizmente, se materializar no período mais inglório da guerra, mais despido de láureas. As notícias sobre o *front* corriam: descampados queimados, tempestades que arrancavam as tendas e encharcavam a munição, cavalos magros, epidemias com "paralisias reflexas", ou seja, beribéri, a terrível fome que transformava os homens em cadáveres ambulantes, trazendo consigo ossos carcomidos com que faziam caldos, corpos de crianças e mulheres olhando fixo, abandonados no chão, som de lanças e sabres se chocando, enterros e mais enterros. O temido *front*: um grande cemitério a céu aberto.

Gaston iria se prestar ao papel que Caxias recusara e que Isabel chamava de "capitão-do-mato atrás de Lopez". Papel de coveiro. Esposa amantíssima, ela tentou de todos os modos evitar que ele partisse. Seus argumentos não escondiam a consciência do que estava acontecendo. Ambos sofriam com a falta de herdeiros, e Isabel adivinhava as razões do marido. Provar-se. Expor-se. E ela escrevia ao pai, desesperada:

Meu querido papai — Gaston chegou há três horas, com a notícia de que papai estava com um desejo vivíssimo de que ele fosse para a guerra. Pois será possível que papai, que ama tanto a Constituição, queira impor sua vontade aos ministros, ou que estes sejam bastante fracos de caráter para que um dia digam branco, outro, preto?! Teriam eles unanimemente e ao mesmo tempo mudado de parecer como papai!!! Por que não convidam o seu Caxias para voltar para lá? Ele já está melhor e os médicos lhe recomendaram os ares de Montevidéu. Pois será Gaston que sem mais nem menos vá já para a guerra, só porque houve boatos de sublevação de rio-grandenses?

[…]

Lembro-me, papai, que na Cascata da Tijuca, há três anos, papai me disse que a paixão é cega. Que a sua paixão pelos negócios da guerra não o tornem cego! Além disso, Papai quer matar o meu Gaston. Feijó recomendou-lhe

> muito que não apanhasse muito sol, nem muita chuva, nem sereno; e como lhe evitar isto quando se está na guerra? Caxias não pode ficar lá porque tem uns ataques de cabeça que se podem curar, e, além disso, poderia ficar em Montevidéu! O que papai saberá é que se o Gaston for para Assunção, para lá também irei. Irei até o fim do mundo com o meu Gaston.

Gaston foi. Isabel não foi. Como por encanto, ele rapidamente se cansou da luta. Agora queria desistir. Voltar o quanto antes. Relutava em assumir o posto de campeão ao qual se tinha proposto. Os confrontos com o sogro o faziam se queixar ao pai, na França: "Terei que me confinar em Laranjeiras, mergulhando nos livros." Marcava passo. Era a vez do imperador ameaçar: "Você não deve nem pode deixar o comando. Estou certo de que você não me abandonará nesta empresa." Ao que o outro respondia: "Já não me sinto capaz de dar quaisquer ordens." Por tudo e em tudo se mostrava amuado, displicente, caprichoso. Revelava um comportamento infantil que não escaparia a um observador mais avisado. Foi o que constatou Afonso de Taunay, seu secretário de Estado-Maior, que não se furtou a registrar sua inércia.

Na troca de correspondência com o sogro, havia políticos que denunciavam seu abatimento moral, o desejo ardente de regressar para casa junto com os Voluntários da Pátria, a paralisação das tropas em função deste estado de espírito. Houve quem o acusasse, como fez o então ministro da Marinha, barão de Cotegipe, até de "inação e frieza com que deixou cair nossa gente", de perda de força moral sem demonstrar querer reavê-la, de "cabeça perdida" que só nutria maus desígnios. "O príncipe está no mais triste dos erros quando vê diante de si o impossível." Acusações que valeram o ódio de Isabel a Cotegipe e das quais ela iria se vingar mais à frente. Na capital, num lance de mau gosto, circularam panfletos anunciando a partida do conde d'Eu para a Europa. A razão: os maus-tratos que lhe impingia o imperador! As frustrações se acumulavam. Gaston estava sem filhos, sem coroa, sem poder. Gaston, impotente, *Gaston*, como se ria Leopoldina, "*dos ovos de comichón, do narigón*".

A 1º de janeiro, as tropas brasileiras comandadas por Hermes da Fonseca ocuparam uma deserta Assunção. Em junho, o visconde do Rio Branco e o chanceler argentino autorizaram a organização de um governo provisório paraguaio. Lopez continuava escondido e só seria morto no início do ano seguinte. Entretempos, em agosto, a família Saxe e Coburgo voltou à Europa. E

a “mana laranjeira”, como sempre, foi colocada a par dos acontecimentos.

Em Paris, “o Pedro está comigo cá na casa de tia Chica [Francisca de Joinville]. Gusty partiu com os dois outros pequenos e o Pedro Joinville para Viena onde deixará os pequenos debaixo da inspeção de Gustave Braun [o preceptor] e de lá vai caçar na Estíria… Em Ebenthal, Pedro já está perdendo a barriga com o exercício que tem feito, mas ainda não perdeu o seu andar com os pés para dentro como papagaio. Augustinho procura *tanti* [a titia]. Pedro responde quando lhe perguntam sobre Oncle Gaston, Macht Krieg Lopez todd Schiffen”.

Em Viena, no aniversário de Augustinho:

> Nós vamos bem. O Pedro já tem preceptor de que está muito ufano e o José já tem os dois dentes da frente em cima. Pedro já pediu a Deus, como você me mandou dizer, para que o *Oncle* Gaston voltasse são e salvo. Espero que esta reza de criança faça com que você veja seu caro Gaston como deseja.
>
> O Pedro já faz algumas letras menos mal em alemão e, quanto às de português, ele fala tudo, mas em geral ele não fala muito em nenhuma língua mas agora começa a ficar mais brincalhão. O Augustinho tem muito boa cor, já diz mais algumas palavras, mas é muito colérico, herdado dos pais. O José é um gorducho, mas não é tão bonito por ora como os dois outros que há de ter o meu nariz arrebitado duma maneira horrível, mas é muito alegre, está sempre rindo e tem quatro dentes na frente… O Pedro está encantado com os presentes que teve ontem. A ginástica tem lhe fortificado as pernas de manteiga, o Augustinho vai bem, tem crescido e fortificado, já dá pelo nariz do Pedro. O José por ora é uma bola de carne, mas muito alegre e tem olhos azuis muito escuros. Eu acho que ele tem muitos ares de Pedro.
>
> Este ou esta que virá será seu afilhado ou afilhada de Gaston eu penso se for filho dar-lhe o nome de Luís e se for filha o de Teresa como é o nome de nossa mãe comum ou então de Maria […] se mamãe não pertencesse a nós duas eu poria o nome de Isabel… Defluxos e tosse. Pedro não é raivoso, mas muito teimoso. Augustinho não é teimoso, mas, em revanche, é muitíssimo raivoso. O José está desmamado de todo e não deu mesmo por isso. Gusty foi para a Estíria e eu fiquei com os pequenos em Viena, mas quando eles dormem, eu me acho muito sozinha, pois nem mesmo temos uma só pessoa da família… O Pedro com pernas menos de banana, o Augustinho com cor

na cara e o José dizendo papá e maman, mas não anda porque tem muito peso por causa da gordura… Estamos em Ebenthal… Guerra entre França e Prússia. Pedro com soltura, mas não é nada… E estradas interrompidas e sem vontade de escrever.

Leopoldina parece cansada; carrega a quarta barriga. “Lhe escrevo ocupando o único trono que desejo ocupar, pois tenho hoje muitíssimo o que fazer […] pontes cortadas ainda não houve nenhum grande embate. Deus queira que o combate não seja nenhuma carnificina pois os franceses e prussianos hão de pelejar muito tempo pois ambos são muito fortes. Gusty na Estíria. Eu só com os três rapazes.” Em outubro: “Seu afilhado nasceu muito gordinho, tem 51 centímetros e uma cabeleira parda como a de Pedro, mas não uma tamanha cabeçorra. Ele vai bem, só tem um leicenço atrás da orelha. Já saiu a passear ontem e hoje. O Pedro ainda de vez em quando tem soltura. Augustinho com sarampo. José come sozinho. O Luís guincha muito. Papai tinha razão ao dizer que havia de ser menino.”

Leopoldina agradecia a caixa de goiabada e batatada… “Não estou gorda, mas muito forte com que estou encantada” — eram tempos em que gordura era formosura. “Augustinho com inflamação das amídalas, José com brotoejas. Passo a manhã com os pequenos e não faço mais nada. Pedro se parece muito com papai de cara e gênio.” Novembro em Viena: “Arranquei o dente e quanto ao presságio do quinto graças a Deus tenho a certeza justamente que não é. A dizer-lhe a verdade não o desejo tão cedo e espero que se eu tiver mais algum seja agora uma […] começou a neve mas não fez senão açucarar um pouco a terra. Temos hoje um dia magnífico com céu azul e sol, mas o tempo de frio. O que eu não gosto é quando falta o sol. Vamos ao circo, ocupadíssima com arrumações.”

Comprando árvore de Natal e afilhado fica durinho de pescoço esticado. No Natal, Pedro já lê e escreve em alemão e português. Luís tem cabelos escuros e olhos muito azuis. O tempo falta-me muito. Pedro vai para Viena fazer dieta da soltura. Capotes para as crianças na Inglaterra, mais prazer de comprar para eles do que para mim. Tenho muita pena dos que morrem de um lado como de outro… Espero que não tenham que bombardear Paris. O outono é sempre um tempo muito doentio por causa da mudança de temperatura.

Inverno de 1871: “Daqui nada de novo. Temos hoje um tempo magnífico. O sol dá na carta em quanto estou lhe escrevendo, sua maninha e amiga muito do coração. Adeus minha queridinha. As saúdes são boas, só alguns defluxos. Adeus, saudades a todos e você aceite o abraço e o beijo desta sua maninha e amiga.”

Ah! Não eram simples despedidas. Mas o adeus era para sempre. A esfera dourada da intimidade ia se partir. Malditos defluxos. Ninguém percebia, por trás das solturas de Leopoldina, e mesmo as de Pedro, o aviso terrível da água contaminada. Em alguma das residências não fora fervida. Ela, então, bebera a água do rio dos mortos, do rio das almas, das lágrimas que correm no Styx. Iam se fechar, para sempre, os olhos azuis, dando a impressão de que a princesa dormia. Nada mais de risos. A princípio, apenas febre. Febre alta. Na segunda semana, Leopoldina arrastava-se de fadiga e prostração. As brincadeiras das crianças não a animavam mais. Não tinha mais prazer em pentear, vestir e abraçar os pequenos corpos. Parecia apagar-se.

Desacordada, os sons da vida diária iam ficando cada vez mais longe. Alguém teria percebido o aumento do baço e do fígado no ventre crescido por seguidas gestações? A pele cor-de-rosa teria deixado entrever as manchas também rosadas, flores fúnebres, das roséolas tíficas? Sua juventude encobrira a ligeira melhora na quarta semana. Mas a recaída veio impiedosa. Lesões na mucosa intestinal enchiam de sangue o único trono que ela dizia gostar de ocupar. As paredes do ventre se erodiam. Perfuradas, aceleravam a febre. As dores aumentavam. Dobrada em dois, a jovem mulher era vítima de manifestações neuropsiquiátricas exuberantes. Desorientação, delírio, rigidez de nuca, crises convulsivas, estupor e coma.

As criadas não sossegavam. Chamadas em socorro, tentavam transformar o caos em ordem. Os lençóis sujos de sangue e excrementos eram transportados em grandes rolos e levados à lavanderia. Os viscosos apêndices da doença acabavam incinerados nas brasas da cozinha. Em frente do palácio, os caseiros renovavam a espessa camada de palha aí colocada durante a doença, para amortecer o barulho dos carros e carruagens. Uma tal precaução avisava aos vizinhos de uma doença grave. Em viagem à Europa com o marido, até a mana “nariz de telha” passou para vê-la. Mas era tarde demais.

De noite, a cera das velas ou o óleo das lâmpadas vacilavam junto com a consciência da doente. Os vidros cobertos de tule e drapejados de veludo só

deixavam, parcimoniosamente, entrar a luz do dia. Nada de brisas ou cheiros vindos da rua. Abrir as janelas era considerado malsão. Afetava os pulmões. As discretas mesas-de-cabeceira exalavam o odor de urinas escuras. Era neste cenário que as crianças vinham beijá-la, quando, finalmente, ela adormecia esquecida da dor.

No dia 6 de fevereiro, houve piora da dor abdominal, aumento da freqüência cardíaca e queda da pressão arterial. Gusty enlouquecia de aflição. As palavras eloqüentes dos homens religiosos destes tempos sustentavam e davam esperanças. Ela, todavia, parecia não temer Deus. Avançava, em sofrimento, pacífica e tranqüila. “Seja feita a Vossa Vontade.” Ela estava certa da vida além túmulo. Leopoldina fora educada nesta fé. Nenhuma alegria existia fora da Verdade, da Luz. Lá fora, por trás das imensas janelas do palácio de Coburgo, o tempo era sombrio, tenebroso. Neve. Soprava o vento. Os pássaros do Norte, que passaram na hora certa, anunciaram o longo inverno que marcaria a vida de um pai e de quatro filhos. A princesa Leopoldina, acometida de uma febre tifóide, faleceu aos 23 anos e seis meses, em 7 de fevereiro de 1871, antes de ver o tão esperado nascimento do príncipe do Grão-Pará, que se deu quatro anos mais tarde. A morte atacava onde o clã Coburgo menos esperava.

A voz triste era da sogra, Clementina, escrevendo à tia Francisca:

> Que a vontade de Deus seja feita, minha boa Chica, mas o golpe é duro e nós estamos bem infelizes. O estado do meu pobre Gusty me corta o coração, soluça cada instante, não come, nem dorme, e é uma terrível mudança! Ela o amava tanto! E eram tão perfeitamente felizes juntos! Ver tanta felicidade destruída aos 24 anos é horrível!! E estas pobres crianças! Eu te escrevi sábado, e o dia de domingo e o de segunda-feira foram calmos e tranqüilos. Ela não abria os olhos: mas ouvia o que se lhe gritava ao ouvido, e certamente reconheceu a voz de sua irmã, pois disse algumas palavras em português. Segunda-feira à noite os médicos acharam uma melhora sensível e nós recobramos a esperança. A noite foi calma, mas pela manhã de terça-feira o peito foi tomado e às 10 horas os médicos declararam que não havia mais esperança, e entretanto eu ainda dela cuidei nesse longo dia passado junto do seu leito, vendo-a tão calma e tão pouco mudada; mas pelas 16 horas a respiração tornou-se mais curta.
>
> O abade Blumel recitou a oração dos agonizantes, nós estávamos todos ajoelhados em torno de sua cama, e às 18 horas a respiração cessou, sem que

se visse a menor contração de sua fisionomia. Ela estava mesmo bela neste momento, e tinha uma expressão angélica. Agora está deitada num caixão vestida com roupa de seda branca, uma coroa branca e seu véu de casamento na cabeça. Ela não mudou, faz bem olhá-la. Está toda cercada de flores frescas, de coroas enviadas por todas as princesas. Amanhã haverá cerimônia religiosa em casa e ela partirá para Coburgo, onde todos nós acompanharemos, inclusive Gaston e Isabel que são muito bons. Esta última está desesperada. Abraço-te, reza por nós, temos disso muita necessidade. Toda tua, Clementina.

A noite descera e o corpo aguardava ainda no quarto as visitas que no dia seguinte viriam lhe render homenagens. Gusty, no entanto, não conseguia dormir. E se cochilava, tremia ao imaginar a agonia dela. Ficou ali, ora sentado, ora de joelhos, ora deitado. Nessa época, o luto seguia sendo a situação onde as lágrimas masculinas eram permitidas e até mesmo valorizadas. Eram sinônimo de sensibilidade verdadeira. Flaubert não explodiu em soluços, abraçando a neta de George Sand quando a escritora cerrou os olhos? Momento dramático e revelador, o choro designava a profundidade dos sentimentos daqueles que pareciam mais fortes e mais insensíveis. Única brecha na aridez do comportamento masculino, a cena do pranto ao pé da cama da morta, ou no cemitério, quando o caixão baixava à terra, marcava o centro da sensibilidade aceitável.

Lágrimas acumuladas transbordavam. Crises, convulsões, espasmos nervosos falavam da ligação com a morta. Sucedia-se um estado de abatimento, de tristeza confusa, de morna convalescença. Os filhos provavelmente jamais tinham visto Gusty assim. Pelos salões, amigas enlutadas e familiares choravam uns nos braços dos outros, como se a morte autorizasse a proximidade corporal através das lágrimas partilhadas. Era a praxe. Quando morreu o filho de Napoleão III, no fundo da selva africana, todas as pessoas de sua Corte tinham os olhos avermelhados.

Antes do enterro, porém, uma última visita. O fotógrafo. Ele entrou com seus instrumentos mágicos: as placas de vidro capazes de fixar por muito tempo, senão para sempre, a imagem querida. A câmara escura devia suprimir as lacunas da memória. Ao lado da morta, candelabros e velas acesas. O lúgubre da cena dava lugar à calma solene. A cabeceira da cama se destacava debaixo das pregas do dossel do leito do casal. As criadas teriam arranjado o

corpo da melhor maneira possível. Leopoldina passava a impressão de estar imaculadamente limpa. Os suores, o vômito, as fezes tinham sido lavados, numa benfazeja pausa entre as dissoluções da vida e as da morte. Vestia uma camisola de seda com gola e punhos de rendas. O véu de tule diáfano cobria imperceptivelmente seu rosto e seus cabelos, que pareciam escuros em contraste com a brancura da cama. Suas mãos, entrelaçadas com o terço, se juntavam no alto do ventre estufado. Um bloco inerte, insensível à luz, ao calor, ao contato. A emaciação da doença, a calma da morte, e talvez a habilidade do fotógrafo sublinharam a beleza juvenil do rosto da princesa brasileira.

Não se sabe se o enterro foi com chuva ou sol. Mas os cocheiros fizeram fila com suas carruagens e os cavalos emplumados de negro. Na saída dos comboios, um assistente de cerimônias distribuiu uma sempre-viva, vermelha ou amarela, para ser presa à *boutonnière*. O enterro no jazigo da família Saxe e Coburgo deu-se depois de longa missa fúnebre cercada de coroas de flores e círios. Dos viúvos, os vigários aguardavam doações para a igreja. Por que não um belo vitral com o nome da defunta? Algumas semanas depois, a lingerie e as roupas de Leopoldina partiam para as irmãs de caridade. O luto fazia parte do ritual fúnebre. O exemplo viera de cima, com a rainha Vitória, quando morreu seu adorado Alberto. Contavam-se 21 meses antes que o esposo ou a esposa passasse a um semiluto feito de meios-tons escuros. As crianças não escapavam às obrigações, condenadas a usar crepe negro durante seis meses antes de passar a outros tecidos de cor preta, durante os seis seguintes.

Em pouco tempo, as comunicações circulavam na forma de uma folha de papel debruada de grossa tarja preta. O marido e os quatro meninos comunicavam, na mais profunda dor, a perda de sua inesquecível esposa e mãe. Quinze dias depois, familiares e amigos recebiam o que se chamava a lembrança piedosa: um pequeno folheto. Ele cabia entre as páginas do missal. Na frente, uma imagem devota acompanhada de várias preces. Em letra pequena, a indicação das horas, dias, meses e anos de indulgência que a recitação ofereceria às almas do Purgatório; no verso, um pedido de lembrança a Deus, da jovem morta. Seguiam-se algumas palavras tiradas das Sagradas Escrituras.

É possível que Gusty ou “mamãe Clementina”, a sogra, tenham guardado um pouco dos cabelos louros da princesa para deles fazer um bracelete de tranças, ou rechear medalhões, como se usava no período. A morte prematura de Leopoldina abalou toda a família imperial. Sobre ela, a condessa de Barral deu um depoimento comovente:

> Acabo de receber a notícia fatal, e com o coração partido da mais pungente dor me atiro nos braços da imperatriz e aos pés de Vossa Majestade Imperial para chorar com ambos *Nossa Querida Filha*, pois só se eu perdesse meu filho poderia sentir maior pesar. Nem peço desculpa, tudo é pouco para exprimir o que sinto dentro do coração! E eu que lhes dei a notícia das melhoras!… Uma menina e mãe de quatro filhinhos! É horrível — a notícia caiu sobre mim como um raio e de maneira a mais cruel.

Pobres pais. Teria Pedro II consolado Teresa Cristina, como Victor Hugo consolou sua esposa? Ambos tiveram suas filhas, suas Leopoldinas, mortas tão meninas: “Cara amiga, minha esposa bem-amada, pobre mãe, o que te dizer? Pobre mulher, não chore, resignemo-nos… Ela era um anjo, um anjo que devolvemos a Deus. Ela era feliz demais. Ah! Eu sofro muito. Não tardo a vir chorar contigo. Que estes terríveis golpes aproximem nossos corações”, registrou o escritor francês. Na capital, onde nascera, os jornais noticiavam o rude golpe. “Desaparecera a graciosa princesa. […] longe dos seus e da pátria, esperança cortada em flor”, dizia o *Diário do Rio de Janeiro*. “Entrou na mansão da verdade e da luz.” No porto, os navios traziam suas bandeiras a meio pau. Fecharam as casas de comércio. Rezaram-se missas — muitas — em sufrágio de sua alma.





Na foto à esquerda, Pedro Augusto e Augusto Leopoldo: recém-chegados da Europa, os irmãos traziam no sangue a aspiração dos Saxe e Coburgo de terem um império na América. À direita, entre os pais Isabel e Gaston, o príncipe "mão seca": o início do pesadelo de Pedro Augusto.

Capítulo III
O difícil começo

O luto oficial baixara por seis meses sobre a Corte, e D. Pedro II se achava no direito de ir chorar a filha. Mas a viagem se relacionava, também, com seus projetos privados. Chegara a hora de visitar o mundo que ele só conhecia de livros. Paisagens, ruínas e monumentos lhe permitiriam vivenciar o prazer descrito por seus autores preferidos. Românticos, como Chateaubriand ou Lamartine, pintavam o cotidiano de modo pitoresco. Nele, a beleza natural das paisagens se misturava à estética. Contrastes entre montanhas e planícies, grutas de gelo que pareciam cidades adormecidas no tempo, panoramas contemplados do alto de picos nevados eram elementos que serviam para elevar a alma. Viajar era um sonho primitivo, uma experiência do sublime. O imperador lera Flaubert, que percorreu a Grécia, o Egito, a Itália, construindo uma câmara secreta para suas memórias. Ele também ia perseguir o esplendor de templos e necrópoles, a bizarria de costumes, o deslumbramento das luzes, a metamorfose dos céus tropicais, a vertigem de outras mulheres. Êxtases que ele, discretamente, tentava registrar em seus diários de viagens.

E depois havia este gosto ancestral: o de se mover. Ele, o monarca que vivia imobilizado entre os rituais da Corte e as exigências políticas. Ele, que não se pertencia, mas pertencia, sim, ao Império. Pois ele sentia a urgência de se desterritorializar, de ultrapassar fronteiras. Esta era a urgência íntima que tinha a ver com a descoberta de si mesmo. Que atuava como um remédio para o sentimento de melancolia que já o dominava aos 46 anos. A partida se deu a 25 de maio de 1871. Percorreu-se um rosário de cidades: Lisboa, Madri, Londres, Bruxelas, Colônia, Hamburgo, Potsdam, Viena e Coburgo. Aí, fez uma visita triste com a imperatriz ao túmulo da filha: um subterrâneo gelado. E a menina lá, tão só. Soluçaram muito com saudades. Soluçaram aliviados, pois o coração de Leopoldina não fora embalsamado e colocado numa urna transparente, à maneira dos Habsburgo. O imperador teria odiado esta relíquia sentimental.

Os dois netos mais velhos viriam encontrá-los ao final de uma correria de oito meses por terras da Europa e pelo Egito. Como achou o primogênito? Mal, marcado por uma cadeia de dor: morte da mãe, luto, exílio. Aos 5 anos, o

menino vivia um sentimento de cólera reprimido. Se o repreendiam, empurrava a zanga para dentro. Era incapaz de se expressar. Se sentia raiva, engolia, ficava tomado de culpa. Confuso sobre quem o afastara de casa, dos pais, a criança achava que a falta era sua. Era má.

Assim, a raiva, o ressentimento, a responsabilidade dos “erros” se misturavam no que pensava sobre si mesmo. Para minorar o mal-estar, ele passou a fazer o que os outros queriam que fizesse. Estava inseguro sobre o que esperavam dele. Procurava intensamente agradar aos avós, aos tios, aos criados, para combinar, em tudo, com as pessoas a seu redor. Desta forma, deixava de se sentir diferente. Mas perdia, também, o senso de quem era. Os quatro pequenos que iriam se separar pareciam duplamente órfãos. O avô compreendia a dor das crianças. Ele também fora órfão. De uma orfandade trágica. Orfandade marcada por lembranças da doença da mãe, pelos deslizes do pai e, depois, pela solidão em meio à Corte e suas intrigas. Ele tentaria de tudo para diminuir o sofrimento dos netos.

A viagem do imperador terminou ao cabo de dez meses. Foi então que Pedro Augusto e Augustinho, na companhia de Gusty, encontraram os avós em Paris. O império francês caíra. O liberal autoritário Adolphe Thiers, ex-ministro do rei Luís Felipe, era o primeiro presidente. Embora parte do país ainda mostrasse a presença de tropas, a cidade já fora liberada da mão dos prussianos, que, junto com o Exército francês, limparam a capital da presença de trabalhadores e *communards* (membros do partido operário à frente do levante que foi barbaramente sufocado). A comunicação, entre as ruínas, se fazia por meio de balões e pombos. Fome e frio se juntavam às dificuldades de locomoção. Os canhões Krupp, recém-inventados, tinham deixado a cidade em escombros fumegantes que os ingleses, depois, viriam visitar. A Comuna, dizia a escritora George Sand, acabara de transformar a capital num monturo de lixo e ruínas. Pelas ruas, vendiam-se fotografias da Paris em pedaços.

Os pequenos príncipes também tinham visto a sua existência ficar em pedaços. Longe dos manos, definitivamente separados da mãe, se preparavam, sem saber, para um longo exílio. A orfandade não lhes roubara apenas Leopoldina, mas toda uma cultura européia na qual tinham sido embalados, com afetos e honrarias que recebiam da parentela de príncipes austríacos, alemães e ingleses. Transportados aos trópicos, iam ganhar uma nova família, num mundo novo. Um mundo ainda atrasado que tudo separava da Europa. Iriam viver, sofrer, observar e experimentar sutis mudanças, nestas terras de grandes lavouras, de cidades pequenas, nas quais escravos trabalhavam em

lugar de criados.

Nos primeiros anos de adaptação, a presença do pai em cartas à Teresa Cristina era constante: “Agora todos os meus manos e manas falam novamente em eu casar, mas não tenho pressa, tenho tanto medo de não ser feliz uma segunda vez, tendo tido a felicidade da presença de um anjo que foi minha querida Leopoldina. Lembranças ao Pedro, a quem espero poder ver brevemente. […] Querida Mãe. Estimei muito saber que o Pedro tinha passado bons exames. Peço de dar-lhe meus parabéns e dizer-lhe que é um bom menino de quem gosto muito e espero que o Augustinho haja de lhe seguir o exemplo. Boas-festas.”

Meninos? Não exatamente. Eram meninos-homens, vivendo em meio à austeridade dos adultos. Cresciam ao lado do avô, uma mancha escura e alta de severidade que se movia num claustro de convento pobre. O palácio não tinha escadas enfeitadas, flores nos vasos ou esculturas como em Viena ou na Estíria. Uma série de corredores terminava em salas irregulares. Escadas, que só sobreviviam em velhos barcos transportadores de carvão, ligavam os andares. O pó se acumulava nos peitoris das janelas, e em algumas delas faltavam vidros. A velha mobília exibia estofados rotos e palhas desbotadas. Um ou outro quadro medíocre se alternava com cromos comprados em Paris a 2 ou 3 francos.

Os meninos espichavam mais à sombra do que ao sol. Os olhos doces contrastavam com os cabelos cobertos de brilhantina. Vestiam-se como velhos: chapéu preto de copa dura, colarinhos empertigados, bengalinha. Rodar arco de barril, jogar pedras, subir em árvores, armar arapucas, empinar pipa, chupar rolete de cana? Só escondido. Até os trajes de carnaval os faziam adultos: “Trovador”, “Zuavo” e “Prussiano”. Os passeios no jardim eram só depois de todos os deveres, leituras e orações feitas. Iniciaram-se na montaria, em que os cavalos mais atendiam a voz do professor: *au trot*, *au galop*! Decoravam clássicos franceses, retórica, história sagrada, geografia, línguas, música. Nos domingos, ajudavam como coroinhas na missa da capela imperial. Meninice abafada, tristonha, só. Sem doces, nem muitos brinquedos.

Ano de 1875: um fato iria mudar seu fado. Pedro Augusto tinha 9 anos quando nasceu o príncipe do Grão-Pará. Durante dez anos, Isabel e Gaston desejaram

ardentemente um herdeiro. A preocupação política do imperador com o país só tornava a questão sucessória mais tensa. Quase obrigatória. Como impor uma princesa estéril? Depois das várias tentativas em estações termais, depois de muitas novenas e promessas, Isabel se desesperou. Sofria por não preencher o mais importante papel que a mulher tinha, então: ser mãe. Encontrou solução indo à Europa consultar um especialista. Foi também a Lourdes, onde fez promessa à milagrosa Bernadette. Seguiu um tratamento. Engravidava e perdia, o que a fazia sofrer mais ainda. Apegava-se mais aos santos, de quem esperava inspiração e milagre.

Depois de alguns decepcionantes e dolorosos abortos naturais, engravidou. Exultava. Finalmente conheceria esta felicidade: o herdeiro. Mal podia esperar para abraçar o corpinho molengo. Em meio à festa de alegrias, o dever acenava. Tinha que voltar ao Brasil, pois não podia pairar sombra de dúvida sobre a nacionalidade da criança. Os políticos batiam pé. Seu "papaizinho" também. Era um legalista: tudo tinha que ser feito dentro da lei. Que voltasse, ordenava ele. No oitavo mês de gravidez, relutante e preocupada, empreendeu uma infeliz viagem. No Rio de Janeiro, um parto difícil e doloroso trouxe ao mundo uma menina loura. Uma menina morta. Chamaram-na Luiza Vitória.

Novamente houve choro no palácio. Lágrimas e soluços. O menino ouvia atrás das portas. Os tios e os avós traziam os olhos vermelhos. O príncipe vira a menina deitada na caixa forrada, vestida como uma boneca. Dormia. Como sua mãe. Depois do sono, uma viagem. Viagem sem retorno. Alguém mencionou que enterraram a caixa no convento de Santo Antônio. A boneca não o ameaçaria. Estava aliviado. No ano seguinte, grávida novamente, Isabel fez vir da França seu obstetra: o Dr. Depaul. A imprensa irou-se. Era preciso outro francês ao seu lado, além do marido. Nasceu o outro Pedro. O *Baby*. Por pouco não nasceu morto. Foi salvo pela eficiência da parteira, que lhe insuflou vida à boca e esfregou-lhe uma pluma sob o nariz. Um ressuscitado veio tomar o lugar de Pedro III: um morto-vivo, trazia até os sinais da morte na mão atrofiada. O avô exultava. A sucessão estava garantida. No dia do batizado, se distribuiu a um grupo de convidados os pedaços de uma coroa de maçapão. A imprensa criticou. Mas, no palácio, todos sorriam, felizes. Todos, menos o menino. Ninguém via a cicatriz se aprofundando na alma do príncipe Pedro Augusto.

No início da adolescência, o príncipe já conhecia as vantagens de ser tratado como herdeiro. A deferência que inspirava na escola, no palácio, nas ruas era um fato. Pois ia perder todo esse prestígio. Em plena puberdade, momento de definir sua identidade, ele perdia um reino. Descobria-se sem função. Quem

era? Antes, futuro monarca. Antes, como um eleito a quem pertenceria o trono, construía seu palácio no ar. Escolhia as janelas para observar as estrelas. O céu lhe pertencia. Um dia tudo mudou. A mudança tinha a forma de um intruso: o primo. Estava tão despreparado que não sabia como amar o recém-chegado. Tinha um corpo de rei, mas sem o direito de habitá-lo. Via o *Baby*, se apoderar e ser feliz graças àquilo de que se separava. *Baby*, o usurpador.

Sua entrada não seria harmoniosa, nem rápida, no mundo dos adultos. A mudança de contexto — passara de futuro monarca a súdito — teria uma incidência notável sobre o comportamento do príncipe adolescente. A busca de uma personalidade estável, integrada às normas de seu grupo familiar, parecia comprometida. Se antes perdera a mãe, o convívio com o pai e os irmãos, enfim, perdera a vida familiar, fora recompensado com o trono. Agora, o perdia também. Quantas perdas! E a parcela de tensão e conflito com a sociedade, característica da puberdade, tinha que ser engolida por meio de métodos coercitivos. Educadamente, elegantemente, Pedro Augusto tinha que aceitar uma nova ordem hierárquica, na qual não era mais o primeiro. Atropelado pelas circunstâncias, foi relegado a um isolamento triste. Como não podia rejeitar a realidade, nem se revoltar, adoecia.

Logo depois do nascimento do primo, o príncipe apresentou os primeiros problemas de saúde. Ele somatizava. As cartas entre Gusty e os avós não eram abundantes, mas revelavam as mazelas físicas do adolescente. Ele recusava o imprevisto que o distanciara da única felicidade possível: o futuro trono. Seu corpo respondia à mudança de situação. Não era mais o prometido. Tinha que lidar com isto. Reagia chamando a atenção. Ficava doente. Tinha dores de cabeça intensas. Tinha insônia freqüente e palpitações acompanhadas de tremor nas mãos. Tinha medo imaginário. Temia ser vítima de tifo — febre mortal como a que matara sua mãe. Morrer era uma obsessão contínua. Os médicos recomendavam banhos frios. Uma cadeia de pequenos males comprovava que a presença do primo mais alimentava do que diminuía sua dor.

Em 1877, Pedro Augusto se preparava para passar à Segunda — o equivalente ao ginásio — no Colégio Pedro II. Nos últimos dois anos, as moléstias do adolescente só faziam aumentar. É provável que, no internato, as cobranças sobre a sua situação também tenham crescido. Que rei era ele? Um rei sem reino, de meia-tigela, que não valia dois caracóis. Lá, tinha amigos e conhecidos que não o viam mais como o futuro imperador. Um desprestígio! Lá, começavam a se discutir, também, as vantagens da república, as da monarquia e as de um sistema como o II Império de Napoleão III, mas, em

nenhum deles, ele parecia ter seu lugar. Sentia-se abandonado. E não era só um sentimento. Era realidade. Quando os avós partiram para uma viagem aos Estados Unidos, sua tia, encarregada de cuidar dele e do irmão, se limitava a poucas e rápidas visitas, findas as quais remetia aos avós um pequeno diagnóstico: Pedro está bem, Augustinho, resfriado! Era tudo. As promessas que fizera à mana Leopoldina, de zelar pelos meninos, foram esquecidas. Por este esquecimento, eles começaram a odiá-la.

No pano de fundo das tensões familiares, muita coisa acontecia. A campanha contra a escravidão ganhava força nos jornais e nas conversas. A Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, libertando os filhos de escravos, dava gás aos abolicionistas. O avô se engajara, mas de cima do muro. O ex-ministro Sinimbú contava aos diplomatas estrangeiros que a questão da abolição só não estava resolvida porque o imperador não queria: “Ele julga conveniente aos interesses da monarquia e da sua dinastia ter sempre a abolição engatilhada como uma arma para ter sobre sua dependência os proprietários de escravos.” Já os diplomatas consideravam que D. Pedro era abolicionista em conversa com estrangeiros, e escravocrata em conversa com compatriotas, principalmente os fazendeiros. Engajara-se, portanto. Mas se engajara à sua maneira. De longe. Tanto que decidira dar as costas ao país, partindo em segunda viagem à Europa. Isabel iria ser regente de novo.

Desde logo, ela encontrou a resistência dos membros do gabinete. Acusavam-na de ignorância e falta de experiência política. “Deixo os que sabem mais assumir responsabilidades”, escrevia ao pai para justificar o tempo gasto entre visitas às igrejas e comutações de penas aos condenados. Ia, uma vez por semana, receber petições e falar aos ministros. Ocupava-se — murmuravam seus desafetos — de modo imprudente dos interesses pecuniários do marido: concessões de minas, vias férreas, engenhos centrais, empresas de colonização no Sul, distribuição de capim e exploração de cortiços. Já os diplomatas a comparavam à rainha Vitória ou à Maria Teresa d’Áustria, para concordar com a aristocrática duquesa de Choiseuil que, em matéria de etiqueta, ela havia recebido a educação da filha de um burguês nobilitado em vez da de herdeira de uma grande monarquia americana. Faltava-lhe — na língua bifurcada de um diplomata — “a graça de todas as maneiras e a distinção nos menores atos”.

Os membros do gabinete menosprezavam a regente que defendia a Igreja contra a maçonaria. Ou que puxava as orelhas do pai porque este, em viagem, visitara uma sinagoga. Ou, ainda, porque fora à casa de George Sand. Isabel, a

pudica, a beata, considerava a conhecida escritora uma “mulher imoral”! As reformas na legislação eleitoral tinham falhado. A economia patinava. Uma grande seca no Nordeste enchia as páginas dos jornais com fotografias de cadáveres ambulantes. Os jornais pró-republicanos aproveitavam para caricaturá-la junto ao marido. Se tentava pavimentar o caminho para, em breve, ocupar o trono, encontrava má vontade por parte dos políticos. Havia um consenso de que não reinaria. Essa opinião era compartilhada por diplomatas. Muitos escreviam aos seus países, afirmando que o próprio imperador não tinha fé no III Reinado. A princesa revidava as resistências com descaso e, às vezes, raiva: “Uma coisa que me causa asco é ter que lidar com ministros. Felizmente não os verei muito.” Dava o troco. Mas o troco errado. E por tudo isto e mais um pouco sua regência era um desastre.

Gaston, por sua vez, se via envolvido numa teia de problemas gástricos. Ele também somatizava o poder da mulher. Emagrecia. Tinha dores de cabeça e dispepsia. Sofria com ocupações que a afastavam dele. Graças a Deus, Isabel dizia, iria encerrar as tarefas com a volta do pai. Ocupada com o *Baby*, tudo o que queria era exercer sua função de mãe. Ter mais filhos. Depois de outro aborto natural, seu segundo, Luís chegou, em 1878, pelas mãos do mesmo médico francês. Estava assegurada a sucessão da sucessão. A criança era saudável. Alguns meses depois, eles partiam para a Europa. Iam buscar um tratamento para a mão seca de *Baby*. Afastavam-se do Brasil e dos pais. Deixavam para trás os sobrinhos. Afinal, o pouco caso com que os trataram depois do nascimento de *Baby* explicava que eles não contavam mais na corrida para a sucessão. O descaso e abandono dos tios tinham deixado ainda mais feridas no coração de Pedro. Ele entendia que o jogo agora estava dois a dois. Tinha que desempatá-lo.

Nos três anos seguintes, com os tios na Europa, avô e neto se aproximaram. Longe de *Baby* e Luís, o avô se achegava a Pedro Augusto. Soldavam interesses e intimidade. O jovem se desenvolvia. Começava a comprar livros. Formava uma biblioteca seguindo os conselhos do velho. Coleções encadernadas revelavam o leitor e as influências intelectuais, na juventude: Andersen, Aristóteles, *As Intrigas dos Príncipes de Sangue Durante a Regência do Cardeal Richelieu*, a *Galeria de História Natural de Buffon*, a Bíblia, os poemas de Baudelaire, vários Atlas. E por que não um livrinho de sacanagem? As *Estórias Joviais, Contos Picantes e Estórias Inconvenientes* de A. Silvestre. Passavam bons momentos no gabinete do primeiro andar do palácio de São Cristóvão.

O avô era o homem que sabia de tudo. Uma enciclopédia: Adam Smith, arquitetura gótica, hieróglifos, papel-moeda, Amazonas… era um jorrar sem fim de ciência, de erudição. Juntos, freqüentavam o Observatório Astronômico para ver estrelas e assistiram à passagem da luminosa cabeleira do cometa Fabry. Juntos, se debruçavam sobre o móvel no qual o imperador guardava coleções de moedas presenteadas, comemorativas, militares, cunhadas na Casa da Moeda e outras. O príncipe aprendia numismática. Juntos, iam assistir no teatro aos equilibristas da Real Companhia Japonesa.

Pedro se tornava belo rapaz e muito parecido com Pedro II. O colégio? Nele não se saía nem melhor nem pior do que os outros. Amigos? Os filhos dos professores e mais alguns escolhidos a dedo pelos avós ou os tios. Os empregados domésticos estavam incumbidos de vigiá-lo. Um caldo religioso banhava todo o aprendizado. O paraíso existia e era o da Capela Sistina. O inferno também. As notas do *Angelus* ou a ave-maria do cair da tarde comoviam. A presença do jovem adoçava a melancolia do velho.

Teria começado sob influência de D. Pedro a paixão pelas pedras? Os Saxe e Coburgo sempre foram grandes colecionadores. A bisavó austríaca, Leopoldina, trouxe para os trópicos o interesse pelas ciências naturais. Mas não só. O século XIX alimentou uma compulsão imperiosa, uma força irresistível que levava as pessoas a se interessar por objetos que não ofereciam resistência. Os colecionadores, na Europa, participavam de salões e de exibições. Junto com os mais diversos objetos, se expunham eles também. “É a coleção de fulano!” Colecionar cabeças de alce, moedas ou quadros, entre outros, era o signo do individualismo triunfante. Tudo começava, como já se viu, no colégio, com coisas que só tinham valor para o próprio colecionador. O hobby infantil se tornaria fixação, na idade adulta. Mas como demonstraria Freud, poucos anos mais tarde, colecionar não era só alimentar o fetichismo da mercadoria, tão comum numa sociedade burguesa. Era uma ajuda para a provação de si mesmo. Um ingresso para a aprovação social. Mas era, sobretudo, uma forma de amar.

Pedro amava as pedras imóveis, os seixos silenciosos. Ele cauterizava suas feridas, transferindo sua paixão para os minérios inertes e mudos. Esses jamais o trairiam. Pedras de Pedro cujo sono eterno o embalava na nostalgia da mãe extinta. Pedras inermes como Leopoldina. Imóveis, elas sublinhavam a sua vida morna. No mundo natural ele criava um outro mundo, sobrenatural. Mundo que oferecia para sua imaginação um espaço de liberdade. Ele transferia o amor pela mãe morta e pela coroa perdida para estes objetos frígidos, que mumificariam seus sentimentos de perda.

Pedras crepusculares dormiam nas vitrines, pedras de grutas perdidas, pedras extraídas das entranhas da terra, pedras lunares, pedras que, pouco a pouco, o aprisionariam — como ao avô — numa tumba de melancolia. A vinda de um sábio austríaco lhe animava a estudar e adquirir asbolanos, aragonitas, anfibólios e outras. Ele escrevia tratados e pequenos ensaios, comprava vitrines, se correspondia com geólogos nacionais e estrangeiros, muitos deles trabalhando na Escola de Minas, de Ouro Preto. Convidava essa gente a visitá-lo, para admirar a coleção que ia formando.

Aos 16 anos, o príncipe já estava cursando a Escola Politécnica. Seria engenheiro. Para o avô, para o Império. Estreitavam os laços de interesses entre o velho e o moço. Liam juntos. Discutiam sobre greves e sonhavam com ferrovias e assistência pública para velhos e doentes. O príncipe vinha estudando. O próprio Pacheco o confirmava. Apertava-o no quadro-negro ou no exame oral. Ele tirava "ótimo". Vez por outra, o preceptor falava ao imperador como médico que também era. O rapaz era nervoso, excessivamente desconfiado e, por vezes, um pouco excêntrico. O que era ser excêntrico no século dos excêntricos? Na sua insegurança, só gostava de dar boa impressão. Certa vez, contava o preceptor, o príncipe lhe enviara um bilhete angustiado. Não estava preparado para a prova. Não iria para o banco de honra. Mal preparado, pedia tempo para estudar. Era excêntrico por isso? Ou escrevia ao professor Raimundo de Castro Maia pedindo que fosse breve nas aulas particulares noturnas. Afinal, queria ir ao teatro. "Poder-se-á evitar tudo isso, se o senhor der alguma desculpa para não aparecer." Mas que aluno não fazia gazeta?

Dividia com o avô a simplicidade de maneiras, a aparência física, o sentimento dos homens e das coisas, a predileção pelas ciências naturais. Amavam-se. "O velho", dizia o jovem, "é meu verdadeiro amigo e protetor". Um verdadeiro companheiro. Quando voltava dos bailes, encontrava D. Pedro, estendido em sua cama, um volume de *D. Quixote* entre as mãos, esperando-o. O avô não duvidaria em fazê-lo seu sucessor, persuadido de que a monarquia teria mais a lucrar com o neto do que com Isabel.

Ah! A má vontade em torno dela e do marido francês. O ministro inglês interpretara a viagem do casal d'Eu à Europa como fruto de "divergências que se abriram entre ele e o imperador, a propósito da futura sucessão do trono". O diplomata austríaco, barão Hubner, jogava D. Pedro II contra Gaston: "Não gosta dele e procura muitas vezes desacreditá-lo." Maledicências? Talvez. Mas

o ambiente de resistência à Isabel e seu marido enchia o jovem de expectativas. Abria portas para que ele sonhasse em ser coroado Pedro III. Ele via o arco-íris, lá no fim.

A imprensa não perdia tempo. A *Gazeta da Tarde* cutucava: “Consta que o Sr. conde d’Eu não foi contente para a Europa. A razão do descontentamento é ficar no Brasil o príncipe D. Pedro […] O Sr. conde d’Eu contraria-se sempre que ouve gabar a beleza e a instrução do seu sobrinho e lamenta que tenha pronunciado sotaque estrangeiro, única inferioridade que reconhece em sua pessoa para presidir o III Reinado.” Ou:

> Toda a gente acredita que é uma razão particular que leva à Europa os Srs. conde e condessa d’Eu, e toda a gente se engana. A razão é altamente política. Desde muito o Sr. conde d’Eu vive descontente e mostra pela sua reserva o ciúme que tem pelas atenções dispensadas pelo imperador ao príncipe D. Pedro. Sua Majestade chegou mesmo a dizer, um dia, em conversa ao conde: “Repara no Pedro. Tem mesmo o porte e os modos de um soberano. Parece que nasceu para reinar.” “Como imperador?”, replicou o Sr. conde interrogativamente. O Imperador coçou o queixo e mudou de assunto. Nestes últimos tempos, Sua Majestade tem demonstrado apreensões a respeito do futuro de sua dinastia. Sua Majestade tem consciência de que os herdeiros presuntivos da Coroa não poderão arcar com a oposição que será feita à monarquia quando a soberania imperial tiver que passar às mãos deles. Vê o imperador que o Partido Republicano se organiza e cresce prodigiosamente em toda parte.
>
> Um fenômeno também não passou despercebido ao imperador. É que se houver um golpe de mão seguro, a monarquia não tem meio de se defender eficazmente. E este golpe de mão está sendo preparado pelo abolicionismo, que há de obrigar a monarquia a submeter-se aos interesses do povo brasileiro. Com o tino paternal, com essa previsão que o amor nos dá, o imperador viu desde muito que, para lutar com tantos elementos contrários e poderosos, a monarquia não tem outra saída senão recorrer a um príncipe astuto, uma espécie de remonte do próprio D. Pedro II, e esse príncipe não é, com certeza, o conde d’Eu. Esse príncipe é o Sr. D. Pedro sem mais nada.

E continuava:

Sua Alteza conta com o apoio dos alemães antes de domar o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; conta com sua beleza para atrair a simpatia da mulher; conta com o fato de não ter passado para poder prometer o futuro. Daí as simpatias e a preferência de Sua Majestade por Sua Alteza. Sua Majestade não quer ser Pedro "o último", como o chamam, e pouco se lhe dá passar por cima da lei, contanto que sua dinastia tire proveito do golpe de Estado dissimulado. Todo o trabalho do imperador tem sido desgostar jeitosamente o Sr. conde d'Eu. Feito isso, o imperador obtém facilmente a abdicação da sereníssima senhora D. Isabel, na pessoa de seu filho, e neste caso o regente será D. Pedro; ou então obtém a abdicação não só pessoal, como por toda a família, e D. Pedro reinará.

Este era um artigo que dizia tudo. Que dizia que eles eram todos humanos, demasiadamente humanos. Dizia que de nada adiantara Isabel invejar os quatro filhos da mana Leopoldina e de nada servira ter os seus dois. O problema continuava. O primogênito era Pedro Augusto. O belo e bom Pedro, sem um passado de negociatas como o que tinha Gaston, por exemplo. Pedro Augusto, o príncipe dos trópicos que teria apoio das casas reais européias, o apoio de imigrantes, ou seja, do "estrangeiro" — por que não de Bismarck, o chanceler de ferro? — e do resto da sociedade, vindo a se tornar uma solução de continuidade.

Soprada pelos jacobinos, a ira dos republicanos se levantava contra o "III Reinado do Francês". Por outro lado, nada mais natural, para alguns monarquistas e mesmo outros tantos liberais, do que pensar na possibilidade de um golpe de Estado em favor de Pedro de Bragança e Saxe, um D. Pedro III, brasileiro puro. Um belo varão capaz de aglutinar o império. De absorver mudanças. De integrar o Brasil ao passo da Europa. E por que o imperador silenciava sobre estas pretensões? Por que não dava um basta? Só podia, no íntimo, concordar. E, sempre em cima do muro, deixava que os fatos caminhassem por si. Que eles se encaixassem como a fruta e o caroço. A intriga palaciana, por sua vez, se enrodilhava como um réptil. Lenta e fria.

Vez por outra, surgiam complicadores. Nem tudo corria sobre carretéis na caminhada elegante em direção ao trono. Pedro Augusto queria deixar para trás a imagem do paço de São Cristóvão, paço simplório e triste. Queria uma casa bonita. Por isso, ornamentava mais e mais o paço Leopoldina. Concorria com o paço Laranjeiras. Recebia com sofisticação. Distribuía presentes caros. Sim, o

dinheiro era uma maneira do jovem de consolidar o papel de príncipe magnânimo. Em tempos de afirmação da burguesia consumista, dinheiro era poder.

O pai protestava. Escrevia ao avô preocupado com o futuro do menino. Talvez fizesse isto como forma de pressão para que o velho se resolvesse. Eram os "nossos assuntos", como dizia Gusty. "Pedro há de acabar seus estudos, quais serão as idéias de Vossa Majestade sobre o futuro dos netos?" Era preciso achar uma atividade para ele no Brasil. Reinar, por que não? E aquilo que o incomodava mais:

> É incrível como gosta de gastar dinheiro e uma de suas cartas é cheia de pedidos de dinheiro e mais dinheiro. É triste porque, na sua idade, nem deve se preocupar deste assunto. Minhas ordens são para dar somente 200 réis por mês […] Venho ainda pedir um esclarecimento a Majestade para não falar disto ao Pedro. Ele me pediu para dar-lhe 500 mil para despesas da viagem. Viagem planejada ou somente de imaginação de Pedro? Ele deseja também fazer um presente de um conto de réis a seu repetidor, ano passado não fez presente deste valor.

Pedro gastava. Secretamente esperava que algo o levasse de volta ao perdido sentimento de felicidade. Não tinha consciência de que não se sentia muito bem em relação a si mesmo. Havia algo errado, mas ele não sabia o quê. Recorria a vários dispositivos para chamar a atenção, tais como seduzir, se desculpar, desconfiar das pessoas, querer coisas demais, se comportar defensivamente, agradar demais aos outros e dar, distribuir, comprar. O dinheiro e a ostentação faziam parte do muro de proteção que construía à sua volta. Mas nunca dizia "não". Nunca um não. Com a tia detestada, trocava bilhetes e gentilezas: um pé de rosas, que ela colecionava, contra minerais, que ele colecionava.

Ao final da adolescência, um pequeno grupo se achegava ao príncipe, o neto predileto do avô, como se dizia em toda parte. Queriam conhecer seus gostos. Queriam cultivá-los em proveito próprio. Queriam bajulá-lo. Eram políticos, homens de letras, jornalistas: uma pequena corte. O príncipe oferecia jantares e concorridos *five o'clock teas*. Tinha enorme prestígio social na roda dos jovens. Vestia-se com simplicidade, mas com apuro e elegância. Vivia a rodar de *coupé*, apesar dos terríveis arruamentos da cidade. Conversava muito, mostrando como

era lido e instruído, mas sem exibir erudição, o que era considerado de mau gosto. Freqüentava assiduamente bailes de clubes e saraus familiares. Neles, se apresentava tímido, muito tímido com as moças.

Quando atendia a compromissos sociais, não eram poucas vezes em que se formava uma pequena multidão na rua, para vê-lo passar. Era, então, aplaudido. Bonito, alto, olhos de um azul profundo, cabelos anelados, dera, sem dúvida, no melhor espécime que a família imperial conseguira produzir. O jovem príncipe louro — dizia dele um amigo — sonhava em ser um imperador sábio. Criava-se, discretamente, um partido à sua volta. Sim, ele tinha adeptos. E no entender destes e de outros muitos, a sucessão deveria caber-lhe não apenas por ser o neto mais velho e durante nove anos o único, mas por já ter quase idade para reinar.

O *Baby* tinha apenas 12 anos. Se a mãe abdicasse em seu favor, ele, tão menino, não deixaria de sofrer influências dos pais. E eram estas influências que se queria evitar nos negócios de Estado. A mão seca, defeito de nascença, era um pretexto que poderia inabilitá-lo. Mas a verdade é que o príncipe herdeiro da Alemanha também nascera com a mão atrofiada. E reinava. Reinava, aliás, com mão de ferro.

As notícias circulavam, e o príncipe Pedro Augusto as acompanhava. Não era sonho, mas apoio concreto de grupos da Corte e do povo. Ele recebia, de muitos, palavras de encorajamento. Era desejado, ambicioso e não deixaria a oportunidade passar. “Não tem ainda 25 anos” — ou seja, idade constitucional para reinar —, dizia o ministro de Portugal, “mas já tem o diploma de curso superior, não faltando assim argumentos para sustentar que lhe são aplicáveis as disposições que alteraram posteriormente as condições da maioridade… É inteligente, bastante instruído para a sua idade, muito simpático e popular. Há neste país um grande número de monarquistas que entendem que, na falta do atual imperador, a monarquia ficaria mais solidamente construída com Pedro do que com a princesa Isabel”.

E o corpo diplomático inglês fazia coro:

> O príncipe D. Pedro é ainda um jovem inexperiente, e nas presentes circunstâncias é de recear-se que possa ser transviado por danosas influências desses políticos e patriotas que nada têm a perder se falhar amanhã a sua candidatura. O fato, entretanto, de ser o príncipe o neto favorito do imperador e de ele dividir com a princesa o amor e a afeição do

> imperador não deve ser desprezado no caso de aparecer qualquer complicação. Embora ele não possa naturalmente reivindicar legitimamente o trono, salvo pelo fato de que durante muitos anos se espalhara a idéia de que seria o futuro imperador, não obstante a questão é muito discutida pela opinião pública.

A imprensa dava voz aos descontentes. *A Gazeta da Tarde*, por exemplo, insinuava que o Partido Liberal de tudo fazia para forçar a abdicação do imperador, doente, muito doente. O temor da invasão das forças religiosas, de um governo clerical, de um "reinado mercantil em favor do imperador honorário", fazia com que seus membros optassem pela proclamação do neto. "É certo", explicava o articulista, "que semelhante opinião ainda não transbordou das altas regiões do Partido Liberal sobre o povo; porém, já tem ela adeptos que principiam a se tornar fervorosos". O jornal irradiava elogios aos progressos científicos, à elegância, ao olhar, à inteligência e "facilidade de assimilação do espírito moderno do Brasil".

Isabel era o arcaísmo. Pedro Augusto, o futuro. Ela, a representante de um Estado submisso à Igreja. Ele, de um Estado laico. Se o Partido Liberal conseguisse entrar no Parlamento em grande número, a candidatura do príncipe à sucessão seria vista como que uma forma de impedir que o país continuasse de joelhos diante da Igreja — afirmava José do Patrocínio. O plano estava assentado nos arraiais liberais, afirmava. Se o imperador viajasse sem resolver a questão, deixaria a filha entregue a uma luta de conseqüências desastrosas.

Entre leitores dos vários jornais, a idéia da ascensão do príncipe ao trono deixava de ser apenas uma das intrigas políticas para se tornar muito mais. Um verdadeiro "plano racional e recurso seguro para futuras evoluções partidárias". No meio dos liberais, o silêncio que cercava uma tal proposta se tornava, segundo um deles, suspeitoso. Por que se calavam os habituais comentadores que não esqueciam de examinar os mais insignificantes detalhes? Por que razão o assunto era sabido por todos mas não discutido? Por que um véu, se o imperador, o príncipe e a princesa estavam nus? Por que não apoiar o jovem explicitamente?

Até no Parlamento deputados conservadores e liberais debatiam as pretensões do chamado "príncipe conspirador". Os boatos se multiplicavam. O deputado Ferreira Viana, por exemplo, fizera um discurso acusador. O político alertava contra o perigo das "vozes da turbamulta", vozes que se somariam às

ações daqueles que desejavam transformar “uma idéia num pretexto para um fim não confessado”. Mas fora violentamente silenciado sob protestos e reclamações, mostrando a que ponto a idéia já estava consolidada em alguns grupos. Já tinha muitos adeptos na Câmara.

A candidatura do príncipe existia, era um fato, mas se revestia de segredo. Era feita de manobras nos bastidores. Havia um clamor, mas não se localizava exatamente a sua origem. Tal clima de conluio interessava a vários grupos. Os republicanos, recém-eleitos, tomavam o conflito dentro da família imperial como uma brecha que viera em boa hora, permitindo-lhes trabalhar o advento das mudanças. Era preciso, no entender de alguns como Quintino Bocayuva, cavar mais e mais as diferenças entre D. Pedro Augusto e a princesa Isabel. Os pés de barro do Império não agüentariam a tensão.

O famoso restaurante do hotel O Globo tornou-se palco de almoços do príncipe com o conselheiro Souza Dantas, presidente do ministério desde 1884 e um estadista anticlerical. Entre seus espelhos dourados e uma garfada e outra de *jambon de York*, o experiente estadista doutrinava o jovem. Não escondia intenções. Além de reforçar uma agenda na qual o papel da Igreja católica desapareceria, procurava dar força aos abolicionistas, “a quem a conspiração pretendia lisonjear”. A idéia era lhes fazer acreditar que se a propaganda da emancipação fora banida pelo imperador, o neto a abraçava. Que se o avô se omitia, o neto assumiria a agenda capaz de extirpar do império a “mancha negra”. O projeto do renomado liberal previa uma espécie de reforma agrária com o assentamento de famílias de ex-escravos ao longo das ferrovias do Império. Os recursos para as necessárias desapropriações iriam ser providenciados em bancos europeus. O velho e o moço conversavam em público dando margem a todo tipo de interpretação.

A correspondência diplomática alimentava o burburinho. O príncipe tinha a apoiá-lo não um grupo, mas um partido, analisava o ministro francês. Seus membros eram favoráveis a um sucessor varão, alheio a influências da Igreja. O cônsul italiano dizia que o jovem príncipe gozava da simpatia de todos os brasileiros e se sua candidatura fosse posta adiante, havia de encontrar muitos adeptos. Corria, também, a informação de que a Alemanha de Bismarck, senhora de poucas colônias no ultramar, planejava derramar levas imensas de imigrantes em chão brasileiro, com a intenção de apossar-se dos territórios do Sul. Queria, como dizia Guilherme II, “fazer-se um lugar ao sol”. Ao sol tropical. Pois esta germanização teria a cara da casa de Saxe e Coburgo Gotta, desde sempre, os maiores interessados nos contatos comerciais que ligavam os

dois impérios. Haveria até uma associação clandestina promovendo a imigração, sob a capa de agentes secretos que eram considerados delegados oficiais do império brasileiro. O nome mais conhecido era de um tal *Herr Gruber*… Bismarck apoiaria, sem dúvida, a ascensão de um alemão ao trono brasileiro. E a rua do Ouvidor fervia com tantas informações sobre este a quem chamavam de “o favorito”.

A mesma *Gazeta da Tarde* não dava sossego: Sua Majestade tinha consciência de que Isabel e Gaston não poderiam arcar com a oposição que lhes seria feita quando a soberania imperial tivesse que passar às mãos deles. Eram detestados. O imperador sabia que o Partido Republicano estava se organizando e crescendo em toda parte. Importante: o tal “golpe de mão seguro” estava sendo preparado. E, dele, a monarquia não tinha como se defender.

Não eram poucos os periódicos, jornalistas e políticos republicanos que apoiavam o golpe em favor de Pedro de Saxe, como um instrumento de pressão contra o III Reinado do “Francês”, como os desafetos chamavam Gaston. Mas dizia-se pior. Que havia pouca gente disposta a pegar em armas pela monarquia, estivesse ela nas mãos de quem fosse. As complicações, segundo o embaixador inglês, pairavam no ar. A saúde do imperador ia mal. A sonolência e a fadiga que exprimia nos atos públicos ajudavam a deixar uma imagem de fragilidade. Ele elevara o cochilo à altura de um princípio monárquico. Riam-se dele. No teatro, diante de todos, adormecia, cabendo à imperatriz acordá-lo com cutucadas de leque. O velho definhava. Não tinha mais forças para fazer frente aos desarranjos físicos. Menos, ainda, aos da política. Seu único apoio eram os senhores de escravos.

Um diplomata estrangeiro divulgava que, em todos os anos que morara no Brasil, nunca conhecera um único cidadão que fosse amigo ou capaz de sacrifícios pelo imperador. Que pela frente era adulado; pelas costas, ridicularizado. Nas repartições públicas, nas academias, regurgitavam os republicanos que começavam a confessar suas idéias. Os lentes e mestres faziam propaganda nas cátedras. Em toda parte, chefes republicanos recebiam acolhida dos monarquistas, mostrando que os extremos da política se tocavam. As agitações se multiplicavam. Os políticos evitavam qualquer contato com o paço imperial. Não convinha se mostrar íntimo. Os ministros, quando demitidos, lá não voltavam. Temiam ser chamados de cortesãos. Os papos de

tucano do manto do imperador, ao abrir a assembléia geral, provocavam todo tipo de piada.

Dividida entre apoiar “o favorito” e atacar os d’Eu, a imprensa ainda fustigava o velho imperador sem dó nem piedade. Os jornais da oposição não o deixavam em paz. Durante o carnaval, alegorias ridículas injuriavam o monarca: um “lunático a ver estrelas por um óculo”, o “filósofo adormecido” se equilibrando nos carros alegóricos, chamados, então, de carros da crítica. E tudo desfilava ao som de polquinhas e dos atabaques, entre a molhaçada e outras brincadeiras. O povo ria com as desventuras do ancião em barbas brancas.

Mas a brincadeira acabou mal. O assassinato com sete facadas e dois tiros de Apulcro de Castro, redator de *O Corsário*, responsável por ataques aos oficiais do 1º Batalhão de Cavalaria, imergiu o velho numa crise. Crise de silêncio. Crime horrível! — todos bradavam. Além de fragilizado fisicamente, o soberano ficou impassível. Como se nada tivesse acontecido. Em cima do muro, como de hábito. Pior: no dia seguinte ao assassinato, o imperador visitou o mesmo batalhão, como se pedisse desculpas por duvidar das boas intenções do Exército, perdoando a barbaridade que comovera a opinião pública. Quanta impotência!

Frente à indecisão de D. Pedro II, a voz do político gaúcho e conselheiro do Império Gaspar Silveira Martins estava lá para lembrar a eficiência dos Saxe e Coburgo no comando das nações. Pois, dizia, havia os defeitos particulares do monarca: “Descendente da Casa d’Áustria, tem o talento das coisas pequenas, o espírito das minúcias e certo gênio patriarcal.” E opondo o entorpecimento de D. Pedro à eficiência de Leopoldo, explicava: “As tradições daquela casa e a educação conservadora que recebeu o chefe de Estado não podiam fazê-lo um Leopoldo da Bélgica, educado na livre Inglaterra. Aí o segredo de certo espírito pequeno que tem dominado a política imperial.” A imagem do poderoso Leopoldo pairava como um emblema de sucesso na possível sucessão do príncipe. Mas quanto a este assunto ou outros — trazidos por conselheiros, presidentes de província, guardas nacionais, burocracia —, o avô só respondia: “Devagar… devagar.”

Quando o avô caiu doente, em janeiro de 1887, e se receou por sua vida, a pequena corte do príncipe Pedro se animou. Discutia-se muito a sucessão e a exclusão da tia. O jovem Pedro se enchia de esperanças. Sim, estava pronto. Esperara por isso toda a vida. Se o edifício da monarquia parecia cair, pedaço

por pedaço, ele estaria lá para reconstruí-lo. Realizaria o sonho dos Saxe e Coburgo. Do lado dos tios, corria que o conde d'Eu sabia que não era estimado no Brasil. E que nunca, nunca, se realizaria o reinado da princesa. Um diplomata se encarregara de espalhar a notícia de que o conde não fora ao Brasil para firmar uma dinastia ou cingir uma coroa, mas para ajuntar dinheiro. Um ministro dissera mesmo ao imperador que o reino de Isabel não era deste mundo. Suas regências — comentavam políticos e jornalistas — não foram felizes. Nos últimos anos, seus maiores interesses eram a música, a religião, as orquídeas, o jardim e os filhos, como atestavam inúmeras cartas à condessa de Barral ou ao seu sogro. A fraqueza do pai não a levava a ocupar maiores papéis em público, o que devia estimular as pretensões do príncipe.

Com a piora do estado de saúde de D. Pedro, decidiram partir para a Europa em busca de tratamento. "Aconselhado por médicos e pelo estado de sua saúde comprometida, o augusto chefe de Estado […] é levado a empreender uma viagem no intuito de recuperá-la", noticiava o *Jornal do Commercio*, em julho de 1887. A imprensa republicana não poupava o velho homem: "baldões de impropérios e injúrias" acompanhavam os preparativos para a viagem. A *Gazeta de Notícias* despachou um repórter, Demerval da Fonseca, para acompanhar a convalescença ou agonia do monarca. A oposição não perdia tempo. O jornal *O Paíz* comparou o vapor *Gironde* a um esquife. Não um que levasse o corpo embalsamado de um homem, mas da própria monarquia, monarquia "amortalhada na indiferença do povo"! Na contramão destes jornalistas, contudo, o povão se manifestou.

As despedidas foram feéricas.

> Ao saírem os imperantes para tomar o carro, o povo que se achava reunido em frente ao palácio prorrompeu em vivas e aclamações. Sendo atiradas flores sobre Suas Majestades e sobre Suas Altezas que os acompanhavam… Desde a raiz da serra, em todas as ruas pelas quais deviam passar Suas Majestades, era enorme a a fluência do povo que recebia os imperantes com vivas e aclamações… O *bond* imperial chega ao largo de São Francisco, e no largo e ruas adjacentes era tão compacta a multidão que se tornava quase de todo impossível o trânsito […] a bordo era também quase impossível o trânsito tal a afluência de pessoas que em *bonds* marítimos e lanchas tinham ido apresentar às Suas Majestades as suas despedidas.

Impossível que o jovem, mais uma vez, não se entusiasmasse com essas manifestações. A monarquia parecia estar bem viva! Já o avô, a cabeça prateada, os olhos em brasa, dobrava-se, fundindo como uma vela que derretia.

O conde d'Eu escrevera ao pai, em Paris, avisando-lhe da partida do imperador no dia 30 de junho. E o faria — sublinhava — por obra e graça dos médicos que tinham imposto ao Conselho dos ministros a decisão da viagem. Imposto, sim, pois havia políticos contra a viagem. Alegavam que não era a hora. O país estava mergulhado em dissidências e crises. Para Isabel e ele, participar desta decisão era coisa *bien facheuse* (bem desagradável), pois não poderiam impedir coisa tornada necessária. Não contava que uma segunda regência de Isabel parecia insuportável para muitos. A verdade é que reassumir era tarefa difícil para o casal. As críticas choviam, ficavam vulneráveis, não tinham mais tempo para se dedicar aos seus projetos pessoais. E, prevenindo o velho aristocrata sobre quem era o príncipe brasileiro:

> A imperatriz acompanha o imperador, bem entendido, assim como seu neto Pedro Augusto, que está no auge da felicidade. É um bom menino que eu recomendo; muito inteligente, elegante e bem cuidado, e persegue seus objetivos que são, no momento, formar coleções de todo tipo, científicas e artísticas. Mas ainda inexperiente, fácil a inclinar para um lado ou outro, em suma, pouco firme. Ele me disse, com muitos rodeios e subentendidos — talvez para tornar-me favorável à sua viagem, única coisa que o preocupa —, que lhe parecia indispensável ir-se, neste momento, para não se tornar um entrave político. Que ele recebia, amiúde, insinuações que tinha que afastar. Que ele achava leal advertir-me. Que ele retornaria quando o governo de sua tia estivesse bem assentado. Estou, quanto a mim, convencido de que tudo isto não passa de conversas no ar, como estão tão inclinadas neste país de murmurações. E de fato, ele terá que voltar para cuidar dos interesses que possui aqui: pensão elementar de 28 mil francos; propriedade urbana com belíssima residência cujo usufruto seu pai lhe abandonou, estimado em mais ou menos 500 mil francos; e, ainda, o direito a um imenso domínio de terras ainda não demarcadas […] seu irmão encontra-se ocupado com o serviço naval […] é bem menos expansivo.

Gaston não levava a sério as pretensões do sobrinho. Não imaginava que nos anos que convivera só com o avô, este mesmo dera a entender, muitas

vezes, que via nele um sucessor. O príncipe ouvira atrás da porta que o avô detestava o genro. O conde não parecia se dar conta de que Pedro Augusto representava os interesses de um grupo contrário à permanência de Isabel no trono. Grupo organizado e que já possuía uma agenda para reverter o quadro sucessório.

Se o jovem dizia que se afastava para deixar o governo da tia se consolidar, não o fazia só por elegância. Queria que o tio soubesse que ele era uma ameaça. E das bem concretas. Do ponto de vista do tio, só o dinheiro interessava e não as nuvens que se formavam sobre a cabeça do jovem príncipe. Estava enganado. A instabilidade que cercava a regência, com sua avalanche de problemas, só aumentava as chances de ver sua mulher substituída pelo sobrinho. Não eram conversas no ar.

O príncipe ia para a Europa com a certeza de que, no coração da Corte, trabalhavam em seu favor, porque as condições do país estavam deterioradas. Problemas complicados aguardavam soluções que não vinham, e a ausência do imperador que partiria no tal “esquife da monarquia” colocava outros. Sua moléstia — contava o ministro da Inglaterra — iria colaborar para o separatismo de províncias no Norte. O ambiente era de incertezas e sobressaltos.

A candidatura do neto significava a possibilidade de reverter o quadro de antipatia pela família imperial. Era uma solução de continuidade dentro da mudança. Correspondia aos panos quentes necessários para acalmar o crescimento da vaga republicana, que, dentro da Corte, poucos pareciam antever. Representando o futuro, Pedro Augusto podia encarnar um imperador-presidente: caso único e pioneiro nas Américas. Uma mistura de duas tendências que dariam ao país condições de crescimento. O exemplo de Napoleão III estava bem vivo na lembrança de uma classe política que confiava nos modelos importados.

Enquanto os avós e o favorito preparavam a partida, na Corte o clima era de muita preocupação. Com a ausência do velho, que se presumia prolongada, tudo podia acontecer. A regência da tia se abria sob céu de tempestade. Boatos cercavam o governo do barão de Cotegipe, que não parecia bastante sólido para conter sequer a ordem pública. Multiplicavam-se arruaças. Temiam-se os capoeiristas armados de facas que evoluíam pelas ruas à vista de uma polícia má e impotente, denunciava o embaixador argentino, Ernesto Quesadas, em correspondência oficial.

Alarmada, Isabel se transferiu com as crianças e o marido para o paço de São Cristóvão. O endereço, mais afastado, resguardava a família contra possíveis violências. Havia quem dissesse que, instalada na mesa do imperador, ela preparava simbolicamente sua subida ao trono. A muitos parecia impossível imaginar que o monopólio que tinha o monarca sobre todos os assuntos pudesse, num toque de mágica, ser passado a Isabel. Para piorar, ela e Cotegipe não se entendiam. Entre eles, duro como um osso, o problema da Abolição. Gaston, escrevendo ao pai, se mostrava temeroso dos incidentes políticos a vir. Basicamente aqueles que cercariam a sucessão, em caso de morte.

O imperador ia muito doente. E se morresse? Pela Constituição, a coroa era da tia. E o era de pleno direito. Mas não havia ambiente para isto. A má vontade era geral. “Estou convencido”, escrevia Capistrano de Abreu ao barão do Rio Branco, de “que o III Reinado será uma desgraça, e esta opinião vejo-a a cada dia espalhada e a consolidar-se; mas não pode deixar de ser assim”. E frente a tamanha má vontade, o que faria Isabel? Renunciaria em favor do filho? Era aí que os problemas começavam.

Para muitos, o horror à provável influência dos pais, durante a regência do príncipe do Grão-Pará, era tão forte quanto à possibilidade de Isabel ser coroada imperatriz. Para outro grupo, o importante é que *Baby*, o Grão-Pará, fosse afastado em favor de D. Pedro Augusto, sabidamente o neto de predileção do imperador, o mais velho e ele mesmo pretendente. Não havia espaço para a princesa. Era detestada. Primeiro, pelos republicanos. A seguir, pelos proprietários de escravos, por ser Isabel uma abolicionista. Os maçons, por causa de sua fé religiosa. Os intelectuais, por sua beatice.

Entre os políticos, mesmo os amigos do palácio, havia aqueles como Taunay, que não queriam se submeter ao governo de uma mulher. Temia-se — escrevia o ministro da Bélgica — que ela não tivesse pulso forte ou conhecimento aprofundado dos negócios para presidir os destinos de país tão vasto. Temia-se que o clero fosse dar opinião e interferir durante o seu reinado. Não se correspondia com o bispo do Pará, sobre política? Este não lhe pedira o patrocínio para um senador?

Quando D. Vidal e D. Macedo, bispos de Olinda e Belém, resolveram seguir as ordens do papa, punindo religiosos ligados à maçonaria, ela os apoiou. Seu devotado clericalismo a afastou da sociedade. Ela colecionara desafetos, também, ao assinar leis antiescravagistas, ao patrocinar alforrias nas visitas que fazia às fazendas do interior. Boa mãe e esposa, preenchendo o papel de uma

mulher de seu tempo, por que cargas-d'água desejaria comandar um império?

Sobre esta terceira regência, pairavam também questões familiares não resolvidas: os dotes matrimoniais. O de Isabel e o de Leopoldina. Os jornais protestavam. Não era a hora. A saúde financeira do país era frágil. Gusty, por exemplo, devia receber 1.200 contos, em barras de ouro, pagos na praça de Londres. O pedido era considerado uma "extorsão feita a um povo em penúria em favor de um príncipe elegante que passa pela Europa uma vida de rosas". O país estava disposto a resistir a essa intimação: "Sua Alteza faz muito bem reclamando este mundo e o outro e fixando o pagamento em ouro, e nos deixando ainda seus dois filhos como um penhor da muita estima que tem pelo nosso orçamento." A imprensa antimonarquista não poupava ninguém.

A culpa era dos pais por terem arranjado péssimos casamentos para as princesas. Em vez de aliá-las com as grandes casas dinásticas reinantes da Europa que pudessem favorecer a nação pela imigração e pelo consumo dos produtos nacionais, "foi buscar um príncipe exilado e um outro de casa secundária e sem nenhuma influência direta nos destinos europeus". E que ainda por cima ambos os príncipes eram, direta ou indiretamente, membros da família Orléans, e o governo brasileiro deveria saber que essa família "não hesitou nunca em levantar questões de dinheiro" e que "puseram sempre seus interesses acima dos interesses das nações que os aceitam ou toleram".

Numa das colunas que assinava sob o *nom-de-plume* de Proudhomme, José do Patrocínio criticava violentamente o imperador, dizendo que este ainda não partira para a Europa pois receava entregar o governo à princesa Isabel "quando estão em debate importantíssimas questões, uma das quais é a dotação do Sr. duque de Saxe". Além disso, insistia, era preciso também "tratar do dote de um dos príncipes, que Sua Alteza viúvo nos deixa como penhor da sua magnanimidade em dispor do nosso orçamento" — era o do príncipe Pedro Augusto. Sem falar, e isto para o articulista era o mais importante, na questão do conde d'Eu: fizera um débito de 500 contos no Banco do Brasil e criava problemas em suas terras no Sul. Nessas circunstâncias, ou seja, tendo que discutir interesses da família, seria uma grande imprudência inaugurar a regência.

Com Gusty invisível e o jovem Pedro Augusto inatacável, sobrava para Gaston. Não só os jornais o criticavam sem piedade como reproduziam informações publicadas na Europa. Um diplomata estrangeiro escrevera uma série de cartas, cheia de detalhes sobre os podres da família imperial. Primeiro,

elas circularam no estrangeiro. Depois, na Corte. Nelas, Gaston se destacava por sua extrema ganância e avareza, mal dos Orléans, dizia o autor. Os conflitos com o imperador também eram relatados.

Um deles — confessava o diplomata — lhe foi passado por alguém muito íntimo do conde. A história era sobre uma pedreira que Gaston tinha atrás do palácio Isabel e que ele arrendava. Mas as explosões assustavam a princesa que estava, então, grávida e temia um aborto. Ela pediu a um criado para falar com o arrendatário para parar. Este respondeu que tinha encomendas para obras públicas na cidade, mas que pararia se o conde o indenizasse, já que tinham um contrato. Pois ele foi se acertar com o conde e qual não foi a surpresa do criado da princesa ao ouvir do próprio Gaston que havia se acertado com o arrendatário: ele não iria parar com as explosões, mas pagaria 100 réis a mais por mês! Isso teria indignado o imperador, que dissera que, se a questão era dinheiro, ele dava 300 ou 400 réis para evitar tais sustos à filha.

Outra desavença foi na Guerra do Paraguai. Desde o início, o conde pediu para comandar um regimento, mas o imperador não o enviou temendo que os louros do conde fizessem murchar os seus próprios em Uruguaiana. Só o enviou na última fase da guerra, quando ela já estava praticamente ganha. O diplomata dizia que até o Partido Liberal festejou muito o conde em sua volta e chegou mesmo a cogitar investir nele até perceber que ele não era “homem político”, e sim “financeiro”.

O clima na política era de final de festa. Na correspondência diplomática, o embaixador Quesadas se queixava de que os funerais de ministérios se sucediam. Uns substituíam os outros, sem soluções para os problemas do país. Os políticos que podiam fazer muito nada faziam. De seus contatos com o imperador, depreendia que ele estava cansado e desencantado. Que tentava popularizar a princesa, mas intimamente já sabia: ela jamais ocuparia o trono. Quanto ao monarca, era apenas um homem que não despertava entusiasmos, nem tampouco ódio: era um inofensivo. Um inofensivo que usava as viagens ao exterior para fugir ao sensível estado nervoso, revelador de certo desequilíbrio. O médico Mota Maia falava em impaludismo, progressão diabética e desordem nervosa. Ah! Os nervos.

Não era impossível que o tal estado nervoso decorresse das tensões familiares. “*Maldição à família que leva a todas as covardias e que vos dissolve num oceano de leite e lágrimas*”, escrevia, na mesma época, Flaubert. Sim, porque no século XIX uma família — aristocrática ou não — representava

dignidade e poder. Ela impunha aos seus membros seus próprios objetivos. Ela considerava o interesse do grupo superior aos dos seus integrantes. Verdadeira fortaleza, guardava no interior segredos que pudessem macular a defesa de seu nome. A aparência de estabilidade, fosse lá o que isto quisesse dizer, era tudo. E a tal aparência não era só sinônimo de patrimônio, era uma força que defendia contra tudo o que ameaçava. Mas os tempos tinham oxidado este harmonioso retrato familiar. Os progressos do individualismo geravam conflitos que podiam levar à ruptura do edifício. Fissuras começavam a roer o muro da sólida construção. A família dos Bragança não era diferente. Nem todos agüentavam a pressão da mesma forma.

Pedro Augusto queria romper o casulo impondo suas pretensões, que julgava legais, aos demais membros. A herança do avô — o poder, não o dinheiro, essa coisa suja de burguês — ocasionava os mais graves e disfarçados conflitos. O inimigo não estava, portanto, fora, mas dentro dos portões. Lutas fratricidas, nas quais cada um calculava as chances do outro, resultavam em discretas lavagens de roupa suja. A autocensura tornava esses embates ainda mais cínicos, feitos de murmurações e sussurros. O medo do escândalo, da humilhação, dos comentários, amarrava avós, tios e sobrinho num pacto de silêncio e ódio. A regra era nada expor e evitar a intervenção de terceiros. Na Corte, não havia alma piedosa dedicada a reconstituir os fios rompidos. As muitas fotos do príncipe com os primos e o restante da família deviam atestar para a sociedade a serenidade do clã.

Mas não eram só os problemas familiares que causavam o desencantamento do imperador. Os progressos feitos pela individualização engendravam novos sofrimentos. Sofrimentos íntimos que decorriam da péssima imagem que D. Pedro II fazia de si mesmo: um homem fechado, adormecido, doente. O sentimento de insuficiência que dele emanava rompera a barreira de proteção da família. Estava nas caricaturas, nas notícias de jornais, nas fofocas da rua do Ouvidor. Não tivera uma vida feliz, e o medo do que estava por vir — não dissera a Quesadas que o império terminaria nele? — era sentido como uma fonte de mal-estar. Não amava. “Ninguém conta com a sincera amizade do soberano. À força de querer parecer imparcial cai no extremo oposto, e não manifesta simpatia ou afeição a quem quer que seja”, acusava um jornalista. Não era à toa que o monarca tinha horário marcado com o Dr. Charcot.

Desde 1863, o médico francês desenvolvia pesquisas sobre a neurose e o “choque nervoso”, segundo ele, um agente provocador capaz de gerar delírios. Se o mal não deixava vestígios orgânicos, era porque afetava, apenas, o cérebro.

Para provar sua tese, ele transformara o hospital La Salpêtrière, em Paris, num teatro onde os doentes exibiam seu sofrimento. Em suas aulas, realizadas às terças-feiras, artistas, escritores, jornalistas e políticos acotovelavam-se a outros médicos, enchendo a sala. As câmaras escuras de Daguerre e Talbot, os estereoscópios, registravam, como um olho curioso, a mímica da dor psíquica. Membros torcidos, olhos revirados, mãos em garra, seios desnudos. Uma mistura de sexo e terror. Mesmo os tratamentos hidroterápicos aos quais era afeito D. Pedro II eram recomendados, nada mais, nada menos, do que para a alienação, um outro nome para demência ou loucura.

Era comum em Paris que, ao fim de jantares só para homens, na hora de charutos, licores e digestão, o assunto fosse o magnetismo e as experiências do Dr. Charcot. De repente, homens céticos, amáveis, indiferentes a todas as formas de religião, começavam a contar fatos estranhos e histórias incríveis. O mistério do magnetismo era defendido em nome da ciência: “O Sr. Charcot, de quem dizem ser um notável sábio, parece um desses autores como Edgar Allan Poe, que enlouquecem de tanto estudar casos de loucura. Ele constatou fenômenos nervosos inexplicados e, ainda, inexplicáveis. Ele caminha sobre o desconhecido que exploramos a cada dia, e não podendo sempre explicar o que vê, ele se recorda, talvez, das explicações eclesiásticas sobre os mistérios”, comentava-se. A teoria nascera durante a geração do avô: o cérebro organizava as funções da alma. Graças a um mapa frenológico, médicos localizavam áreas de inteligência, esperança, amor à família, devoção, patriotismo, cálculo, instinto sexual e tendência à bebida. O imperador tinha que ver o médico para saber que área estaria lesada.

A filha regressou de uma estada de seis meses com a família na Europa, e o pai teve licença para viajar. Curiosamente, a depressão na qual mergulhara e que lhe dava aparência de um moribundo desaparecia como por encanto. A verdade é que São Cristóvão era um túmulo. A vida ali o matava pouco a pouco. Havia de pensar nas comparações que fizera seu amigo, o historiador Max Fleuiss: Londres era uma velha rica, Paris uma viúva decrépita, e só Berlim rapariga nova, fresca, rija, louçã. Tudo lá era mocidade. Nas capitais, todas as construções eram monumentais e grandiosas e todas as ruas tão largas que nelas cabiam seis ruas do Ouvidor. Ele, velho, precisava rever isto. Von Seiller, ministro da Áustria, escrevia, surpreso, para Viena: depois que agendara a data de partida, o imperador se tornara mais forte, adquirira melhores cores. Enfim, na despedida, o futuro viajante lhe pareceu um convalescente. E não um homem com os dias contados.

Novamente, o Atlântico: avô e neto iam cruzá-lo no sentido inverso do percurso feito em 1872. Quinze anos passados e o ressentimento que o jovem trouxera, na ida, o velho levava, na volta. Bagagens opostas: numa, o segredo de envelhecer. E noutra, o sorriso colorido pela vida. Numa, a tradição, a discrição, o desejo de nada revelar sobre si próprio ou de manter as coisas como estavam. Noutra, a inovação, a dúvida, a tensão, a irracionalidade e a confusão. Enfim, os sinais do tempo.

Caminharam lado a lado no deque do *Gironde*, fechados cada qual no próprio silêncio, enquanto a comitiva se alojava. Ambos sabiam que, mais à frente, chegaria a hora do perigo. O velho se apoiou no moço. Olharam-se com um grande sorriso. Sorriso de prisioneiro que se maravilha diante da imensidão do mar. Longe da costa brasileira, o avô já não se queixava mais. Fazia versos de pé quebrado: “Vendo as ondas correr para o Ocidente; Corre mais do que elas a saudade […] com saúde mais lustre dar à mente; é coisa que enobrece a humanidade.”



Uma fronteira invisível separa os dois grupos. Entre eles, o ambicionado Terceiro Reinado. À esquerda, a princesa Isabel e o conde D'Eu, com os filhos, Antônio e Luís (de pé no banco) e o príncipe do Grão-Pará (sentado); no canto direito, Pedro Augusto; no centro, o imperador D. Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina.

Capítulo IV
Afiando as garras

Enquanto a imprensa crepitava em torno do casal d'Eu, o *Gironde* fazia escalas. Dacar e, em seguida, Lisboa. De lá, um trem levou a comitiva, via Madri, com destino a Paris. Para o jovem, este retorno tinha várias significações. Reencontrar os jardins e praças, as noites na Ópera, os fogos de artifício, as feiras a céu aberto. Lembrava-se, vagamente, de seus pais neste cenário: Leopoldina e Gusty se vestindo para um baile ou um teatro. Num restaurante, ouvindo uma orquestra, travando relações com pessoas interessantes, a vida girando como uma roda maravilhosa. E depois, as comoventes montanhas, os lagos silenciosos e tristes da Estíria. Estar na Europa seria uma ponte para a infância. Ponte que conduzia ao outro lado do oceano, através de cidades e campos, até as paisagens primordiais, onde se cultivava a elegância e o poder.

Ele analisava as raízes desse poder. Uma primeira impressão: a de que seu avô, Pedro II, copiara o caráter burguês de seu bisavô, Luís Felipe de Orléans, conhecido como o rei-cidadão. O homem também reinara modestamente, evitando a arrogância e as despesas de seus predecessores. Era um monarca que se distinguia por certas atitudes: o respeito à liberdade de imprensa, a valorização da educação, a aparência comum, a vida familiar modelar, o guarda-chuva ao braço. Abria mesmo as portas do seu palácio aos súditos para mostrar a cama de casal, onde dormia com a mulher. Como se não bastasse, mandava os filhos estudar na escola pública. A busca de simplicidade não deixava de ser um projeto político, na França ou no Brasil. Mas nem sempre ele terminava bem. O bisavô tivera que abdicar em 1848, durante uma revolução, e fugira da França para a Inglaterra, discretamente, disfarçado sob o nome de Mr. Smith!

O rapaz logo compreendeu também que se, abaixo do Equador, ele lutava entre os descendentes de Orléans para fazer um espaço na Corte brasileira, no Velho Continente era diferente. O prestígio da família Saxe e Coburgo era imenso. A lembrança de Alberto, adorado marido da rainha Vitória da Inglaterra, seu tio-avô, era um cartão de visitas. Ele iria beber entre seus pares o combustível de que precisava para alimentar suas ambições: o sonhado reino

nas Américas. Mas também sentiria as diferenças que fizeram seu pai queixar-se ao conde Gobineau quando este visitou o Brasil: “um tal país…” Gusty fugia dos trópicos. Com ou sem o dote de Leopoldina, procurava ficar o máximo que podia na Europa.

Havia o reencontro com o passado, mas também existia o encontro com o presente. Nas cidades portuárias o movimento era intenso. Milhares de barcos acostados nos cais carregavam produtos manufaturados que seriam reexportados para as colônias. Elas estavam encarregadas de absorvê-los. Entre Bíblias e máquinas a vapor, até patins de gelo e bidês seguiam para os trópicos. Exércitos dotados de armas modernas modelavam como queriam os impérios além-mar. As grandes capitais tinham sofrido reformas monumentais, se interligando graças a trens e automóveis. Nas ruas, as bicicletas se misturavam aos transeuntes em busca dos *grands magazins*. Velocidade, atividade febril, energia, tudo parecia transpirar de uma civilização que se tornara poderosa pelo domínio das ciências.

A Exposição Universal, primeiramente em Londres e a seguir em Paris, era a prova formidável da extensão do poderio humano. O excesso era uma marca do tempo: excesso de bibelôs, de móveis, de quadros, de roupas. As rivalidades industriais favoreciam a baixa dos preços, mas a mecanização tinha suprimido muitos empregos. Os miseráveis e desempregados se misturavam aos grandes consumidores pelas avenidas. Em toda parte, se conjugavam os mesmos verbos: beber, dançar, brigar, amar, roubar, mas tudo isso em ambiente mais melancólico do que alegre. A caricatura que enchia os livros, alguns dos quais Pedro Augusto tinha em sua biblioteca, destilava um humor agressivo sobre as mudanças em curso.

A Europa das grandes capitais era burguesa. E, por sua vez, a literatura expunha o nervo da idiotice burguesa em todo o esplendor. Os autores eram cáusticos em relação aos *parvenus*, aos que vinham de baixo, aos que ascendiam. Os “meus idiotas”, como os chamava Flaubert! Estes tinham tudo “novo”: carruagem nova, arreios novos, mobília nova, brasão de armas novo. Lembravam a Pedro Augusto gente que ele conhecia e que morava na Glória ou no Catete e que se intitulava “barão disso”, “visconde daquilo”. Econômico, o ferro desafiava as leis de construção com sua leveza.

O príncipe entrava em contato com realidades sobre as quais o avô lhe falara, quando estudavam juntos. Em seu espírito de engenheiro, ele captava as transformações se perguntando sobre sua aplicação no império. Ele observava

também que o desenvolvimento da escolarização, a liberdade de imprensa, a democracia ajudavam homens e mulheres a conhecer seus direitos. O poder sindical se organizava e sua arma era a greve. *O Capital*, de Karl Marx, já fora publicado, e o socialismo libertário se confundia com o anarquismo. A laicização, o racismo e o anti-semitismo eram os frutos mais amargos da expansão econômica.

Nos anos 1880, havia, como Renoir, quem ainda pintasse as cidades numa imagem poética. As descobertas da luz e da cor, que realizara junto com seus colegas impressionistas, dez anos antes, continuavam a cativar, mesmo que os artistas tivessem consciência dos dramas sociais de seus contemporâneos. Eram os ilustradores da vida natural, simples e fácil. Mas o acordo entre o homem e a natureza iria em breve se romper. A aceleração do ritmo da vida e da economia não permitiria mais a contemplação bucólica. O realismo iria expor as misérias dos excluídos do sistema.

Nietzsche — com quem o avô e o neto cruzariam numa viagem de trem —, Bergson — cujas obras o imperador lia — e Freud, que faria mais à frente um diagnóstico do príncipe, estariam encarregados de semear dúvidas nas consciências desorientadas pelas conquistas científicas. Graças à técnica celebrada nas grandes exposições universais, tempo e espaço se reduziam à dimensão humana, mas, ao mesmo tempo, outras energias das quais jamais se desconfiara surgiam e pareciam fora de controle. A ciência revelava o que estivera até então invisível: o cérebro era capaz de fabricar ódios, tensões, mal-estar.

Neste continente em transformação, a aristocracia persistia reivindicando um espaço proeminente na política, na sociedade e na cultura. Ainda que sob luz crepuscular, seus membros, transitando entre as propriedades rurais e o torvelinho da vida social nas grandes capitais, seguiam ditando modas. Deixavam o trabalho sujo do governo para banqueiros ou empresários em permanente conflito com uma classe trabalhadora cada vez mais insubordinada, ou com a burguesia em ascensão. Para fazer frente às mudanças, investiam na autenticidade das experiências, acreditavam na intuição, se voltavam para o futuro. O príncipe também queria integrar essa agenda. Só que o seu futuro já era passado. Os impérios saíam de moda. Ainda assim, ele procuraria conjugar as tendências com que se deparava na Europa com as realidades dos trópicos: democracia e trono, escravos e indústria.

Pedro Augusto descobria, pouco a pouco, que sua geração não tinha laços

com a de seu avô. Mergulhada no romantismo da primeira metade do século XIX, a do imperador tinha consciência de que sua época lhe cortara as asas de toda a esperança. Ele descobria também que a melancolia — a que ele lia, todos os dias, no olhar do velho — decorria de uma certeza: a de que qualquer objeto de desejo era uma decepção. Superior no seu pessimismo, a melancolia de D. Pedro não esperava nada. A dor que dela escorria era uma fonte de inspiração e grandeza.

O príncipe, por sua vez, se enraizava numa geração maldita. Geração que perdera toda a ilusão. O futuro, segundo ela, não pertencia nem aos poetas, nem aos utópicos. E sim à luta de classes e ao nacionalismo. A revolução industrial estava no auge e os proletários tinham necessidade de chefes revolucionários. A burguesia e os políticos da *Realpolitik* precisavam, eles, de canhões. Ao mesmo tempo em que a humanidade se transformava, aos olhos dos contemporâneos, numa massa estúpida e má, Deus dera lugar ao nada. Nada vasto e negro. Deus era um inimigo. A melancolia cedia lugar ao desespero. O otimismo era prova de imbecilidade, de vulgaridade.

Paris, 1887: a impressionante praça da Concórdia com dois monumentos aquáticos e o colossal obelisco egípcio, como que espantado de estar ali. As praças cheias de sol, de água e de vida. No Arco do Triunfo, um velho guia mostrou ao príncipe a marca das balas disparadas pelos comunistas do alto de Montmartre. Pelos bulevares, um turbilhão de sedas vestia cavalheiros e damas da velha fidalguia, da fidalguia de meia-tigela, da alta finança, do *demi-monde*, estrangeiros de todas as partes do mundo, *cocottes* e putas, manequins de sexo duvidoso e *gandins*, designação para dândi. Carruagens de todo gênero se cruzavam: eram carros de luxo, carros de fantasia, carros de aluguel, *dog-cars*, modestos fiacres.

Todo esse turbilhão se precipitava, a partir das cinco horas, se apertando entre as duas fileiras de palácios e passeios da avenida dos Champs-Élysées na direção dos lagos, prados e arvoredos do Bois de Boulogne. Para os grandes deste mundo, o jantar era no Restaurant des Cascades. Para os pequenos, a refeição singela na toalha colocada sobre a relva. Depois, tinham lugar as corridas de Longchamps, com seus prêmios: o Seymour, o Moskowa, o Pré-Catelan e outros.

A multidão, variada, entusiasmada, sentada, em pé ou trepada nos carros particulares, urrava: “bravo, Marasquin”, “bravo, Perla!”, cavalos vendidos depois das corridas a 10 mil francos. A cúpula dourada do túmulo de Napoleão

lembrava que, para extinguir as recordações do império, teria-se que arrasar a cidade. As águias cesáreas, elementos essenciais da decoração dos edifícios, planavam em colunas e portadas. A poderosa inicial, o N de todos os tamanhos, se reproduzia nos detalhes. No Quartier Latin — bairro das escolas —, pátios escondidos e escadas em caracol levavam a anfiteatros cheios de gente. Rapazes, homens maduros militares e senhoras novas e velhas escutavam e anotavam. Em pé, giz na mão frente ao quadro-negro, um conferencista. Era a moda. Não havia edifício público, fachada ou ruína no bairro em que não se lesse em tinta preta: "LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE". A modernidade, a burguesia e os restos do império ainda se entrelaçavam.

Paris também foi para o príncipe e os avós um mergulho nos então chamados "deveres de sociedade". Damas e cavalheiros bem-nascidos tinham um "dia" de recepção em que abriam as portas dos salões. "Será em sua casa, em tal dia da semana, de tal a tal hora", rezavam os cartões. Ficava-se no máximo meia hora em cada salão, pois os convites para o mesmo dia eram muitos. Atendê-los fazia parte da administração do tempo da família imperial durante a viagem. O resto dos contatos se estendia aos camarotes de teatro ou ópera. Tais camarotes eram microssalões nos quais se desenrolavam outras tramas, além do espetáculo: amores adúlteros, conquistas rápidas, fofocas políticas. Um público seleto se reunia para concertos, espetáculos e bailes em recepções sofisticadas. Nos *raouts*, importados da Inglaterra e definidos por Balzac como um desfile de narcisos, se reuniam centenas de jovens para conversar ou dançar. A contratação de orquestras e os serviços de cantores animavam os bailes. A vida mundana e agitada não apagava, contudo, as marcas do nascimento.

Freqüentadores dos salões e restaurantes, os mimados dejetos da aristocracia marcavam a sua diferença graças a títulos de nobreza e carradas de orgulho. Neste grupo, o exercício da impertinência, mesmo quando não se tratava da nobreza de sangue, era a única ocupação. A atitude mais corrente era não responder a um cumprimento, sorrir com um ar cínico, jogar a cabeça para trás com ar de fúria, não reconhecer velhos empregados ou funcionários, reservar o aperto de mãos para, no mínimo, duques. Proust denominou estes rituais de "o orgulho das distâncias". Os magnatas do capital e os profissionais liberais não formavam uma coalizão bastante forte para contestar a preeminência da velha aristocracia. E era exatamente porque a ascensão social e o enobrecimento obcecavam o burguês que ele renegava suas origens. Sua ambição suprema não era a de sitiar a fortaleza nobiliárquica. Mas de penetrá-

la.

O príncipe encontrou no mundo aristocrático do Faubourg Saint-Germain um cenário saído de um romance do século XVIII. Os mesmos lugares simbólicos — castelos, teatros e salões. As mesmas práticas sociais de conversação. A mesma ética centrada na representação pública do seu nível social: um aristocrata, afinal, tinha que ser reconhecido por sua maneira de ser. O mesmo culto da bela forma e das boas maneiras. Aparentemente inconscientes das transformações políticas e sociais que reconfiguravam a antiga ordem, os aristocratas continuavam a celebrar ritos que não pareciam ter mudado desde Luís XV. Dessa gente emanava uma aura capaz de dar outro sentido ao mundo. Aura que lhes permitia transfigurar cada detalhe que os cercava. A falta de embaraço ou temor, a ignorância do obstáculo eram frutos da confiança em si recebida como herança. Confiança que o herdeiro de sangue azul integrava por osmose com o seu meio.

Se o avô preferia freqüentar os sábios — Pasteur, Levavasseur, Dumas Filho —, Pedro Augusto preferia a política e a novidade. Antes de seguir para Baden-Baden com os avós, encontrou-se com o poeta português Guerra Junqueiro, um ateu empedernido, que lhe ofereceu um almoço — "um opíparo banquete", segundo os jornais. Provavelmente numa pequena sala reservada à nobreza que os restaurantes mantinham para separá-los da burguesia. O restaurante, emblema do luxo e da *aisance*, do consumo ostentatório na *Belle Époque*, acolhia as duas frações da elite: os burgueses ricos e os grandes aristocratas de sangue. Suas salas internas eram divididas por uma linha tão sutil quanto intransponível: um ligeiro parapeito decorado com plantas — descreveria Proust. Assim, isolados, o nobre e o plebeu conversaram. Conversaram sobre o poema *A Velhice do Pai Eterno*, uma acusação impiedosa ao beatismo do clero português. Um tapa na cara da devota tia Isabel.

Neste mesmo ano, o poeta aderira ao grupo intitulado Vencidos na Vida, intelectuais que canalizavam a sua frustração e o desengano dos ideais revolucionários juvenis para um diletantismo elegante e irônico. Era gente que alimentava a idealização vaga de uma aristocracia iluminada, contraponto do socialismo utópico que alguns deles, antes, tinham brevemente defendido. Quem melhor do que o jovem príncipe para representar o modelo do monarca iluminista e iluminado pelos cabelos louros e olhos azuis, o porte atlético, a elegância?

Estiveram presentes Eduardo Prado e o barão de Estrela, figuras nevrálgicas

na formação de planos do príncipe. O trio anunciava as distâncias tomadas em relação às posições da tia Isabel e do *Baby*, na corrida da sucessão. Prado era apenas quatro anos mais velho do que Pedro Augusto. Metido a aristocrata, homem para quem a etiqueta, a linhagem e a nobreza de títulos possuíam valor fundamental, já tinha publicado um livro de viagens quando se encontraram. Vivia entre Paris e Londres e era um monarquista convicto. O *grand monde* era o seu ambiente. Qualquer república seria a negação de tudo isso. Prado também era um burguesófobo. Ou seja, alguém que vivia a experiência cotidiana de abominar, nos menores detalhes, a vulgaridade burguesa. Um dos muitos que, como Flaubert, tinha horror à classe média em ascensão: classe feita de gente que achava livros longos demais ou que bocejava em concertos.

Morador da rue de Rivoli 194, um dos endereços mais caros de Paris, Prado passava o tempo entre a mesa de trabalho e a Bibliothéque Nationale, a *flannerie* nos bulevares e o almoço no Fayet, as visitas à galeria Odéon e à livraria Chedonet. Cercado por amigos e admiradores, percorria alfarrabistas e antiquários, museus e arquivos. Era presença assídua nos leilões de bronzes e peças raras do Hotel Drouot. Suas salas eram forradas de velhos damascos da Índia, sua biblioteca fornida de documentos brasileiros, as mesas atulhadas de vespertinos franceses e matutinos ingleses, os balcões do apartamento transbordantes de lilases, enquanto um relógio marcava as horas em todas as capitais e o curso dos planetas.

O almoço não foi inocente. Eles queriam tirar o príncipe das sombras. Transformá-lo em protagonista do processo sucessório. Para isso, exibiram o jovem nos acontecimentos mundanos. Depois, aplaudiram-no, junto com os sábios franceses, sob as abóbadas douradas e brancas do Institut de France, quando ele impressionou a todos com uma conferência sobre minerais brasileiros. A fisionomia e o porte juvenil em meio às cabeças encanecidas parecia, segundo um jornalista, “um topázio circulado de enormes brilhantes”. O avô babava: “Sua Majestade banhava-se em um verdadeiro mar de doçura, vendo com orgulho o seu neto ocupar a atenção de seus consórcios acadêmicos.”

Seduzidos, os cientistas franceses “atiraram-se a ele como gatos a bofes”, registrou o correspondente da *Gazeta*. Acompanhavam-no em visitas a prisões nas cercanias de Paris, pois ele tinha planos para melhorar o sistema carcerário nos trópicos. O renomado historiador Ferdinand Denis o recebeu em casa, esperando-o, por horas, com todas as condecorações ao peito, uma forma de se mostrar à altura do príncipe. Enfim, tudo era luxo, calma e voluptuosidade de

poder entre esses jovens cujo objetivo era dar gás à monarquia. O avô se enchia de altivez pelo rapaz.

Enquanto D. Pedro restaurava as forças com banhos de vapor em Baden-Baden, o príncipe foi para o palácio de Coburgo visitar a avó paterna. Tomou o trem e cruzou um panorama feito de casas e culturas mergulhadas no verde das plantações. Atravessou a Champagne, percorrendo mentalmente as estradas que os exércitos franceses atravessaram em farrapos, exaustos, cobertos de lama, depois de terem perdido a guerra para Bismarck. Na fronteira, houve revisão de bagagens e troca de chefe do trem para cruzar a Alsácia e Lorena. E depois ele já ouvia "Herr" e outros sons guturais da infância. Cruzou o Reno com recolhimento respeitoso. O vasto lençol d'água, ele bem sabia, fora mortalha de gerações. O panorama se recortava em penhascos, vales profundos e florestas ruivas. No vagão-restaurante, brindou a volta ao lar, tomando cerveja fabricada em Estrasburgo e aguardente feita de cerejas selvagens. O trem atravessou o Isar e o vale de Mangfall. Ele viu pela janela a montanha do Prodígio, de onde, diziam, Frederico Barbarroxa ressurgiria um dia. Em seguida, com o coração aos pulos, os Alpes da Estíria.

Era esperado pelos irmãos Luís e José, o pai, o tio-avô Joinville e a avó. Exibindo a boa forma física, passou dias em excursões pelas montanhas. Ao voltar, Clementina de Orléans o aguardava para os assuntos sérios. Ela tivera as melhores relações com Leopoldina e amou, a seu modo, a finada nora que fizera seu filho tão feliz. Preocupava-se, pois, com os netos e, em particular, com Pedro Augusto. O reencontro foi tocante mas prático. A avó lhe propôs certa mudança de rumo. Exibiu-lhe um novo mapa, uma nova rota: a que levava ao matrimônio. Um matrimônio que, em médio prazo, reforçasse suas possibilidades de ocupar um trono.

Logo depois do desembarque na Europa, os arranjos já estavam no ar. Ansiosa por notícias, Isabel escrevera à mãe. É bem provável que ela e Gaston tenham sugerido o nome da noiva, na viagem que fizeram no ano anterior. Rumores corriam. Comentários enchiam a Corte do outro lado do Atlântico. Da Europa, membros da comitiva se encarregavam de destilar informações: "O príncipe D. Pedro vai com a idéia de pedir às Câmaras uma dotação para tratar de casar-se", escrevia o conde de Nioac. A prometida seria Margarida de Chartres.

Um “casamento arranjado para Pedro”, registrava a tia, com a certeza de que só assim o veria definitivamente longe do Brasil. Aliança matrimonial como sinônimo de degredo, pensava ela. Sobrinha-neta de Francisca de Joinville, a jovem Margarida, nascida na Inglaterra, era quatro anos mais nova do que o príncipe. Não era a única candidata. Em carta, o conde d’Eu comentava, ainda, sobre outra mantida em segredo. Uma italiana. A grã-duquesa de Toscana queria apresentar alguém ao belo príncipe, mas ele fugia. Não era a hora, retrucava. O tio Gaston martelava: “Sou de opinião de que não se devem atrasar os casamentos inutilmente.” A mensagem nas entrelinhas era: case-se e fique longe do trono brasileiro. Já o correspondente da *Gazeta de Notícias* avançava um terceiro nome: Helena de Orléans, filha do conde de Paris, neta do duque de Montpensier. O casamento se realizaria em Bruxelas, no mês de maio, conforme prometera D. Pedro II ao rei da Bélgica. O jovem não tinha como escapar à tradição. As alianças seladas, as noivas colocadas — sorte deles quando não eram uns pesadelos de feias. E, se feias, tinham que contar com outras qualidades: a posição no ranking da aristocracia européia, os bens e o dote, o prestígio da família.

Os Saxe e Coburgo eram bons maridos. Eram conhecidos garanhões de puro-sangue azul, muito bem cotados. Pena Leopoldo I já estar morto. Teria exultado em escolher um bom par para Pedro Augusto, ampliando os tentáculos do clã na América. O *Diário de Notícias* noticiava:

> Nada foi resolvido sobre o casamento de Sua Alteza e os leitores serão informados imediatamente logo que houver qualquer coisa de certo. As notícias que têm corrido são simples boatos, sem caráter de certeza… Nada de positivo sobre o que pretende Sua Alteza Real o Senhor príncipe D. Pedro Augusto e seus parentes acerca de seu casamento. Podemos assegurar, porém, que, em todo caso, não há intenção alguma de casamento com a jovem princesa Helena de Orléans, sendo inteiramente falso o boato que corre a este respeito.

O pior é que a princesa casadoira era uma Orléans. Com ela, nunca. Para se identificar ao tio?! O jovem iria fugir do assunto como o diabo da cruz. “Hei de casar, tenho mesmo a minha escolha feita, mas não é nada do que se tem espalhado”, ele explicava aos jornalistas.

Mas algo se passava, para além das dúvidas pessoais dele. Ou delas. Seus

mentores achavam que era melhor aguardar o desenrolar dos acontecimentos. Casar com o poder, primeiramente. Ou principalmente. Ocupar o trono e aí, como imperador ou presidente, fazer a escolha certa. A que fosse ao encontro dos interesses políticos do momento. Este era um bom conselho. O príncipe multiplicava suas viagens e atividades sociais com a intenção de confundir os planos de casamento. O mapa da mina ofertado pela avó foi esquecido em algum lugar. Engavetado. Mas havia outra razão, e esta não era política, que empurrava o jovem Pedro Augusto para longe de qualquer plano afetivo.

Não conseguia se envolver. Ele, que tivera pais tão apaixonados, que fora criado só, que devia desejar constituir um ninho, não conseguia. Ele, que recebera tanta ternura nos primeiros anos da infância, não tinha forças. Não podia amar. Tentava? Muito. Lia Baudelaire. Lia *Amor e Melancolia* de A. F. de Castilho. Lia *O Quarto do Amor* de Decourcelle. Lia Schlegel, o grande romântico. Fisicamente, estava pronto. A literatura pornográfica, as caricaturas e os livros com figuras que escondia por trás dos outros, na estante da biblioteca, tinham lhe mostrado o que fazer. E como. Mas a vida erótica lhe parecia — como a tantos de seus contemporâneos — envolvida em dificuldades e consumações extraordinárias. Freud não diria, um pouco depois, que era preciso um obstáculo para levar a libido ao ápice? Os mecanismos da repressão sexual estavam em toda parte.

Depois, havia perigos em amar. Num século de machos, a literatura discorria abundantemente sobre os perigos do corno. Do adultério feminino. A rejeição era impensável. Inadmissível. Os ciúmes faziam sofrer. Era necessário decifrar, num piscar de pálpebras, que a mulher não era mais casta. Na época em que a medicina se dividia em especialidades, se multiplicavam também as informações sobre sistemas, fisiologias e terapêuticas amorosas. Um cansativo receituário para se gostar e ser gostado. Estas eram as idéias do tempo. As que estavam no ar e contaminavam as pessoas.

Por baixo dessa dificuldade, existia, contudo, outra coisa. Algo dentro dele que fechava as portas para quem quisesse abrir seu coração. Os modelos literários da época não o comoviam: amor feito de “adoração” do objeto amado. Amor que fazia as pessoas encontrarem um mundo na pessoa amada, como queria Schlegel. Amor que, como dizia Balzac — autor que o príncipe também lia —, era poesia dos sentidos, era o encontro da necessidade com o sentimento. Não, tais axiomas não lhe diziam nada. O príncipe não reagia a fatos psíquicos de caráter amoroso. Sua energia estava investida em outro lugar. Não conseguia assumir as tarefas afetivas que o mundo exterior lhe impunha.

Todas as experiências passadas, os beijos maternos, o calor de Leopoldina, a ternura do lar lhe escapavam. Fugia-lhe, também, seu tesouro de lembranças. Lembranças da mãe morta, entre ídolo e santa. Mãe morta, cama, carniça, cadáver, amor-morte, amor desvitalizado, esquelético, mineralizado. Ele… Bem, ele não conseguia amar. Estava, apenas, investido em se defender. E se defender tornou-se uma obsessão centrada na sucessão. Sonhar com o trono e tudo quanto orbitasse à volta dele era o seu único prazer. Prazer físico e prazer emocional.

E quanto a este universo silencioso, das coisas não ditas, enterradas, subterrâneas, havia ainda uma palavra que resumia o que ia dentro dele: hereditariedade. A palavra era antiga. As academias científicas, cem anos antes, já se perguntavam: haveria doenças crônicas que passassem de uma geração a outra? Será que ele não amava porque seu avô não sabia amar? Ou porque não tinha amigos? O fato de a pergunta existir bastava para validar o problema. Médicos e biólogos buscavam provas visíveis da maneira por meio da qual elementos externos se introduziam no organismo, vindos de fonte pura ou impura. As experiências de Mendel, publicadas em 1865, não passaram despercebidas. Elas incomodavam. A mestiçagem de grãos, animais ou gente não era bem-vista. Mestiçagem de corpos ou dentro do corpo: um horror!

O corpo, na mentalidade burguesa, se queria inviolável, mas a patologia provava que as coisas não eram bem assim. Numa obra clássica, o Dr. Portal ensinava que a epilepsia, as convulsões, a asma ou a gota constituíam parte de um legado infernal. As doenças do sistema nervoso — se pensava, então — eram, sem exceção, transmissíveis. Assim o diziam Esquirol, Morel, Moreau de Tours. A biologia era a única responsável pela autonomia dos seres vivos. Para se perpetuar, homens e mulheres não tinham caminho certo. Era preciso construir, pedaço por pedaço, o edifício de sua linhagem, correndo sempre o risco de criar loucos ou sadios. A vida, verdadeira madrasta, influía no desenho dos destinos.

Durante essa viagem, Pedro Augusto vai se inteirar de outras novidades por meio da doença do avô. Os estudos sobre neurastenia — termo recentemente cunhado — estavam na ordem do dia. Os médicos achavam que o nervosismo moderno — a doença do monarca — era o grito do sistema biológico contra as pressões do ambiente. D. Pedro estaria doente de excesso de leituras e de trabalho intelectual, segundo Mota Maia. Chamavam à doença *surménage*, ou trabalho excessivo. Estes eram tempos — diziam os médicos — em que se

tinham gerado estímulos demais para serem absorvidos de forma sadia, até mesmo dentro de casa. Certos espíritos não estavam isentos de nervosismo doloroso. Van Gogh anunciara à sua cunhada, antes de se matar: “Somos todos meio neuróticos.”

E a relação disto com a família imperial? Ah! Os Bragança. O avô tivera convulsões, assim como sua irmã, Januária, ou suas filhas. Na herança que a casa imperial deixaria à posteridade, desde o trisavô D. João VI, listados por vários médicos figuravam desde insultos nervosos, acidentes epileptóides, ataques de nervos, crises de vertigens, perturbações sensitivas, psíquicas e motoras, espasmofilia, personalidades psicopatas, parafrenia sistemática, tédio e melancolia. Não diagnosticaram, desde quando era menino, excentricidades, esquisitices e bizarrias em Pedro Augusto?

Por enquanto, o príncipe não acusava seu destino biológico. Mas ele estava lá. Pronto a se manifestar. E se na viagem tudo era alegria, tudo era bom tempo, o fantasma dormia dentro do armário. Ele celebrou seu aniversário em março. Nos trópicos, os jornais da Corte não se esqueciam: “Sua Alteza tem feito jus à estima de seus concidadãos pelas suas qualidades generosas e afabilidade de trato.” Tudo lhe era simpatia. E as notícias não cessavam, os jornalistas se portando como cães farejadores de seus passos na Europa. As informações circulavam num tom de quase orgulho. Havia vaidade em exibir o belo príncipe brasileiro.

Ele foi proposto como membro da Real Associação dos Arquitetos e Arqueólogos Portugueses: fantástico! Ele pegou catapora, não comparecendo ao baile a fantasia oferecido por Lady Murray, acontecimento social que marcou as noitadas da Côte D’Azur. Pena. Se fosse, eclipsaria a todos com sua beleza e elegância. Sua fantasia fora encomendada ao famoso figurinista Bouchet. Ele almoçou, em Florença, no palácio Pitti, com os reis da Itália, da Sérvia e o príncipe de Leuchtemberg. Ele ocupou o segundo lugar ao lado do rei e da rainha Vitória da Inglaterra, esta exclusivamente servida por seu criado indiano de turbante. Para Vitória, Pedro Augusto era o retrato de seu inesquecível marido Alberto. Não desgrudava dele.

Ele almoçou em Monte Carlo com o governador, barão de Farincourt. Depois, voltou a visitar a rainha da Inglaterra na Vila Palmieri. O rei da Bélgica, Leopoldo II, lhe dissera textualmente que o considerava tão sábio quanto o avô. Sua crença de que os jovens europeus tinham que procurar horizontes vastos e virgens para investir suas energias tinha no príncipe moço o

modelo ideal. Mais importante: o rei acompanhou Sua Alteza até a porta do palácio, “atenção que os reis só concedem aos seus semelhantes”. Os tios Montpensier o convidavam para tudo. As afinidades eram muitas. Ele encantava o mundo, entretinha, era divertido, bonito e sabia manter uma conversação.

O círculo do imperador se roía. O pessoal ligado aos d’Eu tremia com o sucesso do rapaz. Os rumores em andamento há tanto tempo deveriam ter diminuído com a viagem. Mas não. Eles voltavam à carga. Mota Maia era o espia, o agente da oposição, o delator. O jovem sabia disso. Detestava o médico do avô. Em carta de Cannes ao barão de Cotegipe, Mota Maia apontava um dedo acusador, deplorando o rumo que os eventos tomavam. E, lamentando o sucesso do príncipe, pedia ao presidente do Conselho de Ministros reserva às notícias que enviava ao Brasil. O príncipe conspirava.

E não só ele, mas também Joaquim Manuel de Maia Monteiro, o barão de Estrela. “É que junto ao imperador um elemento que por todos os títulos e razões lhe devera ser fiel e que se tem tornado da mais repreensível infidelidade. É a junção ou o conchavo desse elemento com a reportagem do Rio de Janeiro, onde devemos buscar a origem dos artigos publicados em Bruxelas e no *Nacional de Paris*, os quais entrego a Vossa Excelência com esta para os ler com atenção e tirar as deduções que ao seu elevado espírito não escaparão.”

Dizia não ter levado o assunto ao conhecimento de Cotegipe antes, pois não havia provas. Agora, sim. As tinha. Eram muitas: “Não me sobravam como hoje acontece.” Os jornais europeus davam o moço como sucessor do velho. E o que incomodava o médico eram as comparações entre Isabel e Pedro.

> Chamo a atenção de Vossa Excelência para o artigo da *Reforma de Bruxelas* em que se procura levar um personagem a deprimir o outro. O meu amigo, barão de São Salvador de Campos, procurará V. Exa. e dirá de viva voz qual a situação. A questão é grave e eu entendo em minha consciência dever comunicar a V. Exa. como chefe do governo do imperador ou dos seus legítimos herdeiros. O barão de São Salvador de Campos é um amigo de toda a confiança, dedicado ao imperador e à família imperial e também ao governo, e por isso não trepido em pedir-lhe que me represente junto a V.

Exa.

A questão era muito grave. Por isso, não satisfeito em arrolar críticas e mais críticas, anexava à correspondência o recorte do jornal, datado de 8 de outubro de 1887, que em letras garrafais estampava a chamada: “O PRÍNCIPE PEDRO AUGUSTO.” O texto não deixava dúvidas sobre o sucesso do jovem nas cortes européias. Mais, não deixava dúvidas quanto à vontade do avô de que o neto lhe sucedesse:

> O imperador, que não se engana no estudo dos homens, quer particularmente ao PRÍNCIPE PEDRO, que mostra as melhores disposições para se tornar, como ele, sábio e laborioso. Na idade de 24 anos, o príncipe é bacharel em Letras e Ciências Naturais. Ocupa-se muito com numismática e revela curiosidade refletida por tudo quanto o tempo lhe permitiu ainda estudar. Passou em todos os seus exames com a maior distinção e, apesar das longas horas que emprega em adquirir os mais diversos conhecimentos, tem tempo para passear e freqüentar os cafés com jovens da sua idade. Pode-se dizer que D. Pedro é seu diretor espiritual. Nele depositou toda a sua esperança e afeição à sua imagem. Entre todos os príncipes modernos, D. Pedro Augusto faz exceção. É homem moderno, digno de todos os respeitos de seu avô, e compreende-se que seja estimado pelos brasileiros. Se a monarquia sobreviver a D. Pedro, não há dúvida que aquele príncipe será preferido à princesa herdeira, D. Isabel, condessa d’Eu, cujo caráter imperioso e fanatismo tornaram-na impopular no Rio.

Era cada vez mais patente, sobretudo no círculo dos mais próximos, o conflito que indispunha a filha contra o neto de D. Pedro II. conflito discreto, feito de poucas palavras e vestido com luvas de pelica, como convém nas altas-rodas. Vazavam rumores vindos do quarto do imperador no hotel de Cannes. Mota Maia dissera que D. Pedro se encontrava colocado, pela força das circunstâncias, entre duas correntes opostas, irreconciliáveis. O velho ainda titubeava, sem saber quem apoiar. Sua vida virara um inferno. Briga de marido, mulher e sogra, mas tudo embrulhado em feltro. Era, também, cada vez mais notório que o jovem Pedro Augusto construía uma imagem de sucessor: se deixava entrevistar, circulava nos melhores palácios, via gente importante. Era, igualmente, óbvio que ele tomava forças no contato com a família Saxe e

Coburgo. O apoio da rainha Vitória ou do rei da Bélgica, um dos maiores empreendedores coloniais da época, por exemplo, quanto não valia?

O responsável pelo "conchavo", apontado por Mota Maia, era ninguém menos do que o barão de Estrela. Os olhos negros e incandescentes no rosto quadrado, de barba rala, diziam da personalidade forte deste capitalista e abastado proprietário de terras e de comércios, fidalgo da Casa Imperial e da Real Casa de Portugal, e ligado ao mundo diplomático por meio da família da esposa, Teresa de Vasconcellos Drummond. Os que freqüentavam sua casa, no Rio Comprido, se deslumbravam com o luxo dos móveis, quadros e alfaias. Um inimigo assustador. Rico e poderoso, era o ponta-de-lança na ofensiva em favor do príncipe. E mais importante: uma força quase invisível. Estrela orquestrava, sempre nos bastidores, os contatos com a imprensa em ambos os lados do Atlântico. Colhia adeptos para a causa. Animava com projetos seus acólitos. Delineava, com Eduardo Prado, uma agenda para o III Reinado. Embalava os sonhos do príncipe. Organizava almoços no palácio Leopoldina com políticos influentes para que se tomasse a temperatura dos mesmos, em relação à sucessão.

Fizera-o com o ministro Cotegipe, desavença da tia Isabel, antes da partida para a Europa. "Presumo que me preferem, que lhe parece?", perguntou o jovem príncipe ao ministro. "A resposta tem-na Vossa Alteza na constituição do império", retrucou o esperto baiano, sem querer se comprometer, embora odiasse a princesa. Estrela tudo sabia, urdia, mastigava. "Reina e lavra no paço muita intriga. Há desavenças surdas. Até se diz pela boca pequena que o príncipe D. Pedro lança vistas cobiçosas para os degraus do trono", sublinhava o antigo proprietário do *Jornal do Commercio*, o Sr. Picot. Em carta posterior, com data de 19 de junho de 1888, voltava ele ao assunto: "Além da questão da federação das províncias, vejo surgir outra com o ramo cadete — o nascido da filha mais jovem. Dizem-me que vai criando partido no Brasil e que aos poucos falam em violação da Constituição."

Quando interpelados, os membros da causa tinham a resposta na ponta da língua: e a maioridade do próprio imperador? Não foi anticonstitucional? Nada parecia impedir a realização do sonho. Prova disto era a correspondência que o príncipe mantinha com os membros da Corte que viviam à volta do palácio Leopoldina: Joaquim Catramby, o preceptor Joaquim Pacheco, Castro Maya, a baronesa de Estrela, Dr. Buarque, Coutinho, Rocha Miranda, Sampaio, Roxinho e o mentor onisciente, o barão que era uma estrela para ele.

Estava longe do país, mas perto dos murmúrios da Corte. O teor das cartas não escondia o clima de segredo que envolvia a troca de informações entre o Brasil e a Europa. De Milão:

> Eu também desejo muito voltar para o Rio. Além de muitas saudades, tenho que arranjar muita cousa… […] não respondi logo porque tenho estado num andar incessante, numa roda-viva de novidades de toda espécie. O tempo para olhar e ouvir é pouco… Tenho tido notícias do Brasil por cartas de meu mano, tios, Catramby etc… O imperador, que vai indo melhor, demorar-se-á em Baden-Baden por dois meses. Não sei por que não lhe aconselharam mais uso de águas minerais… Sei que o senhor é amigo sincero e discreto. Sob reserva lhe direi que o estado moral da pessoa que nós sabemos [referia-se ao avô] não me agrada. Noto-lhe uma apatia e um estado de nulidade de vontade que não lhe é peculiar… Quanto ao tal casamento fabricado, pode declarar que ele não terá lugar. Há outras idéias em que eu também estou, porque me conservarei independente, o que convém muito [o celibato seria claramente uma jogada política].

Agosto de 87, ao barão de Estrela:

> O Sr. me fala em paz, silêncio, delícias da letargia etc. da bela Baden-Baden. Como vive o Sr. enganado! Durante minha estada nesta pitoresca vivenda passei do estado do movimento irregular e *saccadé* [agitado] de Paris para outro regular, pendular, mas constante. Passeio de manhã, almoço, passeio de carro, jantar, passeio ou música e depois cama, era o programa diário. Quase sem intervalos. Eis a razão pela qual não lhe escrevi logo, falando-lhe, agora, com franqueza. Quanto a bosques e "emboscadas" que se acham intimamente ligados aos primeiros, nada figuraram na minha vida badenbadense [referindo-se às possíveis alianças das quais fugira].

Em carta para Estrela a 23 de agosto, agradecia os elogios que este lhe fazia sobre seu sucesso no *grand monde*; brincava com a "alucinação erótica" de uma das prometidas e informava: "sobre o imperador, vai indo bem, porém longe de estar satisfeito quanto à outra coisa que nós sabemos" — o eterno tema da sucessão: a filha ou o neto? Queixava-se, a seguir, de "vovó, sempre despótica", a mesma queixa, aliás, que fazia sua mãe. Escreveu novamente para Estrela, em

setembro de 1887: “Se isso que o Sr. me manda dizer sobre a Marinha é inteiramente verdade, creio que a situação pode tornar-se muito grave.” A Marinha já se agitava em favor de reformas políticas. O grupo dos adeptos do príncipe tinha conhecimento desses movimentos. O contra-almirante Wandenkolk seria o informante.

A 21 de setembro de 1887, Pedro Augusto acusava a resposta. “Recebi a sua carta, contendo um pouco de pimenta, mas daquela para uso entre amigos, que arde um pouco, mas não deixa manchas. Gostei do manifesto do conde de Paris. Não sei, porém, se produzirá a impressão desejada. Pode ser que alcance o seu fim se os partidos monárquicos se unirem, chamando a si também alguns oportunistas cansados com o estado de coisas.” Os adeptos da sucessão não perdiam de vista o desenrolar das atividades pró-monarquistas na Europa. Na França, desde a presidência legitimista de Mac-Mahon que os partidos monarquistas se tinham dividido entre os que apoiavam o duque de Orléans, “usurpador” do trono de seus primos na figura de Luís Felipe, e os legitimistas que apoiavam João III, o mais velho dos Bourbons. Preparavam-se instituições suscetíveis de serem modificadas no caso do retorno da monarquia. Era o sonho de uma Ordem Moral Monarquista. Tudo isto caiu por terra com a eleição de Jules Grévy e a instalação de uma república laica, democrática e parlamentar, obrigando à reorganização dos monarquistas. Mas não escapava a Pedro Augusto a oportunidade de criticar os Orléans.

O conteúdo das cartas era secreto. Não convinha que ninguém soubesse sobre as conversas do mentor e seu pupilo. Os missivistas não queriam deixar rastros.

As coisas começaram a se complicar quando o príncipe suspeitou de estar sendo mal informado sobre a doença do avô. Para o mentor, logo depois, em outubro:

> Prezado Senhor Estrela. Que o Senhor e esposa continuem a passar bem, é o que desejo. Vou lhe pedir um favor que, com certeza, o Senhor me poderá fazer. Uma pessoa, cujo nome não desejo citar, me comunicou que o médico Dr. Bouchard, um dos consultados pelo Mota Maia, deseja me falar logo que chegue a Paris. Peço-lhe, encarecidamente, que vá procurar o mais depressa possível o Sr. Bouchard a fim de perguntar-lhe se com efeito continua a querer me falar, ou se já mudou de idéia sob a influência de alguma carta

recebida de Coburgo? O senhor lhe dirá que é o príncipe D. Pedro que lhe pede isso. De todo modo irei vê-lo, porque desejo tirar certas coisas ao claro, que muito me preocupam e atemorizam. Resposta para a legação brasileira em Bruxelas, o mais depressa possível.

O estado do avô o preocupava. Ele lhe parecera em melhores condições no dia em que regressara da Estíria. Depois foram muitos altos e baixos. Inquieto, queria ouvir a respeito o Dr. Charles-Joseph Bouchard, aluno de Charcot e especialista em hemorragias cerebrais. Ele não se contentava com as informações passadas por Mota Maia. Além disso, soubera que o próprio Bouchard quisera lhe falar. Entendeu que certas notícias lhe estavam sendo sonegadas. E sonegadas, pois, no entender do médico brasileiro, alimentariam seus planos de sucessão. Além de detestar Mota Maia, acreditava que este tinha má vontade com ele, tratando-o com menor consideração do que devia. O médico, de fato, não escondia sua antipatia pelo "príncipe conspirador". Nada lhe contava. Mas os fatos falavam por si.

O avô caía, às vezes, em profunda sonolência. O médico-assistente em Baden-Baden, a princípio, lhe garantira que o imperador estava bem. Mais não disse. Quando, porém, percebeu que ele não ignorava o estado geral do imperador, falara-lhe em órgãos fracos. O príncipe não escondia a curiosidade. Queria saber mais sobre a situação. Por interesse afetivo, político, ou ambos. A verdade é que a desinformação era a regra. Até o repórter da *Gazeta* escrevera para o seu jornal que o imperador se achava quase alienado, com predisposição para a demência.

O jornalista João Costa comentava, em artigo enviado à Corte, que houvera um "racha" na comitiva imperial: "Como nossos leitores já sabem, o Sr. Dr. Mota Maia encobriu por muito tempo toda a verdade da doença do imperador ao próprio príncipe." A notícia exibia a roupa suja. Quando o príncipe visitou o Dr. Bouchard, em Paris, este lhe contou o que estava sendo encoberto. Houve uma discussão entre o médico brasileiro e Pedro Augusto nos aposentos do hotel em que se hospedava a comitiva imperial, quando o jovem censurou Mota Maia severamente. Foi então que o grupo se dividiu: a imperatriz, o príncipe e a baronesa de Carapebus de um lado e os viscondes da Mota Maia e de Nioac do outro. Foi sugestão do príncipe cancelar a partida do imperador ao Egito. Foi ele quem chamou o Dr. Charcot para examinar o imperador em Marselha, e este desaconselhou a viagem que já havia sido liberada por Mota Maia. O jornalista

acrescentava maliciosamente que, embora cuidadoso, o médico dava conselhos científicos infelizes ao monarca. Que ele não se empenhava suficientemente pela saúde de D. Pedro. Ora, não deixava de ser uma paulada no grupo contrário aos interesses do príncipe.

Enquanto choviam notícias ruins, vindas da Europa, no Brasil, os planos para a sua sucessão avançavam, discretamente. Os seus próprios partidários, com ou sem a sua anuência, se encarregavam de fazê-las circular. A comunicação era engrossada por notícias enviadas pelo jornalista Demerval da Fonseca. Ele também era médico, e resolvera, por conta e risco, entrevistar um dos colegas que tinham examinado o imperador: o Dr. Peter. Este lhe dissera algo que caíra como uma bomba na Corte. Se voltasse a reinar, D. Pedro ficaria demente. Nunca mais, com riscos para si próprio e o Estado, poderia se ocupar de política. Estava atacado das faculdades mentais. Era um doente dos nervos.

A tradução no Brasil foi: "Já não regula!" Queria o jornalista preparar terreno para que a população aceitasse o afastamento do monarca? Fazia estardalhaço das notícias por gostar do príncipe, de quem se dizia amigo? Desejava, portanto, desqualificar Mota Maia, seu grande inimigo? Gaston escrevia à Europa desdizendo as informações. Exigiu que o Dr. Peter se retratasse. Mas o curto-circuito de informações encobria toda a verdade. A regra para os adeptos de Pedro Augusto era: quanto pior, melhor.

A recuperação do monarca mudou, contudo, as cartas do baralho. Em pouco tempo, o avô reagiu. Apareceu em boas condições, sempre ativo e disposto a longas caminhadas. E tal milagre graças a um fabuloso tônico muscular, a já mencionada estricnina, que lhe era regularmente injetada. Num clima em que os diagnósticos se cruzavam, em que pouco se sabia sobre o que estava acontecendo, o príncipe foi acusado por Mota Maia de repassar más notícias para a Corte. Más notícias que alimentariam a corrida sucessória.

Enquanto isto: "Prezado Senador Taunay. Conforme o meu costume, tratarei de responder ao pé da letra as suas amáveis cartas de 2 e 8 de outubro, que a estas horas já estão se preparando para a fogueira… Logo que não me servirem mais de norma, entrega-las-ei às chamas." A correspondência com Taunay era cuidadosa. Pedro Augusto sabia que não tinha em Taunay um incondicional de sua candidatura. Ao contrário. Era um legalista. Daí usar de humildade — "seria falta de modéstia de minha parte" — e todo o tom de desculpas. Tergiversava, ou melhor, enrolava. E a seguir, sobre os objetivos da agenda na Europa, e anunciando o que seria uma possível plataforma política: "Tem razão

dizendo: monarquia republicana. Estamos na América, onde só há repúblicas. A república, a menos que fosse federativa, seria desgraça para o Brasil. O país não está ainda preparado para isso. Digo república federativa caso o país se achasse em condições de mudar de forma de governo, e esse fosse o desejo da maioria, o que não é o caso presentemente."

E sobre a doença de D. Pedro:

> Passo a me ocupar da grave questão. Acho o doente muito melhor em certos dias e, em outros, não; isto me preocupa muito. O médico assistente diz que vai bem. Estou mais descansado depois que falei com um médico que me deu grandes esperanças. Estou satisfeito com o estado de meu caro avô. Espero em Deus que tudo terminará bem. Não estou, porém, sossegado. Sr. Senador, não se esqueça que quem fala é o neto, é o príncipe que dá notícias do chefe de Estado. Tenho chorado quando me lembro que houve quem ousasse dizer que eu fornecera dados para o artigo de 5 de setembro. Que infâmia! Cada vez quero me envolver menos nesta delicada questão. O futuro é de Deus! Resigno-me. Já não quiseram me intrigar porque almocei com o Guerra Junqueiro? Dizendo-se que um príncipe católico almoçara com um ateu? Admiro nele o homem de talento, não olho para as suas opiniões. Sempre fui católico e respeitador das instituições, mas não ligo a política ao domínio da religião.

O comentário não era nada ingênuo. Servia para contrapô-lo às beatices da tia, que, Pedro sabia bem, Taunay e outros políticos desprezavam profundamente.

Em novembro de 1887, o príncipe escreve de Viena para Estrela, acusando indignação contra a campanha de "imposturas e manejos políticos clandestinos, através de vidraça com rótulo de segredo". Mota Maia fazia chegar à Corte notícias desabonadoras. Existia uma campanha surda para desqualificá-lo. Lamentava não ser bastante rico e independente, alforriado dos constrangimentos que lhe impunha sua condição aristocrática, para ter a vida livre e os planos também. Protestava — com sinceridade ou não — contra a empreitada de alguns de seus indiscretos partidários, que, no auge da animação, procuravam convencer o público de suas pretensões à sucessão do avô.

Tencionava deixar Viena, seguindo para Paris. "Tendo a consciência tranqüila e sabendo que as faltas capitais não estão do meu lado, me rio de tudo.

Cada vez estou mais azedo e indignado contra as imposturas descaradas.” E diante desta confissão, explicava: “O senhor, com certeza, lendo estas linhas dirá que estou com o cérebro desarranjado, que estou sob uma impressão moral forte. Se pensar assim, engana-se. Acho-me bem calmo, à espera que chegue o meu carro para levar-me à Ópera, para apreciar o Excelsior e aquela floresta de tíbias, como diz certo conhecido. Dos teatros me tenho fartado. Não estou me aborrecendo nem um poucochinho.”

Cannes, dezembro de 1887, a Taunay: dava notícias da saúde do avô. A inteligência brilhante e os hábitos eram os mesmos de outros tempos.

Chamava por ele e gostava de tê-lo sempre por perto, “com o máximo carinho. Muito prazer me dá tudo isso. Bem sabe que além de segundo pai, que sempre de mim cuidou, é uma garantia, uma segurança debaixo de certos pontos de vista” — pensava, com certeza, na sucessão. O estado físico ainda deixava a desejar, tanto que “a viagem ao Egito ficou no tinteiro. Devíamos partir de Marselha a 30 de novembro. À última hora o Dr. Charcot, de combinação com Mota Maia, resolveu o regresso para Cannes e o inteiro abandono da viagem projetada. O estado do doente não permitia excessos. Em Cannes, tem o imperador levado vida tranqüila. Recolhe-se cedo antes do pôr do sol e não freqüenta teatros; apenas vai comigo e a imperatriz a Monte Carlo, todas as quintas-feiras, ouvir música clássica, excelentemente executada. É muito louvável o procedimento do Prado” — referia-se a Antônio, irmão de Eduardo, que chefiava em São Paulo a ala abolicionista do Partido Conservador — “e outros que desejam acabar com a prenhe vergonha” — a mancha da escravidão.

> Alguns se opõem a certas medidas, receando talvez abalo na produção do café etc…. Acho que com medidas acertadas, libertação condicional etc. ficará resolvido o problema. Quanto ao que me diz dos seus esforços, responderei: continue sempre. Bem conhece o ditado da água e pedra dura… É preciso ir tateando. A justa de que me fala acabará por ser vencida. Satisfazendo com maior prazer o seu desejo, continuarei a escrever-lhe com toda a franqueza e lealdade. Baseado nesta franqueza, entendi dever prevenir-lo, como amigo sincero, de que há gente que tem interesse em desatar os laços dessa amizade. Houve quem dissesse que eu não devia considerar o Senhor como muito amigo. Que tomasse sentido. Eu, naturalmente, pedi a essa pessoa que não continuasse a conversa neste pé. Se, por acaso, lhe

falarem em meu casamento, pode dizer que não há nada e que se houver voltarei ao Brasil porque sou brasileiro de coração.

Mas a imprensa não largava o príncipe nem um minuto. Seu suposto casamento comovia. Todos queriam saber notícias. *A Cidade do Rio de Janeiro* publicou em letras garrafais o editorial, provavelmente de punho, de José do Patrocínio. Ele criticava o governo por não ter se pronunciado oficialmente sobre os projetos de casamento de D. Pedro Augusto, pois se sabia que primeiro a noiva seria a segunda filha do conde de Paris — a princesa Helena de Orléans —, mas que também se falava na irmã do herdeiro da Bélgica. E que não havia se acertado ainda o casamento porque haviam cláusulas nos contratos impostos ao príncipe que este não havia aceitado. Portanto, por duas vezes havia sido recusado um príncipe brasileiro e o governo não se manifestara. O autor se perguntava:

"Que causa oculta é essa que dificulta o casamento do príncipe? Quais são as cláusulas que lhe são impostas, e que lhe repugnam?! Será que fazem questão de dote, ou sabem de alguma qualidade misteriosa de Sua Alteza?"

Prosseguia dizendo que esses dois malogros ganharam tanta publicidade que era natural que as grandes casas reais do mundo não quisessem mais o jovem príncipe em seu grêmio. Que novamente a casa imperial teria que se ligar a casas secundárias como nos casamentos das princesas imperiais:

O que se diz por aí, insistentemente, é que Sua Alteza tem como principal obstáculo ao seu casamento o próprio governo, que impõe como condição do seu assentimento a obrigação de residência do príncipe D. Pedro fora do Império.

Esta cláusula foi arbitrada quer pela casa de Orléans, quer pela casa de Flandres.

Qual razão de tal exigência; por que esta condenação ao exílio?

Nós não precisamos que o governo nos responda.

Desde muito denunciamos ao país a rivalidade existente na família imperial.

Os príncipes herdeiros presuntivos estão convencidos de que o Sr. D. Pedro Augusto é a esperança de uma conspiração monárquica para alterar a sucessão natural estabelecida pela Constituição.

Suas Altezas Imperiais não escondem mesmo seus receios e cooperam

quanto podem para que os méritos do suposto rival sejam empanados.

Uma das provas é a posição inferior dada ao príncipe na comitiva itinerante, em todos os documentos oficiais, ao passo que é por todos sabido que o imperador distingue mais do que a nenhum outro o seu primeiro neto.

Os palacianos da roda regencial têm o Sr. D. Pedro Augusto como um anarquista, um ambicioso.

Até hoje repete-se como profundamente escandalosa esta frase de Sua Alteza:

— Quando eu tiver 24 anos e ocupar minha cadeira no Senado, não hei de ser um instrumento cego do governo, mas servidor fiel das minhas idéias.

A cegueira áulica não vê, porém, que manifestando sem reservas a sua hostilidade ao príncipe, muito mais que a ele, comprometem a dinastia e a forma de governo.

A distância não solucionara o problema. Apenas o colocava em evidência. As ambições alimentadas durante anos não arrefeciam. O neto preferido estava sendo maltratado — acusava o editorial. Vítima de conluios, não podia nem arranjar um par. Pior, o artigo abordava diretamente o conflito interno, a briga dentro da família, com sua cadeia de ambições e ódios. Pedro Augusto anarquista, filho de sua geração e do seu tempo, queria governar e governar diferente. Pagava caro por isto. O preço? Um exílio. Mas um tal artigo só lhe suscitava maiores simpatias. A ameaça embutida na última frase não deixava dúvidas. O mau tratamento dispensado ao jovem era inexplicável. Espécie de Cinderela de calças, acabaria por merecer a coroa e desqualificar a dinastia restante. Que viesse o príncipe-senador e, amanhã, o imperador-presidente. Escrito por um abolicionista e liberal, o texto ganhava mais força ainda.

Ao mesmo tempo em que Pedro Augusto se debatia entre a doença do avô, os compromissos sociais e as inevitáveis fofocas em torno da sucessão, o semestre se arrastava na Corte. As cartas trocadas entre os condes d’Eu e amigos, como a condessa de Barral, acusavam os poucos e ligeiros encontros da tia Isabel com os ministros. Na ausência do imperador, a política parecia dormir. O pior, queixavam os d’Eu, era examinar as petições de perdão para os criminosos e os infindos requerimentos de esmolas! Havia dias em que lhes chegavam até trezentos. Apesar do ritmo aparentemente manso da vida política, a causa da Abolição avançava. Do seu lado, a princesa lia tudo sobre a matéria. Do outro, Cotegipe postergava qualquer ação. E negava-se a tratar a regente como autônoma. Para ele, era uma substituta invisível do pai. Por isso enrolava.

Pedia mais quatro ou cinco anos para pôr fim à escravidão. Sugeria que ela se comparasse à rainha Vitória: sempre neutra, deixando aos políticos a resolução dos problemas.

Mas, ao contrário, o assunto acelerava o interesse de Isabel. Pudera! Pavimentava, como poucos, o caminho para o III Reinado. Ajudava a investir na imagem da futura rainha clemente e justa. Valorizava seus conhecimentos sobre a questão. Nos últimos anos, ela se aproximara cada vez mais de abolicionistas moderados, como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças, gente que acreditava que o movimento tinha que ser legal e pacífico. Que acontecesse, sem alterar a organização do império. Afinal, seria uma resposta para os que a consideravam incapaz de resolver problemas. Ao assumir a regência, fora pressionada a empreender de forma mais enérgica o que vinha prometendo por meio de gestos simbólicos e atitudes tímidas. Os abolicionistas como Patrocínio ou Júlio Verím batiam na tecla: queriam uma governante abolicionista! Usar camélias na lapela ou promover batalhas de flores para alforriar escravos não bastava. Pouco a pouco, a tia compreendeu que a eficiência de tais manobras afastava, também, o fantasma do sobrinho. E, sempre, com luvas de pelica, procurava calar o ambiente de resistência à sua pessoa.

Enquanto isso, em Cannes, a 2 de janeiro de 1888, Pedro escrevia a Estrela. “Tenho grande empenho em falar-lhe seriamente. Muita coisa desejaria comunicar-lhe. Não tem vontade de dar um passeio a Cannes? Bem falta fazem os bons amigos com quem podemos conversar. Acho-me isolado. Adeus.” No dia 15 de janeiro reclamava ao mesmo amigo: “Muitas saudades, vontade das conversas da Place Vendôme que fazem falta […] estou aqui só e não posso falar senão hipocritamente.” Ainda de Cannes, no mês seguinte: “Eu que penso muito depressa, deixo às vezes escapar cousas que desejaria engolir, daí as minhas tonturas quando estou calmo.” O jovem príncipe usava de hipocrisia para lidar com o séqüito do avô. Somatizava o isolamento, a solidão, a falta de contato com seus acólitos. Respondia com tonturas ao patrulhamento a que estava submetido.

Não sendo muitas as distrações, recorria a escapadas até Nice, onde se encontrava com os tios Montpensier. O avô parecia fazer progressos, e os camaristas, veadores e médicos que se revezavam nos seus cuidados já pensavam no regresso ao Brasil. Sua resolução pessoal era regressar neste mês, só ou acompanhado. À espera do momento de partir para a Itália, Pedro Augusto aguardava, na Côte d’Azur, afastado das agitações de Paris, “onde

velhos e moços se podem perder”.

Março, aniversário da avó. Uma festa íntima reunia para o almoço D. Januária e os filhos, os primos italianos, príncipes de Caserta e Trapani, o barão de Arinos, o senador Diogo Velho e o almirante e barão de Teffé. Depois dos brindes dedicados à imperatriz, o marido dirigiu palavras “à bem-amada companheira”, emocionando os presentes. Finda a refeição, o príncipe foi encarregado de oferecer aos convidados um retrato dos avós com dedicatória. Nesta oportunidade, pediu a Teffé que o acompanhasse ao quarto. Queria uma opinião. Sobre a mesa, maços e maços de cartas. Alguns amarrados em bloco, outros abertos espalhavam as missivas assinadas por desconhecidos do almirante. Pedro lia o conteúdo. Eram pedidos para que assumisse. O trono era seu. Uma vaga de simpatia, apoiada nas notícias de jornais, o aguardava no retorno ao Brasil. E ele entendia tais manifestações como uma forma de propaganda patriótica. O povo estava contra a tia.

“Então, barão, constatou agora como a minha causa está encaminhada para o triunfo?”

O almirante, que fora auxiliar do tio Gaston durante a Guerra do Paraguai, contra-argumentou. Pedia cautela. Os papéis só podiam comprometer o jovem numa conspiração. Eram perigosos. Havia — dizia o representante da Marinha — um grupo que queria envolvê-lo num complô. Gente diabólica. Iriam usá-lo e jogá-lo fora. Uma rematada loucura. Pedro Augusto não aderiu.

“Loucura, por quê, Sr. barão? Porventura meus opositores ignoram que, elevando ao trono uma mulher, infalivelmente entregarão as rédeas do governo a um príncipe estrangeiro? A lei Sálica, embora não mencionada em nossa Constituição, influiu no ânimo do primeiro imperador para abdicar em favor de meu avô com 5 anos de idade, em vez de passar a Coroa à sua primogênita D. Maria da Glória. Só me bato pela justiça que homens esclarecidos apregoam como de meu pleno direito.”

A referência à lei Sálica trouxe num lampejo à lembrança de Teffé certas palavras de um republicano: Quintino Bocayuva. Ele era o fio da meada. O chamado “príncipe do jornalismo” armava o bote para cima do príncipe imperial. Aquelas cartas, enviadas a D. Pedro Augusto, podiam até ser peças de retórica para envolvê-lo. Serviam — no entender do herói da Guerra do Paraguai — de biombo atrás do qual se movia um grupo de republicanos interessado em rachar o poder da monarquia. Com o objetivo alcançado, se aproveitariam da fraqueza das facções divididas para tomar o poder. Pois, o

barão desvendava um outro aspecto da conspiração.

Além dos fazendeiros escravistas, além da corte do palácio Leopoldina e dos interesses de alguns grandes comerciantes, além dos antipáticos à tia Isabel e seu marido, havia, ainda, os republicanos. Um ninho de cobras. Ele admoestou respeitosamente o rapaz. Lembrou-lhe que a tia era a herdeira legal e que aqueles que se opusessem à sua coroação, em caso de morte ou incapacidade física do avô, seriam considerados revoltosos. Incursos em severa penalidade. Assim como ele, "Alteza", passaria por usurpador. As cartas, as centenas de cartas eram um corpo de delito. Implorou ao príncipe que as queimasse.

"Isto eu não faço", respondeu-lhe o jovem.

Os conselhos de Teffé caíram no esquecimento. Não lhe atemorizavam ou faziam qualquer sentido, tamanha a convicção de que aguardavam seu retorno para uma mudança sucessória. No fim da viagem, a vida ia ficando aborrecida. Apesar da agitada agenda social em Nice e Mônaco, ansiava pelas boas conversas com Estrela. Havia escrito em tom de sucessor: "Eu digo com meus botões, se fosse a cabeça do governo, organizaria um novo ministério, dissolveria a Câmara e apelaria para a nação fazendo proclamações em todas as províncias. Acho que em certos casos é preciso dar um empurrão para a caixa ir para o porão. Guarda isso para seu uso, não quero ser coroado de revolucionário […] meu desejo maior seria ver meu avô bom. O futuro, porém, está oculto. Tudo ignora."

O jovem estava certo. Era preciso um novo ministério. Ter nomeado presidente do conselho em 1885 João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, fora, como dizia Joaquim Nabuco, "o erro do imperador". Era ministro poderoso, capaz de irritar seus desafetos com discursos de lentidão calculada dirigidos a uma Câmara apressada. Era capaz de fazer careta, de brincar com o lenço, o papel e o lápis enquanto brandia observações profundas, por vezes proféticas. Era o principal protagonista da luta que opunha o imobilismo contra a transformação. Só não discutia com a regente, que o queria fora do ministério, aquilo que realmente incomodava os donos de escravos: as indenizações, a desorganização do trabalho nas fazendas, a crise econômica que abalaria a aristocracia da cana e do café.

Pudera! Sobre sua mesa desembarcavam, desde o ano anterior, cartas e cartas de plantadores, agricultores, lavradores, enfim, de todo tipo de dono de escravo oferecendo apoio às suas ações. Era gente que bradava "em favor dos

interesses mais caros da sociedade, ameaçados de serem desconhecidos pelos poderes públicos numa época em que idéias subversivas procuravam ser vencedoras, com prejuízo inevitável para a sociedade brasileira". Era gente que se dizia aturdida "pela insânia do abolicionismo anárquico". Era gente que aplaudia "a atitude enérgica diante da propaganda perigosa do abolicionismo intransigente que pretende abalar o regime pacífico de trabalho". Enfim, era gente com medo das mudanças. E com ódio, muito ódio a Isabel.

O ministro da Justiça, Ferreira Viana, há muito avisava a Cotegipe: o clima virava. Não sentia Vossa Excelência que "a exaltação do espírito público à idéia democrática, à república, só ia crescendo? Apenas um meio haveria de resistir a esta calamidade; a reabilitação completa da opinião conservadora com intuito de opor à revolução reformas largas e refletidas". Mas as reformas — e o velho e astuto Cotegipe o sabia — eram impossíveis com a política de caprichos, rancores e obstinação vigente entre os partidos e o imperador. Isto era ruim. Pior era não tomar atitude nenhuma.

Em política, dizia Ferreira Viana, a protelação tinha feito mais mal do que bem. Quando nem os conservadores escapavam aos caprichos da política de favores, o que não dizer dos adversários? "O descontentamento do Partido Conservador será a porta por onde entrará o archote da revolução", costumava repetir Viana. E não faltava, entre os que apoiavam Cotegipe, notadamente os plantadores de café, quem aplaudisse sua resistência aos atos da princesa. E mais, avisava Viana que a política de D. Pedro era uma "procissão de destroços" e Cotegipe que se protegesse.

Em meio a tanta instabilidade, o clima que deu na sua demissão anunciava ventos e tempestades. Incapaz de domar a propaganda republicana que contaminava, pouco a pouco, o Exército, de calar os crescentes tumultos de rua, de conter a impopularidade que cercava os senhores de escravos, de lutar contra a antipatia que lhe devotava o conde d'Eu, ressentido com suas críticas desde a Guerra do Paraguai, Cotegipe caiu. O marido da princesa era de opinião que o "ministério tinha que ser trocado na primeira oportunidade". "É essencial que o governo tome a iniciativa!" Até então discreto, Gaston passou a assumir uma posição cada vez mais ofensiva. Em resposta, as caricaturas sobre o consorte não cessavam. Dizia um gaiato que, até na fala da mulher encerrando a legislatura da Assembléia, gostaria de ter incluído seu nome: "Não estará distante o dia em que eu, assumindo o exercício de meus poderes majestáticos, prosseguirei no empenho com que sempre me dediquei, com o conde d'Eu, a promover o engrandecimento de nossa pátria!"

As reações eram inúmeras. Rui Barbosa o atacava, comparando-o ao príncipe Alberto da Inglaterra. Por que não se comportava da mesma forma, discreto e mudo? Mas ele continuava a emitir opiniões, escrevendo à Europa sobre a política local, enfim, reagindo à sua maneira às notícias que circulavam nos jornais. E importante: reagindo às notícias que circulavam sobre o príncipe. Gaston contra-atacava a onda de simpatia que o jovem irradiava mesmo de longe e tentava proteger a esposa e sua regência. Se o rapaz era a preocupação dos jornalistas e o assunto preferido dos boatos da Corte, o tema das conversas políticas e sociais, se fazia necessário colocar a mulher em evidência. Achar-lhe um papel de destaque. Se a questão da Abolição apaixonava os espíritos, era preciso que o governo de Isabel, e não outro, tomasse a dianteira. Que não se deixasse acuar. E Isabel não perdeu a chance.

A notícia chegou quando estavam em Cannes. Presidindo um encontro da Sociedade de Letras e Ciências, o avô foi avisado por um jornalista da notícia: Isabel aceitou a demissão pedida por Cotegipe. Convidara João Alfredo Correa de Oliveira para presidir o novo ministério, cujo programa era um só: a abolição imediata da escravatura. Um dos membros do governo era justamente Antônio Prado. Curiosa coincidência. O príncipe com Eduardo Prado na Europa, e a tia, com o irmão dele, Antônio, na Corte. O jornalista propôs um sonoro viva a esta decisão. Estrondosa aclamação encheu a sala. O avô foi calorosamente cumprimentado: rei humano, generoso libertador.

Cannes, 15 de março de 1888. “Prezado Sr. Estrela. Quanto às relações de que me fala, não sendo sinceras, *je m’en fiche* [pouco me importa]. Não me arrependi do que fiz, creia. Quando nos encontrarmos, conversaremos. O ministério caiu não sei por que motivo; dão mil razões mais ou menos plausíveis. Receio que, apesar de composto de boa gente, não se agüente muito. Esta situação já corre por conta da regente e o imperador de nada sabe.” O príncipe ferroava a tia: o gabinete caíra por culpa dela. Quisera botar o carro adiante dos bois. Tirara Cotegipe, velho chefe conservador, pois queria se aproximar dos liberais. Alguns dos quais eram amigos dele.

Pedro Augusto tentava se proteger e aos seus planos para um III Reinado. Sabia que a oportunidade da Abolição estava sendo usada por ela. Lamentava não estar na Corte, onde poderia agir indiretamente sobre os fatos. Enquanto isto, o diabólico Estrela escrevia ao avô, desejando-lhes melhoras e pedindo que

viesse tirar o país da anarquia. O Brasil sangrava — se queixava o astuto mentor do príncipe. A regência arruinara os cafeicultores. O clima era de desolação. Que voltasse com o remédio anestésico para a dor infinita do império.

Junto com a chegada de notícias boas e ruins, a preocupação com a saúde do imperador cedia. Saía a doença e entrava a melancolia. O tédio, o *spleen*, o mal do século pareciam marcar a última etapa da viagem. O príncipe se sentia só. Respondia com ironia à situação de ostracismo em que fora colocado.

> Prezado amigo. Recebi as suas lamentações há três dias. Queixa-se do laconismo de minhas letras. Não acredita o senhor na influência do meio? Cannes será por acaso um éden variegado genitor de mil déias e escritisíaco por excelência? Cá com os meus botões, respondo, não. Consideremos, pois, Cannes como o grande meio, a atmosfera por assim dizer; ainda há, além desta, um meio muito menor e muito mais estupidificante, a saber: *les suites de la suite* [a continuação da continuação]. Estamos hoje em mar de hipnotismo e sugestão: posso muito bem estar influenciado. Ter todos os dias ante os olhos um general pseudovencedor de Malakoff, duro, empertigado e bigodão, o olhar eternamente torturado, epilepsia constante de marombeiro e equilibrista das drogas, assim definia Mota Maia, e finalmente a nuca de urso de um nosso conhecido, não são painéis inspiradores como as galerias da Itália que breve vamos visitar, sacudindo, assim, a catinga e mil flechas de mesquinharias que encarquilham e mumificam as almas francas.

Do dia para a noite, o quadro escureceu: o imperador piorou. Os rumores se espraiaram com a mesma violência da doença. Mota Maia continuava a boicotar o príncipe. Na certa não o queria se comunicando com seus amigos na Corte.

> Milão, 10 de março de 1888:
>
> Prezado amigo… O meu espírito por esses dias tem andado por tal modo preocupado, que não concedeu partícula alguma de seu ser para as cartas que escrevo. A viagem a Gênova, Florença, Nápoles, Bolonha e Veneza foi rápida, interessante e não trouxe senão uma desvantagem: a de fatigar o imperador que dificilmente se resigna ao quietismo. Milão, última cidade, nos foi, ainda, menos propícia. O imperador adoece depois de um fatigante passeio ao Lago de Como no dia 2, seguido de um concerto que durou até

onze e meia. O estado do imperador fez com que o programa da viagem esteja em desequilíbrio […] não se vai nem a Paris, nem a Londres. Nada se pode dizer. A princesa Isabel mandou no dia 5 um telegrama pedindo regresso ao Rio pelo caminho mais curto! O que quer dizer isto? Nada me disseram quanto à moléstia de meu avô. Tudo sei por portas transversas. É incrível. O Mota Maia está cada vez mais francês e indigno de qualquer amizade de homem leal. Estou tristíssimo e desejoso de me ver fora desse meio, e no Rio, sossegado. As intrigas de fora, também, não faltam. Conversaremos quando estivermos juntos.

No dia 7 e 8, à noite, o imperador teve delírio e alucinações, dando muito o que fazer. No entanto, Mota Maia, mentindo, dizia que ele passava bem… Hoje, o imperador queixou-se a mim de grande fraqueza, dor de peito. Notei que tinha tiques nervosos na face. Hoje, às 2 horas, momento em que lhe escrevo, está calmo e um pouco quente. Estou bem desejoso de vê-lo livre de tão grave incômodo. Se ele faltasse, perderia o meu verdadeiro amigo e protetor que sempre é o mesmo para mim, apesar das mentiras que lhe têm contado… Desejo passar incógnito alguns dias em Paris sob o nome de conde d'Eudes […] seguirei a 20 para Viena e Estíria, regressando a Paris no 31, encontrando-me depois com o imperador. O Sr. não imagina como estou só, isolado. A imperatriz sempre nervosa e atemorizada. O único com quem converso é o B. Adeus. Até Paris.

Prezado amigo. Depois de uma grave crise nervosa com congestão cerebral parcial, continua grande abatimento. O imperador queixa-se muito. Puseram-lhe gelo na cabeça por causa da excitação cerebral. O médico está muito preocupado. Eu estou muito aflito. Espero em Deus que a noite passará bem…

Milão, 12 de maio pela manhã:

O doente passou uma noite tranqüila. A febre diminui. Há toda esperança de ver o perigo afastado […] chegam à tarde a condessa de Barral e o Dr. Charcot.

Milão, 15 de maio:

Prezado amigo. Só hoje respondo à sua carta. As suas previsões estão em vias de realização. A aplicação de gelo na cabeça é constante. A febre, aliás, muito diminuída, é positivamente de origem palustre e intermitente. Costuma reaparecer às três e meia da tarde.

Estou certíssimo de que o imperador não seguirá para o Rio a 23 de junho. Seria a maior das imprudências. Assim, pois, tenho tempo de ordenar os meus objetos e vê-lo ainda a miúdo […] a princesa imperial, minha prezada tia, libertou o nosso país da grande vergonha. A abolição já era fruto sazonado; estava lá, à espera do jardineiro. Se ela não viesse, cairia por si. A regente concorreu para a aceleração do movimento da grande pedra que rolava irresistivelmente. Guiada convenientemente esta massa cairá, não num precipício, mas num vale fecundo e sobre ela se edificará o III Reinado — as últimas notícias falam de festas, regozijo imenso. A princesa está popularíssima. O papa vai enviar-lhe a rosa de ouro. O imperador ainda não sabe da boa-nova. Os médicos não querem emoções. Acho que têm toda a razão. Passado o momento angustioso da moléstia do imperador, enviei à minha tia o seguinte telegrama: "Parabéns pelo triunfo da grande causa, sob os seus auspícios. O João Alfredo com o seu espírito esclarecido tratará de afugentar a crise da lavoura, dando impulso à colonização. O empréstimo feito há dias talvez seja destinado a isso. O acaso fez com que justamente o pagamento do dote de meu pai coincidisse com este grave momento…"

Voltava o assunto do dote de Gusty, mas havia coisa mais importante: a Abolição. Desde que a realeza se ligara à campanha abolicionista, regente e povo, por razões diferentes, aguardavam ansiosamente uma oportunidade para dar um ponto final a uma situação que a sociedade não agüentava mais. Como bem disse sobre o Treze de maio Cristiano Ottoni, um liberal, "a escravidão já não existia", uma vez que só alguns poucos senhores de escravos a sustentavam. Amparada na "junta do coice" — composta por membros do Partido Conservador que apoiavam a Abolição —, Isabel assinou no Paço da Cidade o autógrafo da lei. Ainda que não existissem mais de 8 mil escravos na Corte, foi um delírio.

Multidões embriagadas de alegria invadiram o Senado e a Câmara. Músicas, vivas, foguetes, discursos e danças em toda parte. Nesta ciranda se davam os braços os fazendeiros que reconheciam a importância da reforma, todos os que tinham alforriado suas escravarias, os oficiais que se recusavam a caçar negro fugido, as autoridades que se esquivavam de dar apoio aos senhores queixosos,

o povo que protegia os escravos, os ex-escravos. Foi também um recado de Isabel aos seus inimigos. Uma demonstração de força.

Por algum tempo, Isabel conseguiu empurrar os problemas para debaixo do tapete. Mas neste mesmo Treze de maio, no Senado, na Câmara, o Partido Liberal apregoava que a agitação era ameaçadora, e que o único meio de neutralizá-la seria conciliar a monarquia com a democracia, promovendo reformas liberais muito adiantadas. Estava na frente desta propaganda o visconde de Ouro Preto, que assim se oferecia, junto com seu partido, para salvar a dinastia. Existia, portanto, toda uma facção que percebia que a Abolição não seria o bastante. E que Isabel não seria o nome capaz de figurar frente a um novo regime.

Enquanto o café pendia das árvores e o mato crescia por falta de capina, os ódios se azeitavam. Dezenas de anos de labutas e fadigas na formação das fazendas de café se enterravam de uma penada. As queixas se multiplicavam. No entender de muitos, o imperador deixara que as coisas corressem ao deus-dará. Ao ver que o movimento atingira um ponto tal que seria difícil sustentá-lo, permitiu que a filha promulgasse uma lei discutida e votada de afogadilho. Sem uma única palavra de consolo ou esperança para os senhores espoliados. Sem um tostão de indenização. A mistura de mágoa e ressentimento engrossava.

Por que, em vez de estudar sânscrito e árabe, o velho não mantivera contato com ingleses e alemães que pudessem trazer inovações técnicas para a lavoura? Mas não faltou quem fosse mais longe, percebendo no apressado das decisões outros motivos. “Aquela criação diabólica” — ruminava um cafeicultor — “muito deu a pensar e tornou a suspeita, naquela ocasião, sobre a existência, na luta pela abolição, dos chamados interesses inconfessáveis, interesses dinásticos a empanarem o brilho da obra humanitária da redenção”. Os movimentos bem-sucedidos do príncipe na Europa estariam por trás da decisão apressada da princesa de abolir, naquele exato momento — espécie de única oportunidade —, a escravidão? Não havia uma relação estreita entre os sucessos que o jovem colhia lá fora e a chuva de impropérios que caía sobre a cabeça do casal d’Eu? Isabel não se sentia diminuída frente à ofensiva bem-sucedida do jovem nas Cortes européias? Que outra arma ela teria para se firmar senão a libertação oficial dos escravos?

Enquanto a Corte fervia, num caldo de alegria e ódios, o imperador parecia morrer. Durante duas semanas, o estado do doente provocou preocupações. Os

telegramas diários expedidos de Milão para a princesa no Rio davam idéia dos instantes de aflição que anunciavam a piora progressiva do imperador: febre, influência nervosa generalizada, paralisia bulbar. Era grande o perigo. A mãe tranqüilizava o espírito devoto da filha quanto aos santos sacramentos. Sim, mandara vir um padre com a extrema-unção. “Hoje, melhor”, dizia a 10 de maio. E depois, todos mergulharam num cenário fúnebre no qual as portas da morte pareciam se entreabrir para receber o doente. Passaram-se 12 dias com a saúde agravada e ele quase morto. No décimo terceiro, ao voltar a si, perguntou: “Não há mais escravos no Brasil?” “Não” — respondeu a imperatriz —, “a lei foi votada no dia 13; a escravidão está abolida”. Silêncio e as primeiras lágrimas no rosto macilento: “Grande povo! Grande povo!” E chorou. O neto chorava por dentro. Lembrava da morte da mãe. Temia perder um amigo e um aliado. As pressões no séqüito mais próximo o faziam se sentir mal.

Como por milagre, junto com a Abolição vieram as melhoras do imperador. Milão, 20 de maio: “Prezado amigo. O imperador, hoje, já sai do leito para a *chaise-longue* e não tem mais gelo na cabeça…” Aix les Bains, 8 de junho: “Prezado amigo. O imperador vem se fortalecendo. Isto é o principal! A imperatriz está nervosa devido aos transes terríveis por que tem passado. O imperador vai sair daí a alguns dias, podendo então receber as pessoas mais chegadas. O Sr. não me dará o prazer de chegar até Aix?… Preciso consultá-lo sobre certos negócios muito sérios.”

Aix les Bains em junho, em detalhado relato a Taunay:

> Só hoje posso responder à sua estimada de 18 de março. Bem imagina por que terríveis transes tenho passado. O imperador vindo de Cannes estava magnífico, relativamente falando; fez toda a viagem até Milão muito bem. No dia 3 de maio foi acometido de ligeira febre, depois de um passeio na véspera, ao lago de Como. Nesse mesmo dia fizeram um passeio a Pávia, ignorando que o imperador estivesse de cama. A moléstia conservou-se, segundo dizia o médico Mota Maia, sem gravidade até o dia 8. Chamados Verga, de Milão, e Semmola, de Nápoles, Giovanni de Pádua e Bruno de Turim verificaram um caso de pleurisia seca, forte febre e fenômenos. Nos dias 9 e 10 estava doente, lutando com a morte, segundo me disse depois o Dr. Semmola. Chama-se também o Dr. Charcot. Quando este clínico chegou, já encontrou o imperador livre dessa grande crise, sem delírios e calmo, mas fraquíssimo. Partiu pouco depois para Paris, declarando que tudo ia bem.

Nem tudo, pois no dia 22, pela manhã, o príncipe foi acordado pelos gritos do criado: “o imperador está morrendo… morrendo!” Pedro Augusto mal se vestiu e entrou correndo no quarto do doente, que encontrou moribundo. O imperador não se mexia, estava branco como cera, seus dedos e nariz gelados e roxos. Tinham-no envolvido em compressas de éter volátil, o que dava pior aparência à cena. A múmia à sua frente, contudo, raciocinava. Seus olhos brilhavam enquanto recebia os últimos sacramentos com toda a calma que alguém, assim enfaixado, poderia ter.

Durante toda a noite do dia 22 e dia 23 continuava o estado gravíssimo. Um padre ficou velando toda a noite, em uma sala próxima. Semmola estava muito descrente. Dizia-me: com a idade de Sua Majestade e o seu estado diabético, pouco podemos esperar. A crise por que passou é um fenômeno de exaurimento bulbar, com paralisia cardíaca. É em grande parte devida ao profundo estado diabético. Posso lhe contar tudo isto livremente, porque apareceu em todos os jornais italianos. Pacto incrível parece o de eu informar-me do estado de meu avô pela leitura de jornais da manhã, em que vinha tudo, tintim por tintim. Os dias que se seguiram foram maus, todavia, fraqueza e delírios ligeiros persistiam. Charcot novamente chamado manifestou-se otimista para o público, pessimista para os iniciados. Onde está a verdade? No dia 4 de junho foi o imperador transportado em pênsil para o trem, chegando sem novidade a Aix no mesmo dia às quatro e meia da tarde.

O hotel Splendid onde nos alojamos é ótimo. Como arranjo e posição. Tudo correu bem. No momento em que lhe escrevo, lembro-me com prazer da boa conversa que tive com o imperador, que já andou por si. A sua inteligência está perfeita. É um verdadeiro milagre. Na aparência, até parece estar melhor que em Cannes. Eis a verdade toda sobre a moléstia do imperador, que lhe conto sob reserva, porque sei o quanto se interessa pelo imperador. À vista do que passou, está mais do que provado que o doente nunca mais poderá entregar-se a trabalho seguido, quer físico, quer intelectual. A sua vida d’ora em diante será calma e sem preocupações. Infelizmente nunca mais teremos aquele homem ativo de há cinco anos. Que pena tenho eu disso por mil razões.

A viagem ao Rio está novamente adiada. Opino que o imperador volte logo que estiver com forças para seguir viagem. Mesmo que não entre na vida ativa, o que é certeza certa, poderá viver tranqüilamente em Petrópolis,

São Paulo ou outro ponto mais afastado das agitações. Eu, se não fosse o dever de amor que me liga a meus avós, já teria regressado. Estou saudosíssimo e desejoso de descansar um pouco das minhas preocupações.

De fato, as preocupações rondavam, deixando-o prostrado. Choviam fofocas. Os inimigos "têm o cuidado de espalhar que eu estou apenas à espera da morte do imperador. Quanta infâmia!! Estava entendendo as coisas há muito tempo e estava triste e desgostoso", ele se queixava ao barão de Estrela. E o cardápio de perguntas não era pequeno: a doença do avô teria desdobramentos? Como se passara a regência da tia, longe de seus olhos? Quais as chances de, um dia, assumir?

Sua convicção de que o avô não poderia mais reinar, morando tranqüilamente em Petrópolis, abria a porta para várias suposições. Mas a única que costurava as demais era simples: estava o avô preparado para assumir a chefia do Estado? Não só o príncipe, mas muitas autoridades nas altas esferas da administração pública se perguntavam a mesma coisa. Havia receios. E, nesse caso, era preciso encarar a possibilidade de sua abdicação, velha hipótese cogitada antes mesmo de sua partida para a Europa. Enquanto o jovem se dilacerava, a imprensa centrava fogos sobre a ansiedade do casal d'Eu. Não faltou quem, maldosamente, dissesse que a princesa se preocupava menos com a saúde do pai do que com seu futuro reinado.

Em finais do mês de julho, o barão de Estrela já se encontrava na Europa, novamente ativo. Tratou de organizar, junto com Rodolfo Dantas e o barão de Mamoré, um grande banquete franco-brasileiro para duzentos talheres, reunindo celebridades da política, da literatura e das finanças. O objetivo era celebrar a Abolição. O convidado de honra? O príncipe que antes foi recebido pelo presidente da República, o Sr. Sady Carnot. Na ocasião do banquete, o jovem recebeu a Grã-Cruz da Legião de Honra, maior e mais importante condecoração do governo francês. Uma homenagem para levantar qualquer moral. Depois da troca de discursos, em que foi saudado pelo acadêmico e jornalista Jules Simon, o príncipe retribuiu, desejando votos sinceros à nação e bebendo à saúde da França. A ovação foi entusiástica. A notícia saiu na primeira página do *Figaro*! Portugal não ficou atrás nas homenagens ao príncipe: D. Luís o agraciou com a Grã-Cruz da Ordem da Torre e da Espada. E foi assim, condecorado e apoiado pelos seus, que fez as malas para voltar ao Brasil. Estava fortalecido. Trazia as

garras afiadas.

Às vésperas do embarque da família imperial, o ministro da Bélgica, a mesma Bélgica dos Saxe e Coburgo, escrevera ao governo dizendo que o estado do monarca estava longe de ser satisfatório. Sua moléstia lhe tornaria muito difícil o exercício do poder, sobretudo com seus hábitos de trabalho. “É possível” — dizia ele — “que se leve o imperador a abdicar ou a consentir o prolongamento da regência da princesa Isabel; mas é possível, também, que sobre isto se esbarre numa recusa”. Dada a sua impopularidade nos meios políticos, apesar e por causa da Abolição, era de se imaginar que a chefia acabasse por criar problemas insuperáveis não só para ela, mas para a monarquia. Pois não se chegou a admitir a possibilidade de uma revolta contra este estado de coisas, com a certeza de sucesso? Leopoldo II, que considerava Pedro Augusto um sábio, não hesitaria em apoiá-lo.

O ministro inglês fez eco dessa hipótese, achando que, nesse caso, as forças de que dispunha o governo no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul ou em Minas Gerais eram fracas e teriam dificuldades para enfrentar com sucesso qualquer tentativa de revolta. E acrescentava: “O Brasil tem se sujeitado, no presente reinado, a uma influência quase despótica do imperador, e o fim dessa influência poderá provocar uma grave crise política. É de esperar-se, por isso, que o imperador esteja realmente em condições de assumir o governo do Império e de poder, com seu prestígio e autoridade pessoal, desfazer todo esse trabalho de solapamento das instituições monárquicas.” Velhice e doença do monarca, velhice e doença do império. Era preciso achar uma fórmula diferente.

“A volta de Sua Majestade está neste momento preocupando todo o alto mundo político, exceção nesse sentido da primeira regente. Esta não é o chefe do Estado por quem ela ansiosamente espera. É o pai de quem foi talvez a maior afeição da vida. Só a princesa não estaria essa hora calculando as conseqüências políticas da volta do imperador”, acenavam os jornais. O ministério, os políticos ligados a ele, os amigos da família imperial receavam que o retorno resultasse em alguma mudança política. Os conservadores, de seu lado, desejavam que o ancião emendasse o “erro da princesa” ao demitir Cotegipe. Os liberais, pelo contrário, aspiravam pela continuidade das mudanças.

A imprensa se perguntava:

> Como vem, porém, o imperador? Ninguém parece saber, a começar pelo

> governo. Nunca tivemos notícias exatas do estado de Sua Majestade e, neste momento em que ela atravessa o oceano, não há quem possa dizer ao certo que homem vamos ver no dia 21 e 22 deste mês. Admitindo, porém, que Sua Majestade, como todos desejamos, nos volte perfeitamente curada dos seus graves padecimentos, tomará o imperador conta do governo? Pela Constituição, ele não pode deixar de tomar logo que entre em território brasileiro, a bordo mesmo do paquete cessa automaticamente a delegação de que a princesa regente foi investida na ausência do chefe de Estado… Mas a questão é se o imperador poderá assumir o governo do país e se recorrerá ou não à legislatura para reclamar que a princesa sua filha continue a governar em seu nome por não poder ele fazê-lo.

Preparavam-se as malas. A França o salvara, dizia o avô, já brincalhão. Embora magro e pálido, readquiria, pouco a pouco, o gosto das coisas, a vontade de viver. O resto do tratamento ficaria para o Brasil. Charcot e Semmola foram intransigentes: dois meses de férias; depois da chegada, leituras leves, medicação metódica, nada de emoções. A avó decidiu pagar promessa. Tinha que ir a Lourdes depositar a bandeira brasileira aos pés de Nossa Senhora. Depois seguiram para Bordéus, embarcando no *Congo* com o neto, a pequena e, para ele, odiosa comitiva. Cada qual com a sua bagagem íntima.

O que avô e neto ainda não sabiam é que, depois do sol brilhante do Treze de maio, a situação mudara como por encanto. As luzes da festa se foram apagando, o ruído festivo cessou, os despeitos foram aparecendo e a ambição dos liberais aumentou. As conspirações se armavam na surdina, e no próprio paço da regente — espalhava Ferreira Viana — se tramava a queda do gabinete que substituíra Cotegipe. Logo se criaria em torno do novo ministro, Sr. João Alfredo, uma atmosfera de escândalo e difamação. Os horizontes políticos iam ficando carregados.

Estas e outras questões esperavam o velho e o moço deste lado do Atlântico. Na noite quente do verão europeu zarparam, deixando para trás as luzes da cidade de Bordéus, suas portas e pontes de pedra, o Grande Relógio do século XIII, a estátua eqüestre de Joana d’Arc. O vapor deslizou pelo rio Garonne em busca do mar. Parecia um copo de leite derramado num retângulo escuro. As cores da terra e do céu, o vento sobre as ondas, as nuvens douradas do crepúsculo anunciavam uma boa viagem. No passadiço, o rapaz se deixava embalar pelo suave barulho da água. Lembrava.

O príncipe juntava os cacos da experiência européia. Revia informações retiradas de jornais rasgados, de cartas amassadas que trazia consigo. Eram lembranças rasas como os casos anedóticos que se transmitem entre os membros de uma mesma família. Eram fantasmas do que sobrara da sua própria infância dentro dele. Tais sobras de fatos eram aquilo que restara no caminho que levou a criança ao adulto. Eram a única passarela visível entre o passado e o presente. Eram a única bóia no mar do tempo. Agarrou-se a tudo que foi buscar na Europa: o prestígio familiar, a experiência mundana, a amizade com os avós, o apoio que vinha do Brasil.

Iam chegar em finais de agosto de 1888. Mês de desgosto? Não para ele. A imprensa noticiaria a verdade: seria imperador. Haveria uma recepção calorosa. Como a que o recebeu quando chegou pela primeira vez, neto primogênito e futuro Pedro III. Não perdia as esperanças. Os peixes-voadores e as almas-de-mestre iam acompanhando a trilha na água.



No interior do palácio de São Cristóvão, a família imperial consumia-se em traições e incertezas

Capítulo V

O novelo de intrigas

Dia 24 de agosto de 1888, cinzento e de chuva miúda. O *Congo* entrava em águas brasileiras, trazendo de volta a comitiva imperial. Os passageiros logo viram se destacar da bruma a forma da Gávea. O cheiro forte vindo das matas adjacentes à cidade invadia os pulmões. Uma multidão de ilhas verdejantes parecia ter sido atirada do alto do Pão de Açúcar ao mar. As baterias de Santa Cruz saudaram os viajantes. A cadeia de montanhas ficava a cada hora mais próxima. A viagem fora agradável. Transcorreu em camarotes espaçosos, com salas de banho contíguas. E entre o quarto do neto e do avô, um confortável salão ornamentado com tapeçarias e jarrões chineses. Eles faziam as refeições à mesma mesa, enquanto a comitiva comia ao lado. Os dias escoaram entre a leitura dos livros comprados na Europa e a audição de uma ou outra peça, tocada pela orquestra de bordo. Por vezes, o jovem via o médico aplicar no imperador as duchas especialmente instaladas. Depois, caminhavam juntos no deque. Desde que reconheceram o Cruzeiro do Sul, sabiam que faltava pouco.

Em Nova York, *The Mail and Express* publicava laconicamente: “Felizmente, ainda não é o fim de D. Pedro. Ele só tem 63 anos.” Embora o tom da manchete fosse fúnebre, era cedo para enterrar o monarca. De manhã, fazia frio e não se sabia o horário exato de chegada. Na barra, se avistavam os navios de guerra embandeirados. Salvas partiam dos canhões, manchando o ar de espirais de fumaça. Um signo de boa vontade acenava do Pão de Açúcar: suspenso na encosta, um pano verde sobre o qual se declarava em letras amarelas a palavra “SALVE!”, idéia dos alunos da Escola Militar da Corte, situada na Praia Vermelha. Quanto mais se aproximavam, mais contavam os botes, as lanchas, as barcas lotadas de gente a acenar com bandeiras na mão. Apitos, gritos e saudações enchiam a manhã. “Está avelhantado e um pouco gordo, mas tem boas cores; falta-lhe, talvez, um pouco de animação e vivacidade”, e não parecia bastante comovido de voltar para casa, espetava *O Paiz*.

Apesar da má vontade de alguns, o povo explodiu em alegria ao ter seu imperador de volta. E de volta vivo. No Arsenal da Marinha formavam as

tropas. Isabel, Gaston e os filhos, acompanhados de todo o ministério, representações do Senado, da Câmara e da municipalidade, esperavam preocupados. A filha até solicitara uma cadeira de rodas para o desembarque do pai. Não foi necessária. Um alívio! Deodoro da Fonseca parecia feliz em rever seu amigo. Fora do Arsenal, a multidão era compacta. Ao primeiro sinal da família, explodiram em aplausos e vivas.

Em todo o percurso que levava ao palácio de São Cristóvão, as ruas estavam apinhadas e o povo aclamava os recém-chegados. Das janelas cheias de gente, em sua maior parte mulheres, pendiam colchas de todos os tamanhos e cores. Milhares de lenços brancos se agitavam, votando paz e felicidade ao monarca restabelecido. Havia quem enxugasse as lágrimas nas costas da mão. Os *bonds* mal continham a lotação, pois os passageiros iam agarrados em cachos, nas colunas. Por milagre, os tetos não afundavam com o peso dos que queriam ver a família imperial de qualquer maneira. Ao entrar na rua do Ouvidor, uns mais entusiasmados quiseram desatrelar os animais que puxavam a carruagem, levando o imperador nos braços. O velho homem se opôs. O movimento na cidade era indescritível, assinalavam os jornais. Por toda parte se via o mais sincero contentamento. Foi, talvez, a maior recepção que jamais tivera, “maior ainda”, escrevia o conde d’Eu ao pai, “do que nas chegadas anteriores”.

A farmácia dos senhores Granado, conhecido estabelecimento da rua Primeiro de Março, número 12, encomendou ao artista Frederico Antônio Steckel uma decoração especial. A pintura a óleo, reprodução de uma fotografia tirada depois do restabelecimento de D. Pedro, exibia em tamanho natural os avós e o neto: “o favorito”. No alto da grossa moldura, as armas imperiais. Em seda carmesim, tremulavam sobre o quadro os dizeres em letras douradas: *Feliz Regresso de Suas Majestades Imperiais.* A novidade era a iluminação a gás que fazia brilhar as estrelas do Cruzeiro e as colunas do quadro. Embasbacados, os passantes se amontoavam na vitrine.

No dia da chegada, houve missa mandada rezar pelos empregados da Quinta imperial. Suas Majestades e o neto numa capela, e na outra, Isabel, o marido e os filhos. À noite, uma surpresa: o parque de São Cristóvão, previamente preparado, foi iluminado à eletricidade. A Société Anonyme du Gaz, com seus escritórios à rua da Alfândega 104, mal podia atender aos inúmeros pedidos de particulares, de comerciantes e de comissões de festejos para a iluminação de edifícios públicos ou privados.

À imperatriz foi oferecida uma coroa de folhas de louro em ouro, tendo ao

centro uma estrela com vinte brilhantes. Coisa de fada. Eles representavam as províncias do Brasil. No centro, o Cruzeiro também em brilhantes. Trazia uma fita com a seguinte inscrição: *A S. M. a Imperatriz, o Povo. 22 de Agosto de 1888. Iniciativa do capitão Domingos da Silva Lima*. Era autêntica manifestação de carinho. Comissões de diversas corporações científicas e industriais, colégios, escolas públicas, passariam depois pelo palácio para saudar os monarcas. Houve cantoria e poemas de boas-vindas. As associações religiosas e as Ordens Terceiras celebravam, sem parar, missas solenes e *te-deums* concorridos. No resto do país, se festejou o retorno com bailes e missas.

Disse alguém que, a julgar pelas demonstrações de simpatia que acolheram os viajantes imperiais, nenhuma instituição política parecia estar mais forte do que a monarquia. O Império adoentado parecia se recompor. Era como a visita da Morte, aquela que deixa o moribundo sadio por um tempo. “Eu vi” — contaria o jornalista Carlos de Laet — “o povo desta capital correndo atrás da carruagem que, do Arsenal da Marinha, conduzia o velho imperador convalescente […] Foi uma ovação legítima, espontânea, inesperada e que profundamente abalou o soberano […] ao passo que lágrimas não contidas banhavam o rosto da veneranda imperatriz”. Há muito não se via um movimento tão impressionante de comoção popular.

Um álbum com saudações em prosa e verso, também chamado de “álbum de mocinha”, foi preparado como lembrança da viagem. Era a *Polianthéa do Segundo Reinado*. Pequenos parágrafos se encadeavam. Da filha, “foi pai quem me educou; foi ele quem me deu a grande felicidade doméstica de que gozo”, a Joaquim Nabuco, “a missão da monarquia não tem exemplo na história das dinastias”. De Ouro Preto, “o Sr. D. Pedro II folga de ver-se rodeado pela multidão”, a José do Patrocínio, “reis educam princesas, o imperador criou uma mulher”. Entre outras dezenas de frases melosas e assinaturas, se misturavam bajuladores, abolicionistas e monarquistas. Alguns deles, ironicamente, se afastariam, pouco a pouco, da família imperial.

Esgotadas as atenções sobre o imperador, o príncipe foi assediado pela imprensa. Queriam sua opinião sobre a viagem, sobre a doença do avô, mas, sobretudo, notícias a respeito da aliança com a princesa Helena de Orléans: “um simples casamento de amor”? Os jornalistas esfregavam as mãos. A foto da moça circulava: era loura e nariguda. Haveria matéria para os próximos meses.

No dia seguinte à chegada, a imprensa noticiava que, instalado no palacete Leopoldina, o príncipe receberia, das 11 às 18 horas, os que quisessem cumprimentá-lo. Transplantava, assim, para o trópico, os hábitos vistos em Paris.

Enquanto isto, os partidários não perdiam tempo. Cada passo era importante, e, 15 dias depois, deram uma verdadeira demonstração de força e união em torno do seu candidato. Em bondes especiais da Companhia Vila Isabel, puxados por mulas espanholas enfeitadas com fitas e conduzidas por cocheiro fardado, partiram em caravana "diversos cavalheiros de nossa melhor sociedade" — informava o *Diário de Notícias* — "a fim de prestar-lhe respeitos e estima pela maneira como o príncipe brasileiro se comportara na Europa".

O jovem era um orgulho. Honrara a pátria, além de ter acompanhado o chefe de Estado em sua moléstia com o interesse de um verdadeiro filho — sublinhava o jornalista. Mais de trinta pesos pesados da vida social e política, entre barões, camaristas, condes e viscondes, lotaram o bonde: Maia Monteiro, Estrela, Figueiredo, Montbrial, Paranaguá, Rocha Miranda, Ibituruna, Pacheco, Paulo de Frontin, Catete e outros. Um presente sacramentava a homenagem. Um quadro de Pedro Peres: uma cena íntima do jovem com os avós. Um desagravo, enfim, às manobras de Mota Maia durante a viagem. Um passo na direção do trono. Um piparote, ainda que discreto, nas pretensões da tia.

Sempre descrito com qualificativos, o "jovem e ilustrado príncipe" D. Pedro Augusto se sentia vingado. Na saudação, o conselheiro Duarte de Azevedo não media palavras. Durante a viagem, como dera provas de dedicação aos venerandos avós! Como demonstrou patriotismo e honrou o nome brasileiro em cenáculos científicos e literários! Deu mais provas do quanto vale! — enfatizava o orador. E tudo para que Sua Alteza pudesse verificar que o papel que representou enquanto esteve fora do país não foi indiferente aos brasileiros. Não foi esquecido. Em outras palavras, aqui trabalharam por ele. Depois de um profuso *lunch* com a marca da Confeitaria Castelões — especialista em empadinhas — e do discurso de retribuição — "ele não cumprira mais do que seu humilde dever de cidadão e familiar" —, o jornalista encarregado de cobrir o evento ainda ressaltava a posição sincera e correta dos manifestantes e, sobretudo, do príncipe. Ele, aliás, não era nunca atacado pelos jornais, nem pelos mais empedernidos republicanos.

Mas a tia acompanhava tudo. Não esquecia que, na cena da Abolição, o sobrinho protagonizara um papel. Nas sombras, mas um papel. A repercussão

do banquete em Paris não a deixava olvidar, tampouco, que se um pequeno grupo a festejara muito, na Corte, a maior parte das manchetes de jornais e de cartas dos leitores atribuía o fim da escravidão aos abolicionistas. Bem que ela mandara sua amiga Amandinha Loreto à sessão da Câmara, acompanhada de dois contínuos que jogaram flores sobre o recinto assim que se aprovou o projeto. A sala rompeu em palmas e aclamações à princesa. Mas igualmente fortes foram as homenagens aos chefes abolicionistas Patrocínio, Nabuco e Clapp. E ela não dividiu as glórias apenas com eles, mas, também, com o detestado Cotegipe. No desfile militar que sucedeu a aprovação da lei, o ministro se encontrava com a filha numa das sacadas da Câmara, e a tropa toda passou prestando-lhe continência comandada por um velho amigo seu, o general Enéas Galvão! E ainda tivera que ouvir, do mesmo, que redimira uma raça e perdera o trono!

Isabel tinha entendido que a Abolição em si não bastava. Era apenas um ato construtivo, um passo à frente, uma mancha desmoralizante que se tinha que apagar. E depois, as fugas em massa de negros a faziam temer que houvesse, aqui, cenas atrozes como as que foram vistas na guerra civil americana: ex-escravos matando senhores! Se achava que seu gesto a recomendaria à estima da nação, errou. Meses depois, veio a confirmação de que se enganara. Promovera um desastre, mesmo.

Os agricultores do vale do Paraíba não tinham meios para colher a safra, e os homens livres se recusavam a trabalhar no regime antigo. Das 773 fazendas entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, 726 estavam hipotecadas. Na Bahia, os canaviais queimavam, sem deixar de pé nem as cercas. O tempo passava e o café se valorizava em outros mercados. Algumas folhas insuflavam a violência, havendo até quem sugerisse o uso de dinamite contra a princesa e seu marido. Houve políticos que avisavam: sem indenização aos proprietários seria o fim da monarquia. Os únicos verdadeiramente gratos eram os africanos e seus descendentes. E era em meio a este mar de ressaca que o sobrinho botava as manguinhas de fora.

As manifestações de apoio ao jovem se multiplicavam. Isabel questionara o pai sobre *la grosse question* (a grande questão), como a descrevia. E D. Pedro teria lhe respondido que não tinha vontade de aumentar as fumaças de vaidade do neto, mas, como de hábito, contemporizou. Que Isabel tivesse bom senso. Que julgasse bem as coisas. Ou seja, sem interferir diretamente, o avô procurava aparar arestas. A verdade é que nenhum boato era mais aflitivo para o paço Isabel do que o da candidatura do príncipe.

Além da “grande questão”, outro detalhe incomodava a tia. O sobrinho queria um uniforme. Para quê? Para se aproximar das forças armadas, certamente. Se antes havia quem cobrasse o uso do uniforme pelo príncipe, como fazia o embaixador brasileiro em Londres, o barão de Penedo, que o queria em condecorações para não parecer um cisne preto nos salões da rainha Vitória, neste momento, o mesmo uniforme funcionaria como símbolo de adesão. De adesão ao que estava em curso dentro das forças armadas. Não se sabia exatamente o que era; mas cheirava a insatisfação.

Para os tios, tudo parecia indicar as manifestações de um rapaz mimado, acostumado a ter as vontades atendidas. Como detê-lo? Queriam que o rapaz se ocupasse. Conheciam os riscos: ele faria bobagens. Sempre oscilando, D. Pedro confessava à filha que não se importaria em vê-lo uniformizado nos atos oficiais. Mas ela, sim. Por que razão — devia se perguntar — uma tal demonstração, quando seu marido, sendo chefe militar, era detestado pelos oficiais? Estava claro que o uniforme do sobrinho era a chave para a entrada em um grupo ao qual, eles, tios, não tinham acesso.

Chegou setembro, e as casas elegantes se animaram com a volta do trio de imperantes. O barão de Nova Friburgo, o de Mesquita e o barão de Estrela abriam os salões. Nos do amigo do príncipe abundavam flores e obras de arte, quadros e jarrões de malaquita. Os jantares eram animados por uma numerosa orquestra. Impecáveis, os *maîtres d’hôtel* circulavam, cobrindo os visitantes de atenção. O Cassino Fluminense, cópia do *Argyll Rooms* de Londres, se via repleto. Nas galerias altas e baixas, pintadas em cores brilhantes, se agitavam os *habitués*, ou seja, os assíduos. Os encontros diplomáticos se multiplicavam no hotel dos Estrangeiros, conhecido pela excelência da adega. Os concertos no Club Beethoven e no Conservatório atraíam os amantes de música clássica. Os saraus literários prosperavam no Liceu de Artes e Ofícios. O objetivo era combater o isolamento das letras latino-americanas. Discutia-se muito.

O barulho da cidade escondia, contudo, o choro do campo. A pelo menos 100 quilômetros da Corte, os fazendeiros, desalentados, ruminavam sobre o pacto rompido. A lei promulgada não passava de um esbulho. Mesmo para aqueles que achavam que a escravidão prejudicava o país, que ela era “um cancro que roía o Império”, contar as perdas doía. Para esta gente, à qual se somavam pequenos comerciantes, professores, farmacêuticos e todos mais que tiveram escravos, o país estava à beira do precipício. Da total anarquia.

Bem dissera Estrela ao imperador, ao lhe escrever logo depois da Abolição:

faltava nas roças o que alguns fazendeiros chamavam de “proletariado à altura de compreender os seus deveres”. Faltava dinheiro para pagar as turmas de trabalhadores, enquanto ex-escravos como Domingos (*monjolo*), Gabriel (*moçambique*) e Felizarda (*benguela*) pediam emprego ao “sinhô”, para comprar comida e roupas. Alguns barões de café, como o de Guapí, saíam de cócoras do pesadelo: tudo perderam. Nas estradas que cortavam o vale do Paraíba, levas daqueles que eram considerados “*vagabundos*” tinham que optar entre migrar para São Paulo ou mendigar na Corte. Nos cafezais, o capim-gordura e os cupinzeiros se alastravam. A revoada de almas-de-gato sobre os campos vazios anunciava o ocaso das fazendas.

Quebrado o pacto entre os senhores de escravos e a família imperial, era preciso fazer novos cúmplices. O príncipe já tinha os seus. Seu partido, com o barão de Estrela à frente, existia. E como Gaston e Isabel não tinham renunciado ao páreo, também tinham que trabalhar nessa direção. Os fatos começavam a se acelerar. Em finais de setembro, o general Deodoro respondia carta do sobrinho, aluno da Escola Militar: República? Seria coisa impossível. Verdadeira desgraça! E, enquanto isso, a princesa, prometendo obediência ao pontífice, recebia a Rosa de Ouro enviada pelo papa Leão XIII.

O presente, longe de valorizá-la, a ridicularizava aos olhos dos liberais. Poucos amigos compareceram à cerimônia de entrega do vaso de prata com folhas de acanto, do qual brotavam as flores em ouro, que teve lugar na capela imperial. Poucos “cartões de privilégio”, antes disputados a tapas, responderam ao convite. As tribunas não estavam cheias. Era a reação silenciosa dos barões do café. No mesmo dia, José do Patrocínio subia ao palco do teatro Lucinda para fazer propaganda republicana.

Foi quando o príncipe partiu para Minas Gerais. Numa viagem curta, de uma semana, estava encarregado de supervisionar as obras da Estrada de Ferro Pedro II. Ele se inteirara do assunto na viagem à Europa. Era engenheiro e foi acompanhado por colegas de profissão. Apontamentos, dados estatísticos, folhetos, relatórios, cópias de contratos, tudo referente à matéria lhe tinha sido, anteriormente, mostrado. O trem era a modernidade do país. E ele pegava carona na máquina e em tudo que ela podia representar. Cruzou sobre trilhos o mar de morros de Minas e as pontes sobre rios pardacentos. Em toda parte foi recebido com “espetáculos de gala”: pequenos concertos amadores, jantares, discursos.

As cidades, antes ligadas por empoeiradas diligências, se conectavam

graças aos trilhos. As estações se sucediam: Ouro Preto, Itabira, Sabará — assim como se multiplicavam os contatos com as câmaras municipais, presidentes de província, chefes de polícia e manda-chuvas locais. A cada pouso, visitava igrejas, hospitais e orfanatos, espargia esmolas e era acolhido "por pessoas gradas e o povo". Esperto, vendia sua imagem. Agradava. Na imprensa, era tratado de "o Príncipe Democrata", enquanto o tio era o intruso e ladrão. Mas a plataforma não parava por aí. De volta à Corte, instituiu um prêmio ao melhor aluno de religião da Escola Santa Isabel, foi indicado para diretor da Academia de Belas-Artes, distribuía donativos para capelas. O príncipe era notícia.

Ele não queria deixar o palco montado por seus partidários. As cartinhas trocadas com Estrela comprovavam a vontade de ver e de ser visto: "Todos os santos me acudam! Passei o dia todo ontem em casa, como nos tempos de estudante. Invente o senhor alguma coisa para eu sair hoje da toca. Lembrei-me de ir jantar na Tijuca, no hotel Vista Alegre. Desconfio, porém, que é um absurdo." Ou, por que não, o Teatro Lucinda? Outro programa era ir ao Largo de São Francisco. Flanar. Cumprimentar e ser cumprimentado. Os *coupés* estacionavam na praça da Constituição, e um cortejo de senhoras casadas, solteiras e viúvas percorria as igrejas indo de São Francisco de Paula à Cruz ou à Lampadosa.

Bem no centro do bairro dos negócios, ficava a famosa rua do Ouvidor, que os habitantes do Rio consideravam seu *Boulevard des Italiens*. Sem calçadas ou passeios, tinha, apenas, 8 metros de largura, apresentando dos dois lados lojas recém-pintadas de cores vivas. Nelas se multiplicavam os mostruários empanturrados de mercadorias importadas ou vitrinas de joalheiros bem guarnecidas de pedras preciosas, além das casas ricas de algumas personagens importantes da colônia francesa, cabeleireiros, modistas e donos de restaurantes. Por essa garganta estreita, passava e repassava uma multidão agitada e descuidada.

Por volta das duas horas, a onda se fazia mais compacta e, em certos pontos, desocupados cavalheiros obstruíam a passagem, esperando que as damas se aproximassem para poder lhes examinar os pés finos e pequenos. Com o hotel Europa, a casa do Desmarais e o Garnier eram verdadeiras estações telegráficas de notícias. Falava-se de tudo, bem e mal. Tinha ainda os sorvetes de laranja, limão e banana, feitos pelos italianos Tortoni e Franzioni, na rua Direita, ocupada por cambistas e negociantes. Enfim, havia como se divertir.

Nos últimos dois anos em que o príncipe estivera fora, a Corte ganhara algumas atrações extras. Inaugurara-se o Teatro de Variedades Dramáticas, nos fundos do hotel Brisson, na rua da Ajuda 57. Ali se apresentavam *Os Sinos de Cornville*. O barão de Drummond fundara, em Vila Isabel, o primeiro zoológico brasileiro. O telefone já ligava a Corte a Petrópolis. O romance *O Ateneu*, com episódios de homoerotismo masculino, era lançado, lembrando os anos do Colégio Pedro II. As primeiras partidas de tênis começavam a ser disputadas em Niterói, por engenheiros das companhias inglesas que tinham vindo construir ferrovias. Os primeiros anarquistas chegavam à Corte e se instalavam nos arredores da Cidade Nova. O jornalista e escritor Machado de Assis fora condecorado Oficial da Ordem da Rosa pela tia Isabel.

A chegada, alguns anos antes, dos primeiros bondes movidos a tração animal, as famosas maxambombas, mudara os costumes da população. Vários pontos da região norte da capital ganhavam seus nomes por causa do movimento dos bondes. Na Muda, por exemplo, ficava a parada, para a troca dos animais cansados, dos que seguiam para o Alto da Boa Vista ou voltavam para o ponto de partida. Chácaras e sítios começavam a desaparecer da Tijuca e de São Cristóvão, dando lugar a ruas que transformavam as paisagens dos bairros. O meteorito achado em Bendengó, na Bahia, foi trazido para o Rio por Orville Derby, colega de pesquisas de Pedro Augusto, e instalado no Museu Nacional no Campo de Santana. Pinturas de Fachinetti começavam a enfeitar casas de viscondes e barões com seu azul e rosa. A Companhia de Força e Luz, criada no ano anterior, 1887, iluminava lojas, teatros, periódicos e escritórios. O Club Guanabarense inaugurara um rinque de patinação. Olavo Bilac publicava seu *Poesias* e o príncipe lia *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo.

Além de ler, ele circulava, recebia, argumentava. As manobras, ainda que discretas, não passavam despercebidas ao avô. D. Pedro se queixava de que o neto estava muito “palaciano”. Referia-se, entre preocupado e orgulhoso, à sua agitada vida social, que gostaria de ver substituída por trabalhos de engenharia. Acionou até André Rebouças, a quem pediu que o pusesse a trabalhar em construções. Mas o modelo plebeu, inaugurado por Philippe Egalité e copiado pelo avô, não interessava ao neto. Ele queria algo mais moderno. E moderno na política e na maneira de viver.

O final do semestre foi marcado por dois eventos. Primeiro, a festa da Penha, com romeiros de capa branca e “profetas” do fim do mundo enchendo a cidade. E, segundo, o aniversário do monarca. Na hora da recepção, o paço da cidade foi invadido por uma turba de populares, na maioria negros e mulatos.

Foi preciso a polícia mandar vestir camisa em alguns cidadãos de menos cerimônias. O príncipe Obá, que se dizia herdeiro de poderoso reino na África e voluntário da pátria condecorado na Guerra do Paraguai, foi preso por ter enfeitado sua farda de alferes com penas. A sátira política se divertia com o evento.

Em meio ao riso, o jovem príncipe sabia que tinha que correr contra o tempo, pois a crise se avizinhava. O que estava no ar não era uma reforma política, mas o fim do avô. O próprio Benjamim Constant, republicano, pedia paciência: havia o velho. Esperassem que ele morresse! César Zama, amigo do imperador e diretor da Biblioteca Nacional, concordava cheio de dedos: “No dia em que o venerando monarca que nos rege fechar os olhos, talvez não se possa firmar o terceiro império.” Mesmo o jornalista Quintino Bocayuva calculava que tudo não passava de uma equação circunscrita, apenas, à vida de D. Pedro II. Se ele morresse, o príncipe poderia ser o homem certo, na hora certa.

Enquanto corriam os comentários, o jovem se movia amparado em seus partidários e buscava apoio entre os republicanos. Tudo na mais absoluta discrição. Era preciso fazer o contrário do tio e não aborrecer o avô. Desde que voltara, o Dr. Mota Maia regulava a existência do doente. Proibira-lhe de ler os jornais, de falar de política e mesmo de receber os ministros sem autorização expressa. Ele ignorava a maior parte das polêmicas que interessavam ao povo e, portanto, os caminhos e descaminhos de seu neto.

Enquanto isto, a tensão com os tios aumentava. Ambos tinham se alinhado com o detestado médico. As informações sobre a movimentação do príncipe circulavam. As paredes tinham ouvidos. As homenagens que Pedro Augusto havia recebido na Europa ainda eram assunto nas praias da Corte. Corria que ele conquistara apoios. A repercussão das notícias, porém, tinha conseqüências. A guerra interna da família fazia com que os mais próximos parecessem desconhecidos. Para os tios, ele era um rebelde, ele fugia ao papel que lhe havia sido imposto, ele era um inimigo. Por sua vez, ele se julgava esquecido, preterido — por que não? —, traído. Os ódios tinham amadurecido. O jovem tomara horror a esta família cujo corpo se expunha e se escondia ao mesmo tempo. Família na qual as relações eram perversas e turvas, em que havia prazer em dar más notícias e os escândalos eram sufocados. Os valores sagrados da aristocracia aburguesada em que viviam, com cheiro de missa e de padre, o empurravam para a insubmissão. Para a dissociação.

Enquanto idéias e homens pareciam ferver, o embaixador da Argentina botava o dedo na ferida: “A aristocracia sem riqueza é uma instituição impotente, e as que tinham tal origem não brilhavam o suficiente para constituir uma classe privilegiada que tivesse interesse na conservação da monarquia. Constituíam a sociedade conservadora, pacífica e rica, sem as grandezas da aristocracia européia também doente pela democratização de costumes. A aristocracia assistia a um momento de transição.”

De fato, se caminhava em direção a mudanças. No país, o número de adeptos da República crescera, sobretudo, depois da Abolição. Ressentidos, muitos escravocratas que antes apoiavam a monarquia aderiram à oposição. Era uma forma de vingança. E a repercussão dos ideais republicanos, se não havia contagiado a maioria, contava com adeptos em outras províncias. Na noite de 2 de novembro, por exemplo, houve um levante no 17º Batalhão de Linha, provocado pelo chefe de Polícia de São Paulo, que logo foi demitido pelo governo, não sem a aclamação delirante do povo e da imprensa. O sentimento do republicanismo já estava tão arraigado que, por pouco, a República não foi proclamada pelos paulistas.

O Exército, por sua vez, não era mais o mesmo conjunto de tropas que vencera o Paraguai. Tudo mudara. A Escola Militar era mais um clube de discussões políticas e literatura do que um campo de exercício. Os conflitos entre civis e militares aumentavam. Os políticos tentavam desprestigiar as forças armadas. O imperador não entendia que era preciso negociar entre o interesse dos partidos e o dos militares. As asperidades entre o ministro João Alfredo e o presidente do Clube Militar, Deodoro da Fonseca, tinham ficado mais fundas em função de um episódio de indisciplina abertamente discutido na imprensa.

Euclides da Cunha, então jovem aluno da Escola Militar, escrevia seu primeiro artigo, “A Pátria e a Dinastia”, em 22 de dezembro, comentando a transferência de tropas para o Mato Grosso sob o comando de Deodoro, enviado para um mal disfarçado exílio político. A ação do governo de dispersar o Exército para enfraquecê-lo não impediria, segundo Euclides, a lei da evolução de seguir o seu curso “fatal” e “inexorável”: “Desiluda-se pois, o governo; a evolução se opera na direção do futuro” — profetizava. No dia 30 de dezembro, como que a anunciar os confrontos a vir no ano seguinte, a Guarda Negra, constituída por ex-escravos devotados à princesa Isabel, teve um dos mais sangrentos choques com os republicanos.

Numa sala da Sociedade Francesa de Ginástica, na travessa da Barreira, o republicano Silva Jardim começou a usar palavras de baixo calão para se referir à família imperial. Foi o que bastou. Os gritos de guerra encheram a rua: “Morra Silva Jardim! Morra Lopes Trovão!” Capoeiras e caceteiros batiam seus instrumentos no ar. Chamavam para a briga. “Mata, mata” era o refrão, enquanto as navalhas buscavam a pele dos republicanos. Armados de Smith and Wesson, eles revidaram. Balas contra porretes. Os revólveres eram carregados, se abria uma fresta das janelas e se atirava a esmo contra a multidão. Foi uma chacina estúpida. Os cadáveres — dizia-se à boca pequena — a polícia escondeu.

Ao final daquele ano, os fatos se aceleraram. Os distintos grupos tomavam suas posições. Entre os monarquistas, havia os que apoiavam um III Reinado com Isabel e o conde d’Eu. Eram os legitimistas. Faziam parte da chamada *cotêrie*, grupinho que a princesa distinguia, sobretudo, quando recebia em casa. Ela prestigiava apenas os mais próximos. Punha, então, os amigos do seu lado, enquanto os outros convidados, menos íntimos, ficavam a cargo do marido. Havia outra coligação, que lutava pela candidatura do príncipe. Gente que não tirava a máscara. Caminhava nas sombras. Ambos os grupos sabiam que o imperador oscilava, e que ao não tomar posição, deixava correr os dois barcos carregados de intenções.

Embalados pela consagração da Abolição e pelas festas feitas quando do retorno da família ao Brasil, os dois grupos achavam que tinham condições de se impor. “Que tudo se faça prudentemente!”— pedia o imperador. A ordem era deixar discutir. O velho mergulhara num silêncio artificial. Assim, ganhava tempo também. Estes grupos pareciam alheios às manifestações republicanas. Sobretudo o que apoiava o príncipe, pois seus membros anteviam a possibilidade de erigir um presidente-imperador, numa aliança progressista. Esta solução conviria aos que, indecisos, não queriam fazer, abruptamente, a passagem de um regime ao outro. Convinha aos que temiam as mudanças, aos que perderiam privilégios, enfim, aos que viviam no regime de favores.

Quanto aos republicanos, havia, como Quintino Bocayuva, quem tentasse contemporizar, sem que ficassem muito claras as razões. O jornalista discretamente nutria simpatias pelo projeto do príncipe. Poupava-o. Devia achar que era um meio indolor de atingir os fins do movimento republicano. Na contramão, se achavam os acólitos de Silva Jardim, radicais que negavam qualquer entendimento com a família imperial.

As razões nunca ficaram claras, mas, ao final daquele ano de 1888, certas manifestações começaram a crescer como cabelos num morto. Uma longa e silenciosa crise dava os seus primeiros sinais. E não era uma crise política. Era dentro do príncipe. Algo de errado entre seu corpo e sua alma: uma conduta anormal, diriam as pessoas próximas. Os mais chegados aos conhecimentos médicos denominavam a coisa de *lipemania*, ou seja, a predominância de uma paixão triste e depressiva. Outros, de *monomania raciocinante e afetiva*: o doente que era bom tornava-se agressivo e mau. E ele invocava o que teria sido um ponto de partida: "a morte de José, tão jovem, doce e inteligente, me abateu dolorosamente em meio às festas do retorno".

Quem era mesmo José Fernando Francisco Maria Miguel Gabriel Rafael Gonzaga? Seu irmão, nascido em Petrópolis, a pelota de carne gorda e loura que ele deixara para trás e que aos 17 anos se apagava, vítima de uma pneumonia, na Escola Militar de Wiener-Neustadt, perto de Viena. Era a morte de um herói romântico, dos muitos que se foram nesta época em que a pneumonia e a tuberculose ceifavam as asas e os sonhos de uma geração. Jovens que achavam que tudo era possível, e que ele descrevia com os mesmos adjetivos que caberiam a Leopoldina: jovem e doce.

Pedro Augusto fora, então, tomado pelo que chamou de "um acesso prolongado de aniquilação moral". A angústia diante da morte e as lembranças da mãe perdida o encerravam numa armadura de dor. Um sentimento penoso sobre a existência, as frustrações alimentadas pelos limites, um vazio em toda parte sombreavam o horizonte do príncipe. O jovem sociável que gostava de festas dava lugar ao melancólico.

Para fugir à fadiga de viver, ele se refugiava na biblioteca. Mergulhava na leitura de Schelling e Maine de Biran, dois apóstolos do *spleen*. Mais melancolia na voz do alemão: "Um véu de tristeza cobre toda a natureza. O nível mais sombrio e mais profundo da natureza humana é a melancolia." Ou a explicação do filósofo francês que lhe cabia como uma luva: "Afecções tristes, um sentimento penoso sobre a existência nos afastam de nós mesmos e nos fazem sentir necessidade de distrações ou mesmo de diversões exteriores. Mas o mal que nos atormenta cresce por conta destas distrações mesmas, e sofremos dolorosamente pelo desgosto das coisas externas ou de um mundo que nos rejeita, ou pelo descontentamento ou o vazio que encontramos dentro de nós quando somos obrigados a voltar para nossa solidão."

Vazio, solidão, a sensação de ter uma vida sem sentido, tudo lhe ameaçava.

A reação era a mentira. Ele mentia por conveniência. Mentia para enfrentar a convivência social, mentia como estratégia de sucesso, como planejamento político. Suas mentiras satisfaziam também interesses de maneira indireta. Era o caso quando inventava falsos rumores que diminuíssem, comprometessem ou execrassem pessoas que, de uma forma ou outra, o ameaçavam. E pessoas que, na maior parte das vezes, ameaçavam apenas seu bem-estar emocional.

Mentir era um recurso fácil ao qual recorria, ainda que corresse o permanente risco de ser descoberto. Rebouças, um dos freqüentadores dos salões do palácio Leopoldina, anotava em seu diário. “O príncipe Pedro Augusto conta a mim e a Joaquim Nabuco o absurdo plano dos oficiais do Exército para prendê-lo como refém.” Seguido de outra observação: “Tristíssima conversação com o príncipe engenheiro — narra-nos as intrigas para a abdicação do imperador; para casá-lo e impedir sua volta ao Brasil; e um sem-número de misérias que me reforçaram a convicção de quanto é infeliz a sorte de reis e príncipes.”

Rebouças sequer sonhava que, por trás do hábito arraigado de mentir, o jovem príncipe tinha a compulsão de fantasiar a vida para causar mobilização e perplexidade em outras pessoas. Ele não suportava a idéia de ser comum, normal, trivial. Ele se queria especial, queria ter peculiaridades completamente excepcionais e fantásticas. Essa inclinação impulsiva para a mentira refletia uma grande vontade de ser admirado, de ser digno de amor e consideração pelos demais, refletindo, por outro lado, a grande insatisfação com sua real e monótona existência. Todos esses sentimentos se tornavam mais agudos na atual circunstância, em que os fatos começavam a se encaixar em busca de um desfecho.

Chegou o Natal: o menino sobre a palha da manjedoura, a missa do galo, os presépios de Belém, as cantigas singelas. Nos arredores da Corte, inclusive São Cristóvão, as capelinhas abriam as portas; a luz dos círios, os sons do órgão e o murmúrio das vozes enchiam os templos. Nas igrejas, abundavam as toaletes novas, e os jovens aproveitavam para dizer graças, e bolir uns com os outros. Na festa do Club Guanabarense, em Botafogo, houve queima de fogos à meia-noite. Seguiam-se as trocas de *cadeaux* — os presentes comprados, de preferência, nas lojas de nome francês. Seguiu-se a Noite de Reis, com ceias lautas e menus europeus à base de ostras, maionese e gelatina.

Mas não começou bem o ano de 1889… A população se espremia entre dois males: a febre amarela e o recrutamento. O segundo era detestado. As

lembranças da Guerra do Paraguai ainda estavam no ar. Toda mãe temia que alguém viesse buscar seus filhos. Reinava na massa um vago terror. Crescia o pânico dos tempos de calamidade, como se na fronteira rondasse o monstro da guerra. Quanto à febre, uma junta de socorros públicos administrava o carregamento de enfermos e agonizantes, despachando-os para enfermarias isoladas. No ar, o cheiro era das emanações de ácido fênico. De noite, ao lado dos chafarizes sem água, ao pé das estátuas, se acendiam imensas fogueiras de alcatrão. Fervia o combustível negro, substituindo a luz das estrelas ou do gás por um ambiente de negrume e luto. A bandeira branca, à porta ou à janela das casas, anunciava o pedido de socorro: gente para levar os mortos! Cocheiros de carros fúnebres estacavam os animais e paravam os veículos para vomitar. Só se abriam as farmácias.

A passagem do ano foi marcada por acontecimentos secretos. Fervia a intriga. O pequeno exército de sombras que apoiava o príncipe se reunia. Cabalava. Enquanto isso, o *high-life* subia a serra. Os fluminenses emigravam. As escolas fechavam. As repartições do Estado se mudavam para Petrópolis. Os teatros não tinham espetáculos. A Corte ficava insípida. Os salões e saraus se calavam, substituídos pelas brumas matinais, as casinhas alemãs, os canais e ruas agrestes de Petrópolis que acolhiam os que fugiam do calor do verão e da moléstia. Nas residências e *chalets* era um sem-fim de caras conhecidas que passavam. Os cartões de visita se acumulavam nas bandejas. Nos ares salubres das montanhas, as comissões paroquiais organizavam socorros para os doentes “de baixo”. Em passeio com Rebouças, o imperador se abria. Dizia-se republicano. “Todos o sabem”, sublinhava. Temia, apenas, que as províncias se desmandassem nas mãos de governos incompetentes. Dava mostras de, mesmo sonolento, acompanhar as murmurações.

Chegou o galope infernal do carnaval. Ninguém escapava ao prestígio da festa. Meninas e mulheres atiravam pelas janelas buquês de flores aos desfiles das sociedades carnavalescas. Choviam *confettis*, cópia dos venezianos. As máscaras exibiam riqueza e elegância. A *Folhinha Laemmertz* decretava que “tinha vencido o mais amável carnaval em toda a linha”. Mas que nenhum carro alegórico — os chamados “carros de idéias” — apresentara uma versão mais cômica do que a do veraneio na serra do ministro João Alfredo, parceiro da princesa na Abolição.

Em fevereiro, depois de caírem as máscaras, o príncipe voltou à frente do palco. Lentamente, despia seu mal-estar. Não se sabe que tratamento sofreu, mas reequilibrou o delírio triste com estimulantes. Empurrado ou não pelo

barão de Estrela, lançou “um valioso trabalho que faz honra ao jovem e ilustrado príncipe e terá muito interesse para os que quiserem estudar as coisas do Brasil”, anunciavam os jornais, sempre generosos com ele. Saía do prelo da Casa Leuzinger a promessa para o futuro *Guia Mineralógico, Geológico e Mineiro do Brasil*. A paixão pelas pedras rendera. A *Gazeta de Notícias* endossava: “Sua Alteza o Sr. D. Pedro Augusto terá levantado formoso edifício científico em honra de seu nome.”

Sentia-se forte o bastante para continuar a conspirar, pois em bilhete a Estrela perguntava: “Será adequado indagar, por sua conta, o que há sobre o Paulino. Se está ou não está!” Referia-se a Paulino José Soares de Souza, ministro da Justiça, filho do poderoso visconde de Uruguai e um dos conservadores mais reacionários do partido. Paulino, que junto com Cotegipe e Andrade Figueira formava o “triângulo negro contra a Abolição”. Estaria aderindo ao grupo? Paulino era um bourbônico, como eram apelidados os mais radicais em favor da monarquia e dos donos de terras. Teria que escolher um lado. O dele ou o dela.

No mesmo mês, o redator do *Jornal do Commercio* chamava a atenção para a fraqueza do imperador. Suas mãos não tinham mais sensibilidade, e depois da primeira hora de despacho ele começava a suar tanto que os documentos ficavam molhados. Instalado em Petrópolis, empregava o tempo em exercícios leves e em fazer poemas e resolver charadas. Todo dia passava, de manhã e à tarde, na estação de trem, enquanto uma banda tocava regularmente nesses horários. Ao jornalista, parecia bizarra a imagem do mais alto dignitário do país, em traje escuro e cartola, ouvindo distraidamente os acordes desafinados dos metais.

Aquele que guiava e decidia por todos tinha se tornado uma sombra. Ainda sombra que fosse, não teria herdeiro à altura, avisava o *Jornal do Commercio* no mesmo mês. O conde d’Eu escrevia para a condessa de Barral discutindo os riscos das operações nos bastidores. Achava impossível que alguém levasse a situação a extremos, enquanto o sogro vivesse. “Eu não entendo que precauções você quer que tomemos!”, explicava para a velha raposa, “e não temos como tomar quaisquer medidas”. Também aos ouvidos cansados da Barral chegaram as notícias da disputa pelo trono. Alinhada com os d’Eu, era detestada pelos Coburgo.

Outras questões mais vieram agravar o mal-estar do início do ano. Faltava água na Corte. Sem bica na esquina e sem os generosos barris vendidos a 40

réis, o povo ardia em febre e nadava em sujeira. Os higienistas do governo se limitavam a tentar remédio quando o problema já estava instalado. A febre, dizia o povo, era resultado da seca! Diante do reclamo geral, o governo se entrincheirava. A culpa era da burocracia. A reclamação virou motim. Um engenheiro muito moço, Paulo de Frontin, amigo do príncipe, disse que resolvia a questão em seis dias. E resolveu. Foi buscar água na serra do Comércio e, quando se abriram as comportas da represa do Barrelão, a cidade exultou!

Em março, cansado de ser tratado como um bode expiatório, Gaston partiu para São Paulo em viagem oficial. Levava médicos e remédios para combater a epidemia de febre amarela que também atacava a província. Saiu de Petrópolis, via Santos e Campinas, "havendo na estação despedidas chorosas com a princesa imperial e os filhos", contou Taunay. E acrescentando com uma ponta de fel: "saiu do egoísmo" e da boa vida de Petrópolis. Sim, porque, enquanto os condes d'Eu animavam quermesses no refresco da serra, o Rio de Janeiro, Santos e Campinas queimavam com a doença.

Mais uma vez, Gaston ia em missão de propaganda. Jornais rangiam os dentes: havia contra o consorte, segundo um deles, um verdadeiro ciclone popular. "Essa sondagem de popularidade foi um desastre." A figura do conde d'Eu anulava a da princesa. Ou "esta preeminência da casa estrangeira sobre a dinastia nacional colocará o príncipe consorte numa situação ilegítima, abusiva, malquistadora, obrigada do regime de intrigas, da corrupção e da força. Em resultado, o desdém e a impopularidade se repartirão entre a princesa anulada e o príncipe invasor", acusava o *Diário de Notícias*.

Quanto a Pedro Augusto, cada vez que tinha que recuar ou sair de cena, aparecia com um mal-estar. Nada muito diferente da adolescência. Estrela continuava sendo seu guia: "Estou um pouco incomodado com dor de cabeça, se puder e quiser aturar-me apareça cá às quatro. Se valer à pena, irei logo às oito e meia e neste caso se quiser." A dependência ficava evidente, nas questões políticas e nas sociais. No fundo, o barão de Estrela funcionava como verdadeiro terapeuta. Deprimido, era difícil para o príncipe lhe dizer não. A melancolia o enfraquecia. Pior era agüentar a família no palácio de Petrópolis. Estavam todos lá, os tios em casa próxima. A privacidade, longe de trazer segurança, era o espaço da agressividade contida. Da violência sufocada. Obrigado pela etiqueta a esconder os problemas, barganhava com seus humores. Ora saía com o avô, Taunay e Rebouças e até freqüentava o baile do hotel Bragança, ora se encerrava no quarto com as cortinas fechadas.

No início do mês de abril os sintomas voltaram.

> Dia 25, à noitinha, tendo ido visitar o príncipe D. Pedro Augusto tive o aborrecimento de ser recebido à porta por um criado, que me deu o mesmo recado de anteontem, o que considero mero pretexto, dando-me por ofendido. Há de ouvir boas verdades o menino! Com o Rebouças estive comentando a regra, o caso […] Soubemos pelo conde de Maia Monteiro que o príncipe já estava de pé, mas nervoso. Tudo isto é muito singular, acreditando o Rebouças que provém da intimidação de…

Taunay deixa em branco o espaço da anotação em seu diário, como se a intimidação fosse obra de Estrela, complementando — "…de não nos receber mais, o que parece bem plausível". Dia 27: "Continua o misterioso retraimento do príncipe Pedro Augusto que temos procurado explicar, mas a respeito do qual estou oscilante; se obediência a qualquer ordem, se ato da própria iniciativa por causa de nossas idéias adiantadas." Dois dias depois: "Às três e meia indo visitar a baronesa de Estrela, encontrei lá o príncipe, com o qual tive explicação quase violenta a respeito do que se passara dias antes, achando recado que, por doente do ouvido, não podia receber-nos. No meio da discussão a baronesa disse-me 'Também o Sr. agora não se mostra delicado'."

Misterioso retraimento, obediência ao mentor, idéias adiantadas — se a agenda política era evidente, a conduta do príncipe ainda era um enigma para muita gente. E, num comportamento típico alimentado pelos mesmos sintomas de insegurança, ele buscava razões para queixas. Mentia novamente para atrair atenções ou para ser visto como vítima. Agora criticava a desordem da mordomia da Casa Imperial, que lhe continha os gastos. Depois, o isolamento. Chorava por não ter uma esposa, uma companheira, um casamento. Enfim, sem a visão de um III Reinado, o mundo era um tédio.

O imperador não lia mais os jornais, cada vez mais esquecido das coisas e alheio a assuntos políticos, testemunhava Taunay. Sorte dele, pois, enquanto isto, a imprensa prosseguia seu trabalho de demolição. Como quase ninguém tomava a defesa da família imperial, era fácil atacá-los. E era fácil atacá-los, pois, sem fazer barulho, estavam se comendo entre si. Em fins de abril, saiu na *Gazeta de Notícias* um artigo intitulado "O Novo Reinado: Enxerto dos Orléans na Dinastia Brasileira", arremetendo, principalmente, contra o conde d'Eu. O texto era impiedoso. Dizia que o imperador estava incapaz, já não governava e

que, secretamente, o III Reinado havia começado.

Mais agressivo, o articulista duvidava da capacidade de reinar da princesa Isabel, referindo-se a ela como “intolerante em matéria religiosa, cheia de crendices e abusões — mais do que uma mulher do povo — como uma africana fetichista, supersticiosa, mais do que isso carola…”. Quanto ao conde, ele exercia as difíceis funções de príncipe consorte, “emprego conspícuo e lucrativo, sobretudo lucrativo, mas árduo para um d’Orléans”. O artigo acrescentava: “Até bem pouco, era a casa ducal de Saxe-Coburgo, a fornecedora geral dessa espécie de príncipes destinados a servirem de *viri reginarum* [varões régios] das diferentes dinastias reinantes da Europa, mas ultimamente os d’Orléans fazem triunfante concorrência com os seus primos de Gotha.”

E tome de atividades que tanto desagradavam, como explorar a indústria dos cortiços, se envolver na exploração de minas, sem pagar aos seus funcionários, e organizar em nome de terceiros companhias subvencionadas pelo Estado, sendo alvo de inúmeros processos por aqueles por ele prejudicados. As críticas não paravam por aí. Havia, ainda, o temor em relação ao futuro do país, sobretudo no que dizia respeito às relações exteriores. Segundo o jornalista, os argentinos desconfiavam do príncipe consorte e já se manifestavam na imprensa apreensivos com uma futura guerra. As “veleidades guerreiras” do conde d’Eu podem forçá-lo a empreender um conflito armado com os platinos para tornar-se popular no Brasil.

Mesmo os que cercavam de perto o casal tinham resistência à figura de Gaston. Taunay, por exemplo: “Dia 28: faz anos o conde d’Eu […] nenhuma saudade daquele tempo e do período da Campanha da Cordilheira tristemente terminada para mim, após longos meses de decepções, aborrecimentos e verdadeiros conflitos com o príncipe.”

Chegou maio, pintando de rosa os finais de tarde vistos da igreja da Glória. Era tempo de um dos mais importantes momentos no ritual da monarquia: a fala do trono. Este era o discurso do imperador, na abertura e no encerramento dos trabalhos da Assembléia, e, também, a única ocasião em que era visto portando a coroa, o cetro com o dragão de asas espalmadas e boca aberta, e o famoso manto de papos de tucano, enrolado no pescoço. O espetáculo foi melancólico.

De desbotadas carruagens se arrastavam velhos camaristas acompanhando o também velho monarca. Havia pouca gente na platéia, mostrando que o entusiasmo do ano anterior tinha ficado para trás. Só as tribunas e galerias

abrigavam os políticos. O imperador, fraco e com as pernas bambas, leu a extensa fala do trono menos mal do que se esperava. Seu rosto, porém, era doentio. O visconde de Taunay registraria em seu diário que o texto era de inspiração fradesca. Cheirava a Igreja, a incenso, enfim, à filha. Um aceno para o que seria o III Reinado dela. Enfim, uma opção desastrosa para o momento que atravessavam. Na sua mensagem, o velho se afastava de tudo o que o país pedia e reclamava. Nostálgico, avançava, recuando.

D. Pedro não tinha perdido totalmente a sensibilidade. Reagiu à frieza da platéia, perguntando a Taunay: “Não gostou da fala do trono? Foi o melhor que pude fazer.” O visconde lhe respondeu, francamente, que não. Não dera indicação de nenhuma novidade. Não falara do casamento civil, nem da liberdade de cultos. Era o império na sua pior forma. “Ora”, replicou Sua Majestade, armado de seu velho chavão, “é preciso ir devagar. Sou oportunista. Sobre o casamento civil, já fizemos alguma coisa.” Enfim, a união civil ainda era vista pelo clero ultramontano como torpe e vil concubinato. Sem reagir, ele parecia concordar com este estado de coisas. Aderia, portanto, às beatices da princesa.

O imperador ainda ponderou, lembrando a importância da Abolição que teria minorado seus sofrimentos na doença. Mas lembrou-se, rapidamente, que o desgosto e a indignação da lavoura cresciam no país. Se estivesse aqui, as coisas se passariam diferentemente, confessou, se referindo às indenizações. A solução fora precipitada. Não se precisava ter ido tão longe de uma vez.

D. Pedro parecia lamentar o gesto da filha e esquecer as pressões que o sucesso do neto na Europa criara por aqui. E insistia em tapar o sol com a peneira: “A fala do trono está excelente.” Aos olhos de Taunay, contudo, parecia frouxo, retrógrado. A conversa o entristecia. Em meio à tempestade que se armava, nenhum sinal de força. Era a mão do destino atuando, e apenas ela. O velho parecia ter escolhido o alto do muro, de onde assistia, melancólico, o embate entre seus herdeiros, vendo afundar o império. Quanto aos festejos de aniversário da Lei Áurea, o príncipe, alegando ter recebido ameaças de morte, preferiu manter-se a distância da capital. Esperto! Ouvia o ranger de dentes dos proprietários. Jogava o jogo dos descontentes com a princesa.

Com a abertura das Câmaras, uma nova renúncia de ministério se preparava. João Alfredo, depois de ter apoiado a Abolição e ter enviado Deodoro para o disfarçado degredo, queria largar o governo. Não tinha maioria no Parlamento e os conservadores, membros do seu próprio partido, não

podiam ouvir falar dele. Tentou-se de tudo para manter os conservadores no poder, mas os nomes cogitados ou não aceitaram ou não conseguiram composições que lhes garantissem a maioria.

Ao clima de vazio político se somava outro: o de conspiração dentro da família imperial. Na correspondência do conde de Nioac ficava claro, por exemplo, que circulava nos ministérios o rumor sobre "intrigas de um grupo rival". Grupo que tinha na imperatriz Teresa Cristina um porta-voz, um fantoche ou uma espécie de "eco". Ela deixava gotejar, venenosamente, suas opiniões sobre a sucessão. Apesar da linguagem cifrada, ficava evidente a movimentação do partido "pedrista", como já era chamado o grupo de acólitos do jovem príncipe. Desde a última viagem, e da briga com Mota Maia, ele tinha a proteção da avó. Pois, agora, ela contava mais do que nunca.

Ao mesmo tempo em que alguns escalões e os familiares se preocupavam com a sucessão do imperador, o monarca tinha que preencher a lacuna que se instalara no poder. Recorreu, então, ao senador pela Bahia, José Antônio Saraiva. Adoentado, também, ele subiu a serra para conversar. Encontrou D. Pedro deitado numa *chaise longue* e enrolado em cobertas. O senador foi claro com o monarca. A República estava em andamento. Mesmo os bourbônicos como Paulino apoiavam a mudança. A única saída era um programa democrático, baseado na federação das províncias. E não só. Era preciso, também, abdicar da coroa, colocando-a nas mãos do Parlamento. "E o reinado de minha filha?" Resposta curta e grossa: "O reinado de sua filha não é deste mundo." Ela não era estimada por seu clericalismo, e o príncipe consorte era malquisto. Os rumores da conversa rapidamente vazaram, e ao voltar a Petrópolis, no dia seguinte, Saraiva cruzou com a princesa. Ela não se fez de rogada. Pela secura de seu cumprimento deu-lhe a entender que soubera da conversa com o pai. Foi o sinal de que Saraiva precisava para cair fora. E caiu. Para todos os protagonistas da disputa, os dados estavam lançados.

Enquanto isto, a imprensa seguia atacando Gaston com golpes de marreta. "Subalterno Soberano" era a manchete do *Diário de Notícias*. A incomparável degradação da autoridade ministerial possibilitara a Gaston criar em seu proveito um "tronosito detrás do reposteiro. Pondo-se fora da disciplina, invertendo as leis da hierarquia militar e civil nas suas relações de interdependência, subjugou o governo; de servidor do Ministério da Guerra investiu-se em proprietário inamovível dessa pasta. Promoveu-se, enfim, de subalterno a soberano… Por toda parte se sentem hoje no governo do Estado os tentáculos poderosos do príncipe consorte". Mesmo com exageros, o que se

percebia é que os d’Eu não iam abandonar o trono de mão beijada. Havia uma dupla tensão: contra os republicanos — o que quer que significasse republicano naquela altura — e contra o jovem príncipe, cujas pretensões já eram públicas.

Embora oscilando entre o exibicionismo em reuniões e o enclausuramento no palácio Leopoldina, ele também não jogara a toalha. Dava mostras de ter melhorado: “O médico resolveu que eu posso passar o tempo do acesso fora de casa e na sua.” “Vou aos doutores de casaco.” Mas ele também entrara no radar da imprensa. Alguns dias depois, foi publicado no mesmo jornal outro artigo, desta vez apontando a figura do neto. Sob o título “Propaganda Republicana: Pretendente ou Pretensioso”, tratava, exclusivamente, da proposta de se colocar no trono o príncipe D. Pedro Augusto. E deixava claro que seria uma manobra dos republicanos e seus simpatizantes. O momento não podia ser mais delicado. Jogava-se, agora, abertamente, um ramo da família contra o outro:

“Era na predileção pelo neto, atribuída ao velho monarca, e na existência, por alguns incontestável, de um grupo conspirador em palácio, que os raros pedristas baseavam seus fracos e mal definidos desejos.” Seria — dizia o articulista — uma parvoíce mudar a ordem natural da sucessão, fazer uma revolução, somente para mudar de senhor. E talvez para pior, porque ninguém podia imaginar “até onde nos levaria a metalurgia do jovem príncipe”. Segundo o jornal, seria melhor para o Brasil seguir o exemplo de todos os outros países da América que eram repúblicas, e iam bem das pernas. E prosseguia:

> Mas o caso é que o príncipe parece ter tomado a sério a lembrança, e começou a dar-se ares de quem espera de algum golpe futuro sentar-se no trono do avô, tomar-lhe o título de doutor por Louvain e observar a passagem de Vênus, o belo planeta, e a deusa da beleza. De feito, serviu-lhe, a fins claros ou ocultos, conscientes ou inconscientes, a dedicação de enfermeiro na moléstia do seu ascendente; concebeu, ou deixou que por ele concebessem, a idéia — felizmente gorada — de apresentar-se candidato a deputado; e chegado ao Rio de Janeiro organizou uma pequena corte.

Não o queriam, tampouco. Alguém, pela primeira vez, tivera a coragem de escrever sobre o assunto. Mas, contrariamente ao que acontecia aos tios, não havia ataques ao seu caráter ou à sua moral: “Comparados os seus modos com a brutalidade do conde d’Eu, e com o estouvamento do príncipe D. Augusto, não é de todo má pessoa.” Mas que, a não ser por ser neto do imperador, ele nunca

deu provas de que pudesse governar, pois “nem inspetor de quarteirão foi ainda, nenhuma linha sobre política viu-se dele escrita, que denotasse ao menos conhecer o que há de ruim neste chinês império dos seus ascendentes mandarins. O que se sabe do príncipe D. Pedro é que — línguas venenosas o espalhavam, e se o repete sem malícia — teve na Europa uns casamentos malogrados e compilou umas memórias sobre minerais, ou cousa que o valha”.

Não faltavam comparações inspiradas em imagens de Júlio Verne, e vazavam seus pequenos problemas: “Reparem bem que se o rapaz mete-se pelos buracos, ainda tão verde, a desencavar minérios, é capaz de atravessar o centro da terra e sair do outro lado, subindo aos espaços em verdadeiro êxtase astronômico, e perder-se como os parentes pelo mundo da lua!”

Para o autor, o príncipe deveria seguir o conselho que lhe foi dado pelo seu irmão D. Augusto: “Conta-se em verdade que, se referindo ao governo do Brasil, o despreocupado marinheiro dissera ao grave metalúrgico: — Isto não chega para o surdo, nem para o maneta, e muito menos para ti. (O surdo é… adivinhem… — o conde d’Eu —, o maneta é o filho do surdo.)” O príncipe Pedro Augusto não se contentava:

> Este tem aspirações mais altas e cada vez mais toma os ares do avô. O mesmo olhar nulo, azul… puah! Olhar azul em monarca brasileiro […] a mesma flacidez de carnes, o mesmo desenvolvimento de tecidos, os mesmos tons de sábio, quase a mesma astronomia até! Tem sido visto, em certas ocasiões, bastante atarantado. Ou é a existência dos republicanos que o perturba, ou o rapaz já começa a ver estrelas, não ao meio-dia, mas na manhã da vida. Cuidado! Fiem-se na virgem, e não corram! Olhe que a raça é má, e de bananeira nunca saiu laranjeira.

Começava a ficar evidente que não havia ninguém diretamente interessado na manutenção do sistema. Apenas os dois partidos ditos monárquicos defendiam seus interesses pessoais e intransferíveis. Toleravam o regime que os tolerava. Também entre republicanos, nem tudo corria sobre carretéis. No início de maio, Silva Jardim reagia, num manifesto emocionado, à indicação de Quintino Bocayuva para chefe nacional republicano. O texto tinha o título sugestivo de “A Conspiração!” Mas por trás das acusações de falta de apoio por parte dos membros da bancada, o jornalista tinha uma única intenção: denunciar a preocupação de Quintino com a sucessão de um membro da família Orléans

ao trono. Um republicano estava dando a mão a um membro da família imperial! Este era o nó do problema, pois deixava à mostra a ligação dos republicanos com os liberais e, em última instância, com o príncipe.

Silva Jardim chamava a este processo de "evolução gradual, ativa e incessante do Sr. Bocayuva". No seu entender, "Bocayuva não perdia um passo do Sr. D. Pedro Augusto", só escrevia coisas neutras, dava conselhos à Coroa, tentava paralisar, conscientemente ou não, a agitação republicana, e estreitava suas ligações com os liberais, tornados republicanos de um dia para o outro. Pavimentava, alargava, facilitava a passagem do membro de um grupo ao outro. Afinal, não partira dos liberais a candidatura do príncipe? E disparava acusações: "A monarquia corrompe, também." E porque corrompia, Quintino havia de entregar os republicanos:

"Aí fica a razão do meu manifesto; é que o liberalismo monárquico — quer o do Sr. senador Souza Dantas, quer o do Sr. senador Antonio Prado — nos está absorvendo. Eis por que tenho acusado o Sr. Quintino Bocayuva: porque ele não tem força alguma para tirar o partido republicano deste perigo, deixando que a República seja a monarquia sem imperador."

Enquanto os eventos seguiam seu curso, duas correntes caminhavam paralelas. Os pedristas olhavam para o trono como se este estivesse sustentado por forças invencíveis. Aparentemente alheios aos movimentos dentro do Exército, imaginavam uma composição com os republicanos liderados por Quintino. Esta era, pelo menos, a agenda do barão de Estrela para o príncipe, que ganhara adeptos até entre radicais. Uma agenda de transição que aproveitava os ataques ao casal d'Eu para ganhar espaço e simpatias. Já o grupo republicano se fortalecia, engrossado pelos chamados "republicanos do Treze de maio", ou seja, os monarquistas arrependidos: antimonarquistas por vingança. Eles passaram a ser os paladinos da liberdade. E essa força era estimulada até pelas mulheres — mães e filhas que nunca trabalharam antes do advento da Abolição.

Distúrbios e arruaças públicas serviam para animar a idéia de que o regime monárquico chegara ao fim. Graves conflitos com feridos e facadas ensangüentaram as ruas quando os republicanos passaram fogosos pelo cruzamento de Ouvidor com Uruguaiana. A conversa nos cafés era de desafio entre um grupo e outro. Os estudantes, em especial os da Escola Politécnica, discutiam com franqueza os temas republicanos.

Em meio ao agito, o príncipe voltava a ser notícia. Em junho, saiu um artigo

sobre outra publicação: “Interrompendo a série alfabética de espécies minerais, deu-nos agora […] uma excelente monografia do Quartz considerado simplesmente como indivíduo da grande família mineralógica do Brasil.” Os elogios não tinham fim: “sem exageração uma das cousas melhores que temos lido em matéria científica no Brasil”.

Estratagema de Estrela? Não se sabe, mas a verdade é que, ao mesmo tempo em que se projetava como pesquisador, o príncipe já se encontrava sob cuidados quando tinha “acessos”. Na imprensa, contudo, a figura do cientista — o médico — se sobrepunha à do doente — o monstro! Não se publicaram mais ataques contra ele. Tudo parecia lhe dar uma chance na corrida que disputava com a tia. Nesta mesma época, Isabel, aliás, queixava-se em cartas, ao marido e ao pai, do comportamento do sobrinho. Ela sabia que ele não poupava esforços para substituí-la.

Naquele mesmo mês de junho, Ouro Preto assumia a responsabilidade da presidência do Conselho de Ministros. Sua agenda correspondia à necessidade de reformas radicais. Do jeito que estava, o regime não se agüentaria. Ao jovem político cabia dar oxigênio para o império doente. O desafio era imenso. E como começar? Diziam alguns que o melhor seria controlar a indisciplina do Exército. Outros, que era preciso, dentro do liberalismo moderno, reerguer os alicerces do regime.

Dentre os vários convites que fez para preencher ministérios, um foi para Franklin Dória, o barão de Loreto, grande amigo da princesa Isabel. Ponto da oposição ao príncipe! Nas pastas militares, convidou gente das Forças Armadas. Más línguas disseram que esta tinha sido uma sugestão do conde d’Eu. Alguns liam nestas decisões um discreto alinhamento com os legitimistas. Ouro Preto, por seu lado, queria, apenas, que seus atos não fossem mal interpretados pelo grupo que cercava Deodoro. Aceitaram os cargos Maracaju e Ladário. Em plena força da juventude, Ouro Preto achava que podia correr todos os riscos e que a vitória seria certa.

Foi esta certeza que o levou aos jornais para contestar os propalados malefícios ocasionados pela Abolição. Apesar de o presidente dos ministros dizer que não tinha relações com Gaston e Isabel, a defesa do assunto tinha a ver com pressões do grupo favorável à princesa. Afinal — acudia Ouro Preto —, as linhas de trem cresciam e o café por elas transportado também. A resposta veio rápida.

Segundo o *Rio News*, folha dos comerciantes estrangeiros no Brasil,

nenhuma saca de café fora embarcada desde meados de junho. A recuperação era difícil de estimar: “Receamos que suas conseqüências não sejam bem conhecidas até agora”, afirmava o editorialista, que lembrava, também, que milhares de cafeicultores tinham se endividado junto ao Banco do Brasil, colocando em funcionamento uma roda de falências que ninguém conseguia deter. Outros passos foram dados na direção errada. A febre bancária se somava ao arriscado caminho da política financeira, com pedidos à Câmara de créditos suplementares para cobrir o déficit relativo ao exercício anterior. Desequilibrado, o orçamento do Império fez um empréstimo à Casa Rothschild de 20 milhões de libras esterlinas.

Um dia depois da posse de Ouro Preto, o conde d’Eu embarcava no navio *Alagoas* para uma viagem política ao Nordeste. Silva Jardim teve um gesto ousado. Reservou passagem e se comprometeu em cobrir cada passo do itinerário de Gaston. Onde o príncipe parasse para falar e receber homenagens, ele também excitaria os ânimos e os sentimentos republicanos. Embarcou no mesmo navio com o intuito de promover a propaganda republicana, recebendo por toda parte os aplausos que o povo negava ao príncipe. Na *Revista Ilustrada*, o lápis ágil do caricaturista representava os dois percorrendo o país num velocípede. O conde com uma coroa sobre a cartola, e o jornalista com um barrete frígio — capucho símbolo da Revolução Francesa — sobre o chapéu.

Zeloso do destino de sua mulher, e do seu próprio, Gaston tentava fazer alianças, mas, na maior parte das vezes, foi recebido com duchas frias. Contava, apenas, com a presença de comissões organizadas de última hora. Eram as chamadas “recepções ao genro imperial”. Talvez o isolamento, talvez a sensação de missão mal cumprida, tudo resultou num escorregão, em Recife, que o deixou em maus lençóis. Lá, fez um “discurso republicano” que caiu como uma bomba nos meios políticos. “Se a nação tiver um dia interesse em depor a dinastia e proclamar a república, aquela pôr-se-á de acordo com a maioria da nação.” Um escândalo esta afirmação de que o sogro apoiaria a república. A resposta não tardou.

Republicanos mais ferozes, como Aristides Lobo, não mediram palavras, tanto mais porque Gaston lhes tirava o osso da boca: “Sua Alteza dispõe das instituições como se fosse coisa sua.” E ainda: “Para ele, sua permanência é questão de uma mina que se explora, da indústria que se mantém ou repudia, conforme a tabela dos lucros, o cálculo das vantagens que se possam auferir ou das perdas que se queiram prover.” E para terminar: “Quando a nação resolver despedir a ninhada de roedores, preterindo as fórmulas fraudadas dos aparelhos

políticos, quem poderá ditar-lhes condições […] Raça de farsantes conhecidos, como pretendeis iludir a nação!!”

Na Corte, Rui Barbosa, à frente do *Diário de Notícias*, também não perdeu tempo:

> Mas o que não se podia esperar é que Sua Alteza mesmo viesse a fazer a confissão pública da soberania que assumira por suas mãos na casa reinante […] Ninguém cogitava, porém, nessa proclamação de autoridade cesárea que, segundo os telegramas de Recife, acaba de celebrar o conde d’Eu, pondo simbolicamente na cabeça a coroa do imperador. […] Sua Alteza é um leviano, que não possui sequer o sentimento do melindre de sua situação numa casa reinante a que acessoriamente pertence.

A renúncia, rugia Rui Barbosa, era uma decisão exclusiva do imperador e não do seu genro. Este era um inconsciente ou usurpador. E a patada final: “A situação anômala da família reinante acaba, pois, de trair-se inequívoca, formal e pomposamente. Salvas ao príncipe imperador.” A ironia agressiva de Rui expunha o que já se sabia. A tal situação anômala era a corrida ao trono e à coroa, disputada dentro da família. Quem se sentaria primeiro? Simpatias pelo conde d’Eu? Nenhuma. O jovem príncipe, pelo menos, não estava sob a metralha da imprensa. O tio, aliás, se tornou o alvo preferido quer de republicanos quer de “*pedristas*”, preocupando seriamente o imperador. Afinal, se perguntava o velho, como colocar Isabel no trono com um marido tão abominado?

Chegou julho: a rua do Ouvidor foi enfeitada para receber o maestro e compositor Carlos Gomes, recém-vindo da Itália. Políticos por ofício, por devoção e curiosos debatiam os destinos da nação. Denunciava-se à boca pequena localidades onde, durante as eleições, as urnas recebiam cédulas falsas ou eram quebradas. Comentava-se sobre os que recebiam cacetadas e navalhadas por apoiarem tal e qual partido. Apontavam-se, com críticas, os parasitas do atual ministério. O império distribuía centenas de títulos de nobreza. Era a “nobreza feita à mão”, para escorar o regime decadente. “Estamos todos marqueses”, gozava Rui Barbosa, explicando que se tratava de uma “aristocracia castrada para formar sopranos de uma corte senil”.

Na sociedade, predominava o mercado da sensualidade, do egoísmo, o jogo, a loteria, a intriga, a especulação. Por isso, “o ministério está decidido a tomar

medidas para elevar a moral e condição religiosa do país". Fala-se em maior número de bispos e maior instrução religiosa. As iniciativas cheiravam à influência de Isabel. Muitos criticavam os arranjos e intrigas de camarilhas. Outros murmuravam sobre a amizade de alguns ministros com o detestado Gaston.

O inverno foi marcado, contudo, por um fato que teria despertado o cuidado dos mais avisados. Ou o medo dos supersticiosos. Ninguém estava atento aos sinais dos deuses. No Teatro Sant'Anna se representava a conhecida peça de Molière, a "Escola dos Maridos", numa tradução de Artur Azevedo. Nos intervalos do espetáculo, a sala emudecia para ouvir uma menina violinista, Giulietta Dionesi. Interessado na qualidade da instrumentista e na da tradução feita pelo escritor, o imperador aproveitou para ir ao teatro. A casa estava repleta: os camarotes ocupados pela melhor sociedade. No da família imperial, os avós, a tia e o príncipe. Apesar das temperaturas mais baixas, nesta época do ano, dentro das salas fazia calor. Todos circulavam em busca de ar. Alguns iam à parte externa à procura de refrescos, de conversa ou de um encontro.

Terminado o espetáculo, o povo que enchia o teatro encaminhou-se para as saídas.

> A família imperial dirigiu-se para a porta, indo na frente a Sra. princesa imperial, seguida do imperador, que dava o braço à Sua Majestade a imperatriz, e do Sr. príncipe D. Pedro. O povo, encostado para os lados, abria caminho, em silêncio. Ao chegarem ao vestíbulo do teatro, de um pequeno grupo de pessoas de baixa classe partiu um grito: "Viva o Partido Republicano." O imperador parou imediatamente. Começou então uma confusão extraordinária. Grande número de pessoas prorrompeu em vivas ao imperador, acercando-se dele. As senhoras, tomadas de pânico, precipitavam-se para o interior do teatro, de onde refluíam, empurradas pela onda dos que saíam. O tumulto generalizara-se: tanto na rua do Espírito Santo, como no largo do Rocio, nas cercanias do teatro, vivas desencontrados se ouviram. Finalmente, pôde S. M. tomar o carro, seguindo acompanhado do piquete que o guardava de espadas desembainhadas. Ao passar, porém, pela frente da Maison Moderne, foram disparados três tiros de revólver na direção do carro que o conduzia. Asseguram-nos que um desses tiros quase alcançou o Sr. D. Pedro Augusto,

cravou a imprensa, colocando o príncipe como vítima.

Susto. Confusão. Podia ser pior, diziam muitos. No tumulto, o criminoso fugiu. Aproveitou-se do barulho, se ocultando no meio da multidão que estava no local. O piquete de cavalaria, que guardava a carruagem imperial, marchou em disparada, acompanhando-a pela rua da Carioca, pois o cocheiro fustigara os animais para sair do local. Barulho de dezenas de patas, as rodas do veículo rangendo nos pinos, gritos vindos de dentro da caçamba se juntaram à correria de transeuntes no meio da noite.

Um agente da polícia capturou o espanhol Ramon Gonçalves Fernandes, sobre quem caíam as suspeitas da autoria do crime. Em seu poder não foi encontrada arma alguma, nem foram suficientes as provas contra ele, pelo que foi posto em liberdade.

> Quando procediam as autoridades às primeiras diligências chegou ao seu conhecimento que era conhecido o autor do atentado, que havia sido visto pelo Sr. Antônio José Nogueira, empregado da Maison Moderne. Por essas indicações, das 2 para as 3 horas da madrugada, o delegado de polícia, Dr. Bernardino Ferreira da Silva, conseguiu prender, em um bonde da Companhia de Botafogo, na rua Gonçalves Dias, Adriano Augusto do Valle — um português desempregado —, que fora acusado de ter disparado os tiros de revólver.

O governo não só procurou capitalizar ao máximo o incidente, como quis transformar o arruaceiro em republicano. Adriano era só um bêbado. Dera um viva e um tiro para o ar, da porta do bar onde bebia absinto. “Nós os republicanos nada temos com essas arruaças, que devem ser levadas somente à conta da polícia disfarçada e da guarda criada para garantia do trono”, retorquia a *Folha Republicana*. “Revolucionários, sim! Assassinos, nunca!”

O episódio abrira uma crise emocional. Todos tinham pena da família imperial. A opinião pública comovida fazia rezar missas, enviava telegramas, promovia manifestações de apreço. “Deplorável ocorrência”, “repugnância por tal crime”, “dolorosa impressão”, “brandura do coração brasileiro”, enfim, as manchetes se multiplicavam. Por trás do movimento de solidariedade com a monarquia havia outro, em garra de ferro: o da repressão à propaganda republicana. Doravante, quem desse vivas à república ou ao Partido Republicano, morras à monarquia ou proferisse frases sediciosas seria punido.

Ficavam dissolvidos os ajuntamentos e reuniões em lugares públicos e tudo que cheirasse a ameaça à ordem. Reações choveram: foi tudo preparado! Uma comédia repugnante! Ligar o atentado de Adriano às manifestações republicanas era um erro! O governo, ainda tentando capitalizar o incidente, promoveu no teatro Pedro II um espetáculo em homenagem ao imperador. O evento se encerrava com a ópera *Rigolleto*, ironicamente, de conteúdo republicano. Ainda assim, a ovação de "Viva Sua Majestade!" foi forte.

Como viveu a família imperial estes dias, portas adentro? Pouco se sabe. Comentava-se o sangue-frio de todos os membros. Indiferentes, imperturbáveis, impassíveis frente à paixão dos fatos. Pareciam se manter a distância enquanto o ruído do mundo deveria ensurdecê-los. Teriam percebido que tinham desafetos? D. Pedro embarafustou-se em Petrópolis. Isabel tinha a sua fé religiosa à qual se apegar. Pedro Augusto entendeu os riscos do poder. O governo mudo, a imprensa silenciosa, o povo apático. Os fados favoreciam a caminhada republicana. Esta era a direção a seguir.

A neutralidade do imperador era a metáfora da indiferença mais total. Um dia antes do atentado, ao reagir contra a ação da Guarda Negra que caíra de pau sobre os republicanos que cantavam a Marselhesa, hino da república francesa, Rui Barbosa prenunciara: "Mudam-se os partidos no poder, mas a monarquia não muda nas suas tradições. A sua senilidade já cheira a decomposição cadavérica." Para muitos, o monarca já estava morto. Morto simbolicamente. Morto por não reagir. Morto porque preferira ajudar a família do terrorista e agradecer a Deus por ser ele um português, não um brasileiro.

Apesar do aparente sangue-frio, o atentado e suas conseqüências traziam para dentro da família um sentimento de insegurança. Não fazia muito tempo, um sopro de ódio varrera as monarquias européias, lembrando aos soberanos que eles não seriam eternos. Em 1851, um atentado contra Napoleão III fez oito mortos e 150 feridos. Em 1877, houve dois contra Guilherme I da Prússia. Em 1881, foi a vez do tsar Alexandre II: ele fizera reformas liberais, escapara a pistoleiros e tiroteios, mas não às bombas que o mataram. Por que tais atitudes não chegariam às praias do Brasil?

É difícil acreditar que o ato não tenha impressionado o príncipe. Ele, que divagava sobre tentativas de envenenamento, que sonhava com raptos e seqüestros, que gostava de se imaginar em risco para avaliar o quanto era desejado, pois ele assistiria ao retorno permanente de imagens de morte. Crescia a sua ansiedade. Amava o avô, mas sabia que só seu fim abriria as

portas para que ele, jovem príncipe democrata, o sucedesse. Odiava os tios, cujo desaparecimento desejava. Suas fantasias colocavam em cena seus próprios desejos de morte.

Em agosto, o escultor Bernardelli começou a fazer-lhe um busto. Um pequeno César, pronto a reinar. Pedro Augusto alimentava suas atividades sociais. Os cartões eram entregues por um lacaio nas residências de seus adeptos. “Estando muito só teria prazer em tê-lo para jantar às seis da tarde. Ficarei em casa todo o dia. Peço-lhe que previna Taunay.” “Ontem falei a S. M. que manifestou o desejo de que o Sr. continuasse sua aprendizagem junto à minha pessoa, aguardando ocasião propícia que não demorará. Foram essas as palavras do imperador que autoriza sua presença em minha casa em dias de… já sabe. Tudo isto é verdade verdadeira.” Ora, ora… aprendizagem para atender uma ocasião propícia: suas mensagens sempre cifradas, com nomes substituídos por reticências, davam o que pensar. O imperador continuamente mencionado comprovava que os contatos entre neto e avós eram constantes.

No mês seguinte, os primeiros sinais de fervura da situação borbulhavam. Logo no início, os cadetes da Escola Militar — muitos dos quais tinham estendido a faixa de boas-vindas ao imperador — resolveram fazer uma demonstração de republicanismo. Em vez de apresentar silenciosamente as armas ao ministro da Guerra, em visita ao estabelecimento, deram vivas à república e quebraram suas espadas, em flagrante desacato às leis repressivas baixadas há pouco. Um deles, Euclides da Cunha, punido e preso, foi perdoado pelo imperador, que o desligou da Escola Militar, matriculando-o na Escola de Engenharia. O velho monarca confundia os sinais: perdoava quando tinha que punir. Por que o fazia? Procurava ganhar a simpatia dos jovens militares? Para quem: a filha ou o neto? No mais, tudo como dantes no quartel d’Abrantes. Enquanto tinha início a vacinação da população contra a febre amarela, ingleses disputavam os primeiros campeonatos de *cricket* em Niterói, e o *Sportsman*, folha semanal consagrada aos esportes, festejava quatro anos de existência.

Em setembro, também, o príncipe dava outro jeito de aparecer. As ações não eram gratuitas. Tudo tinha endereço certo. Ele procurava ganhar cada vez mais simpatias. À frente de uma Sociedade Comemorativa da Independência, criada por oportunismo, da noite para o dia, ele reuniu diplomatas, ministros, membros do clero e “convidados de todas as classes sociais” para um discurso. Discurso escolar em que as glórias da Abolição não tinham mais dono. Pertencendo a todos, elas pertenciam a ele, também: “Sofriam os humildes, mas grandes também sofriam, e nem um só momento se descuidavam, na

conturbação de sua alma, de apressar, por medidas cada vez mais bem travadas, a finalização do temeroso problema. E um acordo admirável que a um tempo junta o pensamento do político ao impulso de piedade, o homem de estado cede o passo ao sentimentalismo, e, de súbito, findou para o Brasil a grande causa de vexame perante a civilização e a humanidade.”

Na cara da tia, que assistia ao discurso, ele foi incapaz de mencioná-la. Que topete! E insistiu: “Quanta glória para nós, quanta glória para lavradores e abolicionistas, havermos tudo conseguido sem uma gota de sangue, quando em outros países se digladiaram, armados das mais poderosas máquinas de morte, exércitos de milhões de homens.” Num passe de mágica, e só conjugando verbos na primeira pessoa do plural, o príncipe Pedro Augusto se fazia abolicionista, liberal e, por que não, republicano? Afinal, entre eles se encontravam os maiores defensores do fim da escravidão. Mais um passo à frente.

Desagradável mesmo foi ter saído um artigo em jornal com dois comentários indiscretos. O de que às suas mãos “fidalgas e brancas, a maledicência ajuntara uma garra de conspirador”, o que era, ele sabia, verdade! E, a seguir — uma maçada! —, a de que ele não conquistava mulheres. Sim, não queria perder tempo. Sua única paixão era o trono. O III Reinado. “Diz-se mesmo”, ironizava o cronista, “que o estudo de Mineralogia mineralizou-lhe o coração. E não vale a pena ser príncipe para atravessar a vida sem pisar em tapete de corações apaixonados”. Pois a ele, este projeto parecia vulgar. Arranjaria a esposa que quisesse, dormiria na cama que quisesse, depois de coroado. Agora, não havia tempo para amenidades. Todas as suas forças estavam concentradas na trama para afastar os tios do poder.

Em outubro, enquanto os jornais comentavam as bodas de prata do casal d’Eu, ele resolvia instituir um prêmio aos autores de trabalhos sobre artes e ciências no Brasil. E não ficou nisto. Disse, também, que ia fundar um museu para a guarda de objetos relacionados ao período colonial. Tentava não sair de cena. No dia 15, se abriram os salões do Cassino Fluminense para um baile oferecido pelo comércio em homenagem a Isabel e Gaston. Os grupos de poderosos, antes distanciados do trono em represália à Abolição, compareceram em peso.

Quase ao mesmo tempo, fundeava na baía o cruzador chileno *Almirante Cochrane*. Era a chance para, em nome da amizade que unia o Brasil ao país andino, promover toda sorte de festividades com o objetivo de reerguer o

prestígio abalado pela propaganda republicana. A técnica era a da cortina de fumaça. Toda a programação foi, contudo, interrompida pela morte do rei de Portugal, D. Luís I, sobrinho querido do imperador.

As festas, das bodas e dos chilenos, foram suspensas. Nas ruas, onde bandeiras tremulavam em sinal de boas-vindas aos estrangeiros, o luto tomou conta. Foram substituídas por tarjas pretas a meio pau. Todas as repartições públicas brasileiras, acompanhando o Consulado Português, todas as associações portuguesas, das inúmeras que havia na Corte, muitas nacionais, muitas casas particulares foram decoradas com demonstrações de condolências. Os negociantes portugueses, que eram muitos, cerraram as portas dos seus estabelecimentos. As associações vestiram de crepe as suas fachadas.

O edifício de granito do Real Gabinete Português de Leitura desfraldou sobre o pórtico manuelino largos panejamentos negros. Foram proibidos os espetáculos de toda espécie. Os bailes de algumas sociedades já anunciados para o sábado, dia do falecimento do monarca, foram adiados. Também o foi o famoso baile do governo para os chilenos, na Ilha Fiscal. O cancelamento rendeu a algumas instituições de caridade uma lauta e inesperada distribuição de manjares que os comissários da festança tinham mandado preparar. Durante três dias, a cidade mergulhou na atonia melancólica da mais perfeita representação de tristeza que é possível realizar.

Contra os panos do luto que pendiam das janelas, a Guarda Negra se manifestava pelas ruas do Rio: cerca de 1.500 homens, entre capoeiras, navalhistas, desordeiros e malfeitores da pior casta, juravam morrer pela princesa. Batiam-se contra os negros libertos que distribuíam folhetos de ação republicana. Os jornais falavam em ondas de anarquia e mazorca da mão negra. O príncipe buscava mais adeptos, e procurava, também, se defender do clima de violência que irradiava nas ruas. Escrevia a Estrela: “Veja se na segunda-feira traz resposta do Dr. Napoleão. O Sr. levou o revólver do Resende?” “Mande-me o revólver, é favor.”

Enquanto isto, discretamente, desgostoso, magoado com os partidos monarquistas que se revezavam no poder, sem consideração para com o Exército, Deodoro abandonou o Mato Grosso. Seus inimigos haviam sido indicados para altos cargos, o que o humilhava ainda mais. Chegou à Corte doente. Abatido moral e fisicamente. Foi cercado pelo sobrinho, vinculado a um clube secreto republicano, e por jovens oficiais que sabiam que a figura de Deodoro seria uma ligação com os altos comandos do Exército. Uma cabeça-

de-ponte para que estes aderissem ao golpe. Na modesta residência que dava de frente para o Campo de Santana, começava a outra conspiração. Não a do príncipe, mas a do Exército.

* * *

Toda esta ebulição parecia aumentar com os novos preparativos do baile da Ilha Fiscal. O mês de outubro começou com uma agenda pesada em que a família imperial se revezava para aparecer publicamente ao lado dos oficiais chilenos. O príncipe, por suas conexões com a Marinha, graças a seu pai e seu irmão, não perdia uma chance de se pavonear. Ia com os oficiais chilenos visitar o Museu Nacional; ao Corcovado num bonde que saía do Largo do Machado; e sob as nuvens que cobriam a enseada, tomavam copiosos *lunch and desserts*. O almoço no hotel Paineiras teve festões de flores enfeitando o teto da sala profusamente iluminada. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, leu trabalho sobre mineralogia no Chile, passando em resenha as minas de prata e cobre e impressionando — como gostava — a todos. Mas a imprensa não dava sossego:

> Os povos civilizados do estrangeiro não podem, não poderão nunca imaginar os requintados tormentos que temos infligido à república do Chile na pessoa de sua brilhante oficialidade. Ainda não os levamos à fogueira, mas já os levamos ao Instituto. O Instituto, essa abominável instituição que faz o terror da literatura indígena, é uma das poucas formas de suplício que escaparam da Inquisição. A roda, o palo são gozos celestiais ao pé daquilo. Ao menos, não se escapa vivo… É uma casa aparentemente inofensiva, em que cavaleiros graduados em diferentes cousas, quase todos de mais de 40 anos, se exibem como homens de letras e ciências, fazendo uns discursos pesados que nos dão uma idéia aproximada do infinito e lendo uns trabalhos que são a própria eternidade em montanhas de papel almaço. As sessões do Instituto tiram aos estranhos a quem são propinadas todo o amor da existência; invade-os uma incrível melancolia, um desgosto da vida que lhes traz fatalmente um remate da morte… Pois nós levamos os chilenos ao Instituto!… Martirizados oficiais, eu continuo a lamentá-los do fundo d’alma! Por que não os matam logo de um só golpe?… Mas este prolongamento de tortura, esta lentidão do amplexo, sufoca estas sessões do

Instituto… oh! não! *la mort sans phrases*! (a morte sem muitas palavras).

Depois das ciências, foi a vez dos esportes. A manchete de *O Jockey* anunciava: "Corrida em Homenagem à Nação Chilena." Uma concorrência excepcional encheu as arquibancadas das mais famosas e elegantes senhoras de nossa alta sociedade. As mais finas toaletes, corpos perfumados a heliotrópio e a malva, chapéus de rendas e fitas coroando cabeças louras e tranças negras, garbosos rapazes, de grosso bengalão e monóculo rutilante ao olho, davam um aspecto fenomenal e deslumbrante à arquibancada. Na *pelouse*, fervilhavam os apostadores, suando as brancas camisas, sob um sol de 40 graus.

No dia 2 de novembro, tiveram lugar as regatas na enseada de Botafogo, cujos convites foram feitos pelo ministro da Marinha, o barão de Ladário. À uma hora da tarde, partiram do cais Pharoux as duas barcas *ferry* destinadas aos convidados. A família imperial foi na galeota a vapor e o ministério e o corpo diplomático numa barca. Nos intervalos das disputas, houve animadas danças a bordo das barcas. Segundo um jornal, as embarcações estavam enfeitadas de flores e arbustos, o *lunch* era da Casa Ferreira e as medalhas foram entregues aos vencedores pelo imperador. "Depois das cinco horas deixaram a enseada de Botafogo as barcas e lanchas e vieram passar em continência pelo *Almirante Cochrane*, levantando-se por esta ocasião muitos vivas e tocando o hino chileno." Por fim, membros do gabinete e oficiais chilenos jantaram no hotel Londres. No dia 6, um colunista destilava ácido:

> Desventurados oficiais chilenos. Cada vez mais a sua sorte é digna de lástima. Tudo o que há de suplício lhes tem sido infligido desde o retrato zincográfico até a reportagem *attachée*. Não lhes faltava mais nada; deram-lhes de quebra dois espetáculos numa só noite. Eles suavam frio e suavam de cansaço e suavam de esforço para não se mostrarem fatigados. Foram agüentando e agüentando com cara alegre; mas chegou um momento em que falou mais alto a natureza — o sono deitou-lhes seu véu transparente e, quando acabou o espetáculo, os remoídos corpos dos massacrados oficiais restauraram as forças entregues às delícias dos lençóis. Ufa! Que suadouro! E chamarem aquilo de homenagem! Castigo é que foi. Uma homenagem que vai desde às oito até uma da madrugada é dura de roer, lá isso é mesmo.

Os dias subseqüentes tiveram inumeráveis banquetes, quadrilhas dançadas

nos conveses dos barcos, e até espetáculo no Teatro D. Pedro II. O ponto alto, para o príncipe, foi o jantar que conseguiu oferecer aos oficiais chilenos, antes dos tios:

> Entre as provas de simpatia e distinções com que têm sido acolhidos nesta capital os dignos oficiais do cruzador chileno *Almirante Cochrane*, grata e indelével lhes há de ficar na memória a suntuosa festa de ontem no paço Leopoldina. O elegante palácio à rua Duque de Saxe abriu e iluminou seus salões, recebendo Sua Alteza o príncipe D. Pedro de Saxe e Bragança a oficialidade daquele navio com um suntuoso banquete que, pelo justo motivo da morte de Sua Majestade o rei de Portugal, havia sido adiado só podendo ser realizado ontem. Imponente e deslumbrante era o aspecto da mesa na grande sala de jantar do palácio, brilhantemente iluminado e ostentando flores em profusão. Artísticos candelabros de bronze e finíssimos cristais guarneciam os ângulos da sala, ornados de folhagens, e os aparadores sobre os quais figuravam a antiga e rica baixela da família. Ao fundo, dominando a sala em elegante cavalete, via-se a bela marinha do artista brasileiro Castagneto, representando o *Riachuelo* e o *Almirante Cochrane* saudando-se mutuamente e esbatendo os seus perfis na luz serena do céu.

O menu rigorosamente francês teve como primeiro prato sopas: o creme de *Pluvier* ou *consommé à l'impériale*. Passava-se ao peixe com molho de manteiga de enchovas e pombo à Pompadour. A seguir, eram servidas peças frias: uma *galantine* de peixe e uma terrina de *foie gras* com gelatina em *Bellevue*. O prato principal era um faisão com trufas acompanhado de couve-flor na manteiga e pudim de endívias. As sobremesas: geléia de abacaxi e *parfait* de baunilha. Tudo regado a madeira, xerez, *sauternes*, vinhos do Reno, um magnífico vinho da região de Bordeaux, o Chateau Margaux, além de champanhe Roederer, Muscat, Tokay e velhos portos a rodo.

> Não compareceram o presidente do Senado, o presidente do Supremo Tribunal da Relação, os generais do Exército e da Armada e o chefe de Polícia: a festa foi bastante animada […] o que causou reparo, digamos francamente, o que deu motivo a estranheza foi o fato de não se acharem presentes os acima citados. Se o distribuidor dos convites fosse o famigerado comendador alemão Halsseman, não faltaria um só guarda da alfândega ao

banquete. E por não ter sido é que a gente fica a parafusar na história. Se foi esquecimento é outro caso, mas mesmo assim é para se estranhar que tal cousa se desse, quando se tratava de um banquete, embora íntimo.

Ah! Os convidados ausentes davam o que pensar. Tanto mais quanto eram considerados chegados ao príncipe. O vice-almirante Wandenkolk, um assumido republicano que o freqüentava, assim como Foster Vidal, uma nova aquisição no círculo, podiam ter explicações para isto, mas não as deram. Os fatos, doravante, se aceleravam. O príncipe, conhecendo-os, ou não, entendia que tudo levaria a uma solução que o beneficiasse. Estava tranqüilo. A metralha dos jornais em cima dos tios anunciava previamente a derrota do casal d'Eu. Não importa o que viesse, o trono seria seu.

No dia 9 de novembro, a Ilha Fiscal foi transformada em ilha de fadas, uma verdadeira maravilha, um paraíso perdido em pleno oceano. "Ao baile! Ao baile!" Era a senha da cidade. Os convidados embarcavam no cais Pharoux, brilhantemente iluminado e ornamentado, onde tocava a banda de música do corpo militar de polícia. Sob uma chuva miúda, a primeira barca largaria às vinte horas e faria a travessia até levar todos os portadores de convite. De meia-noite em diante, a barca começaria a viagem de regresso, de meia em meia hora. O cruzador chileno *Almirante Cochrane* fincou âncora em frente à ilha. Os navios de guerra brasileiros, saídos do porto, foram lhe fazer guarda de honra. Funcionaram em todos eles poderosos projetores de luz elétrica, para transformar aquele pedaço da baía num verdadeiro lago de prata.

Desde o cais até a ilha estendia-se uma linha de batelões iluminados em arco com lanternas venezianas e copos de cores. O desembarque era feito numa ponte levadiça, guardada por 12 marinheiros armados. Na entrada, sobre dois postes, quatro lâmpadas de "força iluminativa" de oitocentas velas rompiam o breu, enquanto *demoiselles*, vestidas de fadas e sereias, encaminhavam os convidados para seus lugares. Havia outros quatro focos de luz, no saguão, onde foram armados dois quadros transparentes, um dos quais a alegoria *O Brasil Recebendo o Chile*.

A linha de frente da ilha estava ocupada por um enorme pavilhão. Assentado em 24 colunas laterais, ele era iluminado por 96 lâmpadas com a força de 1.920 velas. À esquerda, levantara-se outro pavilhão, com duas salas onde se encontrava o *buffet*. Na primeira, e em todo o comprimento, estendiam-se duas mesas em forma de ferradura, sobre tapetes verdes. Entre as espaçosas

janelas, pendiam panos com as cores chilena e nacional. Em cada uma das colunas um escudo, um brasileiro e outro chileno, com o nome do presidente da República, das províncias e dos mais ilustres integrantes da Marinha.

A sala destinada à família imperial era isolada por amplas cortinas que a separavam inteiramente das outras. Nela brilhavam cinqüenta lâmpadas, além de quarenta candelabros. Ali, todos os convidados ficavam sentados. À direita e à esquerda estavam os salões de dança, três de cada lado. Quanto às toaletes, a das damas ficava à esquerda e o da família imperial, à direita. O masculino, tudo indica, era o mar. Duas orquestras tocavam nos terraços laterais e uma na sala do bufê. A decoração das salas era a mesma: festões de flores ocultavam lâmpadas; o espaço entre as janelas era preenchido por espelhos em fundo de veludo grená; o tapete, de um vermelho rubro, fora escolhido para quebrar o efeito de palidez da luz elétrica sobre as roupas. Coroas de flores sobre os espelhos sustentavam âncoras de ouro e prata. Folhagens davam o toque tropical. O milagre da noite foi que todas, mas todas as dependências, sem exceção, foram iluminadas por luz elétrica.

A festa não foi só para os convidados. Desde as 18 horas, a população da Corte, sedenta do espetáculo, se apinhara entre o cais Pharoux, o cais dos Mineiros e a praia de D. Manuel. Todos queriam acompanhar o vai-e-vem das lanchas e barcos que levavam curiosos para ver de perto a decoração. As barcas *ferry* estavam apinhadas de passageiros que pagavam contínuas passagens para assistir ao esplendor da iluminação. Não havia uma casa perto do local do baile que estivesse desocupada. Hotéis, residências, árvores do paço, chafariz, escadas que davam para o mar, tudo tinha sido invadido por famílias; os encouraçados divertiam o público com a projeção da luz dos seus holofotes movediços: verdadeiros relâmpagos no céu da cidade. A água trazia o som das orquestras, mas também o de dezenas de embarcações de todo gênero, decoradas e iluminadas, algumas delas tendo a bordo excelentes bandas que executavam lânguidas habaneras.

Às 21 horas, chegaram Suas Majestades e Altezas Imperiais ao cais Pharoux, onde eram esperadas por uma comissão. No mesmo instante, troaram os canhões das fortalezas e o céu da baía se cobriu de foguetes. Recebidas na ilha por uma multidão de convidados — eram cerca de 4.500 —, Suas Majestades e Altezas foram saudadas calorosamente. Uma verdadeira ovação. Pouco depois começou o baile. E contava o jornalista:

> O que ele foi, é difícil de dizer. A riqueza oriental das toaletes, o brilho e o ruge-ruge das sedas que mal cobriam as espáduas marmóreas das senhoras, o veludo, a pelúcia de seda que guardavam como as portas de um sacrário os colos alvos e palpitantes das brasileiras, salpicados de brilhantes, de safiras, de esmeraldas; os diademas rutilantes nos penteados artísticos das moças; o burburinho argentino do contentamento aflorando de lábios coralinos das avezinhas implumes que contam apenas 15 ou 18 primaveras; a galanteria fidalga dos cavalheiros, uns trazendo suas vistosas grã-cruzes, outros ostentando na lapela os miosótis, as violetas, as raríssimas camélias; o dourado sedutor das fardas, cobrindo peitos patrióticos — como descrever tudo isto?

Muitos dos cavalheiros, contrariando as regras do bom-tom, preferiam exibir seus recém-adquiridos chapéus da marca Wellicamp ou Place Royal na própria cabeça em ambiente fechado e os bigodes cobertos de brilhantina da marca Fritz Markard and Co. O que era considerado o cúmulo do mau gosto! Isto sem contar os membros da Guarda Imperial que insistiam em dançar com seus chapéus de penacho e espada à cinta. “Rodopiavam, giravam, acotovelando a multidão, amarrotando com as espadas os vestidos das senhoras, arranhando as casacas dos senhores com as dragonas […] mais parecia uma batalha naval!” comentava, chocado, um observador. O provincianismo também compareceu ao baile.

“As danças estiveram sempre animadíssimas e é impossível nomear os convidados que nelas tomaram parte, pois que no baile concorreram os mais elevados representantes de todas as classes sociais e as mais distintas senhoras do Rio de Janeiro. As danças continuaram depois da ceia, prolongando-se até o amanhecer.” Nos cartões, as damas marcavam o nome dos cavalheiros com quem tinham compromisso para uma valsa, uma polca ou um minueto. Ouvia-se o tempo todo Verdi e Baccherini. Pedro Augusto se exibiu e dançou. O que o jornalista não contou é que foram recolhidas dezenas de ligas e espartilhos, encontrados pelo chão ou nas toaletes, ao fim da festa. As palpitantes brasileiras e avezinhas implumes não eram tão pudicas quanto se podia imaginar.

Os jornais não pouparam o ministério Ouro Preto, que patrocinara o baile, ou a família imperial. Gastara-se uma fortuna enquanto a seca do Nordeste matava de fome. Foram 12 mil garrafas de vinho e duzentas caixas de champanhe, mais presuntos, macucos, pavões, perus, camarões, cabritos,

galantinas, aspargos, pudins, fios de ovos e sorvetes. Tudo operado por 48 cozinheiros, sessenta trinchadores e 150 garçons.

As Parcas, musas do destino, enviaram, neste dia, dois sinais à cúpula do império. Ao pisar na ilha, D. Pedro, fardado de almirante, uniforme que raramente usava, tropeçou. E ele mesmo disse: “O monarca escorregou, mas a monarquia não caiu.” E a seguir, quando Ouro Preto, empunhando a taça saudou em brilhante discurso à nação amiga, se ergueram estrepitosos vivas, soaram os hinos e troou a artilharia, o vice-almirante Wandenkolk, freqüentador da casa do príncipe, postado a pouca distância, em tom zombeteiro ouvido pelos circunstantes disse: *rira bien qui rira le dernier* (ri melhor quem ri por último). Durante o tempo da festa, o imperador se mostrou aborrecido, desejoso de se livrar logo daquela maçada. Conversou com os amigos de sempre, Taunay entre eles.

Depois da retirada da família imperial, entre os restos do banquete e a música ensurdecedora, começaram a correr os boatos de que o Clube Militar estava reunido para deliberar sobre a prisão do ministério. Enquanto os Bragança e seus ministros dançavam, os militares destilavam ressentimentos. O assunto deixava de ser segredo para muitos. Ao longo da noite, o boato se avolumou, sem, entretanto, perturbar o baile. Começava, nesta noite, lenta e insidiosa, a contagem regressiva.

No dia seguinte, o imperador e o príncipe levaram os chilenos a novas visitas. O itinerário começava no Hospital São Sebastião e terminava no laboratório pirotécnico de Campinho, onde se fabricavam pólvora e espoletas. Tudo acabou com um *lunch* às 17 horas. Enquanto isto, no Campo de Santana, reuniam-se com Deodoro as maiores figuras da conspiração: Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Rui Barbosa, Eduardo Wandenkolk. Benjamim Constant insistia que o momento era agora. Agora ou nunca. Havia concordância entre os presentes.

Sentado numa cadeira de espaldar alto, Deodoro ouvia calado, mãos cruzadas atrás da nuca. E depois, acionando o botão que faria rolar as cabeças: “Eu queria acompanhar o caixão do imperador, que está idoso e a quem respeito muito. Mas o velho já não regula. Se ele regulasse, não havia esta perseguição contra o exército. Se não há outro remédio e se ele mesmo assim o quer, que leve a breca a monarquia! Não há mais o que esperar dela […] façamos a república. Benjamim e eu cuidaremos da ação militar. O Senhor Quintino e seus amigos organizem o resto.”

A data? Dia 20 de novembro, quando seriam inaugurados os trabalhos da nova Câmara, no edifício do Senado, com a presença dos imperadores e de todo o ministério. A idéia era simples: cercava-se o prédio, prendiam-se todos.

O dia 14 amanheceu como qualquer outro do mês fatídico. No jornal de José do Patrocínio, *Cidade do Rio*, lia-se na primeira página uma notícia cujas entrelinhas o príncipe interpretava diferentemente dos outros leitores. "O imperador vai abdicar no dia 2 de dezembro, dizem todos." Sabedor dos movimentos de reação republicana e de que sua filha não poderia sucedê-lo, só lhe cabia pedir ao neto que assumisse. Era o dia do aniversário de D. Pedro II. Havia mesmo quem corroborasse dizendo que, sentindo a situação do império fragilizada, ele abdicaria em favor de Isabel e esta abdicaria em favor de Pedro Augusto. Este boato era ouvido em toda parte desde o início do mês.

O artigo de Patrocínio era uma resposta aos muitos e fortes rumores que agitavam a cidade. Mas o jornalista seguia perquirindo:

> Por quê? Que fundamento tem este boato? Posso assegurar que este boato é falso. O velho imperador sabe que a vida não se lhe dilatará por muitos anos. Ele esperará no seu trono que a morte o venha colher. Não se despojará do cetro, porque seu cérebro cansado ainda tem bastante lucidez para lhe sugerir receio das conseqüências da abdicação. Na sua clarividência, já ele percebeu que a sua descida do trono vai mudar a situação política do país. Virá a República? Não.

E a pergunta que não queria calar: "Caberá a coroa ao herdeiro forçado do trono? Talvez." Pois, no mesmo dia, a oficialidade chilena fez uma visita ao "herdeiro forçado do trono". O artigo, seus acólitos, os boatos de que a avó o apoiava, a proximidade com o aniversário do avô, o ataque que, recentemente, Rui Barbosa desfechara contra o conde d'Eu, enfim, tudo lhe dizia que seus sonhos se realizariam.

No dia seguinte, com os artigos previamente preparados, o jornal *Tribuna Liberal* dava notícias da visita que os oficiais chilenos fariam ao colégio Salesiano em Niterói, enquanto *O Paiz* trombeteava a nova festa a realizar-se daí a seis dias no convés do *Almirante Cochrane* para "os companheiros de armas". Segundo a agenda publicada, nesse mesmo dia, os chilenos iriam passar o dia em Petrópolis, onde se refugiara D. Pedro II fugindo do calor carioca. O *Diário de Notícias*, por sua vez, informava que o "*high-life* fluminense ainda

teria mais algumas ocasiões de encontrar-se com a digna oficialidade do cruzador chileno. “Pretende-se fazer as seguintes festas: Sua Majestade a princesa imperial vai abrir amanhã — dia 16, portanto — os salões de seu palacete, oferecendo a essa oficialidade uma bonita *soirée*, onde em magnífico concerto se fará ouvir o que há de melhor no mundo artístico e elegante.”

Os anúncios eram os de sempre: cerveja Zacherbrau Munchën para males do estômago e vinho de ananás ferruginoso para a pobreza do sangue; a Sociedade Comercial Tenentes do Diabo mandava rezar missa em sufrágio da alma de um associado; a cartomante Mme. Vidal se colocava à disposição para descobertas de qualquer espécie; e procurava-se um carregador de cesta de pão, mas com prática!



A família imperial a caminho da Europa: sentados da direita para a esquerda, D. Pedro II, D. Teresa Cristina e D. Pedro Augusto

Capítulo VI
O mais curto dos dias

Manhã do dia 15 de novembro de 1889. Cedo, abriram-se os portões do palácio Leopoldina, no Engenho Velho. Um lindo paraíso, sem maçãs, mas com uma serpente. O criado esperava na frente da escadaria com o puro-sangue encilhado. O animal pastava, enquanto aguardava o cavaleiro. Ele levantara da cama cedo, excitado como se tudo fosse acontecer de imediato. Sabia, contudo, que tinha que ter calma. Faltavam somente 17 dias para o aniversário do avô. Sua contagem regressiva tinha outra data-limite. Ele não sabia que ela seria abortada. E que começaria a ser abortada já. Alheio aos fatos, foi dar uma volta a cavalo.

O elegante cavaleiro de cabelos louro-escuro, nas suas botas de couro inglês, contornou o lago com plantas aquáticas, esporeou o puro-sangue e saiu para um passeio matinal. Na rua, como de hábito, um pequeno grupo de populares aguardava. Acenaram ao ver passar o príncipe Pedro Augusto, que alguns consideravam o futuro imperador do Brasil. Ao fundo, longos jerivás abraçavam a bela, mas sóbria, construção neoclássica.

O príncipe sabia, contudo, que algo estava em andamento. Dez dias antes reunira em sua casa as mais diversas personalidades da política, das letras e das classes armadas. Lembrou-se do prazer com que desdobrou os cartões de resposta ao convite: “Desvanecido com o convite que recebi de S. Alteza para assistir ao jantar festivo que o augusto senhor oferece […] tenho a honra de pedir-lhe que se digne assegurar a S. Alteza que em dia e hora aprazados comparecerei… É com a maior satisfação que Eduardo Wandenkolk previne de que não faltará no dia e hora marcados.”

O pretexto? Mais uma homenagem aos oficiais chilenos. Mas não só. Foi feita antes da dos tios. Uma leve alfinetada. Ele os odiava e era por eles odiado. Tomar a frente na recepção aos estrangeiros era uma forma elegante de desfeita. O príncipe Pedro Augusto convidara, também, um liberal: o presidente do Conselho dos Ministros, Afonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde de Ouro Preto. O visconde pouco se dava com os consortes, preferindo evitar relações com a família imperial. Durante sua gestão, recebera apenas dois convites para

os bailes oferecidos no paço Isabel, residência da princesa Isabel e seu marido, o conde d'Eu, que aceitara, dizia, exclusivamente por razões de Estado. Quanto à sua relação com o jovem príncipe, esta era bem mais cordial. Há apenas dois dias tinha sido convidado para ouvir nos salões do paço Leopoldina os chiados e sons extraídos da caixa de madeira recém-introduzida à Corte: o *phonographo*! Ouviu-se, então, uma ópera de Bizet, *Pescador de Pérolas*. Depois tomaram chá. Pedro Augusto lembrou-se do que lhe escreveu: "É casaca, gravata preta e nada de oficial." Afinal, estariam entre amigos! Entre companheiros de idéias. Pelo menos era assim que ele via as coisas.

Pedro Augusto tinha um poder de simpatia que o fazia estimado em todas as partes da Corte. E fora dela, também. Por isso mesmo ele já sabia. Muitos o sabiam. Comentara sobre o assunto, aliás, com os amigos que o visitaram em sua residência na rua Duque de Saxe, na noite anterior. Estavam cientes das denúncias de que oficiais do Exército conspiravam contra a monarquia. Eram avisos anônimos. Pior, avisos sem provas. Difíceis de punir.

No mês de novembro, enquanto se festejava a presença de oficiais chilenos na capital, reuniões deixavam vazar o mal-estar dos militares. Sabia-se que, na noite do baile da Ilha Fiscal, alguns deles se agruparam no Clube dos Oficiais. O príncipe soube, também, que o marechal Floriano Peixoto, pessoa da mais alta confiança do governo imperial, teria rabiscado um bilhete a Ouro Preto dizendo: "A esta hora deve V. Exa. ter conhecimento de que tramam algo por aí; não dê importância […] confie na lealdade dos chefes que já estão alertas." Tudo isto, argumentavam os monarquistas, eram "balelas da oposição". Mas os amigos que freqüentavam sua casa afirmavam que neste ambiente de conjuração seu nome poderia ser a única saída. Se havia modificações a fazer na sucessão do imperador D. Pedro II era para colocá-lo no trono.

Afinal, a ambição de sua tia em tornar-se imperatriz estava longe de ter sustento. Sim. A princesa Isabel era respeitada por suas qualidades pessoais — piedosa, boa mãe, esposa dedicada, filha extremada. Mas, politicamente, apenas tolerada. Não era sem repulsa que os políticos — e por que não, os homens de maneira geral — a viam exercer as funções que lhe atribuía a Constituição. Durante a regência, quando ele estivera fora com o avô, Deus! Quantos conflitos pequeninos ela não criara com Cotegipe, então chefe do gabinete de ministros! Não insultara a Guarda Nacional chamando seus membros de "coronéis de bobagem"? Não sentara um padre estrangeiro, o núncio do papa, a seu lado na carruagem, enquanto fazia os brasileiros andarem sempre sentados à frente, como qualquer camarista? Não se negara a assinar a pena de morte de

um escravo criminoso, sob a alegação de que “ao coração de mulher repugnam certas coisas”?

Não sabia dar ordens. Pouco sabia dos negócios públicos e quase nada conhecia da administração. Inadmissível vê-la intrometer-se na formação de Câmaras e gabinetes, nas eleições, na balança dos partidos que ora tinham que pender para um lado, ora para outro, deixando tudo na mesma. A estratégia era usada com eficiência pelo avô, para ódio de seus detratores. Não havia dúvidas: a má vontade com o governo de uma mulher era explícita. As intrigas e confusões em torno dos moradores do palácio Isabel se multiplicavam.

Pedro Augusto lembrou-se, com um sorriso sarcástico, das linhas publicadas na *Gazeta da Tarde*:

> Sem instrução histórica, fiel e verdadeira, sem os menores rudimentos de ciências físicas e naturais, sem idéia das principais leis do país, só lendo duas folhas, o *Fígaro* de Paris e *O Apóstolo* do Rio de Janeiro, acreditando no milagre da Salete e de Lourdes, sonhando com a restauração do poder temporal do papa para quem manda todo o dinheiro que pode obter das brasileiras, tendo seus aposentos cheios de imagens e de estátuas de santos e recebendo a toda hora padres e freiras, não é certamente a condessa d’Eu o soberano talhado para um país novo como o Brasil, onde o espírito voltaireano paira até na atmosfera.

Beata. Carola: chegara a ponto de varrer o chão de uma igreja de Petrópolis, diziam alguns. Submissa. O “francês”, ou seja, o conde d’Eu, é quem dava as ordens, mesmo contra a política de senadores e dos grandes do Império, reclamavam outros.

Ah! O “francês”: detestado também por alugar cortiços. Detestado por falar cheio de *“erres”* e em tom de choro. Detestado por viver despenteado, os cabelos arrepiados, as botinas sujas, as casacas cheias de dobras, as cartolas amassadas. Ridicularizado por vestir casaca com a grande ordem do Cruzeiro, trazendo as calças arregaçadas até os tornozelos. Não zelava por sua imagem. Recentemente lhe ocorrera predizer futuro sombrio ao fonógrafo recém-inventado nos Estados Unidos, pois julgava que o caráter misterioso da voz gravada tinha sabor de alma do outro mundo: quanto atraso!

Em Petrópolis, ia com os filhos às aulas de ginástica e não se contentava em olhar. Acompanhava os movimentos infantis com gestual “esquipático e

desgracioso", segundo contavam. Era visto depois, pelas ruas da pequena cidade, seguindo um carrinho puxado por carneiros onde iam os meninos, "o que de certo não concorria para seu prestígio", rematava o visconde de Taunay, freqüentador da casa do príncipe. Era tão carola quanto a mulher. Pedro Augusto se deleitava com as imagens que diminuíam seus concorrentes.

Há dois anos, circulavam notícias concretas sobre a outra sucessão. A sua. Um ofício do ministro austríaco foi um dos primeiros sinais de que ele, príncipe, já tinha apoio crescente: "A ausência do imperador é um mal incontestável para o país. O governo da princesa reinante, que não parece munido de poderes suficientes, só serve para impopularizar sua pessoa. É de temer-se que a sua elevação futura ao trono do império seja eriçada de dificuldade." Enquanto isso, o ministro da França notificava ao seu governo sobre os primeiros sinais da conspiração, que já circulava no sangue da família imperial: "Forma-se já um partido que quer substituir o duque de Saxe, neto do imperador, e sua tia, a condessa d'Eu, casada com um estrangeiro e cuja popularidade é ainda duvidosa." Não queriam nem a princesa, nem seu filho. Quanto a Pedro Augusto, tinha até a compreensão dos ingleses. Seus "méritos" eram bem-aceitos. Colocavam-no ao lado de Isabel como candidato ao trono. "Não se pode desmentir" — anotava o ministro britânico — "que existe neste país um pequeno partido que prefere ver a coroa passar para um sucessor varão, sobretudo quando está livre de influências clericais, o que parece ter prejudicado, em certa medida, a popularidade da princesa herdeira".

O príncipe lembrava das queixas da avó Teresa Cristina: "Plantaram a discórdia na família." Mas, agora… quando subiria ao trono? — se perguntava num apurado trote elevado, enquanto saudava um passante com um movimento de cabeça. Foram longos anos de espera a um preço terrível. Ele engolira todos os sapos e fizera todos os esforços. Tinha, até esta manhã ensolarada, a convicção íntima de que a data estava próxima. Não tinha planos muito claros para o império, mas tinha amigos que lhe dariam idéias. Deixou-se levar pelo ritmo do exercício e por seus sonhos de coroação.

Quando voltaram, o homem e o cavalo, suados, ao palácio Leopoldina, o mordomo aguardava à porta principal. Parecia ansioso em falar com Sua Alteza. Enquanto o cocheiro recolhia o animal, o criado se precipitou escada abaixo. Com a cabeça baixa e a alguns passos de distância do príncipe, começou a cuspir as informações que recebera logo cedo por gente que vira a coisa acontecer. Tudo começou ao clarear do dia, explicava o serviçal que era de toda a confiança de Pedro Augusto. O som das botas e das rodas dos 16

canhões *krupp* quebraram a monotonia do Campo de Santana. Quem olhasse pela janela de um alto sobrado na rua do conde da Gávea, vizinha do quartel-general, descortinaria uma cena insólita. Eram quinhentos homens a marchar. E não pertenciam à Guarda Nacional, que aí costumava fazer seus exercícios aos domingos.

Era a 2ª Brigada do Exército, dois Regimentos de Cavalaria, mais cerca de sessenta alunos da Escola Superior de Guerra, inaugurada no ano anterior. Todos armados dirigiam-se ao dito quartel, vindos de São Cristóvão. À frente, o comandante do Primeiro Regimento de Cavalaria. Cavalgando a seu lado, o rosto fino, os bigodes fartos e em ponta, o *pince-nez* do professor da Escola Militar, tenente-coronel Benjamim Constant. No caminho, o oficial que portava o pavilhão imperial jogou-o longe, com desprezo. A bandeira aterrissou no quintal de uma das casas ao longo da rua. Uma carruagem contornou a praça e depositou Deodoro da Fonseca diante do grupo. Embora fragilizado, magro e arfante, Deodoro tomou a montaria de um subordinado, assumindo a coluna de rebeldes. Era homem imponente, por trás da barba crespa e branca. A ele se juntou o único civil integrado às forças atacantes: o jornalista republicano Quintino Bocayuva.

O quartel — continuava o mordomo, já no frescor do salão — se achava rodeado por destacamentos do Exército, da Armada, da Polícia da Corte e dos Bombeiros, convocados para sua defesa. Desde a véspera corria a notícia de um movimento sedicioso. O gabinete Ouro Preto lutava para contê-lo. Ordens dos ministérios da Guerra e da Marinha mobilizaram uma brigada mista de cerca de mil homens supostamente leais ao governo imperial. Supostamente. Postados ao lado da Estação da Estrada de Ferro, os homens enchiam também o pátio do quartel-general cujos portões estavam fechados.

Por sugestão do ministro da Guerra, Enéas Fonseca Galvão, visconde de Maracaju, o gabinete liberal que governava o país se reunira no quartel-general para “animar a resistência” e enfrentar o golpe. Um grupo, portanto, sabia que o império corria riscos. O marechal-de-campo Floriano Peixoto ocupava seu posto junto ao governo. Tanto ele como o ministro da Guerra tinham dado garantias a Ouro Preto de que a situação estava sob controle. Falsas. Nenhuma iniciativa contra os golpistas tinha sido tomada. Nenhuma barricada erguida, nenhuma boca de rua guarnecida, nenhuma casa vizinha ocupada para conter os insurgentes que logo iam mostrar a cara.

Muitos dos homens do governo acreditavam piamente em que não haveria

grandes surpresas. Outros, como Floriano, passavam ordens em voz baixa para os oficiais. A qualquer aproximação de Ouro Preto, agiam com dubiedade. Por precaução, as tropas mantinham-se apenas com as armas ensarilhadas. Todos pareciam assustados. O 10º Batalhão de Infantaria, unidade de maior confiança do governo imperial, fora mandado interceptar a Escola Militar, que também se rebelara e marchava, vindo de suas instalações na Praia Vermelha.

Um piquete de cavalaria sublevada chegou em missão de reconhecimento, até os muros do quartel-general. Surpreendentemente, não provocou nenhuma reação dos militares presentes. Dentro do prédio, Ouro Preto, irado, reclamava um contra-ataque. Queria a captura dos oficiais, mas esbarrava na inércia silenciosa dos homens com os quais deveria contar. Um exemplo: um oficial, designado para o comando das tropas aparentemente fiéis, circulava pelos corredores do quartel. Instado a assumir as funções para as quais havia sido designado, e interpelado por Ouro Preto se "iria cumprir seu dever", respondeu, com singular expressão: "seguramente irei cumprir meu dever". Mas a dúvida ficou no ar: cumprir em relação a quem?

E o mordomo prosseguia diante do rosto impassível do príncipe: o cerco em torno do quartel se fechou. Ombro a ombro, os militares das mais diversas patentes cerravam fileiras em torno de 16 canhões que apontavam para a fachada do quartel. A Brigada Mista formada por fuzileiros, encarregada de resistir contra as tropas revoltadas, cedeu quando seu comandante obedeceu às ordens de Deodoro da Fonseca de se alinhar com eles. Enquanto isso, o 10º Batalhão de Infantaria, que marchava para fazer frente aos cadetes da Escola Militar, abortou sua missão. As unidades se confraternizaram.

No Campo de Santana, um mensageiro se destacou das fileiras — seguia relatando o mordomo. Trazia uma mensagem de Deodoro da Fonseca para Floriano Peixoto. Ouro Preto recusou-lhe a entrada: no seu entender, uma força armada revoltada tinha que ser repelida à força. E sem diálogo! Mas aconteceu o pior, dramatizava o narrador. Nesse momento, chegou ao quartel-general o ministro da Marinha, almirante barão de Ladário. Era um homem entrado em anos. Uma vasta barba e bigodes brancos lhe cobriam as faces, e comendas e honrarias militares se acumulavam sobre a farda. Um ajudante-de-ordens de Deodoro deu-lhe voz de prisão. Ladário não teve dúvidas. Desceu da carruagem que o conduzira até o Campo, sacou da pistola, atirou no oficial. A seguir mirou em Deodoro. Errou os dois tiros. A reação foi imediata. Um piquete de homens caiu sobre ele, agredindo-o com tiros e coronhadas. Foi salvo por Deodoro, que teria gritado: "Não matem o barão!" Muito ferido, foi recolhido a uma farmácia

e depois levado para casa. A idéia de que os revoltosos atiravam para matar impressionou o príncipe.

O que o príncipe Pedro Augusto não soube é que, dentro do quartel-general, as ordens de Ouro Preto para resistir eram esvaziadas. Ninguém parecia ouvi-las. Floriano alertava para a carnificina que a artilharia, assestada sobre o quartel, poderia provocar. Ouro Preto insistia, argumentando com o marechal que durante a Guerra do Paraguai fora possível neutralizar a ação dos canhões a pouca distância. E teve que ouvir em resposta: “Sim, mas lá tínhamos pela frente inimigos e aqui somos todos brasileiros.”

Ao mesmo tempo, outros oficiais demonstravam eles também preocupação com o matadouro em que iria se transformar o Campo de Santana. Lamentável, mas não era possível qualquer reação, como desejaria o primeiro-ministro. Diante do fato consumado, enviou-se um telegrama ao imperador: o texto dizia que o Ministério estava sitiado, que um ministro fora ferido e que não havia como resistir. Ouro Preto pedia demissão de seu cargo de presidente dos ministros e encerrava o texto com uma frase definitiva: “A tropa acaba de fraternizar com o marechal Deodoro, abrindo-lhe as portas.”

De fato, obedecendo às ordens de Deodoro e conhecedores dos rumores que circulavam dentro do quartel sobre as reticências a respeito de qualquer reação, os soldados abriram os portões. Velho e doente, o marechal Deodoro entrou no pátio aos gritos de “tirem esses trambolhos daqui”, referindo-se às metralhadoras armadas nos seus tripés. As armas desabaram por terra. A tropa presente respeitosamente o saudou, em continência! Ao ouvir um “Viva a República”, mandou calar! Ao som da banda e do tinir das armas que lhe iam sendo sucessivamente apresentadas, Deodoro subiu ao salão onde se achava, acuado, o ministério. Ao cruzar com o ministro da Guerra, Maracaju, lhe teria dito secamente: “Adeus, primo Rufino.” Decretava, com a seca despedida, o fim do ministério.

Com Ouro Preto, foi direto ao ponto: pusera-se à frente do Exército para vingar gravíssimas injustiças e ofensas que esta corporação recebera do governo. Enquanto o Exército se dedicava à defesa da pátria, os políticos só o maltratavam e cuidavam dos próprios interesses pessoais. Aludiu aos seus sofrimentos, pois estava gravemente doente, sem contar os outros problemas, nascidos nos campos de batalha do Paraguai. Mas Ouro Preto não perdeu tempo em responder: “Não é só nos campos de batalha que se serve à pátria e por ela fazem-se sacrifícios. Estar aqui ouvindo o general neste momento não é

somenos do que passar alguns dias e noites num pantanal.” Encerrou-se a conversa com voz de prisão a Ouro Preto. Estava deposto e preso. Sem mais.

A seguir, e depois de uma salva de 21 tiros, Deodoro saiu à frente das tropas do Exército, armada, polícia e bombeiros, desfilando pelo centro da cidade, ouvindo pelo caminho aclamações e discursos patrióticos. Terminou seu trajeto em frente ao Arsenal de Marinha. Aí, novamente, os portões se abriram e foi recebido pelo contra-almirante Wandenkolk, líder dos republicanos na Marinha, além de convidado do príncipe Pedro Augusto, alguns dias antes.

Depois de dispersas as tropas que haviam tomado parte no movimento, Deodoro se recolheu. Até este momento não houvera proclamação de república alguma. Tão-somente se anunciava mais uma queda de ministério. Procurava-se um substituto para Ouro Preto e havia mesmo quem tivesse ouvido Deodoro gritar para as tropas “Viva Sua Majestade, o imperador”. Apesar do aparato, nada se decidira.

Inconformados, alguns republicanos, militares e civis, liderados por José do Patrocínio, se reuniram no edifício da Câmara Municipal, onde foi hasteada a primeira bandeira da república: uma imitação da americana, com listras amarelas e verdes. De lá, o grupo marchou até a casa do velho marechal, do outro lado do Campo de Santana. Adoentado e com falta de ar, depois de tanto esforço, Deodoro já se encontrava deitado. Benjamim Constant veio até a sacada, de onde ouviu Patrocínio discursar apaixonadamente sobre como o povo havia proclamado a República. A resposta vinda da janela decepcionou a todos: “O voto do povo seria tomado em consideração.” Uma ducha fria. A dispersão se fez em silêncio.

O príncipe Pedro Augusto ouvira cada palavra dita pelo mordomo com atenção. Estava atônito. Bem informado como era, por que não foi avisado com antecedência? Afinal, tinha amigos entre os republicanos. Fizera alianças para garantir seu futuro reinado. O plano estava bem encaminhado e seus partidários da Marinha — ou aqueles que ele achava que o apoiariam — não lhe deram nenhum sinal desta mudança. Faltava pouco para o aniversário do avô, data em que os fatos tomariam novos rumos políticos. Em que o futuro do Brasil estaria nas mãos de um jovem brilhante, bonito e gentil. Enfim, nas suas mãos! Um aperto no coração indicou que as coisas podiam não transcorrer como ele havia previsto. A manhã, antes azul, agora lhe parecia sombria. Não estando bem certo do que aquilo significava, mandou um espia para a casa dos tios. Que se infiltrasse entre os empregados. Que abrisse bem os ouvidos. Era importante

saber o que lá ia acontecendo.

* * *

Manhã do mesmo dia 15 no chamado paço Isabel, atual palácio das Laranjeiras: sem sombra de preocupação, o conde d'Eu saíra com seus filhos, os meninos Dom Pedro e Dom Antonio, para um passeio matinal a cavalo. Seguiram pela rua Paissandu até a praia de Botafogo, cujas areias eram famosas por acolher corridas antes da criação do Jockey Clube Fluminense. Os animais batiam as patas com o mesmo ritmo, a mesma graça. Algumas chácaras abriam suas portas-janela para a brisa marinha. Pórticos com colunas enrodilhadas de jasmineiros e roseiras floridas conduziam os moradores para quintais e jardins, cujo suave declive mergulhava na água. No verão, eram inúmeras as barracas de banhistas, desejosos de se revigorarem naquelas águas de banhos tão seguros e, além de tudo, ótimas para a navegação de pequenas embarcações, protegidas como eram das correntezas. Pai e filhos, caracolando sobre os animais com pêlo de cetim, não notaram nada de extraordinário nas ruas.

Em sua letra miúda e páginas imensas, o *Jornal do Commercio* noticiava, contudo, em primeira edição, que o presidente do Conselho e seus ministros haviam pernoitado no quartel-general. Nessas alturas, enquanto os príncipes trotavam na areia da praia, o visconde de Ouro Preto já estava preso e cercado pelas tropas de Deodoro. De volta para casa às dez horas, o conde d'Eu encontrou alguns amigos: o visconde da Penha e o barão de Ivinheima. Contaram à princesa Isabel e a ele a mesma história que o príncipe Pedro Augusto ouvira do seu mordomo. O casal real não conseguia acreditar.

Bem que no dia anterior, Amandinha Dória, baronesa de Loreto, que ajudava na ornamentação da casa para a festa que Isabel e Gaston dariam aos chilenos, transmitiu à princesa os boatos que ouvira de amigas a respeito de uma conspiração que ia estalar por aqueles dias. Ninguém lhe deu ouvidos. Os Muritiba e os Loreto eram gente da mais estreita confiança da família imperial. Abençoados com riqueza feita com o comércio e o café, moravam em casas nobres, tanto na Corte quanto em Petrópolis. Possuíam carruagens e cavalos caros, assim como camarotes no Teatro Lírico. Carteavam com os príncipes e, entre eles, se tratavam por "tu". Era uma aristocracia que se fechava sobre si mesma, num círculo de famílias. Os casamentos arranjados se encarregavam de consolidar as redes de poder, de garantir os títulos e as condecorações, de

promover os cargos políticos mais suculentos. Mas sempre na capital. Longe da província. Com muitos rapapés, chás, comissões: assim se fabricava o grupo de amigos à volta dos Bragança.

Apesar da intensificação dos rumores, o casal Loreto não se dera conta de o quanto a situação poderia se complicar. Na mesma manhã de verão, o barão de Loreto lembrou, com o estômago virado, da carta de seu genro, Dominique de Barral, escrita uns meses antes. “Muitos pêsames por sua entrada no ministério” — espicaçava o filho da famosa condessa, a qual alguns diziam ser amante do imperador. — “Então, você está de novo amarrado ao cepo do governo e isso em quadra tão melindrosa […] pobre de ti… que trabalho, que dificuldades, quanto mexerico, quantas maledicências que aturar! Preferia ver algum outro às voltas com tanta maçada…” Ele tinha razão. Amigos dos d’Eu como eram, devem ter se perguntado pela influência do príncipe nos acontecimentos.

Aflito com as terríveis notícias, o conde d’Eu telefonou ao Arsenal da Marinha e da Guerra perguntando o que havia. “Nada”, lhe responderam. Nada se sabia. Os amigos chegavam: mais e mais informações truncadas. Um certo pânico se instalava logo de manhã. Rumores. O ministério por terra, clamor, sangue, ministros assassinados, outros fugidos. Mais pânico: “Neste caso, a monarquia está perdida”, exclamava em lamentos o consorte.

A choradeira de Gaston nascia de um cenário que poucos na família vislumbravam: o ocaso do império brasileiro. Além dos problemas dentro da família e das pretensões cada vez mais deslavadas do sobrinho em tirar o trono de Isabel, na vida pública duas figuras se enfrentavam: Afonso Celso de Assis Figueiredo, o recém-intitulado visconde de Ouro Preto, e o marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

Ouro Preto, atual presidente do Conselho de ministros do Império, fora menino de família pobre, que viveu de empregos públicos até entrar para a política. Abolicionista convicto, além de responsável pela “Revolta do Vintém” — um imposto sobre a passagem de *bond* que lhe multiplicara desafetos e antipatias —, tentava desesperadamente impor mudanças que contentassem a liberais e conservadores. Era homem maduro e firme nas suas convicções. Alguém que lidava mal com as armadilhas do poder. Nestes últimos dias, os rumores lhe enchiam os ouvidos. Notícias de “ouvir dizer”, amigos que traziam recados, cartas anônimas. Socorria-se com o general Floriano Peixoto, homem de sua absoluta confiança, que lhe dava as respostas mais tranqüilizadoras. “Tudo marchava bem”, respondia ele. O que o presidente do Conselho de

ministros não sabia é que esta relação de confiança era, ao mesmo tempo, alimento e veneno. Tudo indicava que Floriano sabia exatamente o que se preparava. Ouro Preto, por sua vez, esperava informações mais concretas para agir. Informações que nunca chegaram. Ou que Floriano nunca lhe transmitira.

Do outro lado, Manuel Deodoro da Fonseca era o oficial de maior prestígio do exército. Apesar de amigo de D. Pedro II, colecionava queixas contra o regime. Sentia-se esquecido e desprestigiado depois do esforço que foi a Guerra do Paraguai. Durante a regência da princesa, incidentes com militares se repetiam. Certa vez, chegou a endereçar uma petição a Isabel, em que reclamava do emprego de jovens soldados na caçada a escravos fugidos. Isto um ano antes da Abolição. Entre o velho marechal e a princesa não havia diálogo. E mais: Deodoro odiava o conde d'Eu, a quem nunca respeitou como companheiro de armas. O velho marechal deixara o corpo de três irmãos no *chaco* paraguaio, todos mortos pela pátria, enquanto o "capitão marroquino" — como era chamado o conde d'Eu, por ter lutado no Marrocos quando jovem — sobrevivera.

Deodoro temia, como muitos na Corte, um III Reinado feito de intrigas, de clérigos e sacristias, de negociatas. Odiava o beatério da princesa e a agiotagem do conde d'Eu. Com toda a antipatia que sentia pelos sucessores de seu amigo, o imperador, ainda assim achava que os brasileiros não estavam educados para se tornar republicanos. A monarquia — costumava dizer —, mal com ela, pior sem ela, tese, aliás, que muitos dos adeptos do príncipe Pedro Augusto sustentavam. Mas o velho marechal sentia que o Exército fora abandonado pelas autoridades. Deodoro não dava conta do ninho de antimonarquistas em que se haviam transformado as Forças Armadas. Estava muito doente. Havia quem o dissesse à morte. E nesta situação, enquanto o conde d'Eu puxava os cabelos, o corajoso e cansado militar ia liderar um golpe.

O conde d'Eu quisera pôr-se em campo, chegara mesmo a se fardar, pensando que sua presença e a lembrança dos serviços prestados ao país poderiam exercer alguma influência sobre a marcha dos acontecimentos. Mas cresciam os rumores. De nada adiantaria aparecer de capitão de cavalaria. Desistiu. Alguém sugeriu uma intervenção. Que se chamasse um mediador. Quem sabe, um membro ligado à oposição. O nome do conselheiro Souza Dantas, que além de morar nas proximidades era amigo da situação liberal, foi aventado. Veio ele ao paço Laranjeiras e saiu dizendo que a princesa nada havia de recear. Afinal, graças à Abolição, havia um trono em cada coração brasileiro. Pura ironia, pois era sabido que seu candidato na sucessão do imperador era o

príncipe Pedro Augusto.

Ainda inquietos com os rumores sobre a conspiração, Isabel e Gaston resolveram colocar os filhos a salvo. O mais velho tinha apenas 14 anos. Uma idéia seria tirá-los do Brasil, embarcando-os, imediatamente, no navio chileno *Almirante Cochrane*, mas resolveram despachá-los para perto. "Os meninos, fizemo-los partir para bordo do *Riachuelo*, enquanto esperavam a saída da barca das quatro para Petrópolis. Era o meio de informar a papai do que havia e também pôr os meninos fora do barulho", contou a princesa Isabel. Em uma hora, um vaporzinho os depositaria na estação da Praia Formosa. Através da Baixada Fluminense eles alcançariam a Raiz da Serra, onde se tomava uma locomotiva que escalava lentamente o paredão de rochas, pela chamada Estrada de Ferro do Norte. Era preciso preservar a sucessão. Sobretudo, a sucessão dos Orléans Bragança no Brasil! "As notícias que chegavam eram tais que a nós pareciam exageradas" — tentava se enganar a princesa.

E assim, na maior ingenuidade, prosseguia em suas memórias:

> Uma pessoa de confiança ofereceu-se para ir ao próprio Campo da Aclamação saber do que havia. Daí voltou dizendo que o Ministério estava sitiado no quartel e o Ladário — o ministro da Guerra — dado como morto. Não quis sair do paço Isabel; temi que talvez não sendo as coisas como se diziam, não viessem mais tarde acusar-me de medo, de que, aliás, nunca dei provas. Pouco depois vieram notícias de que tudo estava apaziguado, nada mais haver a recear, mas que todo o exército coligado teria imposto e alcançado a retirada do ministério. Ainda iludida, julguei que a exclamação de Gaston era puro pessimismo. Também nos informaram que Deodoro tinha a seu lado o Bocayuva e o Benjamim Constant, e que declarara um Governo Provisório. O Rebouças — amigo querido do casal — chegou à casa e prontificou-se a acompanhar os meninos para a serra. Veio também da parte do Taunay o plano de que papai se conservasse em Petrópolis, e aí estabelecesse o governo, internando-se se fosse necessário.

De acordo com este plano, batalhões fiéis ao trono viriam da província para derrotar os rebeldes.

A partir daí, as comunicações telefônicas começaram a falhar. O isolamento reforçava o medo. Segundo o diretor dos Correios e Telégrafos, o barão de Capanema, a rede daquela repartição fora ocupada pelos sublevados. No

momento em que o casal de príncipes, depois de muita hesitação, decidiu se juntar ao imperador em Petrópolis, chegou ao palácio, milagrosamente, um telegrama de Mota Maia, médico pessoal de D. Pedro II, comunicando que o casal imperial descia ao Rio de Janeiro. Supondo que estes se dirigiam ao palácio, em São Cristóvão, eles resolveram interceptá-los, talvez, no intuito de convencer o imperador a tomar uma iniciativa de resistência armada. Não queriam perder o III Reinado. Muito menos entregá-lo, de mão beijada, para o sobrinho.

Quando Isabel e Gaston deixaram o palácio em Laranjeiras, para encontrar o imperador, o espia de Pedro Augusto tomou a direção de São Cristóvão para contar ao príncipe o que vira e ouvira. O bairro ainda se espreguiçava. Gemia um carro de boi, carregado de latas d'água, indo para o Largo do Machado. Os bondes puxados por burros se arrastavam nas vias principais. Dentro deles, uns conversavam, enquanto outros liam os jornais. Os anúncios pulavam das páginas: "A vida é curta. Querendo passá-la sem dores, usem do óleo de São Jacó", "Cartomante sonâmbula: Mme. Elice descobre qualquer segredo ou pensamento", "Quereis um chapéu baixo, o que há de mais pshutt? Chapelaria Universal…". Aqui e ali a voz de um português dava ordens para dentro de um sobrado. Os tílburis iam e vinham com seus cocheiros uniformizados, trazendo nos botões da manga as insígnias dos patrões. Era neste bairro que se concentrava a nobreza: uma aristocracia de chinelos — dizia um cronista — e que o povo não podia contemplar sem rir. Eram os "barões da Cova da Onça", ridicularizavam os jornais.

As casas apalaçadas, com fachadas ao gosto do Renascimento francês, começavam a abrir suas grandes janelas enfileiradas. Corriam as pesadas cortinas revelando as paredes decoradas, os tetos pintados, os lustres de cristal. Na do barão de Friburgo, rico cafeicultor, as águias de bronze empoleiradas nas cornijas velavam, asas abertas, sobre o movimento da rua. Enquanto o empregado repassava mentalmente as informações que ouvira, o príncipe Pedro Augusto tomava o coche na direção do Catumbi. Lá morava seu melhor amigo. Seu mentor. O homem que estava por trás dos planos de sua sucessão. O jovem continuava sem entender nada. Mas tinha uma certeza: o país não passaria de um Império a uma República. Tinha que haver uma transição. A transição não seria feita com a tia e o tio, odiados por todos. Mas com ele! O avô sabia disto e estava do seu lado. Cedo ou tarde a verdade viria à tona.

* * *

Manhã de 15 de novembro, Petrópolis: a serra se despia da neblina. Tudo era frescor, calma e tranqüilidade. A temporada de verão, com seus bailes de caridade e leilões de prendas beneficentes no Palácio de Cristal, não começara ainda. As hortênsias cresciam no parque do palácio sob os olhos do homem que um diplomata descreveu como: “alto, um tanto grosso, de barba longa e basta, já branca, passos lentos, finas maneiras […] trajava habitualmente, desde as primeiras horas da manhã, casaca preta. Na lapela, brilhava o ‘Tosão de Ouro’, condecoração excepcional ligada às Cruzadas contra os mouros, e da qual dizia-se ter pertencido ao imperador Carlos V.” Bem cedo, ele deixara as salas mobiliadas modestamente, com paredes caiadas e móveis de assento de palhinha. Saía para suas duchas matinais, no estabelecimento fundado por um francês na rua Nassau. Era o remédio ideal para a artrite que o dobrava de dor. Mas não só.

Banhos eram sinônimos de limpeza exemplar. Limpeza com a finalidade, segundo os médicos, de reforçar os recursos orgânicos. Limpeza legitimada pela ciência: era preciso se lavar para melhor se defender. O resultado não só o deixava mais limpo, como era moralmente eficaz. A ducha afastava micróbios não vistos a olho nu. Ao acelerar a oxigenação, ela favorecia a destruição dos males. Ao facilitar a combustão, agilizava as imunidades, caçando, como um perdigueiro, as bactérias nocivas. Necessário tonificar o organismo, trabalhar os músculos, acelerar a circulação do sangue, ativando energias. Afinal, a pele respirava participando da defesa química do corpo. A água lavava e levava também os maus pensamentos. Assim como as máquinas exigiam a limpeza freqüente de suas engrenagens e a eliminação das escórias, também o corpo humano, uma máquina tão delicada, carecia da expulsão regular de dejetos. A sujeira, entre outros.

Os banhos públicos: a água escorrendo sobre a pele, o sabão de Houbigant misturando seu odor ao dos cremes e talcos. Gestos simples e íntimos repetidos no cenário anônimo, copiado das duchas populares em uso em Paris. O chão liso de cimento e zinco, o jato de água dirigido sobre o corpo. Nada de banheiras ou alongamento dentro da água. Era uma ducha sanitária como tantas que se multiplicaram na França, durante o mesmo século. Nus, os homens passavam em fila. Era o chamado banho de chuva, absolutamente funcional. Lá ou cá na serra, se homenageava Louis Pasteur, sob os jatos e chicotes d’água,

assim como a sua teoria germinal das doenças infecciosas. Pasteur, seu amigo a quem visitara em Paris e que mantinha um busto dele, o imperador, no escritório.

Ele deixava os banhos, limpo e fortalecido. No caminho feito a pé, o velho senhor cumprimentava os passantes com um gesto cortês. As crianças o rodeavam. Ganhavam moedinhas com a sua efígie. No dia anterior, estivera na Corte para assistir ao concurso da cadeira de inglês no Colégio Pedro II. Assistir concursos era um dos seus hábitos. Será que dormitara, mais uma vez? Sentia tanta e tão incômoda sonolência. “Andar assim caindo de sono e dormindo em pé cansa o cérebro e você deve cuidar mais da sua saúde”, dizia-lhe sua amada amiga, a condessa de Barral.

Cansado ou não, não vira qualquer sinal de tumulto. À noite, se debruçara sobre estudos da língua tupi, que julgava — segundo escreveu a Teresa da Baviera, sua prima — ter relações com as línguas asiáticas. Tudo calmo. Por isto mesmo, ignorou o telegrama que lhe foi entregue por seu criado particular, ao se levantar. Nele, Ouro Preto o tranqüilizava. Sim, algo estava acontecendo de anormal, mas o presidente do Conselho de ministros ia tomar providências para conter os insubordinados e fazer respeitar a lei.

D. Pedro II refletiu: não seria a insubordinação de uns poucos que o faria descer a serra. Mas, intuição ou não, na saída da casa de banhos, o imperador andou até a estação, onde perguntou se poderia obter um trem em caráter emergencial. “Sim, Vossa Majestade”, respondeu-lhe o funcionário. Às 11 horas, chega-lhe outro telegrama. O segundo. Ouro Preto lhe participava a destituição do ministério pela tropa revoltada. Alarme. “Vim ao Rio para que se resolvesse o que fosse aconselhado” — diria D. Pedro, mais tarde. Tomou, então, o trem com a imperatriz, serra abaixo.

Já dentro do vagão, da ampla janela de vidro, o imperador descortinava os tons cor-de-rosa do fundo da baía de Guanabara. A Coroa do Frade e o Escalavrado, longa aresta livre de vegetação tal como o dorso de um animal pré-histórico, deslizavam para trás na paisagem. O resfolegar da locomotiva Baldwin embalava seus pensamentos pelos 15,9 quilômetros de estrada, construída pelo barão de Mauá, que o levaria rapidamente até a Guia de Pacobaíba e de lá, em *ferry*, até a Corte.

Ao ritmo da moderna estrada de ferro, tentava ordenar os pensamentos. “Nós dormimos sobre um vulcão […] os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no

horizonte.” De quem eram estas palavras? Ah, sim… De Aléxis de Tocqueville, anunciando as revoluções republicanas na Europa. Mas elas teriam, finalmente, atravessado para estes lados do Atlântico? A melancolia descia sobre o seu semblante, enquanto a neblina subia dos grotões verdes, sugada a esta hora do dia, em direção ao céu. Com a larga testa encostada no vidro, ia pensando: “Pedro Banana”, “Pedro Bobeche”, “Pedro Caju”, “o César caricato”. “Aquele que era senhor de um império e que hoje não é nem senhor de si”, acusou alguém num discurso na Câmara.

A imprensa andava impossível. As caricaturas eram implacáveis. Circulavam na Corte cerca de meia dúzia de jornais satíricos, semanais, que vendiam até 10 mil exemplares. Revistas, então, mais de vinte. A *Ilustrada* vivia até de assinaturas! As sátiras eram um ultraje que suas idéias liberais tinham que suportar. Não se reconhecia nas imagens do velho dorminhoco, do barbudo a olhar as nuvens por uma luneta, distante da realidade. Mesmo seu interesse pelas línguas mortas, a arqueologia, a astronomia, a literatura comparada, ciências que o colocavam entre os grandes do Velho Continente, era motivo de riso junto com suas pernas finas e voz estridente. Bem que a Barral o prevenira. “Quanto aos escandalosos folhetins, isso deveria levar a chicote, e se um dia não se punir severamente libelistas, não sei onde irá parar a realeza.” Houve ainda um mau presságio, um aviso: ao abrir este ano o Parlamento, ao se sentar no trono o cetro lhe caiu das mãos. Ele ouviu alguém dizer: “Foi a primeira vez que isto aconteceu.” Mas ouviu também a resposta: “Será também a última que lhe acontecerá.”

E para onde iria a realeza? Teria ele errado? Fizera mal em voltar à Europa pela terceira vez, deixando Isabel como regente? E o detestado genro, o “corticeiro”, “o agiota sem berço”, dono de casas de pensão, segundo acusavam os boatos? Ora, ele, o imperador do Brasil, estava anêmico. Queria tratar-se com Charcot. E por falar no sábio francês, o que fazer com o neto Pedro Augusto? Ele o preocupava tanto. Daria ele um sucessor à altura? E as vezes que o encorajara a se tornar Pedro III, o que fazer com tais promessas? Mas e os sintomas que presenciara, seriam sinais da terrível maldição dos Bragança?

Ao se dirigir para a estação, arrancada do cotidiano modorrento da cidade serrana, sua esposa Teresa Cristina repetia, entre desconsolada e patética, que estava tudo perdido. Por isto mesmo, trouxera suas jóias consigo. Lembrava-se, com certeza, do triste fim dos Bourbon-Sicília e de seu irmão, Ferdinando II, de alcunha *o Bomba* — bomba por tudo o que destruiu na cidade de Messina quando Garibaldi a invadiu, atrelando o pequeno reino à recém-nascida Itália. O

som das metralhadoras, as camisas vermelhas, a longa guerrilha, os fogos acesos pelos rebeldes nas colinas, enfim, todas as lembranças e informações vindas por cartas e jornais estrangeiros alimentavam seu medo. O marido tentou acalmá-la: “Qual, senhora, chegando lá isso acaba.”

E o que era “isso” que tinha que acabar? Os dois últimos decênios tinham fervido de acontecimentos. Por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou. A Guerra do Paraguai multiplicara os imensos defeitos da organização militar. E tornara visível que os progressos sociais não se tinham consolidado. Graças a Deus, a repugnante chaga da escravidão começava, lentamente, mas muito lentamente, a se apagar. E onde andaria o velho Deodoro? Haveria de ter uma explicação para tudo, não?

O coche do príncipe, a caminho do Catumbi, passou próximo à rua do Ouvidor. O jovem tentou farejar no ar os sinais de algum problema. Nada… Aspecto inalterável. Na perfumaria do Bernardo, substituto do francês Desmarais, os senhores se acomodavam nas poltronas giratórias. Esperavam pacientemente que o barbeiro e o perfumista aplicassem o produto milagroso que carbonizasse os fios brancos às suas cabeleiras de neve. As navalhas amoladas escorregavam em meio às nuvens de sabão. Ouviam-se então as notícias que o *Jornal do Commercio* só publicaria no dia seguinte.

Entre o Hotel da Europa, o melhor da cidade e endereço preferido dos liberais de outras províncias, e o Clube da Reforma, quartel-general do partido republicano, havia intenso zunzum. Mas isto era normal. A livraria dos Srs. Barbosa & Irmão exibia na vitrine *Sonhos D’Ouro*, de José de Alencar, e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. As 12 portas envidraçadas da loja Notre Dame de Paris, sob a direção do Sr. Decap, expunha com esmero fazendas e modas francesas: “Grande venda de fim de ano, preços baseados no câmbio favorabilíssimo.” A não ser a maior animação das pessoas, dir-se-ia nada ter acontecido. Como de costume — comentaria a *Revista Ilustrada* alguns dias depois:

> Passaram pela rua do Ouvidor muitas senhoras e até vimos várias famílias e grupos de crianças. Tão preparado está o nosso país para a República, tão geral foi o consenso do povo a esta reforma, tão unânimes as adesões que ela obteve, que a rua do Ouvidor, onde toda a nossa vida e todas as nossas perturbações se refletem com intensidade, não perdeu

absolutamente seu caráter de ponto de reunião da moda, e teatro do chique nacional.

No dia em que se deu a tremenda Revolução, quando um trono semi-secular caiu, quando a monarquia foi deposta, quando o exército e a Armada pegaram em armas para depor o governo, quando as paixões se desencadeavam, quando o mundo nos julgava a braços com lutas fratricidas, a maior calma reinava na cidade e os cavalheiros e as damas passeavam como de costume nas ruas mais freqüentadas, e vários cronistas, em vez de horrores, levaram a descrever-nos o dandismo do belo sexo e o chique de suas toaletes.

Nas folhas diárias vêm registrados os bailes, os teatros e a tranqüilidade da rua do Ouvidor nos dias 15, 16 e 17. É este um documento honrosíssimo para o povo brasileiro e a prova mais evidente de que sabemos esperar que as revoluções estejam maduras para as colhermos sem esforço e sem lutas. No dia em que a monarquia foi deposta, em que o império deixou de existir e em que a república sorriu aos patriotas, a rua do Ouvidor não se banhou em sangue, não se cobriu de barricadas, não se envolveu no fumo das batalhas! A paz, a ordem e o júbilo reinavam de tal modo que ninguém deixou de ir dar seu passeio habitual, nem as damas, a quem as revoluções apavoram, como avezinhas tímidas à detonação da arma de um caçador, deixaram de comparecer ao *rendez-vous* da elegância e do amor, encantando os revolucionários com os eflúvios de seus olhares e a graça de seus sorrisos arrebatadores.

A rua do Ouvidor, que se pode definir como o espelho de nossa sociedade, como o termômetro de nossas febres, quase que não perdeu o aspecto habitual. Houve a mesma animação e as mesmas toaletes que nos outros dias. Em vez de conflitos, conversações animadas; em vez de sangue, abraços; em vez de ameaças, olhares de inteligência; em vez de guerra civil… Namoros.

Não foi à toa que um dos chefes civis do movimento, o jornalista Aristides Lobo, em correspondência para um jornal paulistano, o *Diário Popular*, diria que o povo assistiu bestializado à proclamação da República. Já os diplomatas estrangeiros não esconderam seu espanto. O conde de Weisercheimb, ministro da Áustria na Corte, escreveu aos superiores dizendo que: “A grande massa da população, tudo quanto não pertencia ao Partido Republicano, relativamente fraco, ou à gente ávida de novidades, ficou completamente indiferente a essa

comédia encenada por uma minoria decidida.” Três dias depois, o cônsul francês foi mais crítico ainda: “Dois mil homens comandados por um soldado revoltado bastaram para fazer uma revolução que não estava preparada, ao menos para já. Informações particulares permitem afirmar que os próprios vencedores não previam, no começo do movimento, as condições radicais que ele devia ter.”

Um destes 2 mil homens, todavia, assim registrou o que viveu naquele dia:

Acordo atordoado. Estão a derrubar-me a casa, arrombam a porta. Uma voz grita ostentoricamente o meu nome.

— Levanta-te! Levanta-te!

— Que há — pergunto, saltando da cama, descalço, embrulhado num lençol, os olhos semicerrados.

Uma revolução. O exército está todo em armas. Levanta-te. Chego à salinha, a minha modesta saleta de trabalho, e vejo com tristeza a janela aberta, o trinco despregado, e o Azeredo, com os cotovelos fincados no peitoril, muito pálido, nervoso.

— Bom-dia!

— Veste-te, homem de Deus.

— Mas, então?

— Veste-te.

Corro ao lavatório, encho a bacia, ensabôo as mãos, esfrego os olhos, enxugo o rosto. Esquecera-me dos dentes — vá agora a pasta, um pouco d’água, opalizada pelo elixir do Dr. Pierre e fricções de escova. A baforar hortelã-pimenta enquanto o meu despertador continuava a recomendar-me que aviasse e andasse rápido.

— Mas há então uma revolução?

— Há sim. O Campo de Santana está tomado pela tropa. Ladário foi ferido e os ministros estão presos.

— Deveras?!

— Oh, senhor, lhe digo… Vista-se!

— Bom… Visto-me…

E atarantado a enfiar as calças, a vestir o colete antes de passar os suspensórios, com o coração aos pulos, em menos de cinco minutos, sem saber como, achei-me pronto, de chapéu à cabeça e a fazer pergunta sobre pergunta: “Como fora a coisa? Quem estava à frente? Tinha havido muito sangue?”

> Saí para a rua quase a correr esbaforido, sem um bonde, sem um tílburi, lancei-me para a praça da Aclamação. Quando cheguei à rua do Hospício não me contive, corri. E esbofado, gotejante de suor, cheguei ao Campo, vendo logo um piquete de lanceiros, mais adiante um grupo de carabineiros e adiante um frêmito luminoso de baionetas nuas, e o povo, num delírio a encher o ar com gritos triunfantes de viva a república.

Ao se referir a este dia, o jornalista Raul Pompéia usou uma expressão feliz: "vertigem de acontecimentos". E assim os descreveu:

> O aspecto da cidade, na manhã de hoje, foi o mais extraordinário e imponente que se pudera imaginar. Nas fileiras da infantaria, sobre o galope irrefreável dos ginetes da cavalaria, de cima dos bancos das carretas carregadas de munições, os soldados se esqueciam da correção disciplinar para expandir-se em vivas à nação brasileira, em saudações calorosas ao povo. A multidão, fraternizando com a força pública, enchia o espaço com o rumor de estrondosas aclamações.
>
> Depois do passeio, em que impressionou profundamente a união de todos os corpos militares da cidade, da cavalaria de lanceiros, cavalaria de carabineiros, artilharia montada, todos os batalhões da infantaria e artilharia, escolas militares, imperiais, marinheiros, fuzileiros navais, até o corpo da polícia da Corte, oitocentos praças que foram mandados contra o general Deodoro e que se entregaram ao comando da sua espada, os soldados recolheram aos quartéis na maior ordem […] festa de entusiasmo de homens robustos fardados de negro, sacudindo ao sol o brilho das espadas e das baionetas, toques de clarins alvoroçados […] foi notável o grande dia de sossego que se seguiu na cidade. Não há notícia da menor desordem […] às onze e meia da noite foi afixado, à porta do *Diário de Notícias*, o boletim com a lista dos ministros do Governo Provisório.

O *Rio News*, preocupado com o rumo dos investimentos ingleses no Brasil, lamentou que os destinos de uma nação se trocassem sem protesto ou resistência. Fora tudo tão vulgar, prosaico e indolor, como se o Brasil tivesse "trocado de roupa", concluía. Capistrano de Abreu, professor de História do Colégio Pedro II, em carta ao barão do Rio Branco, comentaria no mesmo tom: "Quando não havia mais batalhão ausente ou duvidoso, proclamou-se a

república sem que ninguém protestasse.”

Uma última cena encerrou o melancólico espetáculo de incompreensões em que os deputados da última Câmara do Império deram o mais acabado exemplo de covardia. Ao ouvir o som do batalhão que desfilava em direção ao Arsenal de Guerra, precedido e acompanhado de uma turba barulhenta e andrajosa, os deputados largaram seus lugares e correram às janelas. Debruçados, olhavam abestalhados o espetáculo promovido por Deodoro. César Zama, fiel à família imperial, num gesto largo, não se conteve e exclamou: “Viva Sua Majestade o imperador!”

O batalhão parou diante do prédio. Algumas vozes corresponderam. Um engraçadinho gritou mais alto: “Ataca a Câmara!!!”

Foi um salve-se quem puder. Os deputados voaram das janelas, cada qual correndo numa direção. As janelas ficaram vazias, os assentos vagos e, dentro do prédio, se instalou um silêncio envergonhado. Em resposta, se ouviu a voz de comando e o batalhão prosseguiu: um, dois, um, dois.

A revolução se fizera em… seis horas! A sucessão da princesa Isabel ou a do príncipe Pedro Augusto não teria lugar.



O dandy conhecido na Europa como "aquele que vai ser imperador" do Brasil.

Capítulo VII
O início do fim

No paço da Cidade, no dia 15 de novembro de 1889, o aspecto da praça à beira do cais Pharoux era o mesmo dos dias ordinários. Dentro das docas, embarcações erguiam seus mastros com as velas içadas, esperando a mercadoria desembarcada das carroças puxadas por burros. Sacos nas costas, os estivadores enchiam e esvaziavam barcos e armazéns, cortando o ar com seus gritos. Em frente ao prédio em estilo neoclássico, com os toldos puxados para proteger os produtos expostos, a rotunda de ferro e vidro trazida de Paris fazia sombra ao velho prédio do paço. O Arco do Teles dava a passagem para o mercado do peixe, onde donas de casa, cozinheiras, pescadores e peixeiros discutiam preço e qualidade. O Hotel Machado abria as janelas para a rua do Mercado, apinhada de gente. Puçás e cestas imensas se empilhavam em pirâmide. Caixotes de madeira abraçavam legumes. Imensos cachos de banana verde se encostavam pelas paredes. Gaiolas deixavam ver, por entre ferros, tatus, lagartos e filhotes de jacaré.

O lixo por toda parte invadia com o mau cheiro as narinas dos passantes. Funcionários públicos entravam e saíam da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao lado da igreja de São José. Como um dedo em riste feito de tijolo enegrecido, erguia-se a chaminé da alfândega construída por uma companhia inglesa que explorava os serviços de esgoto da cidade. Lanchas a vapor desembarcavam passageiros ao pé de onde funcionara o Externato da Marinha. Um pouco mais à frente, entre a Prainha e a Gamboa, navios mercantes de toda parte, com seus muitos mastros como agulhas descarnadas, se acotovelavam lado a lado com patachos, canhoneiras e cruzadores em repouso. Ao lado do antigo mercado da Candelária, os quiosques ofereciam de tudo: comida, bebida, jornais. Uma ou outra palmeira dobrava-se à brisa do mar.

Tendo chegado à capital por volta das 13 horas, D. Pedro II e D. Teresa Cristina tomaram sua carruagem puxada por seis cavalos. Rumaram direto para o paço da Cidade. Isabel e o marido foram juntar-se a eles. Entre surpresos e respeitosos, os passantes descobriam-se como de costume diante dos príncipes,

que foram recebidos com as honras habituais pela guarda do palácio: toque de corneta, rufos de tambor, continência. Em poucas horas, uma multidão de amigos e membros da Corte reunia-se, inquieta, à volta do prédio. Gente de todo tipo se misturava, da ralé aos grandes do Império.

Neste dia, havia muitos que aguardavam a pirâmide do poder imperial, com seu vértice no imperador, começar a rachar ao meio. A desmoronar. Do interior, através das altas janelas, o que se viam eram centenas de casacas e cartolas pretas. Caras fechadas. Pertenciam a senadores, conselheiros de Estado, diplomatas que já não conseguiam entrar, barrados na porta. Um deles deve ter lembrado de recente entrevista dada por Eduardo Prado à *Gazeta da Tarde*. Nela, o devotado conservador avisara: "Os dias da monarquia estão contados. Os conservadores devem tomar a peito e fazer transição para a república sem abalos, nem efusão de sangue." As notícias corriam. Os portões de São Cristóvão, de onde emanava o poder que decidia as carreiras políticas e os jogos na arena pública, estavam cerrados. O imperador que elevava humildes e abatia poderosos, quase um semideus, se refugiara no palácio de cantaria e taipa de pilão de seus ancestrais. Será que ainda decidia, governava e manobrava? — perguntavam-se os rostos na multidão.

Dentro do vetusto palácio, D. Pedro II parecia manter a maior serenidade. Parecia não se dar conta de que a terra solta, sob seus pés, começava a deslizar. Parecia, também, não estar compenetrado da gravidade dos fatos. Indagado pelo almirante chileno Bannen se queria que este se lhe colocasse à disposição o encouraçado *Almirante Cochrane* para fugir ou resistir, respondeu, lacônico: "Isto é fogo de palha, eu conheço meus patrícios." Os brasileiros eram assim mesmo. Acreditava, sinceramente, que no dia seguinte estaria tudo terminado.

Mas nem todos pensavam do mesmo jeito. "Diante da rapidez com que se operou a mutação de cena, parecia-me estar sob impressão de um sonho, ou antes, de horrível pesadelo", registrou o barão de Muritiba, Manoel Vieira Tosta. Tinha ele, então, exatos 50 anos, um rosto de menino, o cabelo espesso e liso, partido na lateral, os olhos vivos e escuros sob bem desenhada sobrancelha. Era dos mais próximos da família imperial.

> Ecoavam ainda em meus ouvidos [ele prosseguiu] as delirantes aclamações com que, havia pouco mais de um ano, fora vistoriado o imperador, o redivivo, pelo povo que se estendia desde o porto até a longínqua residência de São Cristóvão, e ainda, em dias mais vizinhos, o

entusiasmo em que era aclamado pouco depois do atentado de Adriano do Valle. De época mais afortunada me chegava o eco das manifestações entusiásticas que acompanharam a abolição da escravidão: o desfilar das tropas que a mando do marechal Deodoro, ao passarem em frente da princesa Redentora, lançavam aos seus pés ramalhetes de flores; as palavras do José do Patrocínio, cuja "alma se ajoelhava agradecida, diante dela"; os protestos de dedicação ouvidos por numerosa assistência no Teatro Lírico.

E neste dia…

Uma vasta conspiração militar se organizara com ramificações nas Províncias. Tramada por oficiais e insuflada por um grupo de ideólogos explorando o descontentamento que lavrava no Exército a propósito de certas medidas imprudentes do governo. Não foi difícil contaminar o ânimo de Deodoro, militar valoroso, mas também vaidoso, diziam alguns, induzindo-o a afrontar o ministro, e se preciso a própria monarquia que o general acusava de inimiga da classe militar. O espírito de indisciplina, que, aliás, desde muito fermentava em classes armadas e principalmente no Exército, já explodira várias vezes. Ultimamente se expandira em um discurso que causara verdadeiro escândalo. Ele foi proferido na Escola Militar por Benjamim Constant, em presença do próprio ministro interino da Guerra e da oficialidade do encouraçado chileno *Almirante Cochrane*, atônita de tanta audácia.

Aquele ato de indisciplina ficou impune, dando provavelmente coragem aos conspiradores, cujas reuniões a polícia não ignorava. Sabia-se de boa fonte que o governo fora posto a par do que se passava pelo próprio visconde de Ouro Preto. Mas Ouro Preto acreditava cegamente no marechal Floriano Peixoto, homem de sua confiança. Esperava, com a ajuda de Floriano, poder acalmar a situação e, com o apoio da tropa fiel, debelar qualquer movimento sedicioso. Não contava, porém, com a deserção de militares de altas patentes, com o espírito de camaradagem que os unia e outros fatores sórdidos aos quais, dizia Muritiba, não queria dar "epíteto conveniente".

No meio da tarde, um piquete de cavalaria, com quarenta praças, cercou o palácio. O comandante se apresentou, dizendo-se "às ordens" de Sua Majestade por ordem de Deodoro. D. Pedro reagiu na hora. Não reconhecia no velho

marechal qualidade para dar tais ordens. Confusão e perplexidade se instalavam. As palavras de D. Pedro ao conde d'Eu revelavam sua desinformação. Julgava necessário dissolver os grupos revoltosos. "Fácil é dizer", retrucou o genro, "mas como dissolver os batalhões sublevados? Creio que a primeira coisa a fazer é constituir novo governo, pois o precedente está demitido." Acostumado a centralizar as decisões do gabinete, D. Pedro respondeu-lhe imperturbável: "Eu não aceito a demissão." O genro expôs-lhe a gravidade da situação, explicando que Ouro Preto e os demais estavam na prisão. "Ouro Preto virá falar comigo!", retrucou, olímpico, o imperador.

De fato, o ministro foi libertado por Deodoro a fim de ir ao palácio conferenciar com D. Pedro, sob condição de voltar ao quartel. Chegou sem escolta e por alguns minutos os dois homens, sós e sem testemunhas, estiveram reunidos numa sala. Ouro Preto declarou de maneira alguma poder continuar com o ministério. Uma das razões que alegou foi a deslealdade por parte dos colegas. Sim, fora traído. Não, de nada sabia. Durante a referida entrevista, D. Pedro se mostrou pasmado com o encadeamento dos fatos. Informou ao ministro que não recebera nenhuma informação telegráfica em Petrópolis e que somente soubera dos acontecimentos ao chegar. Em nenhum momento se pensou em mudança na forma de governo. A surpresa era total. Seria mais uma troca de gabinetes, como tantas que ocorreram antes — pensavam todos.

Terminada a conversa, Ouro Preto voltou à prisão no quartel-general. Correu a notícia de que, por sua sugestão, o imperador teria indicado Silveira Martins para construir um novo conselho. Ministro aos 44 anos, ex-presidente de província, o colosso gaúcho, com sua barba aberta e branca e a pele muito vermelha, chamava atenção por suas idéias. Silveira Martins era o "Sansão do Império", conhecido pela defesa dos pequenos, pela luta contra a corrupção e contra o favorecimento de alguns. Mas o político estava longe, há dias de viagem. Além disso, não tinha boas relações com Deodoro. Muitos os consideravam inimigos. Tinham dividido o amor de uma mesma mulher na mocidade. Ele não chegaria a tempo. Os ponteiros corriam.

A crise era grave. O Exército obrigava todo um gabinete a se demitir sem que esta decisão passasse pelo imperador. E parecia não haver solução alternativa. Ao correr a notícia de que o imperador iria indicar um conservador para o lugar de Ouro Preto, a inquietação se generalizou. D. Pedro II relutou em convocar extraordinariamente o Conselho do Estado. Às 17 horas, após o jantar, com o apoio de dois conselheiros que se encontravam no palácio, a princesa Isabel fez expedir circulares aos demais conselheiros convidando-os a

comparecer com urgência ao paço. Mais uma tentativa desesperada se esboçava. Urgia uma solução para a crise. Enquanto a princesa lutava para não entregar os pontos e o imperador resistia a enxergar a realidade, o príncipe Pedro Augusto sumira! Não estava em parte alguma, nem dera notícias. Na verdade, ele foi buscar orientação entre seus partidários. Se fosse uma simples mudança de gabinete imposta pelos militares, talvez fosse um bom momento para assumir.

Enquanto o príncipe sonhava, o imperador ia se mostrando, mais do que nunca, ensimesmado, secreto e inabordável. Era um homem de seu tempo, um romântico. Ser romântico era algo mais do que ter uma estética e uma filosofia. Era um modo de pensar, sentir, enamorar-se, combater, viajar. Era, também, um modo de morrer, assim como de extinguir-se politicamente. Nesta manhã, o mundo lhe parecia envolto num sudário. Seus conhecimentos científicos, que o faziam crer que a realidade não era mais que o resultado de leis físicas, de reações químicas, tudo encadeado num determinismo perfeito, o interpelavam.

Triste? “Mas quem sabe se a verdade não é triste”, dizia Renan, um dos seus autores favoritos. Por quê, agora? E as ciências não eram suficientes para acalmar as decepções. As más notícias doíam. Amigos próximos davam conta do descontentamento das Forças Armadas. Quanta decepção em saber que Deodoro era o centro dos acontecimentos. Abatido, o monarca se deixou levar por um fatalismo pessimista. Achava-se desgostoso diante da ingratidão do velho marechal, antes um interlocutor. Condecorara-o meses antes com uma das mais altas comendas do Império, a Ordem da Rosa.

Cansado, o soberano se fechava em sofrimento e perguntas. Mas seria tal atitude um suicídio político? Não. Talvez uma repetição; repetição infeliz do que acontecera a seu pai quando da renúncia ao trono brasileiro. Como o pai, ele também se sentia desertado e atraiçoado. Logo depois do ato de abdicação, redigido e firmado, o que fez sozinho no escritório, D. Pedro I quis partir, embarcar na nau inglesa, surdo a todos os rogos de retardar o momento definitivo do rompimento. “O que desejo é cobrir o rosto com um véu para não mais ver o Rio de Janeiro”, registrou. Pois o filho estava prestes a fazer o mesmo. Como um rio, o passado parecia fluir desembocando no presente. Triste presente, presente feito de medo, de insegurança, de solidão.

Isabel, por sua vez, também fora pega de surpresa. Ficou chocada ao saber que José do Patrocínio, abolicionista com quem mantinha as melhores relações,

dirigira-se à Câmara Municipal à frente de pequena massa de populares, decidido a proclamar a República. Ficaram sabendo também que Deodoro, secundado por Bocayuva, assinara a moção redigida por Benjamim Constant e lida das janelas da Câmara ao povo na rua. “Estava extinta a monarquia no Brasil!” O povo dera vivas à Marinha, ao Exército e a Deodoro, chefe dos republicanos.

André Rebouças, íntimo seu, contaria mais tarde que a tudo assistiu das janelas do jornal *Cidade do Rio*, na rua do Ouvidor. Viu, sim, o marechal Deodoro desfilar frente à artilharia montada, bicórnio erguido, saudando os que se postaram nas sacadas. A imagem circularia nas revistas, alguns dias depois. Ele tentou defender o edifício da Escola Politécnica, auxiliado pelo secretário da mesma. Mas teve que ceder diante do povo comandado pelo jornalista e propagandista da República Antonio Silva Jardim, adversário ferrenho da família imperial, que atacava em artigos e charges na imprensa.

Ao final do dia, no paço, reinava uma atmosfera glacial. Lentamente, afluíam os conselheiros convocados. A desinformação era a tônica do grupo palaciano. Alguns políticos tarimbados achavam mesmo que “a crise não ia durar”. Mais excitado, o conde d’Eu insistia para que o imperador entrasse em contato direto com Deodoro. Todos sabiam que D. Pedro costumava vacilar diante dos fatos. E dito e feito. Nada ficou decidido. Todos pareciam acreditar que esta era mais uma crise de confiança no governo. E não uma revolução.

Chegava o fim da tarde, hora do lusco-fusco, hora em que as pessoas sensíveis se confiam e em que os criminosos se confessam. Neste ambiente, D. Pedro II parecia longe. Intuía, talvez, que o baú dos segredos de família estivesse prestes a ser aberto. Segredos que escapavam em espiral, que se escondiam atrás das aparências enganosas, que ondulavam como cobras. No país do entrudo e do carnaval, era tempo de tirar as máscaras. Chegara o príncipe. O jovem personagem não queria se acomodar ao destino que se lhe impunham. Era preciso contorná-lo. Mas como fazê-lo dentro das regras da etiqueta palaciana? Era proibido manifestar sentimentos e intenções livremente. Proibidos os impulsos, os insultos e o gesto natural. Obrigatório usar de polidez e civilidade. Mas numa crise como essa, o que fazer? Como abordar a questão? A vontade era de dizer, como o poeta francês, “levantai-vos desejadas tempestades!”

Dentro do grande salão, o clima era de choro e ranger de dentes. Os raios de sol poente que entravam pelas largas janelas de cantaria incendiavam a cabeça

branca do imperador e os cabelos cor de mel do príncipe. No sangue de ambos, fermentava uma única questão: o destino do império. Para o velho, o fim. O melancólico fim. Para o jovem, a legitimidade. Legitimidade prometida desde a mais tenra infância. Legitimidade que lhe foi usurpada quando nasceu seu primo, Pedro, o príncipe do Grão-Pará, e o avô deixou de considerá-lo seu herdeiro legítimo. Legitimidade que poderia ser recuperada mesmo sob uma república. Aquela da qual ele seria o monarca soberano. O príncipe Luís Napoleão de França não foi presidente?

O velho avô pensava na fotografia feita alguns meses antes e oferecida aos amigos, os viscondes de Santa Vitória: a família reunida. Os dois filhos de Leopoldina emoldurando a cena. À direita, Augustinho sorridente, brincalhão, as mechas louras divididas na testa. À esquerda, Pedro Augusto. Sombrio, austero. Seu olhar evitava o centro da foto, em que a avó acariciava o bracinho torto do príncipe do Grão-Pará. A "mão seca" dos Orléans. Mas não era só o bracinho torto que o incomodava. Era todo o resto. O fato de que o pirralho viera substituí-lo na ordem da sucessão.

Da câmara de paredes caiadas, se via ao fundo a baía da Guanabara e o mar oleoso e inerte. No centro do salão, o espetáculo era patético. Frustrados: o neto e a filha. Ele, o monarca, esmagado por uma angústia física e metafísica. Nada previra para protegê-los e, paradoxalmente, os adorava. Ambos eram sua vida. Ambos cheios de cálculos, abarrotados de objetivos secretos, conspirando um contra o outro. Mas ambos, também, amáveis e comoventes. Da mesma maneira — terrível memória! — que sua irmã conspirara contra ele. A lembrança veio inteira, aos borbotões.

Sim, ele conhecia este sentimento. Ele também temera, e muito, perder o seu império. Januária seria a herdeira presuntiva do trono, se ele não tivesse tido filhos. Seu primeiro pretendente, o príncipe de Carignano, por exemplo, deixara esta aspiração clara nas negociações matrimoniais que não foram adiante. Quando o conde d'Áquila, irmão de Teresa Cristina, conheceu Januária, sua futura cunhada, se apaixonaram e casaram, os boatos começaram a correr. Intrigas se multiplicavam. Ele e D. Januária conspiravam contra o jovem monarca, de espírito ainda suspeitoso e infantil. Corria que, sob a batuta do marquês de Paraná — assim diziam criados e camaristas —, se tramava a conjuração que fariam da princesa, a imperatriz do Brasil. O fosso entre os cunhados se acentuava. O ministro da Áustria, diplomata em serviço na Corte, relatava:

> O jovem imperador não soube tornar-se popular. Não se lhe pode fazer nenhuma acusação fundada, mas os seus hábitos, o seu aspecto frio e reservado, o põe muito distante de todas as classes influentes da sociedade para que ele possa contar com elas num momento de crise […] isolado de todos os partidos, de todas as classes influentes, o imperador não tinha outro apoio senão a profunda veneração de todas as classes da população pela princesa Januária. Com a sua influência, ela poderia formar um partido no caso de necessidade e prestar imensos serviços ao seu augusto irmão e à monarquia. Por isso o partido republicano não pôde conter a sua satisfação por ver destruída essa barreira entre o trono e a realização de seus funestos projetos. A posição do imperador está bastante comprometida.

Meu Deus! Quantos anos lá se iam? Ele tinha só 19 anos. Poderia ter sido ontem. A troca de acusações no paço. O mutismo e a habitual frieza em relação à irmã e ao cunhado. A ausência deles no seu aniversário. Ou no teatro, na frisa da família imperial. Enfim, a permissão, conseguida a fórceps, depois de várias ameaças, para que deixassem o Brasil. E o tapa na cara simbólico: partiram ambos, numa fragata francesa, como fugidos. Fugidos, que vergonha! Fugiria ele agora? Seria Isabel tão detestada, como ele fora então? Seria ela tão impopular quanto ele era aos 20 anos? Pedro Augusto, o neto, não teria mais bem assegurado o trono brasileiro? Afinal, era um homem.

Nesta noite, o velho monarca era incapaz de qualquer lucidez. O pacto de fidelidade tinha sido quebrado. Rompido de novo. Sentia-se traído pelo seu "povo", por sua família. Fidelidade e infidelidade, duas formas opostas, uma virtuosa, outra não, de memória. Esmagado pelas questões, viu neto e filha se defrontarem. E foi sob aparente controle que a discussão teve início: discussão no tom de voz recomendado pelos manuais de boas maneiras.

A troca de acusações começou com uma reação do príncipe Pedro Augusto. Ao perceber que estavam todos reféns, ele se propôs driblar a guarda e escapar pela porta do palácio que dava para a rua do Carmo. Queria falar aos rebeldes, fazer algo em favor da família imperial. Tinha simpatias republicanas e conhecia alguns membros da conspiração. De início, o imperador parecia não ouvir. Estava submerso numa espécie de serenidade misturada à repugnância pelos fatos. Lentamente e sob a artilharia da argumentação do neto, as forças de defesa de sua calma interior o abandonaram. O avô irou-se. Acusou-o não de não querer ajudar. Pior. De querer fugir. Sim, fugir. De ter "trabalhado" junto

com os conspiradores. E de ter “participado da revolução”. E sua ligação com Wandenkolk? Em troca, receberia o trono tão desejado. Todos sabiam de suas simpatias pelo outro lado. Havia alguém, alguém muito especial, que lhe prometera mundos e fundos… Alguém entre suas amizades, que não eram poucas. Alguém entre suas amizades republicanas.

Acusação injusta, refutava o rapaz. Só ficara sabendo da sublevação das forças comandadas pelo marechal Deodoro e da deposição do gabinete Ouro Preto naquela manhã do dia 15, quando deu sua volta a cavalo. Fora mesmo informado do “assassinato” de Ladário! Não estando a par dos acontecimentos, é certo que não conspirava. Não havia nenhum informante em especial. As palavras ricocheteavam. Ele tentava se explicar. De volta do passeio, almoçara, fora visitar seu amigo conde de Maia Monteiro com quem ficara até as cinco horas. Não sabia que os avós estavam presos. Foi ao voltar ao palácio Leopoldina, em conversa com amigos, que ficara sabendo que os demais membros da família se encontravam no paço da Cidade.

Apesar da frieza do tom, o imperador seguia fustigando o jovem com acusações. A princesa Isabel e o conde d’Eu se juntavam a ele. Multiplicaram-se as incriminações, as denúncias. Ele tivera parte em tudo. Sabia de tudo. Conspirara em favor de sua própria ascensão ao trono do Brasil. O príncipe se defendia: não tinha tido nenhuma participação entre os revoltosos. Prova disto é que estes haviam pensado em retê-lo como refém “para impor a vontade ao imperador”. E não fora a primeira vez. Não quiseram raptar o imperador, ainda menino de cueiros, como parte do plano de restauradores para que seu pai voltasse ao Brasil? Por que não ele, seu neto favorito? Não viera ao Brasil, enviado pela 3ª Internacional, um certo Dr. Ford, técnico em golpes e conspirações, com a finalidade de raptar toda a família imperial? Seqüestro que fariam em meio a um espetáculo de gala na Escola Militar? Pois queriam seqüestrá-lo também. Mas os revoltosos — ou alguns deles — tinham um objetivo: obrigar o velho avô a mudar a sua sucessão.

Tanta desconfiança tinha uma origem: o jovem príncipe previra a revolução. Previra, pois tinha interesse em que ela se realizasse. Seria a abertura para que seu grupo o entronizasse. O que o jovem nunca supôs é que esta poderia tomar uma “forma tão violenta e brutal”. “Previra-a” — justificou-se, mais tarde — “como uma conseqüência necessária dos últimos abusos oriundos do estado de debilidade do chefe de Estado”. E se não tomou nenhuma iniciativa para contê-la, explicou: “Foi, primeiro por se achar tolhido pelo estado de sítio” — referia-se à prisão no paço. “E segundo por ter antes de sua pessoa a do imperador, que

nada resolvia e não deixava resolver.” D. Pedro tinha o terrível hábito, criticado pela imprensa, de “bailar e fazer bailar seus ministros”. Era a dança constitucional que engessava o jogo político. Que a todos imobilizava mesmo nas crises. Nem para a frente, nem para trás, tudo ficava na mesma.

Essa previsão dos acontecimentos ele tivera ainda na véspera, isto é, na noite de 14 de novembro. Conhecia gente ligada aos liberais e aos republicanos. Seus avisos, contudo, foram considerados por amigos seus e do avô como resultantes de um estado mental não muito equilibrado. Estado — acreditava-se, na época — creditado às mudanças que acontecem na circulação e no sistema nervoso nestes anos da juventude. Entre os amigos, encontrava-se o visconde de Taunay, que não acreditava nas revelações do jovem príncipe, pois este acusara, várias vezes, a tia e o tio de quererem envenená-lo. Verdade ou mentira, pouco importava. Suas acusações demonstravam duas coisas: que a despeito das regras sucessórias, ele, Pedro Augusto de Saxe e Coburgo, não abandonara a idéia de tornar-se imperador do Brasil. E que era odiado por seus tios.

Na noite do dia 15 para o dia 16, de repente, tudo desmoronou. Não apenas o regime. A família, também. Seus membros se digladiavam numa guerra interna. Irrompia a luta de gerações. Fora do paço, um Governo Provisório se estabelecera e o movimento militar iniciado contra um ministério terminara com a derrubada da monarquia. Mas não só: a república atingira os membros da família imperial em cheio. Nunca mais seriam os mesmos. O golpe roubara-lhes o sorriso, o olhar e a alma. O aspecto da cidade acompanhava o ambiente. Era lúgubre. As patrulhas armadas de clavinas embaladas os mantinham reféns. Eram prisioneiros dos militares e de si mesmos. De seus sonhos frustrados.

Alta noite, enviou-se uma carta a Deodoro. A idéia da família imperial era convencer o chefe revolucionário a voltar atrás. Às 11 horas, um major serviu de pombo-correio. Às 2 da madrugada do dia 16, ele voltou com a resposta verbal do velho marechal. Deodoro o recebera deitado, pois sofria um ataque de dispnéia, e lhe dissera que a República era um fato consumado. Não aceitava propostas, nem cedia coisa alguma. Os planos já estavam feitos e as pastas do novo governo distribuídas. Mais — e esta acusação doeu! —: que o culpado de tudo era o conde d’Eu — opressor do Exército.

Enviado para amenizar as dificuldades operacionais das forças brasileiras durante a Guerra do Paraguai, Gaston metera os pés pelas mãos. Uma manobra desastrada levou muitos soldados a morrerem de fome. Ele não conseguia manobrar contra a indisciplina da tropa. Solicitou, várias vezes, sua saída da

frente de batalha, pois achava “ridículo, para o Brasil, fazer esforços para agarrar um fantasma”. Isto enquanto as tropas enfrentavam pântanos, doenças e resistência dos inimigos. Ele era visto pelos soldados como um boneco de luxo.

O francês regressou inseguro e dependente. Devastado, segundo confessou ao pai. Marcado por uma “repugnância invencível por qualquer trabalho prolongado”. Morto, Solano Lopez virou um mártir. E ele, o “marechal da vitória”, uma caricatura. Jamais fora perdoado pelos oficiais que se bateram nas trincheiras e que, sob frio e fome, arrancaram a vitória aos charcos paraguaios. Na resposta de Deodoro estava implícita outra idéia: a de que um terceiro reinado com o casal Isabel e conde d’Eu jamais seria aceito pelos militares.

O imperador se recolhera, e Isabel acolheu o mensageiro com fria dignidade. Hora e meia mais tarde, gritos e tiros de espingarda na escuridão da praça. “*Viva o imperador!*” Eram alguns marinheiros leais à monarquia, tentando um desembarque, logo frustrado pelas tropas leais ao golpe. Na cama, o velho monarca lembrava de outras noites de angústia neste mesmo paço. Seu pai abdicara para salvar a honra e não ferir a Constituição. Deixara o poder com a multidão em desvario e baionetas ensarilhadas no Campo de Santana. Abdicou como o último dos Bourbon de França. Também seu pai pensara em resistir, retirando-se para a fazenda de Santa Cruz. Nada mais fácil do que ele ter ficado em Petrópolis e, de lá, se enfurnar em Minas. Mas não. No fundo, não queria uma só gota de sangue brasileiro derramado por sua causa.

Lembrava-se do pai lendo silenciosamente a intimação para deixar o país. Lembrava-se que, depois, sentado a uma mesa, de punho firme, escreveu a resposta. Entregou-a ao oficial que se foi. Lembrava-se do embarque do 7 de abril, dos motins, da inquietação dos cortesãos, da preocupação do pai, das despedidas, dos conselhos, da partida, da transmutação dos ânimos com a abdicação e os festivos rumores da sua aclamação. O pintor francês Jean-Marie Debret o retratara numa daquelas janelas. Tinha 5 anos e estava ladeado pelas irmãs. Os membros da municipalidade, com suas vestes tradicionais, se aproximavam a cavalo para saudá-lo. A população entusiasmada invadiu o mesmo palácio, agora mergulhado em silêncio e abandono. A tropa apresentava ao jovem soberano suas armas ornadas de folhagens com as cores nacionais. O primeiro Pedro abdicara em nome de Pedro II, seu amado filho. Por que ele não abdicara em favor do amado neto Pedro, repetindo a mesma situação? Sim, seria Pedro III. Adormeceu embalado em lembranças e se perguntando por seu povo que dormia também.

Na câmara à qual se recolhera, o príncipe Pedro Augusto sentia chegar uma velha sensação conhecida. A de abandono. Tinha perdido todas as certezas. A violenta discussão com o avô e os tios lhe parecia o presságio do fim do mundo. Do seu, pelo menos. Já não estava mais protegido por pessoas queridas, nem amizades. As recordações felizes dos projetos que fizera para o III Reinado pareciam escapar à medida que o relógio avançava. Sentia-se coberto de pó, como se trouxesse sobre os ombros os restos pulverizados de suas esperanças perdidas. Sentia compaixão por sua própria solidão e infelicidade. Uma corrente de mal-estar o fazia morder os dedos, empalidecer e balbuciar palavras de sentido obscuro. Não dormiu até ouvir ao longe o canto dos galos. Raiava o dia.

Pela manhã, a aglomeração de gente vista das janelas aumentava. Começava o que o escritor Raul Pompéia, observador do momento, chamou de “misteriosa eliminação de um imperador”. Passados os discursos e depois do regresso das tropas aos quartéis, o novo governo que derrubara o poder com facilidade e sem derramamento de sangue tinha um problema: desembaraçar-se da família imperial. Tendo a simpatia de alguns republicanos, como Bocayuva, Constant e Deodoro, os Bragança não contaram com a simpatia de Rui Barbosa, que achava que a família imperial não podia coexistir com a República. Era perigoso demais. Como fazer se ninguém tinha coragem de enfrentar o imperador?

Na tarde do dia 16, no salão das Damas, interior do paço, uma comissão composta pelo major Frederico Sólon, comandante das tropas que cercavam o paço, e dois oficiais de baixa patente se apresentou. Portavam a terrível mensagem de banimento do país. Invocando o “voto nacional”, Deodoro ordenava à família imperial que deixasse o território em 24 horas. Sempre num ambiente de respeito, Sólon pediu para se entrevistar com o monarca. “O imperador” — registrou o barão de Muritiba — “recebeu-o com serena dignidade e aquele natural ar de majestade que tanto respeito impunha aos que dele se cercavam, e lhes disse que podiam se retirar e que convocá-los-ia logo que houvesse formulado sua resposta.” Retirou-se o jovem major.

Diante do grande envelope selado, alguns poucos: o neto, a esposa, a filha e o genro. Dos amigos, os barões de Muritiba e Loreto, o médico pessoal, Mota Maia, e mais uma ou duas pessoas. Em seguida, o imperador se dirigiu a um canto do salão e o barão de Loreto, que o acompanhava, leu em voz alta o texto intimidante da mensagem. Ao se inteirar do conteúdo, o velho monarca exclamou: “Eu parto e parto já!” E que se não fosse pelo país, para ele, pessoalmente, era um alívio. A imperatriz e sua filha desabaram em choro. E o

príncipe viu cair por terra os sonhos.

Desconsolada, Isabel manifestou desejo de ir ao seu palácio a fim de se preparar para a viagem. Tinha objetos de estimação que queria resgatar. A resposta foi polida, mas cortante, já demonstrando a mudança da situação: só acompanhada por um piquete de cavalaria. Ficava combinado que a família imperial embarcaria no dia seguinte, às 17 horas. Depois de longo tempo, se redigiu a resposta ao Governo Provisório. O imperador escreveu, trêmulo, apesar de sua fisionomia serena, a resposta aos golpistas:

> Após haver tomado conhecimento da carta que me foi remetida a 16 de novembro, às 3 horas da tarde, resolvi me inclinar diante das circunstâncias e partir amanhã para a Europa com toda a minha família. Aqui deixo este país que me é tanto afeiçoado e ao qual me esforcei de dar provas de minha solicitude e de meu devotamento por quase meio século; guardarei sempre o sentimento de benevolência para o Brasil e farei votos para sua prosperidade.
>
> D. Pedro d'Alcântara.

E para a família ou os amigos que lamentavam o desastre com a vitória dos republicanos, ele respondia: "Pois se tudo está perdido, haja calma. Eu não tenho medo do infortúnio." As palavras de Coleridge, um dos seus autores favoritos, cabiam como uma luva: "Uma dor sem tormentos, vazia, sombria e morna / uma dor sonolenta, sufocante, sem paixões / impossível de expressar ou aliviar / por palavras, suspiros ou lágrimas."

O príncipe entendeu que aquele jogo estava perdido. Não perdeu tempo e enviou, ele também, uma carta. O interlocutor era o conde de Maia Monteiro, seu confidente.

"Estamos presos e incomunicáveis. Seja feita a vontade de Deus! Dou-lhe plenos poderes para entender-se com o Bruno de Oliveira, meu mordomo, ou com o Catramby" — referia-se a seu amigo, o desembargador —, "a fim de liquidar os meus negócios. Há jóias e duzentas apólices no cofre. Reserve vinte apólices para saldar as minhas dívidas. Adeus, um abraço muito apertado do amigo e saudades aos seus todos do Pedro Coburgo."

À noite, foram todos descansar. Algumas pessoas tiveram licença de sair para os arranjos necessários. Não longe dali, um oficial da cavalaria percorria as ruas da cidade, gritando: "O general Deodoro manda dizer que o povo pode ficar tranqüilo. A cidade está entregue à guarda do 7º Batalhão da Infantaria e

morrerá o ousado que tentar arrombar uma porta.” Recolhidos aos aposentos, repousavam os Bragança da fadiga de tão agitado dia quando, à 1 hora e 30 minutos, bateu à porta do conde d‘Eu o major Guilherme Lassance, seu mordomo. Dizia ali se achar o general José Simeão e o tenente-coronel Mallet, mandados pelo Governo Provisório. Ambos vinham convencer os membros da família imperial da necessidade de embarcar sem demora. O embarque rápido evitava que se articulasse àquela hora qualquer esboço de reação. Nenhuma demonstração de simpatia, por parte dos monarquistas ou do povo, teria chance de ser bem-sucedida. O tio acordou o sobrinho. Enquanto esperavam por D. Pedro II, os prisioneiros mal despertos foram se reunindo no salão principal do palácio. Isabel, muito nervosa, interpelava, aos prantos, o coronel encarregado da suja operação:

“Sr. Mallet, como é isto, os senhores estão doidos? Que lhes fizemos nós? Senhor Mallet, é aqui que tenho minhas afeições! Os senhores estão doidos.” Soluçando, temia por seus filhos, ainda em Petrópolis. O militar a consolava dizendo que o governo estava empenhado em reuni-los o mais breve possível. Uma aparição silenciou a todos: a do imperador de casaca, cartola à mão. Impermeável e frio, perguntou: “Que é isto? Vou embarcar a esta hora da noite?” Em tom respeitoso, Mallet disse que convinha ao Governo que o embarque acontecesse antes do amanhecer.

— Que governo? — indagou D. Pedro.

— O governo da república.

— Deodoro também está metido nisso?

— Está, sim, senhor. Ele é o chefe do Governo.

— Então estão todos malucos.

“Papai quis saber do motivo que fazia precipitar sua partida, declarando que só consentia nisso para evitar conflito inútil”, contou, depois, Isabel. Não era fugido, não ia embarcar clandestinamente, rugia. E que só embarcaria à luz do dia e não como um trânsfuga. O problema, explicava Mallet, era o risco de derramamento de sangue. Ao que o ancião replicou: “Ah! Então não é o povo que me manda embora; o povo me quer bem e tudo isto aí é obra da indisciplina do Exército e da Armada.”

De fato, alheio a tudo o que se passava, o povo podia e quereria reagir. A família imperial era adorada. Mas o almirante Foster Vidal acrescentou outro argumento. Além da exposição da família à curiosidade de todos, receavam-se manifestações desagradáveis por parte dos estudantes. Alguém podia disparar

um tiro! E ouviu, em resposta: “E quem faz caso de estudantes.”

Mas, para além das perdas afetivas, havia, também, as financeiras. O temor de desembarcar no exílio sem tostão afligia mais a alguns do que a outros. Obrigados a deixar o país na segunda quinzena do mês, quando já teriam gastado a maior parte da dotação, ou mesada que recebiam, como chegar a Lisboa dispondo de limitada quantia? Jóias, coisas de valor não estavam ali. Não passaram por S. Cristóvão, pelo paço Isabel ou Leopoldina, onde residiam e onde se encontravam os objetos mais ligados às suas vidas particulares. O velho imperador só não se separou de seu exemplar raríssimo dos *Lusíadas*, uma edição de 1572, que trouxera para ler durante a viagem de trem. Mas, isto, de pouco servia. Os dinheiros não eram muitos. Como pagar as contas? Onde se instalariam na Europa?

Com todo o tato, o mesmo Mallet foi explicar à princesa que o Governo Provisório resolvera colocar amplos recursos à disposição da família imperial. Não sabia que este era um assunto do qual não se falava entre aristocratas; “com o coração partido de dor vêm falar-me em dinheiro!”, retrucou, escandalizada! A princesa, por sua vez, desconhecia que, horas antes, seu marido, previdente, enviara o mordomo, major Lassance, ao quartel-general onde estavam reunidos Wandenkolk, Bocayuva, Benjamim Constant, Floriano Peixoto e Rui Barbosa, que contaria o fato, anos depois:

> Expôs então S. Ex. que as circunstâncias financeiras de Sua Majestade eram sumamente difíceis e melindrosas; que seus débitos montavam em uma quantia considerável e que a situação da família imperial, obrigada a deixar o país em tais circunstâncias, sem ter que acudir às suas dívidas para com os seus credores, era vexatória e desagradável […] perguntei em quanto seria necessário Sua Majestade o imperador para sair dessas dificuldades, para se desempenhar de suas obrigações com os seus credores. Figuramos cifras, perguntamos se 4 ou 5 mil contos seriam suficientes. Respondeu que 5 mil contos bastavam. Assinado o decreto, o mesmo foi levado e entregue nas mãos do Sr. conde d’Eu e, ao voltar nosso emissário, nos comunicou que o príncipe, esposo da herdeira presuntiva da Coroa, havia recebido o nosso ato com expressões de satisfação e agradecimento, dizendo que outra coisa não era de esperar de seus amigos, os Srs. Benjamim Constant e Quintino Bocayuva. […] O decreto fazendo ao ex-imperador a outorga dos 5 mil contos ficou na posse daquele que o havia recebido.

Imersos em dor, os membros da família se puseram em lento movimento. As mulheres, em lágrimas, abraçavam e se despediam de suas amigas. O mordomo do imperador, o velho Bernardo, beijava-lhe as mãos em pranto. Às 2 horas e 46 minutos de domingo, dia 17 de novembro, se desenrolou a etapa mais melancólica do drama. A família imperial deixava o paço. Tal como seu pai, que quando partiu para o cais de embarque foi acompanhado pelos gritos de desespero de suas negras de serviço, também o imperador viu chorar seus criados. A diferença é que seu pai embarcara magoado. Pedro II trazia os olhos fixos, frios e irônicos.

Com cuidado, deu o braço à filha, enquanto o genro conduzia a velha imperatriz. Atrás seguia o príncipe. Só. Desnorteado. Com enorme solenidade, desceram as escadas do paço imperial. Os passos e saltos ressoavam no chão frio e no silêncio da noite. Na escuridão da praça iluminada apenas pelos lampiões a gás, os soldados de guarda apresentaram instintivamente as armas. O velho imperador tirou o chapéu, à maneira de despedida, sem pronunciar palavra.

No portão principal, havia apenas uma carruagem com escolta militar. Nela entraram os dois velhos monarcas, Isabel e Pedro Augusto. As demais pessoas, inclusive o genro, seguiram a carruagem a pé, silenciosamente. As fisionomias torcidas pela dor, os soluços abafados, tudo lembrava um cortejo fúnebre. Cruzaram tristemente o espaço que separava o paço do cais Pharoux. À volta deles, os prédios escuros pareciam se fechar sobre a tragédia, como que evitando que alguém de fora visse a cena.

Coube a Raul Pompéia condensar o desfecho da cena: “Sentia-se ali como que uma atmosfera de vago terror, como se a calada da noite, a escuridão do lugar, a amplitude insondável da praça evacuada respirassem a presença de uma realidade formidável. Sentia-se todo aquele imenso ermo ocupado pela vontade poderosa da revolução. Em cima, o céu tristíssimo povoado de nuvens crespas, muito densas, que um luar pálido bordava de transparências pálidas.”

No momento de entrar na lanchinha que os levaria ao paquete, enquanto o conde d’Eu apressava o embarque, D. Pedro, revistas embaixo do braço, repetia: “Para que tanta pressa; não vamos fugindo.” Havia amargura no semblante de todos. Mas, num dos atores da cena, se abria uma fissura para sempre. Algo se partia. O mundo irretocável do príncipe louro começava a desabar. Em meio ao que restara da família, ele se sentia só. Completa e devastadoramente só. Inteiramente traído. Nas últimas horas, um conjunto de

circunstâncias lhe deixou a sensação de árida infelicidade, como quando se quebra algo que se deseja muito. Toda a paz interior e exterior lhe fora arrancada. Sentia-se como uma esponja pesada. À medida que a lanchinha que levava Pedro Augusto se aproximava do imenso casco do *Parnaíba*, ele era dominado pela sensação de que algo horrível iria acontecer. Muito agitado e mergulhado num sofrimento ansioso, ele ameaçava "eu faço alguma asneira; estou furioso". Sombrios pensamentos o atemorizavam. "O senhor acha que há perigo de vida?", perguntava, sem cessar, ao almirante Foster Vidal. Onde estaria Wandenkolk, que afinal lhe dera tanta corda? E Bocayuva, que indiretamente o apoiava?

Mantidos a distância pelos guardas, alguns diplomatas e amigos acenavam consternados. Uma lancha pequena comandada por escolta da Escola Militar aguardava os outros deportados para levá-los ao cruzador *Parnaíba*. Ao entrar na lancha, D. Pedro cuspiu uma única frase: "Os senhores são uns doidos!" Foi um embarque noturno, incerto e furtivo: para os que assistiram a ele, era escandaloso ver um homem que governara por meio século banido como um degredado. Nada levava consigo, além da família. Uma família em pedaços.

O espanto tinha paralisado a todos. Nenhum deles quis ver a chegada da tempestade. Anos depois, alguns lamentariam que o imperador não tivesse ficado em Petrópolis, que ele não tivesse disposição para lutar pela Coroa, que a opinião pública não se manifestasse, que não se formasse um novo governo para entrar em entendimento com Deodoro. Outros diriam que eles não teriam apoio de militares para enfrentar uma luta armada e que a aversão que as Forças Armadas sentiam pelo gabinete Ouro Preto não dava para negociar. Outros, ainda, comentariam a teimosia do imperador em aceitar que Deodoro se sublevara. Ele jamais acreditou na gravidade da situação. Olhava à volta, das janelas do paço, e o que via eram os transeuntes que iam e vinham da estação de barcas de Niterói.

O piquete que encontrara, ao chegar, era chefiado por um reles alferes, que se apresentara dizendo-se mandado por Deodoro para se pôr às ordens do imperador. Tudo foi mudando com o cair da tarde e a tentativa de reunir um conselho de Estado. Durante a reunião, não tocou sequer no assunto que palpitava, mas preferiu discorrer sobre detalhes da viagem que o trouxera da serra à Corte. Os que entravam no palácio diziam aos familiares do monarca que a coisa não duraria. Entre discussões, tergiversações e desvios guardaram, até a hora do embarque, a sensação de que ainda reinavam.

O traslado foi difícil. Chovia. Riscos de escorregões e afogamento não faltaram. O imperador tinha as pernas fracas, a imperatriz era pesada e coxa. Custaram a ser içados para o deque. Enfim, todos reunidos no tombadilho diminuto do *Parnaíba*, alguns, entre eles o imperador, aguardaram o nascer do sol. Pelas dez da manhã, os filhos de Isabel chegaram de Petrópolis e foram imediatamente embarcados. “Em tudo notamos receio e atrapalhação”, registrou Isabel.

No papel de um caderno de bordo, folhas arrancadas às pressas, em cujo verso lia-se “nota dos pedidos feitos por este cruzador”, o príncipe escreveu:

> Prezadíssimo amigo Maia Monteiro.
>
> Temos que seguir em 24 horas para a Europa.
>
> As lágrimas de saudades são muitas e o ânimo não falta. Peço-lhe e dou-lhe plenos poderes para tratar com o governo e por intermédio do Sr. Bruno de Oliveira — o mordomo — sobre a conservação de meus haveres, duzentas apólices que estão no meu cofre, e com parte delas saldar as minhas contas e compromissos de honra. Encarrego-o de dizer mil e mil adeuses aos amigos e todos que aqui ficam. Saudades e saudades aos seus. Lembranças ao amigo.

Ao meio-dia levantaram ferros em direção à Ilha Grande. Máquinas ensurdecedoras fizeram girar o cabrestante. Subiu a âncora. Os primeiros movimentos da embarcação no mar escuro, como um tafetá, eram lentos. A quilha do monstro de aço e ferro cortava suavemente a água, deixando para trás o perfil das construções que se apinhavam à volta do cais Pharoux. Das janelas dos camarotes do tombadilho, cada membro da família imperial acariciava, já com saudade, a paisagem. Ouviam-se soluços abafados. A calota da Candelária zelava pelo casario baixo que escorria na direção da praça do paço. O morro de São Bento e o morro do Castelo pareciam vigiar em silêncio esta partida. Aos pés do último, agressiva, a ponta do Calabouço lembrava aos viajantes entorpecidos que ali se entrincheiravam as instalações da Marinha de Guerra.

Na manhã úmida de novembro, se avistavam as torres de Santa Luzia, assim como a massa informe das árvores do Passeio Público. Mais atrás, o morro de Nova Cintra e, logo abaixo dele, o de Santa Teresa: adeus! Ao meio-dia, o sino da igreja da Glória chamava para o ofício. Vistas de longe, as praias do Flamengo e Botafogo não deixavam adivinhar as belas casas, recordação pungente dos passeios a cavalo, das brincadeiras nas pedras. Curtas e rápidas,

as ondas se chocavam contra a nau que tomara a direção de Angra dos Reis.

Às 18 horas, o *Alagoas* ancorava na enseada do Abraâo, lado a lado com a canhoneira. O traslado mais uma vez se fez à noite. Praticamente pendurada por cabos, oscilando de uma embarcação para a outra, a imperatriz dava gritos que penalizavam a todos. A bombordo, um monstro marinho escuro espreitava o embarque. Era o encouraçado *Riachuelo* que tinha por missão escoltar o *Alagoas*, evitando que este acostasse em busca de reforços. Uma última refeição foi servida em águas territoriais brasileiras. Falou-se na ingratidão do país. Recolheram-se, cada qual com suas emoções.

Pela manhã, sol e explosão de cores. Refletindo-se no mar, a Pedra d'Água mirava os viajantes com sua cobertura de matas, enquanto o pequeno povoado de pescadores via partir alguns amigos que tinham vindo da Corte se despedir. O contraste entre o dia radiante e o estado de espírito dos viajantes era brutal. Às 5 horas do dia 18, o *Alagoas*, comboiado pelo *Riachuelo*, levantou ferros. Indo em direção norte, passou diante da ilha Rasa e por trás do Pão de Açúcar, e ao meio-dia já estava em Cabo Frio. "Está cumprido o mais doloroso de nossos deveres", teria dito Benjamim Constant.

Lentamente, a família imperial deixava para trás o Brasil. E, pouco a pouco, o príncipe abandonava o juízo. A bordo, o drama se desdobrava. Aterrorizado, tinha a sensação de que cometera um erro sem saber qual. Uma sensação de culpa, de origem e natureza difusas, não o deixava distinguir a situação desconfortável de uma ameaça imaginária. O jovem louro estava convencido de que todos seriam assassinados.

— Você é o comandante Pessoa? Ah… muito bem… Tem cara de bom homem… Mas por isso mesmo é que muito me admira! Como é que pode se encarregar disso?

— Disso o quê?

— De dar cabo da família imperial?! Afinal, capitão, quanto foi que lhe pagaram para dar cabo da família imperial?

Recolhido à força ao seu camarote, não sossegava. Às vezes, levava 72 horas sem dormir. Tinha noção do desastre, mas, ao mesmo tempo, não conseguia reagir. Chorava muito. Sentia-se vazio: um inseto preso na transparência de um peso de cristal. Em sua cabeça, se abria devagar, mas funda, uma rachadura. As vozes que ouvia, vindas do corredor ou do passadiço, lhe pareciam rasgar o ar. Quanto a ele, no beliche, sofria. Gemia, como se arrancasse cascas de uma ferida ainda não cicatrizada. Passados os primeiros

dias, tentou reagir. Encheu garrafas com mensagens. Fazia os bilhetes, lacrava os vasilhames e deixava que o mar as lançasse na praia. Uma deu em Maragogi, litoral de Alagoas. Queria denunciar o crime e a vileza de que foram todos vítimas. Queria lavrar um protesto, aguardar reforços, dizer-se vivo e pronto a governar. Escrita num papel pardo, a mensagem era um pedido de socorro:

Bordo do *Alagoas*, 23 de novembro de 1889, às 11 horas da manhã.

A família imperial fiada nos compromissos do Governo Provisório e coagida a partir, a pretexto de segurança, no dia 17, às 3 horas no cruzador *Parnaíba*, onde escrevemos várias cartas e que a conduziu à enseada do Abraão onde logo embarcou a bordo deste vapor, dirigido pelo *Riachuelo*, dizendo-se que iam para Lisboa, acha-se bem como sua comitiva, em posição crítica e decerto, segundo penso, está condenada toda e todos a uma morte violenta.

O perigo é grande.

Nas águas de Pernambuco vagando ao acaso.

Meu Deus!

D. Pedro Augusto de Coburgo e Bragança.

O jovem príncipe passou muitos dias num estado de letargia estúpida, se escondendo dos demais passageiros que liam e jogavam cartas, sentados em cadeiras de palha no convés. Os detestados primos riam de seu mal-estar. A família imperial, o médico de D. Pedro II, seu mordomo e dois casais de amigos trocavam amenidades, cujos ecos chegavam do convés ao camarote. O cair da noite o trazia de volta à nua realidade. Seu estado de amnésia parcial, que o levava da alegria à dor e vice-versa, o fazia crer que a natureza humana não poderia suportar agonia maior. Para se proteger do perigo, envolvera o corpo numa bóia salva-vidas. Temia que o *Riachuelo*, a uma ordem dada, afundasse o *Alagoas*. Já a alma, esta naufragava.

O vapor rumava para nordeste, sob brisas amenas e tempo bom. Atraído pela rótula da janela, procurava fixar os olhos na linha do horizonte azul e verde à sua frente. Vira passar as ilhas de Fernando de Noronha. Ouvira os gritos dos demais viajantes que acompanharam a queda de uma pomba na água. A ave levava uma mensagem de adeus à pátria, quando o *Alagoas* tomou a direção do norte da África. Ia para a panela da cozinha, por isso tivera as asas cortadas. Não foi longe, embrulhada numa onda.

Náusea e vertigem, espasmo e semidesmaios faziam seu espírito flutuar. Pedro Augusto também queria voar… Ir para longe. Mentalmente, antevia sua queda perpendicular ao casco escuro do barco. Era, então, consumido pela

vontade irresistível de olhar para baixo. Os dedos apertavam as esquadrias enquanto seu olhar mergulhava no abismo. Era penetrado por um imenso desejo de cair. Uma voz estridente berrava em seu ouvido. Uma figura diabólica o aparava nos braços.



O palácio de Coburgo: na infância, palco de toda a felicidade; ao final, cenário de tristeza e desolação

Capítulo VIII
O triste crepúsculo

A janela se abria para os telhados vermelhos, entre os quais se destacava a velha Torre do Relógio. Os campanários em forma de bulbo chamavam para a missa e o sino de São Gil acenava, prateado, acima dos outros. O céu se desfazia em flocos que caíam sem parar. O rio Mur cortava a cidade de Graz e as encostas do Schlossberg estavam cobertas de árvores sarapintadas de neve. Almofadões brancos cobriam a paisagem. Era dia de Natal.

Ainda jogado na cama, ele tinha uma vaga lembrança de outros Natais com sua mãe. Era pequenino e se via correndo, brinquedos novos nas mãos, pelos apartamentos privados do palácio de Coburgo. Um belo pinheiro ostentava os mais variados enfeites: fios de prata, bolas de vidro, pinhões dourados, pequenas maçãs suspensas em redes e toda sorte de bombons. As velas de cera colorida brilhavam durante todo o jantar. Queria ter o gosto de chocolate na boca, mas tinha o de vômito.

Acordara em Kirchenwirt, um sanatório de luxo, próximo à cidade. Alguém lhe falava com doçura sobre seus delírios emotivos. Ele reconhecia a terapêutica: era a de Pinel. Uma mistura de tratamentos físicos e morais. Depois do isolamento para que o cérebro descansasse de todo o esforço, reprimindo a vivacidade, subtraindo as impressões irritantes, era preciso distrair o doente para que a inação não tomasse conta dele. Era preciso doutriná-lo, admoestá-lo, conduzi-lo ao caminho da razão. Tudo com voz de mel.

O diagnóstico era mania de perseguição. Para mudar isto, tinha que transformar a desordem interior em ordem permanente. Inveja e tristeza, duas companheiras inseparáveis, eram consideradas pelos médicos sintomas de lipemania. Invejava a tia e perdera o trono. Esse era o seu mal. “Os senhores são uns doidos!” Ouvia, sem cessar, a voz do avô. Ele também? Não o iriam enviar para o “palácio de guardar doudos”, na praia da Saudade, entre pobres e miseráveis que se banhavam nus, nas fontes da Corte? Ou para a Narrenturm, a torre dos loucos, em Viena? Não. Sendo rico e aristocrata, era internado num misto de casa de repouso e hotel.

Tinham ameaçado enviá-lo para o hospital do Dr. Gugenbülh, nos Alpes

suíços. Isto ele temia: ficar em meio aos mentecaptos. Quatrocentos ou quinhentos em enormes salões. Reconhecidos apenas por galões coloridos pregados ao uniforme: vermelho para a mania, azul para a monomania, verde para a melancolia e laranja para a idiotia. Temia, também, que, sem aviso nem dor de cabeça, seu cérebro amolecesse. Casos assim se multiplicavam. Lera isto em jornais científicos. Não, não iria para Abendberg submeter-se aos sinistros tratamentos do Dr. Gugenbülh. Era, afinal, um engenheiro formado. Um príncipe e quase um imperador!

A voz que o acalmava, e que ele ouvia do fundo de sua prostração, se confundiu com um suave barulho de rodas sobre o chão de madeira. Viu se aproximar a banheira de latão branco. Ele estava encharcado. Tinham lhe dado um copo d'água com açúcar misturado a uma pequena dose de acetato de amoníaco. Era o chamado espírito de Minderérus. Durante dois dias passou do riso ao choro e do choro ao riso, em meio a um suadouro sem fim. Aos gritos, foi empurrado para dentro da água gelada. Submergiram-no várias vezes, na expectativa de que este novo batismo o salvasse. Seguia ouvindo a voz do avô: "doidos."

Depois de seco e embrulhado em cobertores, almoçou leite e verduras. Ainda com o olhar esgazeado, foi colocado numa cadeira de rodas e levado ao pátio central. Uns quadrados de grama resistiam ao frio e uma pequena fonte jorrava água: a visão servia para acalmar os sentidos. SOMNO MELLIOR HERBA — o sono melhor no jardim. Quando despertou do torpor, pôde distinguir o rosto do médico diretor numa das janelas cuidadosamente escondidas, por meio das quais ele vigiava pacientes e enfermeiros.

Mesmo sendo amigo de Charcot, o avô preferira mandá-lo para Graz, porque a medicina moral estava bem mais adiantada na Alemanha e seus satélites. Na Áustria, existiam tantos asilos privados quanto públicos. Diferentemente da França, onde a medicina era centralizada em Paris, na pátria dos Saxe e Coburgo cada talento acadêmico e cada universidade eram alimentados pela ambição dinástica dos pequenos estados ou principados. A competição os fazia melhores, mais humanos, mais competentes. Um diretor de hospital que conseguisse inovar tratamentos ou melhorar resultados era alçado à categoria de conselheiro municipal. Lá se encontravam os maiores especialistas em patologia e morfologia do sistema nervoso: J. P. Franck, Th. V. Meynert, H. Obersteiner. Gente que pensava bem diferente do tratamento que alguns quiseram lhe impor na Corte: passar três vezes por ondas encapeladas com a chave de um sacrário na língua!

Fora isso, no Brasil, acompanhou toda a discussão sobre a presença de um espírito ruim, capaz de alterar a comunicação entre a alma e o cérebro do indivíduo. Sim, ele também lera Allan Kardec, fundador da ciência espírita, e alguns números da *Revue Spirite*, que lhe foi apresentada como um jornal de estudos psicológicos. O avô tinha uma mesa divinatória e fora um dos protetores da Sociedade de Estudos Espíritas. Por isso, na Corte, também se tentou tratar sua lipemania mediante uma "desobsessão", ou seja, o combate à "ação fluídica de espíritos inimigos". Com altos e baixos, funcionou por algum tempo.

A coisa, contudo, voltou durante a viagem do exílio. Desembarcado como exilado, reviu, ao lado do avô, o barão de Estrela, seu mentor. O príncipe tentou passar alguns dias com os tios na Andaluzia, mas o convívio estreito, as discussões, os silêncios detonaram novamente o processo. Enquanto os avós se mudavam de Lisboa para Coimbra, ele foi levado para Graz. Tratado com papaverina, um alcalóide do ópio, ele não gritava, não se enfurecia e era capaz de conciliar o sono. Não tinha mais vômitos, nem vertigens. Logo poderia deixar a Áustria e se encontrar com seus familiares.

Embora tudo parecesse calmo, uma notícia terrível veio ao seu encontro. Morreu a avó um mês e pouco depois de ter chegado à Europa. Um ataque cardíaco fulminante a levara. Perdia, da noite para o dia, a aliada que tinha dentro da família. A conivente no plano da restauração de Pedro III. Ela o escolhera, pois era o filho mais velho da filha menor. Isabel, a filha maior, era tão apegada com o pai que chegava a provocar ciúmes na velha senhora. Não foram poucas as vezes em que ela a beliscara ou ao marido, irritada com os carinhos que trocavam. Pois esta relação, entre pai e filha, acabou por afastar Isabel da mãe. Teresa Cristina era normalmente alijada dos encontros sociais e intelectuais que animavam o marido. Ela estava sempre nos bastidores. Era uma figura sem importância e, por isso, aguardava. E enquanto aguardava, se aliara com o neto. Vingava-se através dele. Dava suporte para seus sonhos. Ao lado dele, e na conspiração, se tornara importante.

Mas ela se foi. E ele estava, novamente, órfão. Sem a mãe da mãe, o que seria sua vida? — se perguntava. Nova perda, novamente a sensação de impotência. A perda repetida tinha as marcas de um luto inscrito na sua história de vida, desde o início. Que bruxa má velara ao pé do seu berço? E junto com a veneranda senhora, ele enterrava, também, a adolescência, os anos no Brasil, os planos para o seu reinado. Ele era, mais uma vez, o menino abandonado.

Torturado pelas lembranças e com uma dose de papaverina, foi mandado para o enterro.

De novo Portugal, Porto, igreja da Lapa. Irmãs de caridade velavam o corpo embalsamado de Teresa Cristina numa câmara mortuária tão cheia de flores que mais parecia um jardim. “O enterro da imperatriz foi um acontecimento. Foi feito com muito respeito e todos mostraram muito sentimento. Dom Pedro Augusto tem uma cara de apetite simpática e bonita. Esta é minha opinião de relance. As irmãs de caridade são da mesma opinião” — escrevia para Paris a cunhada de Eça de Queiroz. A cara bonita era conhecida como a “daquele que vai ser imperador”.

Satisfazendo o desejo de D. Pedro, o corpo foi trasladado para Lisboa e enterrado em São Vicente de Fora, panteão dos monarcas portugueses. Estavam presentes, também, os d’Eu, a melhor nobreza de Portugal segurando as alças do caixão, além dos representantes da Áustria e da Alemanha. Saudades da “minha santa”, repetia o monarca. “Quem diria que ela subiria aos céus para orar por mim e por todos que amou e estimou na terra?”, se perguntava acabrunhado. O programa do funeral foi publicado nos jornais.

Nos primeiros meses que se seguiram à morte da imperatriz, a família se instalou em Cannes, na costa francesa. A pequena vila de pescadores havia sido recentemente transformada por um inglês milionário, Lord Braugham, no mais sofisticado endereço de verão. Recém-edificada, bordejada de palmeiras e palácios, a Croisette recebia aristocratas e milionários de todo o continente. O hotel Beau Séjour era o quartel-general por onde passavam alguns amigos, os parentes e outros exilados. Gusty viera de Viena e acompanhava o sogro em almoços e jogos de bilhar. Augusto, que fora desembarcado do navio onde servia à Marinha brasileira no Ceilão, fazia aparições e desaparições. Isabel, instalada em casa próxima, visitava o pai todos os dias. Reuniam-se para as refeições, as missas e para fazer visitas às cercanias de Cannes. O assunto ainda era o exílio, o choque da fuga, a morte de Teresa Cristina. A experiência deixara marcas profundas em cada um deles. Pedro Augusto se isolara. Pouco se sabia dele.

As notícias do regime recém-instalado chegavam rápido. Dentre outras, a incompreensão de muitos com a falta de reação da família imperial. Muitos amigos brasileiros ficaram sem entender: partiram sem nenhum gesto de

protesto? Na Europa as reações também eram de espanto. Os condes de Paris, por exemplo, não hesitavam em falar em “cegueira, inconsciência e indiferença pelo exército” para explicar a rapidez do golpe. Criticavam as idéias liberais, a indulgência em relação aos republicanos e a mania do imperador de dizer que não reagiria se fosse atacado! Isto tudo lhes parecia falta de autoridade.

As críticas incomodavam, sobretudo a Isabel e Gaston. E a tal ponto que Gaston sugeriu que se fizesse um protesto formal contra o ato de banimento. Ao que o sogro foi cortante: seu protesto não seria contra o banimento, mas contra meio século de dedicação à pátria. Que Gaston fizesse o que quisesse… E ele fez. Reuniu alguns palacianos no exílio para tomar a temperatura: valeria ou não a pena uma tentativa de restauração? A coisa murchou. O problema era Isabel. Essa resistência era a prova de que não os queriam por lá. Novamente, circulava a notícia de que D. Pedro iria renunciar em favor da filha, e esta, em favor do sobrinho. O conde d’Eu relutava, mas Pedro Augusto voltava a se animar.

Os jornais europeus trombeteavam más notícias sobre a jovem república. Lá embaixo, a coisa fervia. E fervia, pois, diferentemente de parte da população que assistiu bestializada ao golpe, alguns inconformados começaram a se fazer ouvir. Nem todos eram como os indígenas assombrados diante do tiro de Caramuru — imagem usada por Joaquim Nabuco para descrever a apatia frente a uma revolução tão indigna. Indigna porque não fez nem um morto para lhe dar dignidade!

Os políticos, que antes faziam parte do regime monárquico, agora se dividiam em dois grupos. Neo-republicanos e adesistas de um lado. Restauradores de outro. Os primeiros eram o emblema do oportunismo, da covardia, da ausência de princípios. Os segundos ficaram sob as botas dos primeiros. Eram reprimidos, perseguidos, caçados. A eles, os golpistas atribuíam todas as maquinações, as más notícias nos jornais, a discórdia entre os patriotas, a propaganda contrária ao regime no exterior, até o mau tempo.

Mal o imperador se instalou em Cannes, os inconformados se manifestaram — algumas vozes, depois alguns grupos, políticos influentes e jornalistas competentes. Enfim, nascia uma facção com saudades de D. Pedro II. No Pará, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro a propaganda monarquista se multiplicava. A idéia reunia políticos de província, burocratas, bacharéis descontentes com o novo regime. Havia muitos ativistas que, simples e sinceramente, não concebiam um país sem rei. Não enxergavam um Brasil

que não fosse um império.

Na contramão dos monarquistas nostálgicos, outros aderiam ao novo regime, por meio de manifestos em jornais. Esquecidos dos compromissos que tiveram com o imperador, agora se atropelavam nas ante-salas do Governo Provisório. Viravam a casaca. “Onde estão os monarquistas? Por que hão de abandonar os seus princípios?”, se perguntava, desesperado, o príncipe. E ao barão de Ladário, que respondeu por carta: “O primeiro telegrama que da Europa recebe o ditador, felicitando-o por haver libertado a pátria da opressão, foi o do barão de Teffé, que só havia tido abundâncias de provas de Vossa Majestade.”

Era o mesmo Teffé que o desaconselhou sobre a disputa do trono com a tia. Também o visconde do Bom Conselho, por exemplo, apresentou ao novo regime seus imediatos protestos de adesão e obediência. O conde de Araruama, colocando panos quentes na situação, se dizia convencido de que o melhor serviço a prestar à pátria era auxiliar o Governo Provisório na manutenção da ordem e da tranqüilidade. O conselheiro Saraiva telegrafou ao redator do *Jornal de Recife* para lhe dizer que era tudo um fato consumado: razão bastante para obedecer e servir lealmente à República. Até o Centro Família Espírita de São Paulo apoiou, na certeza da “paisagem iluminada que nos espera”!

O conselheiro Antonio Prado, escrevendo ao *Correio Paulistano*, não omitiu, contudo, os riscos da reação: “Estando na consciência de todos, em vista da marcha dos acontecimentos, a impossibilidade de uma restauração monárquica, por meio de uma contra-revolução […] era forçoso reconhecer a necessidade de aceitar o atual estado de coisas, como ele se constitui, se indagar de sua origem.” Estava dito: restauração, contra-revolução! Sonhar com a restauração seria uma ilusão perigosa, mas possível.

Alguns acontecimentos davam o que pensar sobre o assunto. O jornal *A Província*, de Recife, trazia notícia de ex-escravos que se negavam a trabalhar em fazendas cujos donos eram republicanos, alegando que não prestavam serviços a homens revoltados contra a princesa que os remira do cativeiro. O fato foi confirmado pela baronesa de Bonfim. Houve, também, mártires pela monarquia. “Ao proclamar-se a República do Brasil correu o sangue de alguns negros em São Luís do Maranhão, os quais estavam convencidos de que deviam sua libertação ao trono. As balas que os vitimaram foram disparadas pelo 5º Batalhão.” Segundo alguns depoimentos, ocorreram fuzilamentos em massa e espancamento de negros. Bahia e Santa Catarina também foram palco de

conflitos violentos, com mortes.

Editoriais anunciavam que o povo dispensava o benefício que lhes fizeram alguns despeitados e interesseiros sem consultá-lo. O *Diário de Notícias*, dirigido por Rui Barbosa, foi econômico nas palavras. Preferia falar em movimento cívico de caráter nacional. Nenhuma palavra de elogio. Na maior parte das folhas, pairava um silêncio constrangido e conservador. O termo mais repetido para justificar o golpe era ordem social!

No exterior, os jornais se perguntavam se o Brasil estava preparado para caminhar sozinho ou se a república seria capaz de manter a integridade nacional. Políticos da estatura de Gladstone, o maior liberal inglês, exprimiam sua admiração pelo imperador destronado. E destronado pela violência, acusava o *New York Times*! O monarquista Eduardo Prado, velho aliado, do outro lado do Atlântico, punha a boca no trombone. Na *Revista de Portugal*, publicava uma série de artigos sobre o 15 de novembro. Fazia chover acusações das mais cabeludas: Deodoro, um inepto e ambicioso; a Constituinte prometida jamais se realizaria; os positivistas preenchiam cargos burocráticos; o respeito que o país tinha no exterior fora por água abaixo.

A luta era entre liberdade e tirania. O governo não tinha ética, nem respaldo popular. Aviltava instituições e as tradições mais caras à nacionalidade, além de cometer descalabros financeiros. Não satisfeito, Prado acusava formalmente Rui Barbosa de ter recebido dos republicanos um palácio no bairro das Laranjeiras. Ele se deixara comprar — acusava o paulista.

E adiantava espernear? Sim. Os rumores desencadeados pelos monarquistas davam sempre resultado. Geravam reações concretas. Volta e meia se falava de um levante ou de uma revolução a caminho. Volta e meia corria à boca pequena que o novo regime periclitava. E as pessoas acreditavam. Por trás de tudo, estavam os temidos conspiradores, os “sebastianistas”, como foram chamados, numa alusão ao rei D. Sebastião, cujo retorno do Marrocos foi aguardado por séculos em Portugal. Vontade de resistir não faltou desde o início. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, ex-ministro do último gabinete do império, dizia: “Se houvesse cabido em minhas forças, eu teria feito a contra-revolução até o dia 18.” E, depois, concluía, desapontado: “Ah! O embarque do imperador murchara tudo.” Além da inércia do monarca, culpavam Ouro Preto. Seus erros tinham acelerado o processo.

A resposta não tardou. O novo governo se vingou. Afastou gente importante de cargos vitalícios, passou a vigiar políticos e jornalistas, violou

correspondências, prendeu políticos prestigiados. A 18 de dezembro, pouco mais de um mês depois do golpe, se levantou o 2º Regimento de Artilharia. Estavam bêbados, argumentavam os republicanos. Mas não! Eles se levantaram em nome do imperador Pedro II. Somaram-se novas mortes e prisões. Alguns políticos, como Silveira Martins e o irmão de Ouro Preto, foram parar na prisão, acusados de financiar a sedição. Baixou mais repressão: foi criada a censura à imprensa e um Tribunal Excepcional Militar para julgar questões consideradas lesivas ao governo.

Ao final do mês, enquanto morria a imperatriz, o clima na cidade se tornara pesado. “Nos bondes, que eram o lugar de animadas prosas, quase nem se conversa”, comentava o jornalista Carlos de Laet. Quem pensasse diferente e o fizesse em voz alta era chamado à polícia. “Quanta baixeza! Que degradação! Que tristeza! Que nojo!”, exclamava o jornalista. A *Tribuna Liberal*, única oposição declarada ao governo, funcionava sob ameaças. Seus funcionários temiam ser presos. Mas nada os detinha, denunciando arbitrariedades e desmandos. A tiragem aumentava, sobretudo, na capital e em São Paulo. De norte a sul do país, jornais eram censurados, redatores levados à polícia.

Enquanto o imperador fazia observações astronômicas e visitas aos netinhos, Ouro Preto — que tinha sido exilado — e Eduardo Prado começaram a reagir. Demonstravam explicitamente que não acreditavam no regime. A inexperiência do novo governo seria sua ruína. Nenhum país agüentaria tantos descalabros. O retorno da monarquia era a solução. E ela voltaria por comparação. Ela era moralmente superior ao que aí estava. Que o povo refletisse: Deodoro depôs o imperador ao qual jurara obedecer. À sua sombra, medrava o nepotismo.

Deodoro também caçou a liberdade de imprensa e a todos ameaçava com desterro e banimento. Todo-poderoso, criou uma nova corte, muito mais cara para a nação do que a de D. Pedro II. A ditadura outorgara uma Constituição que, sem a participação do povo, o Congresso ia referendar. “O primeiro congresso sairá do quartel, como do quartel saiu a República”, batia Prado. A toda hora, nas confeitarias e na rua do Ouvidor, corria o boato de que as tropas monarquistas iam desembarcar na praia de Guaratiba. No Congresso, alguns deputados protestavam, pedindo proteção à imprensa livre. Todas estas acusações seguiam alimentando as pretensões do príncipe.

Em maio do ano seguinte, Laet escrevia a Ouro Preto:

> V. Exa. está mal informado acreditando que melhorou o estado de espírito no governo deste infeliz Brasil: cada vez pior! Não sei se até lá chegam as notícias, mesmo aqui, cuidadosamente abafadas; mas a verdade é que presas se acham várias pessoas sob acusação de *conspiradores*. O *Diário de Notícias* não perde ensejo de exigir castigos e exemplos. No dia da chegada de Medeiros, era corrente que seria preso por trazer planos de conspiração urdidos com V. Exa. Na Lage, pela aglomeração de presos, está grassando o beribéri.

Enquanto as coisas ferviam no Brasil, o mesmo período transcorria sem maiores novidades na Côte d'Azur. D. Pedro via cada vez mais a sua filha e seus netos, com quem tomava chá e caçava caranguejos nas pedras. Identificava cada vez mais Isabel com sua "santa mãe". Alimentava saudades de Teresa Cristina, cuja fotografia mantinha na cabeceira da cama. Diariamente, enviava à filha um ramo de violetas com versos de pé quebrado e final em "eta": trombeta, perneta, caçoleta, chupeta, harpeta. Quase infantil.

O imperador perguntava-se, em seus diários íntimos, se teria feito a mulher suficientemente feliz. Se deveria ter abdicado sem a certeza de não poder trabalhar mais para a evolução da república. Podia ter feito melhor? Era o tempo dos balanços afetivos, familiares, morais. Os netos grandes iam e vinham entre Paris, Monte Carlo, o sul da França e Londres. Enquanto isto, o príncipe escrevia aos amigos: "Estou com muitas saudades de todos. Tenho sido tratado com carinho pelas pessoas da família real. Estou atacado de exanguidez melancólica. Se não me caso agora, nunca mais."

Na órbita do hotel Beau Séjour, coberto nesta época do ano por glicínias azuis, circulava a poderosa família do barão de Estrela. A baronesa, mulher fina e acostumada a uma vida opulenta, via muitas cabeças se curvarem quando passava. Esplêndida de graça e elegância, intimidava o pacato imperador, que preferia não ficar a sós com ela. Temia a mulher voluptuosa, mas, igualmente, seus argumentos de excelente advogada em favor do neto, Pedro Augusto. E anotava, criterioso, no diário: "Jantei com Estrela, cuja mulher não recebi para não haver queixas." Queixas de Isabel, que, em contraste com a aristocrata cosmopolita, era conhecida nas rodas da Corte como "beringela", pela feiúra de seu perfil. Queixas da princesa que não quisera ceder seu lugar ao príncipe. Queixas, queixas, que ele não queria mais ouvir. Sobretudo, porque o assunto da restauração pairava no ar.

Estrela escrevera ao velho monarca e ao neto incentivando o retorno. Seriam acolhidos pelos “pedristas”. Haveria apoios. O descontentamento e o caos instalado na capital não podiam ser melhor cenário. O velho sabia o que queriam dele e respondia: “Eu, sempre pronto a servir minha pátria e a sacrificar-me por ela, nunca serei manivela de tripotagens.” Então era isto. Não queria se prestar a pequenos golpes ou ao interesse de grupos. Estava fora dos conluios em torno da corrida sucessória. Tudo que lhe interessava, em Cannes, era o banho de mar dos netinhos, era ler Riancey — membro do partido legitimista na França — em vez de ler Zola — o escândalo literário da época.

Mas o assunto do racha familiar ainda estava tão vivo, no Brasil, que o ex-senador do império Manuel Francisco Correia escrevia sobre ele: “Jamais houve questão monárquica; tivemos questão dinástica.” Em outras palavras, o problema foi o risco de um Terceiro Reinado com a “Beringela”. E, meses depois da partida para o exílio, os grupos fiéis à Coroa seguiam medindo forças, e o fantasma do atentado voltava para se explicar. Segundo um parente íntimo de Adriano do Valle em entrevista a um jornal português, houvera, sim, tentativa de homicídio. O jovem fazia parte de uma sociedade secreta junto com alguns membros que hoje dirigiam a República. Foi designado, num jogo de sorte, para dar morte ao velho imperador. Na época, nada dissera, pois uma palavra teria posto tudo a perder. O mistério persistia.

Outro mistério era o príncipe. Andava ausente. Às vezes aparecia, jogava bilhar e jantava com o avô. Falavam sobre o Brasil. O velho anotava em seu diário suas suspeitas sobre o comportamento do neto. “Custa-me crer que seja tudo exato.” O jovem, do seu lado, tinha queixas permanentes da família: “continua a desordem que sempre existiu”, queixava-se ao Estrela. Por mais que quisesse corrigir os problemas, “não consigo, vendo tanta balbúrdia de intrigas”. Quando caía em melancolia, ia para os castelos da família. Escondia-se. Era de praxe. Nada podia vazar. Enfraqueceria o bom nome da estirpe ou os seus planos.

O imperador conversava sobre tais ausências com Charcot, então no auge de sua carreira. O nariz forte, a testa larga e os cabelos lisos em fios prateados retos, que o médico costumava prender atrás das orelhas, emergiam do colarinho branco alto, de dentro da veste negra. Ele acabara de criar a cadeira de Doenças do Sistema Nervoso no hospital público La Salpêtrière, e tinha muito a contar sobre as doenças associadas a traumatismos, a acidentes, a perdas na primeira infância. A morte de uma mãe muito amada, ou a subtração de um ente querido, deixava seqüelas inimagináveis. Existia — explicava —

uma determinação psíquica de sintomas orgânicos que resultavam em manias e histerias. Para curá-las, o hipnotismo era um grande instrumento.

A idéia era aproveitar o estado de vigília para fazer o paciente trazer à luz os sofrimentos que afligiam sua alma, fazendo com que ele se desembaraçasse dos seus males. O tal estado de vigília podia ser induzido. Na tradição inglesa, bastava uma pressão sobre a carótida. Na francesa e alemã, a coisa funcionava graças aos narcóticos ou à persuasão. Esta última abordagem exigia um barulho monótono e repetitivo ao fundo e um ponto de atenção — os olhos do alienista ou uma vela — num cenário de penumbra. A idéia era obter um transe que não fosse ligeiro, nem mediano, mas profundo. Nele, se obtinham do paciente ilusões das mais variadas, auditivas e visuais, assim como a regressão à infância. Depois, o paciente era convidado a despertar. Evitava-se soprar seus olhos, como ainda se fazia em algumas partes. As frases eram gentis: "Você terá o espírito tranqüilo, sem sensação de fadiga."

Em Viena, pontificava um concorrente de Charcot: Joseph Breuer. Era o mestre da psicologia das profundezas, o bruxo da alma, o fundador do método catártico. Há poucos anos, curara uma jovem histérica, vítima da mais completa confusão mental. Hipnotizara a moça e, graças à vivência de certas lembranças, desafogou formas mórbidas que a afligiam. O príncipe Pedro Augusto tinha que vê-lo.

Enquanto o imperador jogava bilhar e dava voltas de carro, o governo Deodoro não andava nada tranqüilo. Até mesmo jornais republicanos, como *A Cidade do Rio*, publicavam editoriais violentos contra o ministério. Alcunhava seus membros de "monarquistas encapotados", por seu conservadorismo e por serem alguns membros provenientes dos quadros do império. Já os verdadeiros monarquistas sentiam presságios anunciadores de mudanças, que poderiam beneficiar sua causa. Considerado pelos adversários um "sindicato de ladrões e doidos", o governo Deodoro tampouco tinha apoio dos republicanos históricos que tramavam, de novo, nos quartéis. A idéia era botar Floriano no poder com a ajuda da Armada.

Outra idéia era investir na restauração. Vários senadores diziam que Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul apoiariam. O problema era quem apoiar no trono. E os monarquistas a dizer: "O velho não serve porque sua saúde não oferecerá garantias; a filha é absolutamente inaceitável; resta a hipótese do menor. O partido não se formará sem imperador definido e aceito." Mais uma vez saltava aos olhos a questão que se arrastara nos últimos anos e que, de certa

forma, apressara a República: o sucessor.

Reconhecia-se o filho de Isabel, D. Pedro, o netinho maneta, como herdeiro presuntivo. Mas o temor continuava o mesmo de anos atrás. O pai governaria por ele. E os d'Eu eram inaceitáveis. Outros já defendiam a candidatura de um Saxe e Coburgo. Isto implicaria a renúncia dos Orléans. Tampouco seria fácil, pois, neste momento, Gaston tomara as rédeas da questão e não parecia querer dar a chance a quem quer que fosse. A divisão entre legitimistas e "pedristas" persistia. E isto não ajudava a reação monarquista no país. Muito menos as relações familiares na França.

Fosse o tratamento ou as notícias sobre a restauração, depois de um sumiço, o príncipe reagia. Aproveitando o fim da primavera, pintava e fazia retratos, inclusive caricaturas dos tios e de Mota Maia. Fez vida de cenobita em Paris, de onde fugiu por causa de uma epidemia: a febre amarela! Voltava a falar em casamento e a circular na corte belga. Aconselhava a Estrela, quando este desanimava, "não seja *spleenético*", e o incentivava a visitar Viena, "cidade mais importante, grandiosa e simpática".

Mantinha-se atualizado sobre o Brasil: "O Rui Barbosa não caiu, ele mesmo anuncia que continua firme. Que infelicidade! É de se esperar que continuem nas tolices próprias para desacreditar a república." Circulava entre os castelos de Schladmig e Klein Alm, praticando montanhismo e caminhadas, na tradição machista de que homem que era homem tinha que exercitar os músculos. Depois viajou para Baden-Baden ao encontro do avô e, como que prevendo o final do ano, avisava: "Inaugura-se o inverno: a mais impossível das estações e que essa flor dos trópicos dificilmente suporta." Em algumas cartas mencionava a "iniciação a certos movimentos até hoje ocultos", insistindo sobre o peso de intrigas e ameaças. Colocava em dúvida a longa vida da república, e respondia com subterfúgios a Estrela, que começava a perguntar insistentemente por seu irmão.

O príncipe desconfiava que a pergunta não era em nada inocente. O habilidoso político e aliado começava a se esquivar quando o assunto era a sua candidatura, mirando, agora, o mano Augusto. Pedro Augusto disfarçava: "O tempo está magnífico, mas a vida é besta e estou tão só, obrigado a aturar o canalha do Mota Maia." Mas não perdia o foco. Tentava seguir a situação política o quanto podia. "É de esperar que continuem as reações. O que receio é que volte o redentorismo; então, estamos perdidos", comentava sobre a ação dos legitimistas no Brasil. E, consciente de sua melancolia: "Daquilo vou bem e

faço votos para continuar a não haver nada.”

Mas a aceleração dos movimentos de restauração, assim como as notícias do caos que se instalara, obrigava os “pedristas” a efetivamente mudar de rumo. Os antigos acólitos, cujo chefe era Estrela, tinham compreendido que, com o vazamento das notícias sobre a saúde de D. Pedro Augusto, ele não poderia ser o candidato potencial contra os tios. Lentamente o abandonavam. O príncipe acusou o golpe. Sentia que o deixariam à deriva: “Prezado amigo” — escrevia ao conde de Maia Monteiro, irmão de Estrela — “A sua carta é por demais fria e não responde sobre aquele ponto que nós sabemos… De Estrela sei ainda menos e suponho que ele não se importa mais comigo e só anda atrás do nosso senhor conde d’Eu. Tudo está livre, menos a família imperial. Quantas vezes tenho vontade de aderir para ver-me fora de tanta intriga que se processa por cá… Ainda agora pilhei Estrela em flagrante mentira.”

Quase ao mesmo tempo, tinha início a publicação de *A Tribuna*, versão nova da *Tribuna Liberal*, cujo objetivo era um só: desestabilizar o regime. Eduardo Prado dava voz aos descontentamentos, não poupando nenhuma das figuras importantes que fizeram a república. Deodoro, Benjamim Constant e outros eram tão corruptos quanto ignorantes. Choviam piadas sobre a nova classe política. Um cortejo nupcial não fora interrompido porque o cocheiro estava usando alamares parecidos com o dos militares? A saudação republicana “saúde e fraternidade” não passava de uma tradução errada do francês. “*Salut* não é saúde”, corrigia, às gargalhadas, Eduardo Prado. “Saúde é *santé*.” Bestalhões.

O clima ficou quente. Choviam ameaças na redação: iriam todos para Fernando de Noronha. A redação ia ser assaltada. Iam apanhar como bois ladrões. Enfim, aconteceu. E aconteceu o pior. Irados, os elementos mais exaltados dos quartéis resolveram empastelar o jornal. O redator-chefe, preocupado, endereçou carta ao chefe do Governo Provisório pedindo garantias. Só as teve da boca para fora. Um grupo armado, uns de farda e outros à paisana, comandou o quebra-quebra. Muitos foram colhidos pela fúria dos assaltantes. Às vésperas do Natal, um infeliz revisor falecia dos ferimentos recebidos. Deixava viúva e cinco filhos menores. O episódio feria de morte o Governo Provisório. A liberdade de imprensa, nunca controlada pelo imperador, estava, pela primeira vez, ameaçada. Um presente para os sebastianistas que exploravam como podiam as fraquezas de seus antagonistas.

Nos mesmos finais de 1890, o imperador se encontrava em Paris cercado

dos amigos monarquistas, como Estrela e Prado, quando chegou a notícia. O Congresso Constituinte reunido na capital havia revogado as penas de banimento decretadas pelo Governo Provisório. Urras e vivas! O monarca falava mesmo em reinar, se isto dependesse da vontade da nação. Animava-se. Mas, depois, souberam de tudo. Esta decisão só valia para políticos. Decepção. A família imperial continuaria exilada.

Dezembro chegou rápido. O aniversário do avô foi celebrado em meio à mais profunda tristeza. Embora fossem só 65, ele parecia ter 80 anos. “Minha santa” não estava mais. Os amigos minguavam e o dinheiro também. Pelas ruas, a mistura de lama e neve, o céu cinza-chumbo, o frio, os edifícios enegrecidos, tudo fazia o coração apertar. O velho, segundo um de seus amigos, arrastava atrás de si a melancolia e a decadência que não podia mais esconder. Aos poucos, a família se reunia em Cannes.

O primeiro a chegar foi Pedro Augusto. O velho e o moço se acompanhavam, lendo um para o outro, jantando juntos e jogando bilhar. “Estou sempre muito aborrecido, só o porteiro e o imperador são meus amigos”, registrava sobre a frieza com que era tratado por Nioac ou Mota Maia. Sabendo que falavam mal dele, o jovem estava com os nervos à flor da pele. Agredia os amigos do avô. Descobriu que o médico dizia que ele não tinha interesse por mulher; que era um onanista, um masturbador, punheteiro! Quase se estapearam.

“Não há novidades e o Mota Maia continua a mangar porque sente-se protegido. Fico calmo e faço de conta que ele morreu. Isto porque por aqui anda muito aborrecido.” Discutia com o velho avô: “Conversa com Pedro sobre seus procedimentos durante os últimos tempos no Brasil, que não me parecem ter sido tão corretos quanto ele diz.” “Pedro estava desarrazoado com o Mota Maia, que desejava apenas convidá-lo para o festejo dos meus anos.” “Pedro meteu-se no quarto.” “Pedro teve alteração de palavras com Mota Maia, que veio falar-me com lágrimas nos olhos. Já fez chorar Isabel. Vai se tornando incômodo. Receio que nos dê algum desgosto grande.” “Pedro, grande maçada” — anotava, queixoso, D. Pedro em seu diário.

O neto e a filha se digladiavam por quaisquer motivos. Por exemplo, sobre o melhor roteiro para a saúde do imperador. Ele querendo que o velho fosse fazer cura de águas em Baden-Baden, e ela, em Vichy. E ele a comentar com a

boca cheia de espinhos: “A princesa e o conde d’Eu que têm um ódio tolo contra os alemães; esta pequenez de alma é que torna certas personalidades impossíveis.”

Como era do seu feitio, o velho tentava contornar o problema. Conversavam. “A conversa com Pedro fez-me muito bem.” Ele acalmava o rapaz. Tentava, também, aparar arestas nas relações entre tios e sobrinho: “Isabel e Gaston receberam carta do Pedro pedindo desculpas pelo que fizera em Cannes.” “Estamos prontos a andar às boas com ele, mas creio que sua tendência de espírito seja sempre a de recomeçar. O que mais sinto é que aflige papai” — choramingava a tia.

O final do mês de dezembro reuniu todos. Teve jantar de “feliz-ano” com filhos e netos. O clima, contudo, esteve longe de ser tranqüilo. As tensões estavam no ar e só não explodiam porque o papel da família era, justamente, o de amortecê-las. O convívio estreito deixava à mostra as perdas que todos tiveram, as esperanças não cumpridas, as feridas não cicatrizadas. Mas era preciso controlar qualquer reação. O velho dava o exemplo. Não se queixava, nem se exaltava. Para o príncipe, a intimidade do hotel, sem a presença da avó que, antes, o protegia, era sufocante. Ele reagia e suas oscilações de espírito eram cuidadosamente anotadas no diário do imperador.

> Pedro no quarto… Pedro chega aborrecido do teatro […] sonhei que me chamavam no Rio e que lá ia prestar serviços como conselheiro de minha filha ou de meu neto […] a presunção do Pedro me incomoda porque pode ser causa de sério desgosto […] joguei bilhar com Pedro […] conversei com Gusty sobre emprego dos netos, podendo Pedro servir na empresa de engenharia e Augusto na Marinha austríaca […] o Pedro ficou muito excitado por ver-me sacar uma letra de câmbio. Este rapaz precisa viajar. Já falei para o pai.

O imperador se recordava do quanto suas viagens à Europa o tinham liberado de certas prisões. O circuito de curta duração deveria levar o neto a visitar cidades célebres e museus, degustar vinhos e comidas diferentes, buscar o sol e encontrar o equilíbrio. A saúde do rapaz o preocupava. As suas explosões incomodavam os membros da pequena corte de exilados.

Houve uma conversa com Gusty. O pai preferia vê-lo circular na Estíria, polindo o corpo em caçadas, educando os músculos em escaladas. A moda entre

as elites era a do corpo energético. Um homem bem-educado e bem-nascido tinha que ser sadio. Ou ele desaparecia em sanatórios, graças aos quais perdia lentamente o contato com o mundo exterior, evitando que o nome da família se maculasse com o risco de uma doença.

Mas os argumentos do avô surtiram efeito e ele foi mandado com Estrela para a Itália. Embarcaram no dia em que o velho recebeu a notícia de que Benjamim Constant fechara os olhos. O imperador anotou os dois eventos no diário. "O Pedro esteve no hotel antes de ir para a estação […] Morreu Benjamim Constant. Ficou maluco. Perguntava se era o imperador que tinha ido visitá-lo, se tinha chegado e se recebia alguma coisa, se o imperador tinha mandado."

A distância e a novidade tiveram efeito imediato. As cartas de Pedro Augusto refletiam sua mudança de espírito. As paisagens italianas cheias de luz e calor lhe aqueceram o coração.

> Tenho me agitado muito. Até agora tudo tem corrido bem. Gostei muito dos museus de Turim e não me aborreci apesar da tremenda chuva que caía. Roma: visita a Suas Majestades. O rei pagou-me pessoalmente a visita no mesmo dia. Tudo isto causou muita admiração e satisfação. Nápoles com tempo esplêndido que realça mais a belíssima Sicília. Espero passar sem terremotos nesta ilha de Etna. Siracusa é muito curiosa. Madrugo e não descanso.

À medida que o rosário de cidades se esgotava, que as novidades se gastavam, ele também. O tom nas cartas mudava. "Tenho muito apreciado a viagem, porém desejo também ver-me em casa junto do meu mano e livre destas agitações que eu mesmo provoquei para sacudir um pouco a minha melancolia que até agora não foi grande. Saudades a todos. *Brindisi: à la grâce de Dieu.* É bom que saiba que meus nervos vão passando bem e já compreendem programas arriscados, porém inteiramente alheios à política européia. O senhor bem sabe como vou retirado e só cuidando do Brasil." E quando interpelado sobre seu irmão, agora, na mira dos antigos "pedristas", fingia de nada saber: "De meu mano nada sei." E retrucava com imagens de perseguição: "Tenho sido amolado por uns sujeitos que creio russos e que não me largam. Supõem que sou algum agente diplomático. Peço que se limitem a sorrir na comitiva e não passar às vias de fato como costumam fazer na

Bulgária.”

Por trás do humor, as fantasias sobre assassinatos, envenenamentos, perseguições, enfim, tudo que o valorizasse aos olhos do interlocutor. Características que mais tarde Freud associaria à psicose maníaco-depressiva. Neste período falava, também, em morte e dava instruções sobre uma caixa de ferro que continha seu testamento. Que fosse entregue ao “mano”, junto com uma série de cartas seladas com seu sinete. No mesmo clima fúnebre, achava “inexplicável” uma diarréia do seu mordomo, que qualificava de envenenamento. Uma virose do irmão era vista como outra tentativa de envenenamento. Ele seria o próximo a ser envenenado.

De volta da Itália, ele passou metade do mês de abril com o avô, em Cannes. Jogavam bilhar e almoçavam quase todos os dias juntos. Foi espectador contido do convite feito ao imperador por Silveira Martins, o chefe liberal gaúcho, para aderir à restauração: “Eu jamais conspiraria, nem autorizaria conspiração e reservaria minhas resoluções para tomá-las segundo as circunstâncias do momento”, respondeu-lhe o velho. “Ah, que desprendimento em relação à Coroa!”, dizia-se o neto que sonhava o tempo todo com ela. Tais assuntos eram um tormento para ele, que esperava por uma oportunidade. “As notícias do Rio” — anotava — “são numerosas e já se fala muito em restauração”. E acrescentando: “A ambição dos que puseram tudo de pernas para o ar renasce e [também renascia] a má vontade contra o obstáculo.” O obstáculo, no caso, era ele.

A grande preocupação dos monarquistas, naquele momento, era o desmembramento do território brasileiro. Mais uma vez se dividiam entre os que achavam que isto dificultaria a restauração e os que acreditavam que, com ajuda estrangeira, conseguiriam restabelecer o império. “Pedro parece estar muito ocupado”, preocupava-se o avô, sabendo que estas informações alimentavam as pretensões e fantasias do neto. O jovem não só acreditava como escrevia aos amigos sobre o retorno da monarquia. Ele e a tia se revezavam junto ao imperador, mas nunca juntos. Evitavam se encontrar: “A princesa ainda não chegou. Está à espera da minha partida.” Estrela, neste momento, estava por perto. Sua mulher ouvira um desabafo do imperador: “Nós estamos aqui por causa da maluca da minha filha!” Mágoa pura.

O Congresso brasileiro, por sua vez, tinha elegido Deodoro como presidente e Floriano como vice, num ano político que continuava tempestuoso. A reação monárquica continuava a arder. Na capital e em outros centros, como Recife e

São Paulo, a imprensa monarquista se multiplicava: *Jornal do Brasil, Tribuna, Democracia*. Em cartas aos amigos, Joaquim Nabuco, que também era correspondente em Londres do *Jornal do Brasil*, manifestava seu descontentamento e sua vontade de ver o império voltar. “A linguagem do descontentamento cresce sem parar, na razão da corrupção republicana”, escrevia ao imperador. Se o povo não reagia, era por causa de seus sofrimentos.

A verdade, contudo, é que a república estava à deriva. Os problemas financeiros e a constante emissão de moeda corriam o risco de quebrar o país. O conde de Paço d’Arcos, primeiro ministro que Portugal enviou ao Brasil depois do reconhecimento da República, escrevia aos superiores relatando que as violências continuavam no Pará, com muitos feridos e prisões.

> A política interna da República continua na sua marcha de descrédito de tudo e de todos. As sessões do Congresso são férteis em escândalos e cenas violentas e tumultuosas que largamente ocupam a imprensa e as conversações nos círculos políticos, com grande gáudio de todos os descontentes que almejam por uma mudança de coisas, quer sejam os imperialistas ambicionando a restauração do antigo regime, quer os republicanos prudentes e ordeiros fazendo votos por uma república unitária e parlamentarista. Uns e outros são hoje chamados sebastianistas, e o sebastianismo é o pesadelo constante dos radicais que receiam qualquer passo retrógrado.

A restauração continuava a aparecer como a sombra e seu contrário. Ela era possível na teoria. E impossível, na prática, “por falta de pessoa competente e estimada na família imperial”. Daí que os diplomatas estrangeiros temiam um golpe. Temiam a tentativa de separação de algumas províncias, temiam tudo, temiam estar no Brasil.

Em junho de 1891, Ouro Preto voltava ao Brasil. Tinha publicado um livro no qual se defendia e acusava os militares das piores falcatruas. Desde a chegada, procurava dar oxigênio aos moribundos que tinham ficado do lado de lá, à espera de notícias. Escrevia a D. Pedro dizendo-lhe que ele continuava no coração da maioria da nação e que em províncias como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro encontraria apoio para regressar. Enquanto isto, na capital, estudantes saíam em passeata, tumultos brotavam como cogumelos, tiroteios rasgavam as ruas, as cargas de cavalaria contra barricadas tiravam o

sossego do povo e do governo. No Teatro Lírico, houve um conflito medonho entre a polícia e espectadores, seguido de quebra-quebra ao qual se juntaram vadios e arruaceiros, mostrando uma população com nervos à flor da pele. Cresciam os combates nas ruas, com a colaboração de moradores que atiravam das janelas tudo o que podiam contra policiais. “Os mortos devem ter sido muitos, porque viram cair muita gente, a que os maqueiros da polícia deram sumiço imediatamente”, contava Paço D’Arcos. Muita gente foi enviada para o presídio em Fernando de Noronha.

Aquele período também foi desfavorável ao príncipe. De Cannes, ele voltou a Viena. Os sintomas do isolamento voltaram com ele. Não encontrou o pai ou o “mano”, vendo-se só nos aposentos recentemente renovados do palácio de Coburgo. A capital austríaca, além do clima úmido, ardia com manifestações operárias. O clássico de John Mackay, *Os Anarquistas*, fazia furor, e o Teatro Livre do Povo encenava peças com pesadas críticas à sociedade vienense. Em lugares públicos, se temiam os atentados como os levados a cabo na Alemanha, onde uma bomba fora colocada num restaurante. Os sinais do tempo estavam visíveis. Era o fim de uma época e o fim dos impérios. Não se falava em restauração, mas em greves e atentados. Como imaginar uma volta ao Brasil, neste quadro?

Angustiado, o príncipe começou a falar em “miasmas venenosos”. Sem laços, amigos ou familiares, na imensidão dos corredores onde cruzavam apressados funcionários ou a parentela distante, ele se sentia pequenino. Seu pai caçava ursos em algum lugar da Bavária. O mano pouco era visto. O dinheiro escasseava. A vida ficava abafada. Queria sempre “notícias frescas” que não recebia. “Estou outra vez sozinho.” “Saio todos os dias a cavalo de manhã cedo e levo vida regular e quase aborrecida.” Sonhava com Paris. “As notícias do Brasil são aflitivas e ando muito preocupado e triste”, se queixava misturando o mal-estar frente às condições limitadas do cotidiano e a angústia que começava a acordar.

Nas cartas ao conde de Maia Monteiro, Pedro Augusto pedia que lhe adiantasse dinheiro. Ele poderia pagar o cocheiro? O criado, também? Mandar luvas e gravatas do Donot de Paris? Camisas do Charvet? As procurações para a venda de bens já tinham chegado ao Brasil? A dependência não era só moral, mas também financeira. Revoltado contra o destino, insistia em acusar os que “deitaram tudo a perder”, na certeza de que, às vésperas da República, o movimento em favor de sua candidatura ia de vento em popa. Faltou pouco, ele lamentava, olhando para trás.

A solidão em que ia sendo deixado, somada às tendências depressivas, voltava a envolvê-lo. O palácio de Coburgo, por sua vez, era o cenário das melhores lembranças da mãe viva. Da família que tivera um dia. E depois, das sucessivas perdas: a mãe morta, o pai e os irmãos longe, a infância no internato, o sonho da Coroa. “Hoje, apesar de adoentado, consegui achar tempo para pôr em dia minha correspondência”, escrevia a Estrela, esperando vê-lo em breve na Estíria para a caça ao cabrito montês. O caldo de emoções negativas ameaçava entornar.

Verão: Viena abafava. As velhas construções não respiravam. Ele sufocava no quarto. Seus sonhos não o satisfaziam. Afastara-se do avô e do mano. “Não tenho notícias do imperador. Mande-me dizer o que sabe e, quando estiver com ele, diga-lhe que não me esqueço dele, mas que circunstâncias imperiosas me obrigam, talvez, a não ir encontrá-lo em novembro em Cannes ou Paris.” Era a constatação do tal desgosto que previra, meses atrás, o velho imperador. Disfarçadamente, os amigos do príncipe lhe viravam as costas, entre os quais o irmão do barão de Estrela, que fora seu companheiro em muitas viagens: “Diga ao seu mano que o meu silêncio não indica esquecimento e que ele mande notícias.” “Por que não me escreve? Sabe o quanto me dá prazer uma carta sua?” “Saudades”. Estava sempre à espera de manifestações de fidelidade, a cada mês mais reduzidas. Resignar-se era a palavra de ordem, dizia sempre nas cartas. Expressava sua preocupação em relação aos movimentos em torno do irmão. “Como chegou a Gromig meu mano? Espero que tenha chegado bem.” E com a letra péssima: “O que faz lá com meu mano? Estão na pândega e eu aturando o calor de 30 graus. Como vão as coisas e todos?” Não se encontravam mais.

Pedro tinha notícias de Augusto por terceiros, mas, ciente de que ele poderia substituí-lo nos planos dos “pedristas”, avisava: “Espero que ele não se esqueça de mim, prevenindo-me dos seus movimentos.” “Diga-lhe que vá a Cantaron [cidade a 11 quilômetros de Nice, onde lançara âncora o conde de Penedo] mas que tenha o olho aberto e não se deixe arrastar por uma sedutora imagem.” Tal imagem seria a de ser imperador no lugar dele, Pedro Augusto. Que o irmão não se deixasse levar por “elogios bombásticos ou pelo brilho de esperançosas fogueiras”. Haveriam de lhe dar um pontapé final quando não precisassem mais dele. “Ele que mande notícias e que siga meus conselhos que lhe dei na carta.”

O país continuava na sua mira: “Com as notícias da farra, não sei até onde vão levar o Brasil!” Para piorar a situação, estava sem tostão. “Preciso

economizar porque o câmbio vai de mal a pior.” Para se sustentar, já fora obrigado, como o avô, a vender objetos de valor que lhe pertenciam. “Estou aflito.” “Muito triste, adeus”, se tornou sua assinatura.

Apesar dos planos de só ver o avô no final do ano, ele venceu as tais misteriosas circunstâncias que o cercavam e foi a Vichy encontrá-lo. Tomou um susto. Encontrou D. Pedro muito magro, fraco e incapaz de andar por si. “Que aflição quando me lembro do imperador andando e recebendo visitas em São Cristóvão.” “O Mota Maia, que está doce como uma batata roxa, me disse que havia muitas complicações e que o doente continua em melindroso estado.” O grande corpo cedia às exigências do diabetes. Em sua fúria, ao ver doente a única pessoa na qual confiava, se voltou contra o médico: “É preciso que me arme de grande paciência vendo Mota Maia e os que o sustentam, para satisfazer os seus caprichos, arrastando consigo um velho quase moribundo!”

Mas, como nos outros encontros familiares, as conversas acabavam em discussão. Brigava com a pequena corte que cercava o avô. Sabia que Nioac, por exemplo, vociferava em voz baixa contra o que chamava de seu apopletismo, loucura e orgulho. Que Mota Maia se aproximava do mano só para colocá-lo na sombra. Que fora o médico quem começara, no Rio, “o trabalho de demolição contra a minha reputação”, espalhando “calúnias, como a história do rapto e outras porcarias inventadas por adversários sem escrúpulos”. Aos olhos deste grupo, “todos os meus atos [registraria] são o de um covarde ou de um alucinado”.

O príncipe reagia às maledicências, mas reagia mais com medo de perder aquele que considerava seu “único amigo”. “Estrondoso destempero no almoço com Pedro”, se queixava o avô. E fazendo logo as pazes, como de hábito: “Gostei de ouvi-lo e dei-lhe conselhos precisos recomendando-lhe que tudo me escrevesse e com a maior franqueza.” Passados alguns dias, o neto foi embora. A explicação? “O ar de Vichy e os olhos tortos do Mota Maia me põem doente!”

Ele retornou à Áustria. Tudo ia de mal a pior. As notícias sobre o avô eram sofríveis. Os problemas de dinheiro se acumulavam. Nada sabia dos movimentos do irmão. Desconhecia se o estavam cooptando. Não entendia por que não recebia uma única carta. Consciente do que tinha, confessava a Estrela, “piorei muito do incômodo que sabe e que havia desaparecido e que voltou com a agitação da estrada de ferro”. Além dos terríveis sintomas de melancolia, sentia dores nas pernas e sufocação. Sua escrita, antes clara e quase escolar,

tornara-se um garrancho. Letras enormes, quase deitadas, ocupavam as páginas. Mas, ao final do mês, os sintomas recomeçaram com maior violência. O fato de não poder voltar ao Brasil e o abandono dos “pedristas” se traduzia em calor no abdômen e no peito, faces avermelhadas, dilatação das veias e artérias da cabeça, olhar ora esgazeado, ora fixo e sem expressão. Não comia, e suas noites eram insones. Ele saía da imobilidade automática e do mutismo para balbuciar palavras incompreensíveis. Pior era quando tudo acabava em gritos, proposições ultrajantes, juramentos e imprecações.

Por vezes, o encontraram de cócoras no quarto, espuma na boca, olhando o vazio. No rosto, sinais de terror, ódio, remorso, desgosto da vida, enfim, sinais da luta que ele travava consigo mesmo. Era o acúmulo de fluidos nos centros cerebrais, diziam os alienistas. Era febre cerebral, dizia Mota Maia. Tratavam-no com injeções de óleo canforado e eletroterapia, então no seu início e receitada para depressões renitentes. Foi quando ele recebeu a visita de um médico vienense: “Quero agradecer a visita do jovem Doutor Sigmund Freud enviado pelo bom Dr. Jean Charcot. Na sua opinião, não havia por parte de meu irmão nenhum sintoma monomaníaco, ou de excitação descontrolada, constituindo-se unicamente de profunda depressão e infelicidade. O que sentiu é que está esgotado, recomendando, por enquanto, muito repouso”, escreveu Augusto ao barão de Santa Vitória.

Em novembro, a oposição obrigou Deodoro a reagir. Ele apresentou um projeto de emissão de mais papel-moeda, que os sebastianistas e os radicais vetaram. O presidente não teve dúvidas. Dissolveu o Congresso e assumiu a ditadura. Militares tomaram as ruas, fecharam os teatros e cercaram os telégrafos. O conde de Paço D’Arcos informava Lisboa: “A mocidade das escolas, colaboradora da revolta de 15 de novembro, se levanta indignada, e esperam-se distúrbios, quando não menos uma revolução.”

Num manifesto à nação, Deodoro explicava por que destituíra senadores e deputados de seus mandatos. Entre outras razões, dizia claramente: “Usamos de generosidade para com os adeptos da monarquia e eles nos afrontam já conspirando, já provocando a ação dos poderes públicos de modo ousado e insólito. A linguagem da imprensa partidária, filiada à causa da restauração, é um brado de insurreição diária e audaz.” A desculpa era salvar a República e o país… de uma restauração da monarquia.

O clima para uma conspiração em favor da restauração não podia ser melhor. Os sebastianistas sabiam que eles eram uma ameaça concreta e temida.

Em condições ideais, nasceu, do outro lado do Atlântico, um projeto. Atropelar o casal d'Eu era a ordem. Mas como fazê-lo tendo à frente um príncipe melancólico? Simples. Com um substituto: seu irmão. Outro belo e jovem Saxe e Coburgo. O risonho Augusto iria protagonizar o golpe pensado pelos "pedristas". Embarcaram o mano, promovido a segundo-tenente, numa fragata austríaca. Zarparam tendo como porto de chegada a Bahia, sede de muitos monarquistas. De lá, iriam para o Rio ou estacionariam no Prata à espera de boa ocasião para se apresentar. Deu até no *New York Times*: Restauração em favor de D. Augusto e, enquanto o príncipe não chegasse, um triunvirato tocaria o país. O plano vazou. As instâncias mais altas do governo Deodoro souberam dele.

O ministro das Relações Exteriores tentou, sem sucesso, impedir o embarque do rapaz. Tarde demais. Enquanto o irmão singrava rumo aos trópicos, os sebastianistas tentavam criar um suporte. A idéia era promover um encontro do contra-almirante Custódio de Melo com o futuro sucessor. Eles já se conheciam. O oficial comandava o cruzador onde estava o jovem quando da proclamação da República. Vira o menino chorar. Vira-o triste e taciturno. Chegou a sugerir que ele pedisse uma licença de seis meses, antes de se demitir da Marinha. Promoveu até um jantar de despedida, como forma de consideração ao governo que caíra. Para o experimentado contra-almirante, o príncipe marinheiro era um menino mimado. Apenas.

Certa manhã, Augustinho subiu ao convés para registrar uma vista inesquecível. Ancorada na baía de Todos os Santos, em meio a centenas de embarcações, a fragata mirava a cidade de São Salvador. Defronte, o casario entre a catedral, o palácio do arcebispo, a Sé, a Santa Casa e a ladeira da Misericórdia. Além do equilíbrio de volumes, um festim de cores. Branco, azul, rosa e violeta vestiam os sobrados da cidade alta, os que desciam as ladeiras e os que davam costas para o mar. As águas, perto do cais, fulguravam. Encarando a fragata, o neoclássico edifício da Alfândega. Os saveiros de velas brancas estremeciam, a caminho da barra. Mais ao longe, em meio ao verde luxuriante, a ladeira dos Aflitos levava ao solar do Unhão. Nas praias de areia cor-de-rosa, pescadores descarregavam seus barcos. O coração bateu forte. Ser o imperador disto tudo. Mandar nesta gente. Governar estas casas. Ele poderia realizar o sonho do irmão mais velho, que o considerava, ele bem sabia, um mero "substituto".

Aguardou em vão. Com os acontecimentos em curso na capital, Custódio tinha outros planos. Preferiu ameaçar bombardear o Rio de Janeiro para

demonstrar o descontentamento da Marinha com Deodoro. Caíram duas granadas na Candelária. Pela cidade se ouviram rajadas de metralhadoras. Wandenkolk, um dos executores do 15 de novembro, fora levar pessoalmente a intimação ao general-presidente, que entregou o poder ao seu vice, Floriano. No dia 23 de novembro, em que Deodoro renunciava e os monarquistas baianos se agitavam, o príncipe foi impedido de desembarcar. Esperou alguns dias por um sinal verde, que não recebeu.

O substituto retornou à Europa desiludido e desiludindo a todos que esperavam algum resultado dessa viagem. Tomara o tal pontapé sobre o qual lhe prevenira Pedro Augusto. Deixou, também, má impressão entre os acólitos que foram vê-lo a bordo. Parecia infantil e instável. Não reunia, nem de longe, as condições do príncipe. Outro fiasco. Não faltou quem atirasse pedras ao episódio. De novo, o frustrado desembarque só revelava um velho problema: a oposição monarquista não enfrentava uma questão que a dividia. Afinal, quem seria o rei? Pedro Augusto ou Pedro d'Alcântara, filho de Isabel? Desesperados, e vendo a oportunidade escapar como água entre os dedos, alguns monarquistas insistiram na volta do imperador.

Em Paris, os exilados de plantão se animaram tanto, comentaram tanto sobre esta possibilidade, que o *Courier de France* não resistiu. Publicou a seguinte nota: "O imperador D. Pedro, acedendo às pressões solícitas de sua camarilha aristocrata, teria decidido, malgrado suas primeiras hesitações e repugnância, a partir para o Rio de Janeiro, levando um ramo de oliveira a seus antigos súditos, como monarca pacificador."

Em fins de novembro, aconselhado pelo imperador, o conselheiro Silveira Martins, outro desafeto de Pedro Augusto, foi se avistar com Isabel insistindo no mesmo assunto. Colocou-se à disposição para fazer o que fosse possível. Resposta:

— Sim, mas, embora brasileira, sou, antes de tudo, católica; e com relação a meu filho ir para o Brasil, jamais o confiarei a este povo, já que o meu dever é a salvação de sua alma.

Réplica:

— Então, senhora, seu destino é o convento!

A mãe não queria o filho à frente de um país em que a Igreja não estivesse presente no comando do Estado. E corria o boato de que o menino estava sendo afastado do pai porque este era impopular, podendo comprometê-lo. O "pirralho", como o chamava Pedro Augusto, tinha seus próprios planos.

Longe disso tudo estava D. Pedro. Longe porque morria. Dois anos depois de ter partido para o exílio, ele fizera vir do Brasil um punhado de terra. Era o fim do outono em Paris: folhas mortas, tardes avermelhadas. Com o tempo bom, ele atrasara o retorno a Cannes. Num dos seus passeios de carro, resfriou-se. Febre e gripe, diagnosticou o médico. Em poucos dias, o quadro evoluiu para uma pneumonia. No dia 2 de dezembro, em que completava 66 anos, recebeu amigos. À noite, exausto, piorou. Prostrado, ia se desligando do que se passava a seu redor. Veio o confessor dizer-lhe que no outro mundo tudo era possível. Veio Charcot dizer-lhe que, neste, nada mais era possível. Na tarde do dia 4, sem um gemido, serenamente, agonizava. Das janelas abertas para a rua glacial, filtrava a claridade de um dia de sol incerto, típico do inverno parisiense.

A família se reuniu mais uma vez: Isabel, Gaston, Pedro Augusto. Este último telegrafava aos amigos: “Estou aflitíssimo. O imperador com 42 graus.” Augusto lhe telefonara da Áustria para dizer que também estava doente. Que o médico lhe proibira de sair de casa. Não viria acompanhar Pedro Augusto na vigília. “Estou à espera também do momento de cair doente”, previa “o favorito”, antecipando o fim da história. Estrela o amparava. Choravam todos. No quarto ao lado, o resto do pequeno grupo que acompanhou o imperador até o fim. Morreu depois de uma agonia romântica, sem opor resistência à dama de branco que veio buscá-lo.

Morte-sono de D. Pedro II, quase um *Lied* de Schubert: “Dê-me sua mão, eu não sou cruel, você dormirá docemente nos meus braços.” Morte como repouso libertador do mal de viver. O clima das leituras religiosas que o imperador fizera no último ano o cobriram de uma suavidade mórbida: *“A imitação de Cristo”* era seu livro predileto. Ele também fora crucificado pelo Brasil. Ele também carregara uma cruz. Enquanto o pulso ficava mais fraco e a respiração inaudível, todos se reuniram, como de praxe, à volta do leito. O último momento ainda tinha poder hipnótico. A família tinha que estar junta aí também. Mesmo que a união não fizesse a força, e, sim, aumentasse os ódios, o ritual tinha que ser coletivo. Era a liturgia do adeus.

Havia a solidão do que partia, mas, maior ainda, a do que ficava. Pedro Augusto não agüentou ver o avô fechar os olhos. Ele chegara tarde demais. Não pôde esboçar um gesto de adeus, nem trocar um olhar. O laço afetivo rompido significava, para ele, o abandono total. Não tinha mais ninguém. Perdia seu “único amigo”. O príncipe chorava descontroladamente. Foi afastado. Eis por que o barão do Rio Branco, que compareceu ao hotel logo depois do falecimento do imperador, não o viu:

> Ao lado da cama, sobre uma mesinha, viam-se um crucifixo de prata, alguns círios e muitos livros e cadernos de notas. Sobre o assoalho, no meio da sala, iluminado pelo clarão de várias tochas, via-se o caixão ainda aberto. Ao lado, de joelhos, a princesa Isabel chorava em silêncio. A alguma distância, também ajoelhados, estavam o conde d'Eu e o príncipe do Grão-Pará. Os brasileiros presentes, trinta e tantos, foram desfilando um a um, lançando água benta sobre o cadáver e beijando-lhe a mão. Eu fiz o mesmo. Despediam-se do grande morto.

A seguir as exéquias, ou seja, a gestão da morte. Tinham que ser grandes e belas, pois os funerais hierarquizavam as classes sociais. Tinha que haver pompa e circunstância. O morto não representava mais só o cadáver de alguém, bom ou mau. Era a representação de uma família, um grupo, um Estado, uma nação. O defunto era vestido com todas as galas e medalhas, semideitado no caixão de luxo, cercado de flores e círios. Seguia-se o cortejo, o deslocamento de tropas e o grupo de autoridades e aristocratas, dando um toque final ao espetáculo. Foi assim com Verdi e Victor Hugo — pois que a sociedade impunha as regras do jogo. Seria assim com o imperador brasileiro.

O presidente Sadi Carnot resolveu lhe dar honras de chefe de Estado. Embalsamado e repousando a cabeça branca sob o saco com terra do Brasil, foi para a igreja da Madeleine, transformada em câmara ardente. Dia 9 de dezembro, se realizaram as solenes exéquias, diante da família e convidados, como Paulo e Eduardo Prado, Eça de Queiroz, Souza Dantas, a rainha Maria Bárbara das Duas-Sicílias e confrades do imperador dos institutos científicos. De lá, o corpo foi transportado em carro fúnebre para a estação de Orléans, de onde partiu em trem especial para Lisboa. Em Santa Apolônia, recebeu-o o rei Dom Carlos, de onde seguiu, em grande cortejo, para a igreja de São Vicente de Fora.

No momento em que os cemitérios se transformavam em verdadeiras cidades dos mortos, com avenidas, alamedas e ruas transversais, os túmulos de família ganhavam importância. Deixaram-no repousar ao lado de Teresa Cristina, dos pais e irmãos. Suas virtudes sociais e cívicas foram cantadas em prosa e verso, em centenas de necrológios que a imprensa vulgarizara. A família se cobriu de preto. A moda do luto era símbolo de poder. Os jornais femininos, as revistas de moda e os magazines ofereciam centenas de artigos: véus, fitas,

tecidos finos, cartões especiais. Cartões como o que foi mandado para os amigos no Brasil. Na moldura de tarja preta cercada de flores, o olhar severo do ancião, de barbas e cabeça branca, mais parecia interpelar o destinatário: você me traiu?

Houve reações em toda parte. Taunay recebeu a notícia em casa. “Pusemo-nos, eu e Cristina, a chorar.” Rebouças se revoltou. Seu desabafo não deixava de ser uma acusação velada à beatice da princesa que, nestas alturas, o abandonara: “Recebo, às nove horas, os primeiros rumores do passamento do imperador mártir.” “Eu fui sempre um imperador violentado”, disse ele ao chegar a Lisboa a 7 de dezembro de 1889. Morreu violentado pela mais hedionda das violências: a da hipocrisia teocrático-jesuítica, que mata atrás da igreja da Madeleine com missa e confissão no quarto de um moribundo!”

Na capital do Brasil, o comércio cerrou as portas. As bandeiras desceram a meio pau. O ministério, reunido no Itamaraty, ficou abalado, calculando, logo, os riscos. Prometeu maior rigor em relação aos sebastianistas que prometiam vingança. Falava-se de um tal *Manifesto da Princesa* que circularia no dia seguinte. Que fazer? Que rumo tomar?, se perguntava Taunay. “O meu entusiasmo pela restauração enterrou-se com o imperador”, concluiu. O cartão que Estrela recebeu, com grossa tarja preta, sem data e com os dizeres palácio de Coburgo, lamentava: “Vão longe os tempos de paz. Haja tristezas e mais tristezas e esta grandíssima e inesquecível perda da coroa mais a nefanda obra de destruição. O senhor é por demais patriota para não lamentar com lágrimas de sangue este estado de coisas. A sua carta já esperada é um símbolo de sua mais do que conhecida dedicação pela boa causa e os súditos patriotas, lembrando-se das angústias que tenho passado.” Um garrancho trêmulo assinava: D.P.A.

Para uma parte da família bastou se cobrir de preto. O luto do príncipe era interno. A ferida precisava de um tempo para cicatrizar. Depois dos gritos, das lágrimas, das queixas, a palavra vazia e repetitiva: perdi, perdi. E, como Orfeu, ele começou uma descida aos infernos. Lentamente, ele mergulhava em tristeza e indiferença afetiva. Pouco se movimentava, enfurnado no seu apartamento do palácio de Coburgo. Demonstrando dificuldade para iniciar qualquer ação, seus gestos eram lentos. Qualquer atividade — o esporte ou um passeio — era pouco eficiente e desorganizada. Raciocinava menos, experimentando, freqüentemente, uma sensação de vazio na cabeça. Seu pensamento era invadido por idéias tristes, negativas. Sentindo-se incapaz, acusava os outros de impotentes, responsabilizando-os, muitas vezes, por sua infelicidade. Não

experimentava nem prazer, nem desprazer.

O príncipe ia alimentando, junto com a lembrança do avô, outras idéias tristes. A de que queria regressar, por exemplo. “Ainda não perdi de todo as esperanças, e conto voltar ao Rio nas melhores condições.” “Se chegar, há de ser pela prudência e calma, único caminho possível.” Lembrava, por outro lado, de coisas desagradáveis. De que os tios falavam abertamente de sua doidice e que alguns jornalistas tinham-no acusado de ter “vozinha fanhosa de bragantino e gesto pueril de moça que recita o ‘Era no Outono’”. Diziam que ele era chocho, brocha, bobo. Era bonito demais. Sua virilidade era suspeita. Era pouca para a herança Saxe e Coburgo e toda a legião de atletas sexuais que fecundaram grandes casas monárquicas. Grande mesmo era a sua ambição de conspirador.

> Entre as gratas recordações colegiais do autor destas linhas [escreveu um colega do Pedro II] estará a tua fisionomia do tempo das calças curtas, do tempo em que andavam juntos na criançagem dos recreios e na malandragem das aulas. Tu eras grande então, grande porque eras pequenino, despido de preconceitos, companheiro apenas, incapaz de uma traição, comunicativo e bom, como um irmão de armas que tarimba a vida numa mesma fraternidade e num mesmo comunismo. Por que não te conservaste assim? Por que tentaste esta tua nova modelização de príncipe conspirador e maquiavélico, sonhando usurpar a Coroa problemática da tia?

Sim, um dia fora bom. Agora era mau. Estava mal.

Enquanto ele descia ao inferno, a luta prosseguia. Na capital, os diferentes grupos de deodoristas, monarquistas e florianistas se enfrentavam. Os tumultos aumentavam. Jornais monarquistas animavam reuniões em memória do falecido imperador. A tripulação de dois navios se revoltou em nome da restauração. Cidadãos republicanos eram atacados pelas ruas. Lugares conhecidos, como o café Estad München, a Maison Moderne, O Globo, O Café do Rio, serviam de ponto de encontro para os sebastianistas. Eles pediam dinheiro, coletavam fundos, deixavam o chefe de polícia enlouquecido.

Com o príncipe e seu irmão fora do páreo e a família d’Eu idem, sebastianistas tentavam convencer Silveira Martins a assumir como regente. Que levantasse o Rio Grande do Sul. Ou o almirante Saldanha da Gama, para contar com o apoio da Marinha. Ambos recusaram. A ausência de um líder que

respondesse pela casa de Bragança era o calcanhar-de-aquiles do movimento. Havia vários núcleos de resistência, jornais e adesistas arrependidos. Mas não havia um plano.

Uma contra-revolução deodorista, em abril de 1892, parecia indicar a aliança entre monarquistas e os adeptos de Deodoro, que, no final da vida, teria chorado pelo que fez. Para desespero do governo, não passava uma semana em que não se comentasse a conspiração monárquica. Abril e setembro trouxeram o medo de novas revoltas. O boato era fortíssimo. Até *O Fígaro*, dirigido por Aristides Lobo, folha semi-oficial do governo Floriano Peixoto, publicou um artigo humorístico que dava o império por restaurado, anunciava a composição do ministério e estampava um manifesto da rainha Isabel. Alguns acreditaram na blague, pois onde há fumaça, há fogo! A vida social e política sucumbia não aos acontecimentos reais, mas àqueles que as pessoas acreditavam que aconteciam.

O panorama político se agravou no meio do ano. Uma atitude da família imperial enfraqueceu o ardor dos correligionários. Isabel alugou seus imóveis em Petrópolis, dando a entender que não voltaria ao Brasil. Os manos alugaram o palácio para um colégio de irmãs de caridade. A grita foi total: “Fez retalhar os terrenos dos jardins em lotes, para edificação de casas de republicanos enriquecidos”, vociferavam os mais leais partidários. Acusavam o beatério de Isabel e o “engodo do ganho” dos dois príncipes que viviam pobremente. Os três desprestigiavam os grandes vultos nos quais se depositavam esperanças. O conde de Paço d’Arcos dizia que a atitude da agora imperatriz era fingimento, coisa para ganhar tempo. Acusava-se a princesa imperial de intrigar no Vaticano e de ter conseguido indicar para bispo, no Rio de Janeiro, um jesuíta monarquista. Ele receberia instruções diretas dela, pavimentando o retorno dos Bragança.

Fingimento ou não, os monarquistas andavam pelas tampas com as hesitações da família imperial. Os Bragança não lhes enviavam nenhum auxílio financeiro. A fama que o conde d’Eu consolidara, durante anos, agora lhe caía como uma luva: pão-duro! O ânimo dos sebastianistas começava a cansar. Para piorar, enquanto a Revolução Federalista pegava fogo, no Sul, Isabel recebeu nova carta e novo pedido. Dinheiro. Os remetentes eram “pedristas”, legitimistas e liberais.

De nada adiantou a união de forças. Novamente, ela os decepcionou. Saiu pela tangente invocando o risco de uma guerra civil que a “repugnava […]

irmãos contra irmão". Foi quando eclodiu a Segunda Revolta da Armada. Custódio de Melo queria a renúncia de Floriano e a convocação de eleições. No movimento, encontravam-se também jovens oficiais e muitos monarquistas. Em todos os estados, grupos de apoio aos insurgentes pipocavam. A situação financeira do país era péssima. O Brasil estava longe da paz necessária, resumia o diplomata português. E por tudo isto, a imprensa francesa e inglesa resolveu se ocupar dessas questões.

Sem analisar detidamente os interesses convergentes nas revoltas, os jornais europeus as entendiam como uma nova tentativa de restauração. Não estavam totalmente errados, pois a tentativa existiu, em parte. Os monarquistas continuavam ativos, conspirando e aspirando ao poder. Mas havia outra razão para essa leitura. Uma tal mudança de regime era bem-vista do lado europeu. A instabilidade política e o crescimento da dívida externa deixavam apavorados os capitalistas que tinham investido no Brasil. Os ingleses, por exemplo, achavam que as condições do país iam de mal a pior. "O comércio está sofrendo seriamente, e se não se põe um termo a estes contínuos rompimentos de guerra civil, que chega ao pior agora, os recursos do país podem se tornar insuficientes. O recurso que parece indicado [concluíam] é a restauração da monarquia."

O *Western Press* ia mais longe. Reconhecendo que não existiam herdeiros viáveis na família de Bragança, melhor seria buscar uma alternativa: "Reis e imperadores existem em toda parte. O rei da Grécia é um monarca eleito. O príncipe da Bulgária foi escolhido pelo povo." Logo, os brasileiros também poderiam escolher um novo rei. O editorialista ainda especulava sobre as conseqüências das pressões externas: as obrigações financeiras do Brasil para com a Europa, caminhando para um desastre, iam provocar uma intervenção. Vários jornais ingleses batiam na mesma tecla. O *Standard*, o *Manchester*, o *Examiner* e o *Pall Mall Gazette* não deixavam dúvidas. A solução era um governo forte, na mão de um rei. "Seja como for" — sublinhava o *Pall Mall Gazette* —, "parece que a restauração é muito desejada […] os melhores amigos do Brasil e aqueles mais intimamente interessados no seu progresso fazem votos para que ela se efetue".

Em Viena, o príncipe bem ou mal acompanhava as notícias pelos jornais estrangeiros. Pouco saía, e quando o fazia era para dar uma volta a cavalo. Sua situação financeira, assim como a do irmão, tinha se tornado deplorável. Há três anos brigavam para reaver o que a República lhes tinha tomado. O inventariante, para azar dos rapazes, fora indicado pelo conde d'Eu. O

inventário estava absurdamente atrasado. Deveria ter começado um mês após a morte do imperador, conforme manda a lei quando há órfãos envolvidos, e ter sido concluído em dois meses. Pois ele estourou 109 vezes o prazo legal.

Rui Barbosa foi contratado para defender os interesses dos irmãos. Era o maior advogado do país, naquele momento. Além disso, defendia-se das críticas de adesão aos monarquistas, dizendo que não se oferecera para tal incumbência e que fora por ela surpreendido. Surpresa por ter sido contratado e pelo que encontrou pela frente. Era um escândalo! Não poucas vezes, Rui Barbosa teve que estrilar nos tribunais contra a injustiça e a parcialidade das decisões que atingiam seus clientes. O processo se atrasava, graças a expedientes espúrios. Chocado, Rui chegaria a pedir a exoneração do inventariante. O segredo de tanta desonestidade seria revelado, mais tarde, pelo mano Augusto: “O desejo do conde d’Eu é que Petrópolis seja vendida judicialmente pelo ridículo preço da avaliação, para que ele possa comprar a propriedade e fazer uma pechincha.”

Gaston espoliava os sobrinhos. Mais tarde, em correspondência, Gusty o chamaria de ladrão. Não ficou pedra sobre pedra da relação entre os cunhados. Pois para além das brigas acumuladas em torno da sucessão, o ódio dos irmãos agora tinha outra razão de ser: os inventariantes indicados sempre eram impostos pelo tio ou representavam seus interesses. A absurda demora que Rui Barbosa denunciava era coisa de Gaston. Para cansar e desgastar os Saxe. E conseguiu. Arrancou-lhes as terras e propriedades por vinténs!

O barão de Estrela, que, por diversas vezes, adiantara dinheiro aos rapazes, esperava a solução do inventário para ser ressarcido. Achava que aquilo era “uma mina”! Ia descobrir desapontado que alguém já secara a mina. Até dois anos antes, o príncipe procurara lutar pelo que lhe pertencia de direito: terras, apólices, propriedades, ações. Escrevia, então, ao Brasil, orientando seu amigo Catramby e ameaçando a República com a intervenção alemã, caso os acordos jurídicos e financeiros não fossem respeitados. Agora, aos 27 anos, o príncipe Pedro Augusto estava à beira da interdição. Sofria a falta de recursos, sem conseguir agir para mudar as coisas.

Pobre príncipe. Sua vida era melancolia e luto. Ele não conseguia atravessar ao estágio seguinte, aquele em que, passado algum tempo da perda, a pessoa recupera o interesse pela vida. Mergulhara num profundo desânimo, não manifestava mais interesse pelo mundo externo, progredia a sua incapacidade de amar. Gusty não estava, tampouco, confortável diante dos fatos. A falta de comunicação durante os anos brasileiros os tinha afastado. O filho era o oposto

do pai. E este não aceitava a fragilidade do primogênito. O irmão era muito jovem, não podia ajudá-lo. Sem os avós, ele sentia não ter mais pouso, nem ninho. Tudo ruíra.

Prisioneiro de uma forma ideal de si mesmo que não se realizara — o futuro imperador Pedro III —, ele se sentia impotente, paralisado. E não havia ninguém para lhe dar segurança. Por sentir-se incapaz de pensar em felicidade, o príncipe começou a pensar numa maneira de morrer. Não era difícil. O suicídio, tema de pinturas e romances, se tornara uma forma corriqueira de pôr fim aos sofrimentos. As taxas subiam a cada ano. Só na França, na segunda metade do século, aumentaram em 40%. Solteiros, mais do que viúvos, e estes, mais do que casados, se matavam. Por sua vez, no universo germânico no qual o príncipe vivia, a morte produzia uma mitologia fantástica. Böcklin pintava *A Ilha dos Mortos*, na qual um fantasma emergia da bruma para se materializar no cenário da natureza silenciosa. A imagem tradicional do esqueleto dava lugar à dos anjos ambíguos, de sexualidade dúbia, mistura de beleza, voluptuosidade e finitude. A morte acenava docemente para os vivos. Chamava os que não quisessem mais viver.

No I Congresso Internacional de Psicologia Fisiológica, que Charcot realizara em Paris em 1889, além de discutir hipnose, espiritismo e fatos extraordinários, se falou muito em suicídio. Havia um consenso entre especialistas. Este era um fato, infelizmente, muito comum no seio das sociedades modernas. Apesar da aparência próspera, um mal-estar profundo corroía nelas os elementos mais sadios. Criaram mesmo uma tipologia para os suicídios. Eles podiam ser “maníacos, melancólicos, obsessivos-impulsivos, automáticos ou delirantes”. As causas eram paixões, tristezas, loucura. Depois, se passou a atribuir à neurastenia — que se tratava com banhos, repouso e eletricidade — a tendência para o ato. Ele podia ter, também, razões filosóficas, religiosas e patrióticas. Baseadas em relatos policiais, centenas de teses de medicina catalogavam os suicidas por idade, sexo, profissão, grau de instrução, clima. Os ingleses atribuíam um grande papel ao mau tempo. A chamada “melancolia ânglica” matava mais, em função dos meses seguidos de neblina e chuva.

Outubro de 1893 em Viena: chuva e neblina. Certa noite, chegaram notícias que iriam mudar o diagnóstico otimista do jovem Dr. Freud. Elas deixaram o príncipe não só infeliz, mas à beira do colapso. A primeira, ele leu nos jornais franceses. Custódio de Melo recebera e aclamara Pedro, o príncipe do Grão-Pará, o maneta, o pirralho, como imperador do Brasil. Ascendia um Pedro III e

não era ele. Ao mesmo tempo, a agência de notícias Havas, via Buenos Aires, informava o embarque do mano Augusto, no paquete *Brésil* que o aguardava em Bordeaux. Ia ocupar o seu desejado trono. Eram ambos boatos insuflados pelos monarquistas. Mas ele nunca soube a verdade.

Com enorme dificuldade, vestiu culote, botas e dólmã. Cobriu a lã negra do paletó com as medalhas com que fora agraciado. Ao pescoço, imponente, a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, presente do avô na última viagem. Acordou o criado e mandou selar o cavalo. Enquanto aguardava, falava sozinho. Ambos, animal e empregado, chegaram sonolentos aos portões laterais do palácio de Coburgo. Sem dar explicações, esporeou o animal. Ia cavalgar com o diabo. Tomou a *Seillerstatte* procurando o *Ring*, e uma nuvem baixou diante dos seus olhos enquanto vozes assobiavam e silvavam nos seus ouvidos. Passou como uma flecha pelo Stadpark, a Ópera, o Parlamento, o Museu de Belas-Artes.

Seu cavalo escapava aos inimigos e corria na frente. O barulho dos cascos na pedra das ruas era o único som, na noite fechada. As ruas laterais abriam-se em gargantas escuras. Aqui e ali, a mancha de algumas luzes, no interior de prédios. Ao longe, as finas torres das igrejas de Santa Ana e São Cristóvão. Não tinha mais nada a perder. Uma ladainha ecoava no seu coração doente. Na garupa, uma terrível sombra, sem corpo nem voz, declinava a lista das coisas que já não existiam mais. Só conseguiram detê-lo quando ele passou pelo Arsenal imperial. Reconduzidos ao palácio, ele e o cavalo espumavam.

De volta aos seus aposentos, deixado só pelo criado, escancarou as janelas. Como um vento violento, jogou para fora o que encontrou à mão, ou o que sobrara das várias espoliações sofridas. Objetos, livros, roupas rodopiavam sobre os canteiros adormecidos. Alertado pelo barulho, o criado voltou a tempo de vê-lo em pé, no parapeito. Sobre o fundo negro, encostado ao alisar da imensa janela, seminu, ele apoiava as costas. A bela cabeça loura largada para o lado olhava o nada. Presa à cintura, a camisa recaía em pregas: mais parecia um São Sebastião. Ele expirou rapidamente, algumas vezes, como se quisesse ver, no frio, a fumaça saindo pela boca. Depois, abriu os braços e voou.

Epílogo

Alguns nunca esqueceram o belo príncipe que conspirou e foi traído. Seria lembrado por alguns poucos. Em maio de 1904, Machado de Assis recebeu uma carta de seu amigo Magalhães de Azeredo. Ele recordava “o favorito”, então, vivendo no que Gusty chamava de casa de saúde: “Eu lhe escrevi para o exílio, antes do trágico naufrágio espiritual. E ele respondeu-me com uma carta afetuosa. Depois as portas do manicômio se abriram para ele: tudo se lhe apagou no cérebro combalido, até o último vislumbre dos instintos. O Hilário de Gouveia, que o viu em Viena, disse-me que já não é um louco, mas um demente incurável — todos os males da vida psíquica se lhe espedaçaram, se lhe aniquilaram. E, entretanto, emagrecido, palidíssimo, crescidas as barbas e a cabeleira loura, é belo como um Cristo… morto!”

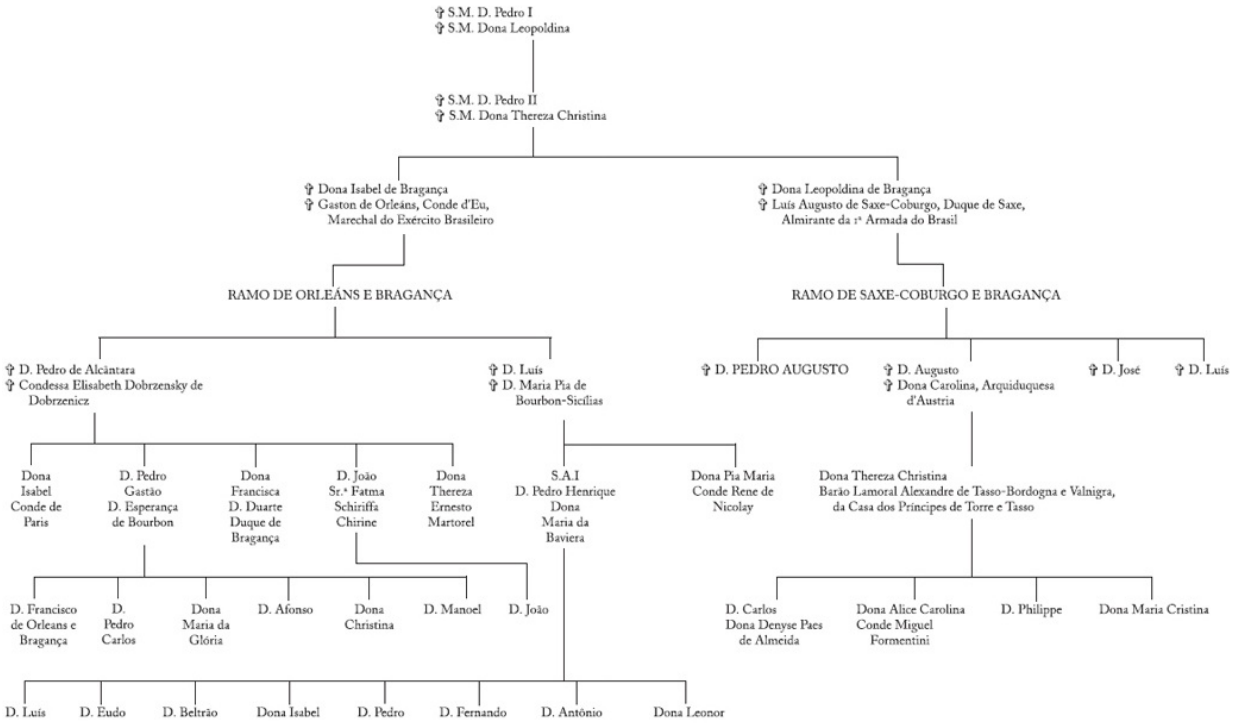
Tempos depois, no dia 1º de setembro de 1934, deu em manchete no *Jornal do Commercio*:

“D. PEDRO DE SAXE E COBURGO GOTHA: O FALECIMENTO DO PRÍNCIPE BRASILEIRO EM TÜLLN NA ÁUSTRIA.”

> Acaba de ser revelado que o príncipe D. Pedro de Saxe, de 68 anos de idade e neto do imperador do Brasil, faleceu no Sanatório de Tülln, perto de Viena. Noticia-se oficialmente que o príncipe brasileiro faleceu em conseqüência de uma crise cardíaca. Sabe-se, todavia, que o filho da princesa Leopoldina de Bragança sofria desde a mocidade de uma enfermidade mental e se achava recolhido ao Sanatório de Tülln há vários anos. A família do príncipe nega-se a dizer por que não anunciou antes a morte de Sua Alteza. Os amigos declaram que o extinto conservou até o último momento a esperança de se ver eventualmente elevado ao Trono Imperial do Brasil.

Desde que ele tentara se suicidar pela primeira vez, tinham se passado 41 anos atrás das grades de um manicômio. Aparentemente, seus tios nunca o visitaram. E quem ainda se lembrava?

CASA IMPERIAL DO BRASIL



Ribeiro Lessa, Clado. Esboço Bibliográfico. In: Saxe-Coburgo e Bragança, Dom Pedro Augusto. *Trabalhos de Mineralogia e Numismática*. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1958.

Ribeiro Lessa, Clado. Esboço Bibliográfico. In: Saxe-Coburgo e Bragança, Dom Pedro Augusto. *Trabalhos de Mineralogia e Numismática*. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1958.

Bibliografia e Fontes Documentais

Affonso Celso, Conde de, *Oito Anos de Parlamento — Poder Pessoal de D. Pedro II, Reminiscências e Notas*, São Paulo, Melhoramentos, 1928.

Alencar, José de, *Ao Correr da Pena*, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

Alencastro, Luis Felipe de, Org. Fernando A. Novais, Dir. *História da Vida Privada no Brasil — Império: a Corte e a Modernidade Nacional*, vol. II, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Almeida, Tito Franco de, *Monarquia e Monarquistas*, Pará, Tavares Cardoso, 1895.

Alonso, Ângela, *Idéias em Movimento, a Geração de 1870, na Crise do Brasil-Império*, Rio de Janeiro, ANPOCS/Paz e Terra, 2002.

Amantino, Márcia, Os Diferentes Lados de uma Mesma Moeda: o Abolicionismo de Patrocínio e Lacerda. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, UFJF, v.3, n.1, p.24, jan./jun.1999.

Anais da Câmara dos Senhores Deputados do Império do Brasil, vol. III, Tipografia Nacional, 1884.

Andrade, Joaquim Marçal Ferreira de, *História da Fotorreportagem no Brasil — a Fotografia na Imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*, Rio de Janeiro, Editora Campus, Edições Biblioteca Nacional, 2004.

Anônimo, Biblioteca da Gazeta da Tarde, *A Sociedade do Rio de Janeiro — Cartas de um Diplomata Escritas de Bucareste*, Rio de Janeiro, 1886.

Anônimo, *Vida e Feitos do Dr. Semana — Obra Imparcialmente Escrita pelo seu Moleque*, Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Artístico, 1870.

Antunes de Cerqueira, Bruno da Silva, D. Isabel I a Redentora — *Textos e Documentos sobre a Imperatriz Exilada em seus 160 Anos de Nascimento*, Rio de Janeiro, Instituto Cultural D. Isabel a Redentora, 2006.

Aquino, Leão de, Perfil Biográfico do Conselheiro Dr. Manoel Pacheco da Silva (Barão de Pacheco), Separata do Vol. IX do *Anuário do Colégio Pedro II*.

Argon, Fátima, *A Princesa Leopoldina*, mimeo, 2006.

Áries, Philippe e Duby, Georges, Dir. *Histoire de la Vie Privée, de la Révolution à la Grande Guerre*, vol. 4, Org. Michelle Perrot, Paris, Seuil, 1987.

Aron, Jean-Paul e Kempf, Roger, *La Bourgeoisie, le Sexe et l'Honneur*, Paris, Grasset, 1978.

Assis, Machado de, *Esaú e Jacó*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

_____. *Papéis Velhos e Outras Histórias*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

Azevedo, Célia Maria Marinho de, Quem Precisa de São Nabuco?. In: *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 23, n.1, p. 94, 2001.

Badinter, Elizabeth, *Um Amor Conquistado, o Mito do Amor Materno*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

Balzac, Honoré de, *Les Secrets de la Princesse de Cadignan et Autres Études de Femmes*, Paris, Gallimard, 1971.

Barbosa, Rui, *Obras Completas de Rui Barbosa*, vol. XXXIV, 1907, tomo I, Discursos Parlamentares, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1962.

Barmann, Roderick, *Citizen Emperor, D. Pedro II and the Making of Brazil, 1825-1891*, Stanford University Press, 1999.

Barmann, Roderick, J, *Princesa Isabel do Brasil — Gênero e Poder no Século XIX*, São Paulo, UNESP, 2005.

Barral, Luíza Margarida Portugal de Barros, *Cartas as Suas Majestades (1859-1860*), Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1977.

Barreto, Tobias, *La Chute d'um Empire — le Bannissement de la Famille Impériale du Brésil*, Paris, Imprimerie génerale Lahure, 1914.

Barros, Luisa Margarida Portugal de, Condessa de Barral, *Cartas as Suas Majestades, 1859-1890*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1977.

Basbaum, Leôncio, *História Sincera da República, das Origens até 1889*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1957.

Bediaga, Begonha, Org. *Diário do Imperador D. Pedro II 1840-1891*, Petrópolis, Museu Imperial, 1999.

Bello, José Maria, *História da República (1889-1945)*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956.

Bento, Cláudio Moreira, *O Exército na Proclamação da República*, São Paulo, SENAI, s/d.

Besançon, Alain, *Le Tsarévitch Immolé*, Paris, Plon, 1967.

Besouchet, Lidía, *Exílio e Morte do Imperador*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

_____. *Pedro II e o Século XIX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

Bragança, Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e, *Trabalhos de Mineralogia e Numismática — Aspectos da Vida de um Príncipe Brasileiro*, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, s/d.

Buffault, Anne Vincent, *História das Lágrimas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Callari, Cláudia Regina, Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro à Construção do Tiradentes. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 21, n. 40, São Paulo, 2001.

Calmon, Pedro, *A Vida de D. Pedro II, o Rei Filósofo*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1975.

_____. *História de D. Pedro II*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1975.

_____. *Princesa Isabel, a Redentora*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941.

Cardoso, Vicente Licínio, *À Margem da História do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

Carone, Edgard, *A República Velha (Evolução Política)*, São Paulo, Difel, 1974.

Carvalho, José Murilo de, *A Construção da Ordem: Elite Política Imperial*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/ Relume Dumará, 1996

Chaloub, Sidney, *Machado de Assis, Historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____. *Visões da Liberdade — uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das letras, 1990.

Chaloub, Sidney et *alii*, Org. *História em Cousas Miúdas*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2005.

_____. *Artes e Ofícios de Curar no Brasil — Ensaios de História Social*, Campinas, Editora UNICAMP, 2003.

Cerqueira, Bruno da Silva de, A Memória da Redentora: o Olhar de D. Isabel sobre o Golpe do 15 de novembro de 1889 e suas Conseqüências (1888-1921), monografia de conclusão de curso Departamento de História, PUC/RJ, 2003.

Condessa de Paris, Isabelle (Isabel de Órleans e Bragança), *De Todo o Coração*,

Rio de Janeiro, Butiá, 1995.

Cordeiro, Luciano, *Viagens — França, Baviera, Áustria, e Itália*, Lisboa, Imprensa de J.G. de Sousa Neves, 1875.

Correspondência entre D. Pedro II e o Barão do Rio Branco (de 1889 a 1891), apresentação Miguel do Rio Branco, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957.

Costa, Emília Viotti da, *Da Monarquia à República — Momentos Decisivos*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

Cunha, Maria Clementina, P, *Cidadelas da Ordem*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. *O Espelho do Mundo — Juquery*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

Cunha, Rui Vieira da, *Figuras e Fatos da Nobreza Brasileira*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1975.

Daibert Junior, Robert, *Isabel, a "Redentora" dos Escravos*, São Paulo, EDUSC/Fapesp, 2004.

Daniels, Morna, *Caricatures from the Franco-Prussian War of 1870 and the Paris Commune*, www.history-journals.de/hjg-eartic-j00162.html - 15k.

_____. Princesa Isabel (1846-1921): A "Política do Coração" entre o Trono e o Altar, tese de doutoramento apresentada ao IFCS, março 2007, mimeo.

Defrance, Olivier, *Léopold Ier et le Clan Cobourg*, Bruxelas, Éditions Racines, 2004.

Del Priore, Mary, *História da Criança no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2001

_____. *História das Mulheres no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1999.

_____. *História do Amor no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2005.

_____. Homens e Mulheres: o Imaginário sobre a esterilidade na América Portuguesa. In: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII(1): 98112, mar.-jun. 2001.

Delumeau, Jean e Roche, Daniel, *Histoire des Péres et de la Paternité*, Paris, Larousse, 1990.

D'Esgragnolle-Taunay, Afonso, *A retirada da Laguna*, Org. Sérgio Medeiros, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Doradioto, Francisco, *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Engel, Magali Gouveia, *Os Delírios da Razão*, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2001.

Faoro, Raimundo, *Machado de Assis, a Pirâmide e o Trapézio*, São Paulo, Editora Nacional, 1976.

Farina, Duílio Crispim, Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança, Príncipe Cientista e Infeliz Neto de D. Pedro II. In: *Boletim da Academia Paulista de História*, ano XV, n. 100, novembro, 2002.

_____. *Tempo de Vida, Doença e Morte na Casa de Bragança*, São Paulo, Hucitec-Edusp, 1979.

Ferreira de Resende, Francisco de Paula, *Minhas Recordações*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.

Ferreira Vianna, Antonio, A conspiração policial, Rio de Janeiro, Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1900.

Ferreira Vianna, Filho (Suetônio), *Biografia de Quintino Bocayuva*, Rio de Janeiro, Tipografia da Companhia Sapopemba, 1900.

Fleuiss, Max, *Recordando — Casos e Perfis*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941.

Fragoso, Hugo, A Igreja na Formação do Estado Imperial. In: Beozzo, José Oscar, Coord. *História da Igreja no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1992, tomo II/2.

Freyre, Gilberto, *Ordem e Progresso*, Rio de Janeiro, Record, 1990.

_____. *Sobrados e Mucambos*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

_____. *Vida Social no Brasil do Século XIX*, Recife, 1964.

Friedländer, Saul, *Histoire et Psychanalyse — Essai sur les Possibilites et les Limites de la Psychohistoire*, Paris, Seuil, 1975.

Furet, François, Org., *O Homem Romântico*, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

Gay, Peter, *A Cultura de Weimar*, São Paulo, Paz e Terra, 1978.

_____. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud — a Educação dos Sentidos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

_____. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud — Guerras do Prazer*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *O Cultivo do Ódio*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____. *O Século de Schnitzler — a Formação da Cultura da Classe Média, 1815-1914*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Giumbelli, Emerson, *O Cuidado dos Mortos — uma História da Condenação e Legitimação do Espiritismo*, Rio de janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

Green, André, *Narcissisme de Vie, Narcissisme de Mort*, Paris, Éditions de Minuit, 1983.

Guanabara, Alcindo, *História da Revolta de 6 de Setembro de 1893*, Rio de Janeiro, Mont'Alverne, 1984.

Habsbourg, Maximiliano de, *Bahia 1860. Esboço de Viagem*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Bahia, Fundação Cultural do Estado, 1982.

Hassoun-Lestienne, Pascal, *L'Envie et le Désir*, Paris, Autrement, 1998.

Hobsbawm Eric J., *A Era das Revoluções 1789-1848*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. *A Era do Capital 1848-1875*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Holanda, Sérgio Buarque de, *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*, T. 2, vol.V, São Paulo, Difel, 1972.

Inventário dos Bens Imperiais — Petições e Documentos, Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1903.

Izeckson, Vitor. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. Rio de Janeiro, E-papers, 2002.

Jabert, Alexander, *Espiritismo e Psiquiatria no Brasil da Primeira República*, FIOCRUZ, Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde, 2006, mimeo.

Janotti, Maria de Lourdes Mônaco, *Os Subversivos da República*, São Paulo, Braziliense, 1986.

Knibiehler, Yvonne, *La Sexualité et l'Histoire*, Paris, Odile Jacob, 2002.

Knibiehler, Yvonne, Fouquet Catherine, *Histoire des Mères, du Moyen Age à nos Jour*, Paris, Montalba, 1977.

Koseritz, Carl Von, *Imagens do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1980.

Leclerc, Max, *Cartas do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

Lessa, Clado Ribeiro, Esboço Biobibliográfico. In: Bragança, Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo, op.cit.

Lima, Oliveira, *O Império Brasileiro (1822-1889)*, Brasília, EDUNB, 1986.

Lyra, Heitor, *História da Queda do Império*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, volumes I e II, 1964.

_____. *História de Dom Pedro II, Ascensão, Fastígio e Declínio*, 3 volumes, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1977.

_____. O Falso Pretendente. In: *Revista do Livro*, n. 16, ano IV, dezembro, 1959, p. 75-82.

Macedo, J. M. de, *Memórias da Rua do Ouvidor*, Brasília, Editora UNB, 1988.

Machado, Roberto *et alii*, *Danação da Norma, Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1978.

Magalhães Júnior, Raimundo, *O Império em Chinelos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1957.

Magalhães Júnior, Roberto, *Deodoro, a Espada contra o Império*, vol. I e II, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957.

____. *Rui, o Homem e o Mito*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

Malatian, Teresa, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, Bauru, Edusc, 2001.

Marques dos Santos, Francisco, O Príncipe Numismata. In: *Revista Numismática*, ano XII — n. 14, 1944.

Maupassant, Guy de. In: *Gil Blas*, 5/04/1882.

Mauro, Fréderic, *A Vida Cotidiana: o Brasil no Tempo de Dom Pedro II*, São Paulo, Companhia das Letras, 1980.

Mesquita Pimentel. *D. Pedro II, seu Caráter, seu Governo, sua influência sobre a Política e os Costumes do seu Tempo*, Petrópolis, Papelaria Silva, Comissão centenário D. Pedro II, 1925.

Michelet, J. *La Femme*, Paris, Flammarion, 1981.

Monteiro, Tobias, *La Chute de l'Empire et le Banissement de la Famille Impériale du Brésil*, Paris, Imp. General la Hure, 1914.

_____. *Pesquisas e Depoimentos para a História*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1913.

Moraes, E. Vilhena de, Últimas Horas do Império Brasileiro, Separata da *Revista Verbum*, tomo XVIII, fasc. 3-4, setembro-dezembro de 1961, Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1961.

Mossé, B. *D. Pedro II, l'Empereur du Brésil*, Paris, Firmain-Didot, 1889.

Mott, Maria Lúcia de Barros, *O Romance de Ana Durocher*, São Paulo, Siciliano, 1985.

Motta Filho, Cândido, *A Vida de Eduardo Prado*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

Mucchielli, Laurent, Renneville, Marc, Les Causes du Suicide: Pathologie

Individuelle ou Sociale? Durkheim, Halbwachs et les Psychiatres de Leurs Temps (1830-1930). In: *Revue Déviance et Société*, Paris, Editions Médecine et Hygiéne, 1998, n1. p.3-36.

Muray, Philippe, *Le 19e Siècle à Travers les Âges*, Paris, Denoël, 1984.

Muritiba, Barão de, Reminiscências, lata 445, pasta 43 IHGB.

Nabuco, Carolina, *Oito Décadas — Memórias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1983.

Nabuco, Joaquim, *Cartas a Amigos*, São Paulo, Ipê, 1949, vol. I e II.

_____. *Um Estadista do Império*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

Nascentes, Antenor, *Efemérides Cariocas*, Rio de Janeiro, Livraria Brasiliana Editora, 1965.

Nava, Pedro, *Balão Cativo*, São Paulo, Ateliê Editorial/Editora Giordano, 2000.

Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira e Machado, Humberto Fernandes, *O Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

Otoni, Cristiano, B. *O Advento da República no Brasil*, Rio, Perseverança, 1890.

Paço D'Arcos, Joaquim, *Missão Diplomática do Conde de Paço D'Arcos no Brasil: 1891-1893*, Lisboa, Soc. Ind. de Tipografia Ltda., 1974.

Patrocínio, José do, *Campanha Abolicionista, Coletânea de Artigos*, introdução José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

Pedro II, Imperador do Brasil, *Viagens pelo Brasil, Bahia, Sergipe e Alagoas — 1859*, Rio de Janeiro, Bom Texto/ Letras & Expressões, 2003.

Pinho, Wanderley, *Salões e Damas do Segundo Reinado*, São Paulo, Livraria Martins, 1942.

Pinho, Wanderley, org. *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

Pompéia, Raul, *Crônicas do Rio (Coleção Biblioteca Carioca)*, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura, 1996.

_____. *O Ateneu*, São Paulo, Martin Claret, 2004.

Prado, Eduardo, Fastos da Ditadura Militar no Brasil. In: *Revista de Portugal*, dezembro de 1889-junho 18890, vol. IV.

Praz Mario, *La Chair, la Morte et le Diable dans la Littérature du XIXe Siècle*

— *le Romantisme Noir*, Paris, Denoël, 1977.

Queiroz, José Maria Eça de, 2002, *Champs-Élysées*, apresentação de Marie-Hélène Piwnik, Paris, Gallimard, 1991.

Queiroz, Maria José de, *Os Males da Ausência ou a Literatura do Exílio*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

Quesadas, Ernesto, *Mis Memórias Diplomáticas*, Buenos Ayres, Imprenta Coni Hermanos, 1907.

Raeders, Georges, *Le Comte de Gobineau au Brésil*, Paris, Nouvelles Editions Latines, 1934.

Rangel, Alberto, *Gastão de Orléans — o Último Conde d'Eu*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

Renault, Delso. *O Dia-a-dia no Rio de Janeiro Segundo os Jornais, 1870-1889*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, INL-MEC, 1982.

Rezende, Francisco de Paula Ferreira de, *Minhas recordações*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.

Rezende, José Severeiano de, *Eduardo Prado: Páginas de Crítica e Polêmica*. São Paulo, N. Falcone, s/d.

Ribeiro, Domingos Antônio Alves, *Um Conto Político — Acontecimentos Parlamentares do Segundo Reinado*, Rio de Janeiro, Tipografia Cosmopolita, 1879.

Richard, Guy e Richard — Le Guillou, Anne, *Histoire de l'Amour du Moyen Âge à nos Jours*, Paris, Privat, 2002.

Roche, Daniel, *Histoire des Choses Banales — Naissance de la Consommation XVII-XIX*, Paris, Fayard, 1997.

Salles, Ricardo, *Guerra do Paraguai — Memórias & Imagens*, Rio de Janeiro, Edições Biblioteca Nacional, 2003.

Saxe-Coburgo e Bragança, Dom Carlos Tasso de, Cartas do Príncipe D. Pedro Augusto. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 238, n. 422, jan./mar. 1958.

_____. Príncipe Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança e o Leilão em Viena. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.422, jan./mar. 2004.

Schwarcz, Lilia Moritz, *As Barbas do Imperador, D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Scliar, Moacyr, *Saturno nos Trópicos, a Melancolia Européia Chega ao Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

Silva, Eduardo, *As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravidão: uma Investigação de História Cultural*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

_____. *As Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. *Barões e Escravidão — Três Gerações de Fazendeiros e a Crise da Estrutura Escravista*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira/ Pró-Memória/ INL, 1984.

Sodré, Nelson Werneck, *História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

Solomon, Andrew, *O Demônio do Meio-dia — uma Anatomia da Depressão*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.

Soublin, Jean, *D. Pedro II — Memórias Imaginárias do Último Imperador*, São Paulo, Paz e Terra, 1996.

Souza, Luís de Castro, Dom Pedro Augusto de Saxe Coburgo, Engenheiro Civil e Mineralogista. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. LIX.

Táti, Miécio, *O Mundo de Machado de Assis — O Rio de Janeiro na Obra de Machado de Assis*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Biblioteca Carioca, vol.16, 1991.

Taunay, Alfredo d'Escragnolle, *Memórias do Visconde de Taunay*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1960.

_____. *O Grande Imperador*, São Paulo, Melhoramentos, 1932.

_____. *Pedro II*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

Taunay. E. Affonso, A Propósito de um Infante Brasileiro. In: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1934.

_____. Epistolares principescos. In: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 7/10/1934.

Tigre, Bastos, *Instantâneos do Rio Antigo*, Campinas, Mercado das Letras/Cecult, Fapesp, 2003.

Viana, Hélio, Miscelânea, D. Pedro I. In: *Revista IHGB*, vol. 252.

Vianna, Oliveira, Francisco José, *O Ocaso do Império*, São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1925.

Vigarello, Georges. *Le Propre et le Sale — L'Hygiéne du Corps Depuis le*

Moyen Age, Paris, Seuil, 1985.
Vovelle, Michel, *La Mort et l'Occident de 1300 a nos Jours*, Paris, Gallimard, 1983.
Yourcenar, Marguerite, *Souvenirs Pieux*, Paris, Gallimard, 1974.
Zanini, Walter, Coord. *História Geral da Arte no Brasil*, vol. I, São Paulo, Instituto Walter Moreira Salles, Fundação Djalma Guimarães, 1983.

Jornais:
A Época
Cidade do Rio 1888-1891
Diário de Notícias
Diário do Rio de Janeiro
Gazeta da Tarde
Gazeta de Notícias
Gazeta do Povo
Jornal do Commercio
Lanterna Mágica: Periódico Livre e Humorístico
Le Brésil: Courrier de l'Amérique du Sud
O Paiz
Revista Ilustrada
The Rio News
Tribuna Liberal

Bibliografia eletrônica
Carvalho, Áurea Maria de Freitas, A Condessa de Barral, www.ihp.org.br
www.rionosjornais.com.br.
www.bium.univ.paris5.fr Interuniversitaire de Medécine. Paris 5
Portal do Poder Legislativo — www.interlegis.gov.br
www.Gallica.BNF.Fr

Acervo Memorial de Mauá.
Arquivo André Rebouças, IHGB

Arquivo Barão de Cotegipe, Correspondência, IHGB
Arquivo Barão de Cotegipe, IHGB
Arquivo Barão de Loreto, IHGB
Arquivo Baronesa de Loreto, IHGB
Arquivo Conde D'Eu, IHGB
Arquivo Conde de Afonso Celso, IHGB
Arquivo da Casa Imperial, Museu Imperial.
Arquivo Eduardo Prado, IHGB
Arquivo Senador Nabuco, IHGB
Arquivo Visconde de Ouro Preto, IHGB
Coleção Fortunato Foster Vidal, arquivo privado do sr. Ronaldo Foster Vidal
Coleção Oliveira Catramby, Fundação Casa de Rui Barbosa
Coleção Prudente de Moraes Arquivo Nacional.
Coleção Rui Barbosa, Fundação Casa de Rui Barbosa
Coleção Wanderley Pinho IHGB

Agradecimentos:

Antonio Aprígio Pereira Rodrigues, Bruno de Sequeira, Robert Daibert, Carlos Lessa, Carlos Milhono, Jean Menezes do Carmo, Fátima Argon, Eduardo Schnoor, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Mônica Sayer, Murilo Cardoso de Castro, Regina Wanderley, Roberto Menezes, Ronaldo Foster Vidal, Sátiro Nunes, Washington Dener S. Santos.

© 2006 by Mary Del Priore
Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Objetiva Ltda. Rua Cosme Velho, 103
Rio de Janeiro — RJ — Cep: 22241-090
Tel.: (21) 2199-7824 — Fax: (21) 2199-7825
www.objetiva.com.br

Capa
Tecnopop [Marcelo Curvello]

Imagem de capa
Pedro Augusto de Saxe e Coburgo — Museu Imperial/Iphan/Ministério da Cultura

Fotografias
capítulos I, II, III, IV, VI e VII
Museu Imperial/Iphan/Ministério da Cultura
capítulo V
Marc Ferrez/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles
capítulo VIII
Palácio de Coburgo: acervo da autora

Preparação de texto
Helena Carone

Conversão para e-book
KiwiTech

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D375p

Del Priore, Mary

O príncipe maldito [livro eletrônico] : traição e loucura na família imperial / Mary Del Priore. - Rio de Janeiro : Objetiva, 2010.

recurso digital

Requisitos do sistema: ePub

Modo de acesso:

268p. ISBN 978-85-390-0081-4 (livro eletrônico)

1. Bragança, Pedro Augusto de Saxe e Coburgo, 1866-1934. 2. Pedro II, Imperador do Brasil, 1825-1891 - Família. 3. Brasil - História - Império, 1822-1889. 4. Brasil - Reis e governantes - Sucessão. 5. Brasil - Reis e governantes - Sáude mental. 6. Livros eletrônicos. I. Título.

10-2966. CDD: 981.04

CDU: 94(81)“1822/1889”

24.06.10 05.07.10 019925